

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**DO PROBLEMA PÚBLICO À REPARAÇÃO: MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO
REASSENTAMENTO DE MORADORES DE UM BAIRRO CONTAMINADO
PELO FERRO GUSA NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

Autora: Ana Kely de Lima Nobre

BRASÍLIA

2021

ANA KELY DE LIMA NOBRE

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**DO PROBLEMA PÚBLICO À REPARAÇÃO: MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO
REASSENTAMENTO DE MORADORES DE UM BAIRRO CONTAMINADO
PELO FERRO GUSA NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de Brasília/UnB para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sayonara de Amorim
Gonçalves Leal

BRASÍLIA

2021

ANA KELY DE LIMA NOBRE

**DO PROBLEMA PÚBLICO À REPARAÇÃO: MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO
REASSENTAMENTO DE MORADORES DE UM BAIRRO CONTAMINADO
PELO FERRO GUSA NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília/UnB para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data de aprovação: __/__/__

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Débora Messenberg Guimarães
(SOL/UnB)

Prof. Dr. Diogo Silva Corrêa
(PPGSP/UVV)

Prof. Dr. Edson Farias (suplente)
(SOL/UnB)

Dedico este trabalho ao meu avô paterno, José Firmino Nobre, *In Memoriam*, pelos gestos de atenção e amor que sempre demonstrou aos seus netos e netas. Particularmente, vovô sempre fazia questão de falar sobre o orgulho em ter uma neta na universidade pública, oportunidade que ele não teve.

Ao Sr. Edvar Dantas, *In Memoriam*, ex-presidente da Associação Comunitária de Piquiá, por me confiar o testemunho da sua história de vida e pela coragem em lutar por justiça.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido para a realização desta pesquisa foi repleto de desafios, obstáculos e aprendizados somados a momentos particularmente turbulentos no contexto social e político do nosso país. Escrever sobre meio ambiente e movimento social em tempos de proliferação do negacionismo científico em diferentes esferas políticas, governamentais e sociais gera preocupações que afetam o campo de pesquisa. Porém, em meio às expectativas e incertezas próprias da tarefa de ser pesquisadora, sou grata a todos os colegas, familiares, amigos, pesquisadores, pesquisados, professores e orientadores que me ajudaram de alguma forma a escrever essas linhas.

A necessária mudança de São Luís-MA à Brasília-DF para cursar o mestrado resultou em experiências valorosas tanto pessoais quanto profissionais. Nesse sentido, agradeço principalmente aos meus pais, Dora e Ruberval, e minha irmã, Kelma, por todo o suporte emocional e financeiro prestado durante esse período. São eles que me trazem calma e segurança em momentos de grandes desafios como esse.

Agradeço a acolhida generosa que tive em Brasília, a benção de estabelecer laços sinceros de amizade com tantas pessoas especiais que proporcionaram experiências incríveis e, principalmente, estenderam as mãos em situações difíceis. Sou grata, especialmente, à Júlia, Clarice, Amy, Mariane, Belin, Larissa e Marina, essas mulheres inteligentes, parceiras e divertidas as quais tive a honra de dividir moradia.

Esta dissertação foi construída por várias mãos, a partir de uma reflexão conjunta, trocas de saberes fundamentais para o amadurecimento das ideias e, principalmente, respeito mútuo. Destaco aqui um pesquisador e uma pesquisadora que são, para mim, fontes de inspiração como profissionais. Ao Horácio Antunes, orientador da graduação, agradeço pela amizade, dedicação e paciência em ser meu guia nos primeiros passos da iniciação científica. À Sayonara Leal, orientadora deste trabalho, por toda a atenção, empenho, paciência, trocas de experiências e, sobretudo, pelo apoio e estímulo na pesquisa. Com isso, também expresso meus sentimentos de gratidão à Débora Messenberg e Diogo Corrêa, componentes da banca de qualificação do mestrado, por todas as orientações, críticas e sugestões que me ajudaram a compor esta pesquisa.

À Marianne e Tayanná por serem tão generosas ao se disponibilizarem para ler e corrigir, na medida do possível, algumas questões relacionadas à formatação deste trabalho.

Além das dicas e estímulo que sempre recebo dessas duas pesquisadoras que tanto admiro.

Ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, por ser minha porta de entrada nesse campo de pesquisa, pela troca de experiências com excelentes pesquisadores e pelos laços fortes de amizados construídos ao longo desses anos.

Àqueles que viabilizaram as análises empíricas deste estudo. A hospedagem cedida por Majú e Idayane, na cidade de Açailândia, que não mediram esforços ao me ajudar no que fosse preciso em relação ao auxílio para a pesquisa. A todos que fazem parte da Rede Justiça nos Trilhos, pela confiança, suporte estrutural, conversas, entrevistas e mediação com a comunidade pesquisada e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. Sou grata aos moradores de Piquiá de Baixo que permitiram a minha participação em suas reuniões, encontros e dedicaram um pouco do seu tempo para as entrevistas. Desejo que a luta pelo reassentamento se concretize com a reparação esperada pelos moradores afetados.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa. A manutenção do custo de vida no tempo de dedicação integral à pesquisa e os deslocamentos necessários para as análises etnográficas não seriam possíveis sem esse auxílio financeiro. Dito isso, quero deixar registrado meu posicionamento em defesa da universidade pública e das instituições de financiamento à pesquisa pela oportunidade dada a pessoas que, assim como eu, não teriam condições de ter uma boa formação acadêmica de outro modo.

RESUMO

Este trabalho faz uma discussão sobre dispositivos de mobilização acionados no quadro da experiência pública de moradores de um bairro no interior do Maranhão afetados pela poluição causada por atividades de mineração na região. Interessamo-nos pelas noções de justo e injusto evocadas por cidadãos em situação social marcada por precariedades e desrespeitos que lutam por um reassentamento em uma localidade livre da contaminação por ferro gusa. Neste sentido, evocamos a noção de “ambientalização dos conflitos sociais” para refletirmos sobre o contexto de formulação de um problema público que se apoia no duplo registro moral de uma injustiça tanto ambiental quanto social. A problematização parte dos impactos causados pela poluição que atinge de forma variável diferentes grupos sociais e faz emergir ações coletivas que utilizam a questão ambiental como repertório de interesses e reivindicações para legitimar suas demandas sociais. Chamamos atenção ao “trabalho das emoções” operado pelos moradores como ponto de passagem para a gestão racional da indignação e proposição de ações efetivas. Interrogamo-nos sobre as situações em que as capacidades de expressão e deliberação dos atores sociais vitimizados pela contaminação são favorecidas ou intimidadas impactando os rumos das negociações entre moradores, mineradora e poder público. Debruçamo-nos sobre dados levantados a partir de pesquisa qualitativa, envolvendo entrevistas semi-estruturadas com moradores do bairro de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia – MA e representantes de entidades não-governamentais implicados na organização da mobilização social em torno do reassentamento desta população, além da observação participante de reuniões onde atores concernidos na formulação do problema público debatem encaminhamentos para sua solução. Traçamos como objetivo deste trabalho discutir como as críticas e justificativas dos atores sociais devem ser compreendidas a partir de processos e dispositivos que emergem das interfaces entre dados situacionais e estruturais que se pronunciam em momentos críticos. Consideramos que os resultados obtidos com a pesquisa nos permitem inferir que a capacidade crítica dos atores em ação é demonstrada em momentos de transição de uma causa individual para uma causa coletiva, sobretudo, quando estes operam a partir de uma gramática de reconhecimento que permite simbolizar o desrespeito experienciado e mobilizar representantes da opinião pública e operadores da ação pública em torno do direito à justaposição entre moradia e saúde.

Palavras-chave: Impactos da mineração. Mobilização. Reassentamento.

ABSTRACT

This paper proposes a discussion about mobilization devices triggered by the public experience of residents of a neighborhood in the interior of Maranhão affected by pollution caused by mining activities in the region. We are interested in the notions of fair and unfair evoked by citizens in a social situation marked by precariousness and disrespect that fight for resettlement in a locality free of contamination by pig iron. In this sense, we evoke the notion of “greening of social conflicts” to reflect on the context of formulating a public problem that rests on the double moral record of both environmental and social injustice. The problematization starts from the impacts caused by the pollution that affects different social groups in a variable way and gives rise to collective actions that use the environmental issue as a repertoire of interests and claims to legitimize their social demands. We call attention to the “work of emotions” operated by residents as a crossing point for the rational management of indignation and proposition of effective actions. We wonder about situations in which the expression and deliberation capacities of social actors victimized by contamination are favored or intimidated, impacting the course of negotiations between residents, the mining company and the government. We focus on data from qualitative research, involving semi-structured interviews with residents of the neighborhood of Piquiá de Baixo, in the city of Açailândia - MA, and representatives of non-governmental organizations involved in organizing social mobilization around the resettlement of this area. population, as well as participant observation of meetings where actors concerned with the formulation of the public problem debate referrals for its solution. The objective of this paper is to discuss how the criticisms and justifications of social actors should be understood from processes and devices that emerge from the interfaces between situational and structural data that are pronounced at critical moments. We consider that the results obtained so far with the research allow us to infer that the critical capacity of actors in action is demonstrated in moments of transition from an individual cause to a collective cause, especially when they operate from a recognition grammar that allows symbolizing the disrespect experienced and mobilizes representatives of public opinion and public action operators around the right to juxtaposition between housing and health.

Keywords: Mining impacts. Mobilization. Resettlement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa dos conflitos ambientais	33
Figura 2. Zona de Influência do Porto de Itaqui – MA	79
Figura 3. Cadeia da Mineração e Siderurgia no eixo Maranhão e Pará	87
Figura 4. Comunidade de Piquiá e Siderúrgicas.....	98
Figura 5. Caminhão que pegou fogo após vazamento de ferro líquido	101
Figura 6. Proximidade das casas com as empresas.....	103
Figura 7. Banho do 40	103
Figura 8. Rede de Articulação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá	126
Figura 9. Avanços do Processo de Reassentamento em 2012	156
Figura 10. Cronologia do Processo de Reassentamento (2014 - 2017).....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Roteiro de Entrevistas	68
Quadro 2. Expectativas normativas em relação às siderúrgicas	107
Quadro 3. Situação de anormalidade e percepção de injustiça.....	113
Quadro 4. Testemunhos dos afetados pela contaminação em audiência pública na Câmara de Vereadores de Açailândia.....	151
Quadro 5. Discurso dos atores envolvidos	154
Quadro 6. Seleção de notícias retiradas do site Rede Justiça nos Trilhos	170
Quadro 7. Expectativas normativas em relação ao dispositivo de reparação	177

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1. Dados de Investimento do Setor Mineral	77
Gráfico 2. Distribuição dos domicílios segundo problemas de saúde mais comuns/frequentes nos residentes. Piquiá de Baixo, 2010.....	136
Gráfico 3. Análise do grau de efetivação das recomendações por direito violado	160

LISTA DE ABREVIATURAS

ACMP	Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo
ADC	Análise do Discurso Crítica
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AIAV	Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale
ANTA	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
APPs	Áreas de Proteção Permanente
AVB	Aço Verde do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CNDTM	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
DHESCA	Plataforma dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DOE-MA	Diário Oficial da União - Maranhão
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FAMEM	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão
FASE	Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FIDH	Federação Internacional dos Direitos Humanos
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
IAI	<i>International Alliance of Inhabitants</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional - UFRJ
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
JnT	Rede Justiça nos Trilhos
LAS	Licenciamento Ambiental Simplificado
LS	Licença Simplificada
MA	Maranhão
MAM	Movimento dos Atingidos pela Mineração
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDB-MG	Movimento Democrático Brasileiro de Minas Gerais
MP	Material particulado
MPF/RJ	Ministério Público Federal
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PAB	Populações Atingidas por Barragens
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGJ	Procuradoria Geral de Justiça
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PSD-MG	Partido Social Democrático - Minas Gerais
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT-MG	Partido dos Trabalhadores - Minas Gerais

RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SIFEMA	Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STIMA	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Açailândia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJ-MA	Tribunal de Justiça do Maranhão
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
WWD	<i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ARQUITETURA DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO QUE EMBASA A PESQUISA	29
2.1 A “ambientalização dos conflitos sociais” em casos de contaminação mineral	30
2.2 Constituição do problema público, associações e elaboração de provas	34
2.3 Pensando o reassentamento: a noção de dispositivo e a construção da crítica	53
2.4 Procedimentos metodológicos de coleta de dados da pesquisa	60
2.4.1 Fontes de evidências e procedimentos de coleta	62
3 EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO E GERAÇÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: A REGULAMENTAÇÃO EM CONTEXTO DE INJUSTIÇAS	69
3.1 Riscos e controvérsias socioambientais	72
3.2 Lógica dos grandes empreendimentos de mineração no Brasil	75
3.3 Regulamentação ambiental no Brasil e dispositivos de reparação	83
3.4 Preâmbulo da problematização: aspectos conjunturais	94
4 A CONTAMINAÇÃO PELO FERRO GUSA EM PIQUIÁ DE BAIXO-MA: DA INDETERMINAÇÃO DA SITUAÇÃO À FORMULAÇÃO DE UM PROBLEMA PÚBLICO	105
4.1 Da promessa gloriosa ao desencanto indignado	106
4.1.1 Momentos iniciais de perturbação	112
4.1.2 Iniciativas independentes: luta por reconhecimento	117
4.1.3 A potencialidade das emoções na ação coletiva para tornar as justificações robustas	122
4.2 Formação do público e investigação leiga da contaminação em Piquiá	125

4.2.1 Provas resultantes da investigação espontânea	132
4.2.2 Provas resultantes da investigação científica	134
5 SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA: EM BUSCA DA REPARAÇÃO	144
5.1 “Tivemos que aprender a lutar”: o trabalho normativo dos atores sociais mobilizados	147
5.1.1 “Ajustamento de conduta”: os obstáculos da responsabilização nas diferentes etapas do reassentamento	155
5.1.2 Protestos em torno do dispositivo de reassentamento	161
5.1.3 Formas de publicização dos atores mobilizados em busca de reparação	167
5.2 No final: qual reparação?	176
5.2.1 Os trâmites da reparação atualmente (uma agenda de pesquisa)	182
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	191

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado é fruto de inquietações que surgiram durante alguns anos de pesquisa sobre comunidades em situação de conflitos socioambientais no Maranhão. O primeiro contato com essa realidade aconteceu através da minha inserção no Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, do qual fui bolsista de iniciação científica. Tive, então, a oportunidade de observar tal situação de poluição causada por atividades siderúrgicas na Amazônia Maranhense e disso decorreu, em grande parte, a definição do objeto desta Dissertação de Mestrado, qual seja, o engajamento político e mobilização de moradores da comunidade de Piquiá de Baixo em Açailândia-MA, em torno da implementação do dispositivo de reassentamento da coletividade afetada pela contaminação causada pelo ferro gusa, produzido pela atividade de mineração no município.

É preciso destacar que não foi raro encontrar pessoas em nosso campo de pesquisa que desconhecem o contexto de disputas políticas e territoriais em torno dos impactos socioambientais advindos da cadeia minero-siderúrgica. Este tipo de discussão, geralmente, ocorre nos espaços restritos das instituições de ensino e pesquisa ou entre grupos organizados e Organizações Não Governamentais (ONGs) alinhados a essa temática, além, obviamente, daqueles que são afetados diretamente por atividades econômicas. Em 2014, foi realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) o Seminário Internacional Carajás 30 anos, cujo objetivo foi discutir e avaliar os inúmeros impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais causados após 30 anos de mineração, siderurgia e projetos de “desenvolvimento regional” implementados a partir do Programa Grande Carajás. Este evento, que contou com mais de mil participantes de vários estados brasileiros e estrangeiros, foi organizado por movimentos sociais e comunitários, sindicatos e pastorais, grupos de estudos e pesquisa de universidades do Maranhão e Pará, além de contar com a colaboração de várias entidades de outras regiões do país e do mundo. Tal diversidade epistêmica possibilitou a troca de experiências entre pesquisadores, especialistas em movimentos socioambientais da Amazônia e grupos afetados (indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e etc.), estes últimos, também convidados a compor as principais mesas de debate¹.

¹ O referido seminário aconteceu em São Luís, no período de 05 a 09 de maio de 2014, após quatro etapas preparatórias em Imperatriz, Santa Inês, Marabá e Belém. Como integrante do Grupo de Estudos:

Com as expressivas manifestações que aconteceram nos anos recentes por grupos impactados por esse tipo de atividade econômica, percebe-se também uma maior divulgação desses casos nos jornais de maior circulação do estado do Maranhão, mesmo que ainda de forma muito tímida (NOBRE, 2016). Embora os danos sociais e ambientais causadas pela mineração não seja recente no Brasil, podemos falar, atualmente, de uma sensibilidade moral mais aguçada acerca dos problemas públicos decorrentes disso, em boa parte, devido à grande repercussão de desastres socioambientais, como o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho, municípios no estado de Minas Gerais.

Em nosso estudo, partimos de reflexões acerca da contribuição de problemas públicos e formas de comunicação na organização de experiências públicas que ensejam fenômenos cívicos e políticos como mobilizações coletivas e associações civis em torno de um caso de contaminação por ferro gusa sobre uma população de baixa-renda no Nordeste brasileiro. Consideramos que a praxeologia comunicacional (QUERÉ, 2012), somada à cooperação reflexiva (HONNETH, 2001) constituem a trama da experiência pública e de sua organização. Trata-se de experimentar coletivamente maneiras democráticas de exercício das capacidades críticas de atores sociais que compartilham momentos críticos (BOLTANSKI; THEVENOT, 2007). Isto requer, muitas vezes, o desenvolvimento de um modo de comunicação “alternativa” que nutre uma esfera pública comprometida com temas de interesse da coletividade, próximo do modelo normativo evocado por Habermas². O grande desafio que assumimos neste trabalho é justamente evidenciar a articulação entre expressividade de sentimentos de injustiça social, a formulação de discursos de protestos em espaços públicos mediatizados por dispositivos de publicização e a organização de ações coletivas que veiculam formas de demandas por compensações e reparações via linguagem dos direitos.

Para operacionalizar a investigação, nos beneficiamos de contribuições das

Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, participei como uma das organizadoras. Para mais informações, consultar: <<http://www.seminariocarajas30anos.org>>. Acesso em: 01/09/2020

² Este autor se refere à pluralidade de esferas públicas concorrentes sem ficar restrito aos espaços institucionalizados de participação pública e define o conceito de esfera pública como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensar em opiniões públicas enfeixadas em temas” (HABERMAS, 2003, p. 92). A crítica social que se produz nesse espaço transita entre o político e o social (ARENDT, 2007). Importante atentar para o fato de no Brasil, em função do oligopólio dos meios de comunicação de largo alcance, muitas vezes não contarmos com uma situação de comunicação favorável aos movimentos sociais e outras formas de mobilização social de âmbito local. (LEAL; RIBEIRO, 2008).

sociologias pragmática e pragmatista, as quais sustentam o postulado epistemológico de relevância para a pesquisa empírica de se levar a sério as capacidades de agir e de criticar dos atores sociais em situações problemáticas. A justaposição entre a perspectiva hermenêutica, fenomenológica e afetiva de Louis Quéré, por exemplo, contribui para a abordagem do problema público à medida que evoca que a maneira que aquilo que acontece é progressivamente individuado e reportado a um contexto de sentido, a estruturas de inteligibilidade e aos públicos que tais eventos configuram e interpelam. Trata-se de um deslocamento do acontecimento experimentado individualmente e ao seu tratamento em contexto de interpretação perpassado pela percepção a qual se vincula de alguma forma a dados da estrutura social. Quéré (2012) se ocupa em responder em que consiste o trabalho das emoções em contextos de mobilizações sociais e tenta aferi-las dentro da instituição na resolução de um problema público. Ele fala de um trabalho próprio das emoções – não apenas as emoções suscitam as questões, mas elas operam também dentro da configuração do problema e de sua solução. Para ilustrar este pensamento, pode-se evocar, de início, a *indignação*, onde tudo depende da ideia que se faz das ações possíveis sobre as causas e responsabilidades, podendo também ser referenciada como momento propedêutico à crítica (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Quéré analisa que as emoções coletivas são mais do que a agregação de emoções individuais juntas em um mesmo objeto e constituem uma dinâmica de reconhecimento mútuo apreendida sob o aspecto de suas consequências diretas e indiretas, do ponto de vista do bem comum ou do interesse coletivo. Em outras palavras, o autor refere-se à transição da experiência individual quando o ator reflete sobre o que aconteceu e como isso ganha uma amplitude coletiva que também foi experimentada por outros atores concernidos.

Mas, como se dá a formação de públicos em função do sentimento de indignação? Cefai (2009, 2011 e 2013) defende o método etnográfico para responder a essa questão de acordo com a situação. Enuncia que os sentimentos que surgem em momentos de crise são gatilhos relevantes nesse sentido. Portanto, “a ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes. E produz, simultaneamente, critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles” (CEFAI, 2009, p. 28). É a afetividade que faz com que haja experiência, tanto perceptiva, quanto cognitiva ou moral, ela é o que garante nosso contato com os outros e com as coisas, e o que mantém unidas as situações nos situando nelas. A ação coletiva não está toda no agir,

mas também no sofrer e no compartilhar” (ibidem, p. 31). A revolta e o protesto encontram suas fontes nos “quadros de injustiça” que são experimentados em momentos de aversão, desconforto, ansiedade, irritação, frustração, raiva, ressentimento e indignação (CEFAI, 2011).

Dewey valoriza a experiência como um modo de transformação incessante das situações que demandam pela criatividade humana e sua capacidade de julgamento e ação inteligente, caso haja condições apropriadas para isto. Neste ponto, correlaciona a fé na democracia normativa com a inteligência do homem comum de “responder com bom senso ao livre curso dos fatos e ideias que são asseguradas por garantias efetivas de livre investigação, livre reunião e livre comunicação” (DEWEY, 1939, p. 139). Acrescenta, desse modo, que a via da resolução de conflitos é mais eficaz aos moldes da democracia como um modo de vida, quando se fazem a partir de “tarefas cooperativas” onde as partes em disputa aprendem dando à outra a chance de se expressar. Segundo este autor, tudo que obstaculiza essa liberdade de comunicação e expressão, enfraquece o modo de vida democrático que, por sua vez, é a ordem política responsável por permitir o maior desenvolvimento dos indivíduos no papel de decidir em conjunto o destino do grupo a que pertencem. No entanto, ao desenvolver a questão da condição essencial do modo democrático de viver, Dewey faz o alerta de que as garantias meramente jurídicas que fundamentam a democracia são pouco úteis se na prática cotidiana que nos permite ser livres para nos comunicarmos e trocarmos experiências é sufocada por suspeita mútua, abuso, medo e ódio, características próprias de Estados totalitários. Ou seja, trata-se de analisarmos uma situação considerando a capacidade dos indivíduos de agirem de forma inteligente e reflexiva dadas as condições de liberdade que lhes são dadas, mas, por outro lado, considerarmos também a incapacidade dos mesmos em agir diante de circunstâncias das quais não possuem controle, tal como a assimetria de poder entre diferentes grupos em disputa. Segundo Dewey, para que haja emoção é preciso que haja um problema na situação, alguma coisa importante, mas ainda não bem definida, que aponta para uma conclusão incerta.

A incerteza pode funcionar como lócus agonístico em situações problemáticas, das quais se desconhecem causas e efeitos precisos de infortúnios coletivos e, neste sentido, a pesquisa que informa esta dissertação expõe e analisa um caso ilustrativo. Conforme anunciado acima, o estado do Maranhão é o palco dos acontecimentos que desencadeiam as narrativas desta investigação à medida que encontramos na região uma série de conflitos

socioambientais que se intensificaram a partir do modelo de desenvolvimento decorrente da crescente industrialização e consequente modernização do país visando a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (CARNEIRO, 1989; SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009; SBRANA, 2012). Considerado como uma zona territorial estratégica para a instalação de grandes empreendimentos tecnológicos, devido à vocação mineral da Amazônia, podemos destacar dentre os grandes projetos no Maranhão, a atuação do Programa Grande Carajás, instalado pelo governo federal em 1980, no sudeste do estado do Pará, no oeste do Maranhão e no norte de Tocantins. O objetivo principal desse empreendimento, iniciado nas décadas de 1970 e 1980, era garantir a exploração e comercialização das gigantescas jazidas de minério de ferro localizadas na Serra de Carajás, no território paraense, o que levou o estado a implantar infraestrutura para que pudesse ser feita a exploração e o escoamento da produção mineral, além de outras produções, assim como os de outros estados vizinhos.

Compôs o Programa Grande Carajás a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), do complexo portuário de São Luís, da Hidrelétrica de Tucuruí e de um vasto conjunto de estradas de rodagem³. Em decorrência dessas implementações de infraestruturas que partiram de iniciativas governamentais e privadas, surgiram conflitos entre comunidades locais impactadas e empreendimentos instalados ou em vias de instalação, devido à poluição ambiental, deslocamento compulsório, danos à saúde, interferência no modo de vida local, invasão de terras indígenas, desmatamento e extração ilegal de madeira, assassinato de lideranças comunitárias, violação dos direitos humanos, regularização de terras, atropelos nos processos de licenciamento ambiental. Tais fatos se convertem em perturbações que diminuem a qualidade de vida das populações que moram próximo à EFC e aos empreendimentos oriundos desta (FAUSTINO; FURTADO, 2013; COELHO, 2015).

Pesquisas recentes nas ciências sociais que tematizam efeitos devastadores provocados pela implantação de projetos tecnológicos controversos sobre o meio ambiente e as populações concernidas tratam de casos de conflitos sociais como uma nova questão pública com diferentes dimensões, evocando uma “ambientalização dos conflitos sociais” (ACSELRAD, 2010; LEITES LOPES, 2006). Esse cenário comporta a relação entre saberes especializados e leigos no quadro de experimentações públicas para tornar público um

³ Mais recentemente, se articulam a esse conjunto de empreendimentos de infraestrutura, a Hidrelétrica de Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaquí, entre outros (NOBRE, 2016, p. 06).

problema social. Essa ação conjunta tem resultados nos quais alguns podem ser observados e verificáveis através do método que procede com base nas inter-relações dessas ações. Em discussão com esta abordagem, Cefai (2009) conduz um diálogo da herança pragmatista com ressonância fenomenológica, onde acentua que os atores são confrontados a diferentes mundos na qual devem apresentar provas de justificação em relação às suas maneiras de se engajar. Ao apresentar contribuições da abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva, este autor pontua uma questão significativa em relação às experimentações democráticas, chamada de “cultura pública”, definida por ele como o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas. Dessa maneira, a constituição de um desafio de mobilização, de protesto e de conflito remetem ao estabelecimento de uma linguagem comum, ou seja, descobrir pontos comuns à situação do grupo em que se observa sinais de perturbação, conferir a disputas privadas um alcance público e converter mal-estares pessoais em causas coletivas. Essa cultura pode até ser reinvestida de um novo sentido através da reativação de experiências coletivas e públicas sedimentadas em ações precedentes que fortalecem aquelas por meio de pesquisas, experimentações e discussões, inventando novos formatos de ação. Em outras palavras, a revolta, o protesto, as mobilizações tomam forma nos quadros de injustiça identificados e apresentados ao público que, por sua vez, descontente com a situação procura buscar meios de solucionar o problema.

O surgimento de sujeitos coletivos atuantes no âmbito da questão ambiental é acompanhado de um processo histórico fortemente influenciado pela criação de um direito ambiental internacional e uma série de conferências na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU) que contemplavam debates e acordos acerca da necessidade de preservação e melhoria do ambiente humano, desenvolvimento sustentável, estabelecimento de metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e realização de projetos para a conservação da diversidade biológica,⁴ na qual o Brasil promulgou leis de importância

⁴ Ver o Relatório Brundtland apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, em 1987, composta por 21 países-membros da ONU. Essa Comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, o que permitiria surgir, assim, uma nova fórmula denominada “desenvolvimento sustentável”, a qual foi definida como aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras (MUNIZ; SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 261). No entanto, a lógica de compatibilizar desenvolvimento com preservação dos recursos e equilíbrios naturais é criticada por alguns estudiosos à medida que supõe, segundo Carneiro (2014), um suprimento infinito de recursos naturais e de equilíbrio dos processos ameaçados pela produção capitalista desenfreada, bem como a distribuição espacial desigual dos impactos causados por determinadas atividades produtivas. Outro fator preponderante nesse debate se refere à adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem conduzido meio ambiente e justiça social como “barreiras ao desenvolvimento” no qual os problemas socioambientais são meros problemas técnicos e administrativos passíveis de compensações, somando-se recentemente ao dismantelo da

significativa para a tutela do Meio Ambiente na década de 1980⁵. No entanto, a lógica de compatibilizar desenvolvimento com preservação dos recursos e equilíbrios naturais é criticada por alguns estudiosos à medida que supõe, segundo Carneiro (2014), um suprimento infinito de recursos naturais e de equilíbrio dos processos ameaçados pela produção capitalista desenfreada, bem como a distribuição espacial desigual dos impactos causados por determinadas atividades produtivas.

Outro fator preponderante nesse debate se refere à adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem conduzido meio ambiente e justiça social como “barreiras ao desenvolvimento” no qual os problemas socioambientais são meros problemas técnicos e administrativos passíveis de compensações, somando-se mais recentemente ao desmantelo da legislação ambiental brasileira como, por exemplo, a alteração do código florestal brasileiro, e a constatação da Ineficiência da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) (MONTAÑO, 2014). Nesse sentido, Zhouri, Laschefski e Pereira (2014) entendem que os conflitos ambientais extrapolam as tentativas técnica e gerencial proposta por essa visão hegemônica de desenvolvimento sustentável visto que a natureza foi convertida em uma simples variável a ser “manejada” para não impedir o “desenvolvimento”⁶. Decorre daí que projetos industriais tais como siderúrgicas, mineração, monoculturas de soja e eucalipto, hidrelétricas são geradores de injustiças ambientais e sociais na medida em que impõem riscos às camadas mais vulneráveis da sociedade. Esse tipo de situação se enquadra no que Pacheco (2012) chama de “racismo ambiental”, expressão que está associada ao Movimento Negro na década de 1980, nos Estados Unidos, em um momento de protestos contra um depósito de resíduos tóxicos no Condado de Warren, Carolina do Norte, onde descobriu-se uma grande parte desse tipo de aterro estava localizada em bairros habitados por negros, embora na região eles somassem apenas cerca de 25% da população. No entanto, para

legislação ambiental brasileira como, por exemplo, a alteração do código florestal brasileiro, e a constatação da Ineficiência da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) (MONTAÑO, 2014).

⁵ A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Dentre outras providências, cria órgãos responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental que constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e estabelece o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (Redação dada pela Lei nº 8,028, de 1990).

⁶ Para uma leitura crítica de desenvolvimento, veja Esteva (2000, p. 59-83). Para ele, essa palavra denota um sentido evolucionista de que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei necessária e inevitável. Metáfora que “deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” e que acaba se reduzindo ao conceito de crescimento econômico, desconsiderando a qualidade de vida.

alcançar as ONG 's brancas e ser legitimado na academia, o termo “racismo ambiental” passou a ser chamado de “movimento pela Justiça Ambiental”, temática que era considerada mais sensível nesses espaços. Este termo está associado aos impactos desiguais baseados no atual modelo de desenvolvimento que atinge principalmente populações negras, indígenas, pobres e trabalhadoras com menos recursos políticos, financeiros e informacionais para se protegerem. É justamente nesses territórios que a demanda por justiça ambiental ecoa como um instrumento de cidadania com o objetivo de promover a luta para acabar com a distribuição desigual dos riscos ambientais, que vem afetando a qualidade de vida tanto ambiental como a social.

Nesse sentido, considerando como os atores possuem capacidade de julgamento estético, moral e político, Boltanski (1991), Boltanski e Thévenot (1999) propõem nos seus estudos, advindos principalmente de pesquisas empíricas densas, levarmos a sério a questão da capacidade do ator para criticar, pois se trata de desnudarmos momentos de transição de uma causa individual para uma causa coletiva. Os autores mostram como as “cités” atuam na coordenação da ação entre parceiros que se lançam à atividade de estabelecer uma realidade problemática, visto que as pessoas operam sobre esses regimes de apoios normativos para situar ações. Estes autores constroem um quadro explicativo utilizando as cidades como pontos de apoio normativos para construir justificações. A “cité” é um modelo de humanidade comum – que permite estabelecer relações de equivalência entre os seres – baseada na questão do acordo, em relação aos sentidos do que é justo para os seus membros em situações de provas e de disputas. Elas são elaboradas a partir da filosofia política ocidental e fundamentadas em princípios de justiça comuns em relação ao bem comum visado e, este, orienta a pretensão à justiça dos atores sociais em situação. As seis cidades oriundas da tradição filosófica moderna são: a cidade da inspiração (Santo Agostinho), a cidade doméstica (Bossuet), da opinião (Hobbes), a cidade cívica (Rousseau), a cidade mercantil (Adam Smith) e a cidade industrial (São Simão) (idem).

Boltanski e Thévenot postulam que vivemos em sociedades democráticas onde as pessoas possuem contato com noções diferenciadas de justiça e se exprimem a partir disso. A dimensão sobre o que é justo e o que é injusto podem ser explicadas, então, a partir dos *momentos de prova* que, por sua vez, pode ser descrito como um estado de indeterminação inicial que depende do desempenho dos atores no curso da própria prova e impõe ao final uma ordem entre os competidores. São, portanto, “os elementos internos aos dispositivos de

prova que permitem estabelecer uma ordem de grandeza que, ao (e exatamente por) respeitar certas regras pré definidas e conhecidas por todos, é considerada como justa” (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 79). Por outro lado, quando há elementos externos que incidem sobre os efeitos decisivos da prova, se diz que o resultado foi injusto. Esse modelo de análise que engloba a investigação dos momentos de prova, consubstanciados nos contextos de ação e experiência, podem ser analisados em associação com a participação do público “leigo” em controvérsias técnico-científicas e de conflitos socioambientais, assumindo que estas possuem um papel central nessa dinâmica.

Alguns estudos realizados sobre controvérsias em conflitos ambientais nos mostram como elas podem evoluir ao longo do tempo e pontuam a importância que o trabalho de investigação feito por não-especialistas ocupa nas mobilizações, além de evidenciar também as relações problemáticas entre ciência e sociedade e entre tecnologia e democracia (BARTHE, et. al, 2011; CHATEAURAYNAUD, 1999; NUNES, 2003). A ideia de Dewey, segundo a qual o conhecimento é a solução prática de situações problemáticas vivenciadas na natureza, afirma que a investigação diz respeito tanto aos problemas em geral da vida do homem quanto aos objetivos específicos e próprios da ciência. Ele a define como “a transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada em uma situação de tal modo determinada nas distinções e relações que a constituem, que converta os elementos da situação original em um todo unificado” (SUCUPIRA, 1960, p. 58).

Segundo Honneth (2009, p. 219), “as reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento”. O autor busca entender quais os valores que movem a razão humana, pois nada está determinado a priori, tudo é um processo de luta porque os fatos históricos podem levar a reações imprevisíveis. O que leva à luta pelo reconhecimento é a negação do mesmo. Portanto, há um processo de aprendizado moral a partir do conflito: “Cognição, emoção e moral estão geralmente presentes nas ações e declarações políticas, moldando constantemente umas às outras. Só as distinguimos quando analisamos esses casos concretos” (JASPER, 2016, p. 27). Nos termos de Dewey (1971), é justamente a afetividade que faz com que haja experiência, tanto perceptiva quanto cognitiva ou moral. É ela que garante o nosso contato com os outros e com as coisas, e o que mantém unidas as situações nos situando nelas. Dewey afirma que a experiência é antes de tudo um processo em que experimentar uma situação implica um

modo de participar da mesma ou ser afetado por ela e,

(...) a investigação sempre depende da presença imediata dos conteúdos existenciais, direta, mas não cognitivamente, experienciados. A experiência poderia ser assim demarcada em suas fases perceptuais e conceituais. Na fase perceptual e imediata, aquilo que é dado é considerado enquanto emergindo da interação das coisas e organismos. E na conceptual ou mediata estes dados caracteres são ulteriormente vistos como material a ser utilizado pelo homem no prosseguimento da investigação; eles são selecionados no sentido de pertinência e relevância, como elementos na solução de situações problemáticas (...) distinguindo esses dois aspectos, a experiência não se restringe ao puro conhecimento nem se reduz ao subjetivo, ela inclui a situação total com todos os seus ingredientes motivacionais, emocionais e cognitivos (SUCUPIRA, 1960, p. 28-29).

Em outras palavras, com base no pragmatismo formulado por Dewey, aprende-se a pensar executando o pensamento. Todo conhecimento se faz de maneira reflexiva a partir de um problema, ou seja, de uma situação que desafia o indivíduo a encontrar uma solução. Um problema a partir do qual levanta-se informações, envolve pesquisa, articula-se hipóteses de solução, testa-se estas para se chegar a uma resposta. É o que vai levar à ação. As investigações leigas são constituídas nessa perspectiva de formular hipóteses a partir de situações verificáveis que, conseqüentemente, geram efeitos, desejáveis ou não. Tanto o conhecimento local quanto o conhecimento profissional são testados e transformados e a diferença entre eles é que o primeiro fornece indícios que, apesar das incertezas, são considerados suficientes para agir como forma de precaução. Para que haja uma ação pautada no segundo tipo de conhecimento, é necessário haver “conhecimento de causa”.

É justamente a negação de uma resposta ao problema público por parte das autoridades que pode levar investigadores leigos a formarem alianças com cientistas e/ou chamar a atenção de jornalistas para que seus alertas sejam ampliados. Além disso, a participação e associação com advogados, políticos e associações ambientais nacionais conduzem a novos processos de investigações que também modificam as ações de mobilização dos grupos afetados. A compreensão da dinâmica de controvérsias e conflitos ambientalizados nos orientam na análise dos processos evocados acima em diferentes situações e, portanto, fundamenta a seguinte pergunta de pesquisa: como elementos afetivos/emocionais e comunicacionais levam à organização da mobilização social da comunidade Piquiá de Baixo em torno do dispositivo de reassentamento desta população em função do problema público da contaminação pelo ferro gusa decorrente da atividade de mineração na localidade?

Esta Dissertação está dividida em cinco capítulos somados a esta introdução, e das considerações finais. O segundo capítulo, intitulado *Arquitetura dos elementos teórico-metodológicos*, apresenta a articulação entre a literatura sobre conflitos ambientais e a relevância da abordagem intelectual crítica e pragmática no estudo do caso. Está dividido em quatro subtópicos: Primeiramente, discutimos a noção de “ambientalização dos conflitos” que molda os discursos dos atores envolvidos no caso da contaminação e fundamentam as provas de justificação. Logo após, o percurso teórico envolve a constituição de públicos e formação da arena pública, onde chamamos a atenção para as análises críticas sobre o modo como a partir da cooperação entre atores, forma-se um quadro de organização local que cria instrumentos comunicacionais de denúncias e mobiliza atores externos em nível nacional e internacional. Na sequência, pensamos na construção do dispositivo de reassentamento através do trabalho normativo dos atores e do sofrimento social. Finalmente, partimos para os recursos analíticos da pesquisa.

O terceiro capítulo, intitulado *Empreendimentos de mineração e geração de riscos socioambientais no Brasil: a regulamentação em contexto de injustiças*, é dividido em quatro subtópicos onde o objetivo principal é fazer uma contextualização do quadro normativo brasileiro que regulamenta as atividades de mineração. Destacamos também a noção de risco nas controvérsias socioambientais e apresentamos uma lógica dos grandes empreendimentos de mineração no Brasil. Além disso, traçamos um histórico de Piquiá na cidade de Açailândia, dados demográficos e infra estruturais, perfil populacional, chegada do empreendimento minerador e o amparo legal para sua instalação em um bairro já existente no município.

No quarto, intitulado *A contaminação pelo ferro gusa em Piquiá de Baixo*, buscamos, a partir das entrevistas realizadas em campo, os aspectos fenomenológicos e hermenêuticos que permitem identificar o sentido de injustiça para os afetados pela contaminação do ferro gusa. Nesse desenho analítico, pontuamos os esforços cognitivos e afetivos dos moradores no sentido de alcançarem uma situação social mais digna, elemento que está presente desde o momento de problematização até a elaboração do dispositivo de reparação. Por fim, destacamos a importância da investigação leiga no trabalho de mobilização para o alcance do reassentamento como solução consensuada.

No quinto capítulo, intitulado *“Solução para a situação problemática: em busca da reparação”*, empreendemos uma abordagem processual do dispositivo de reparação que

nos permite identificar as diferentes expectativas e repertórios normativos dos atores em questão. Nesse sentido, o testemunho aparece como um elemento fundamental para a análise das questões propostas. Essa discussão está vinculada a um elemento jurídico conectado com a noção de justiça num estado democrático de direito e à ideia de democracia plena de sentido republicano, no sentido de definir um bem comum: a saúde pública.

2 ARQUITETURA DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO QUE EMBASA A PESQUISA

A proposta deste capítulo consiste em apresentar a construção teórica e metodológica que nos guiou em direção às observações e tratamentos dos dados coletados ao longo desta pesquisa. Trata-se de um arranjo inspirado nas interlocuções entre a literatura sobre conflitos ambientais e a relevância da abordagem intelectual crítica e pragmática e pragmatista no estudo do caso de intoxicação pelo ferro gusa no interior do Maranhão que circunscreve um diagnóstico de injustiça social/ambiental. Dito isso, o desafio inicial deste estudo foi o de dimensionar na análise da ação coletiva as variadas temáticas do campo em questão, tais como, desenvolvimento, políticas públicas, meio ambiente, movimentos sociais, desenvolvimento tecnológico, meios de comunicação e saúde pública.

É nesse sentido que Andréa Zhouri, em sessão temática sobre os “Desastres da Mineração no contexto da sociedade de riscos e desafios da contemporaneidade”⁷, apontou para a importância desse tema ser reconhecido nos espaços públicos de discussão, visto que, segundo afirma a pesquisadora, não temos no Brasil um campo – no sentido de Bourdieu (1989) - estruturado, institucional de debate constituído nem no âmbito do extrativismo vegetal e nem no extrativismo mineral, que são áreas com suas especificidades. Identificamos um campo dos conflitos ambientais, outro do desenvolvimento, antropologia da mineração e sociologia dos desastres. As questões dos dispositivos de governança e da luta para reparação, não confluem na mesma sintonia, são movimentos distintos, afirma Zhouri. Somado a isso, a preocupação com o quadro analítico a ser seguido neste estudo também se estendia ao fato de que, por ter ganhado visibilidade ao longo desses anos, há uma série de pesquisas realizadas em Piquiá que vão desde as consequências da poluição à atuação de atores mobilizadores externos (EVANGELISTA, 2008; MENDONÇA, 2017; SANTOS, 2018).

Descrições sobre o bairro foram elaboradas, por exemplo, no Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), e

⁷ A sessão especial mencionada ocorreu no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia realizado no período de 9 a 12 de julho na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis-SC. Andréa Zhouri é professora no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordena o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) que já desenvolvia pesquisas em Brumadinho e Mariana, antes mesmo das tragédias.

também nos relatórios da Federação Internacional dos Direitos Humanos (2011, 2019). Porém, no contato com a literatura disponível, percebemos que as questões teóricas que surgem desse processo, estão longe de serem saturadas, tal qual é a complexidade dos elementos constituintes e diversidade de atores envolvidos que se renovam de acordo com as novas situações e dificuldades que emergem nos momentos de crise no decorrer dos anos anteriores até o momento atual.

2.1 A “ambientalização dos conflitos sociais” em casos de contaminação mineral

A opção por operar neste trabalho com a noção de “ambientalização dos conflitos sociais” é justificada pelo fato de implicar em uma análise que trata da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação de conflitos, pressupondo transformações no Estado e no comportamento das pessoas em vários aspectos da vida cotidiana. É um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos associados a um processo de interiorização de formas de agir pelas pessoas e grupos sociais, segundo afirma Leite Lopes (2006). Este autor chama a atenção, sobretudo, para um processo de consolidação da temática ambiental que se manifesta por conflitos, contradições, limitações internas, assim como por reações, recuperações e restaurações que incluem formas de apropriação distintas da linguagem ambiental por diferentes atores.

Nesse panorama, podemos visualizar disputas que decorrem da participação de populações vulneráveis ou sob risco, profissionais e especialistas que incorporam essa temática nas políticas públicas e instituições de Estado, além de empresas que se apoderam da crítica a sua atuação e procuram usá-la a seu favor. Deste último, podemos citar a “responsabilidade ambiental” que reflete em vários campos do setor produtivo, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos. O resultado desse processo é visto pelo autor supracitado como a variação entre “a ilegalidade e ilegitimidade não fiscalizada de uma continuidade de práticas de acumulação primitiva ambiental até a violência doce do uso da linguagem e procedimentos ambientalmente corretos no contexto da dominação empresarial exercida de forma socialmente irresponsável” (ibidem, p. 32). Isso quer dizer que, apesar da relevância em termos de tomadas de decisões públicas e políticas que a temática ambiental ganhou nos últimos anos, há em curso uma violência simbólica,

principalmente por parte de alguns grandes empreendimentos que se utilizam dos argumentos de uma contínua implementação de gestão de riscos, mitigação de impactos e ações sociais para justificar uma série de danos causados no lugar onde se instalam e operam.

No caso que estamos analisando, os discursos dos atores envolvidos no conflito refletem essa lógica de legitimação ambiental à medida em que, no embate do espaço público, os afetados aliados a organizações sociais, ONGs e a pesquisas científicas questionam os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos. Enquanto empresas se defendem das acusações ao afirmar investimentos em proteção ambiental e ações sociais. O Estado, a depender das consequências negativas geradas, nega a eficácia desses investimentos e critica a falta de estrutura pública para implementar as fiscalizações necessárias. As instâncias jurídicas, embora apresentem no processo uma certa morosidade em lidar com o caso, como é o caso do Ministério Público e Defensoria Pública, servem como mediadoras para estabelecer acordos e intervir se, por acaso, não forem cumpridos, para tornar concreto o dispositivo de reparação. Acsehrad (2010) afirma sobre a noção de “ambientalização” que:

Essa pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc. Sua pertinência teórica ganha, porém, força particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos. É por meio desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da “proteção ao meio ambiente”. (ibidem, p. 103)

No Brasil, segundo o autor, o conjunto de entidades envolvidas no debate ambiental sempre esteve perpassado por uma questão central associada ao modo de como engajar-se em campanhas de proteção ambiental sem desconsiderar problemas prioritários como a luta contra a pobreza e desigualdade social. Esse ponto chama a atenção neste trabalho, pois em alguns momentos analisados no campo de pesquisa apresenta-se a preocupação ambiental como um obstáculo ao desenvolvimento, à criação de empregos e ao progresso da cidade em questão. Estes elementos são incorporados na discussão deste estudo de caso a partir das expectativas criadas pela população local com a chegada dos empreendimentos no local e

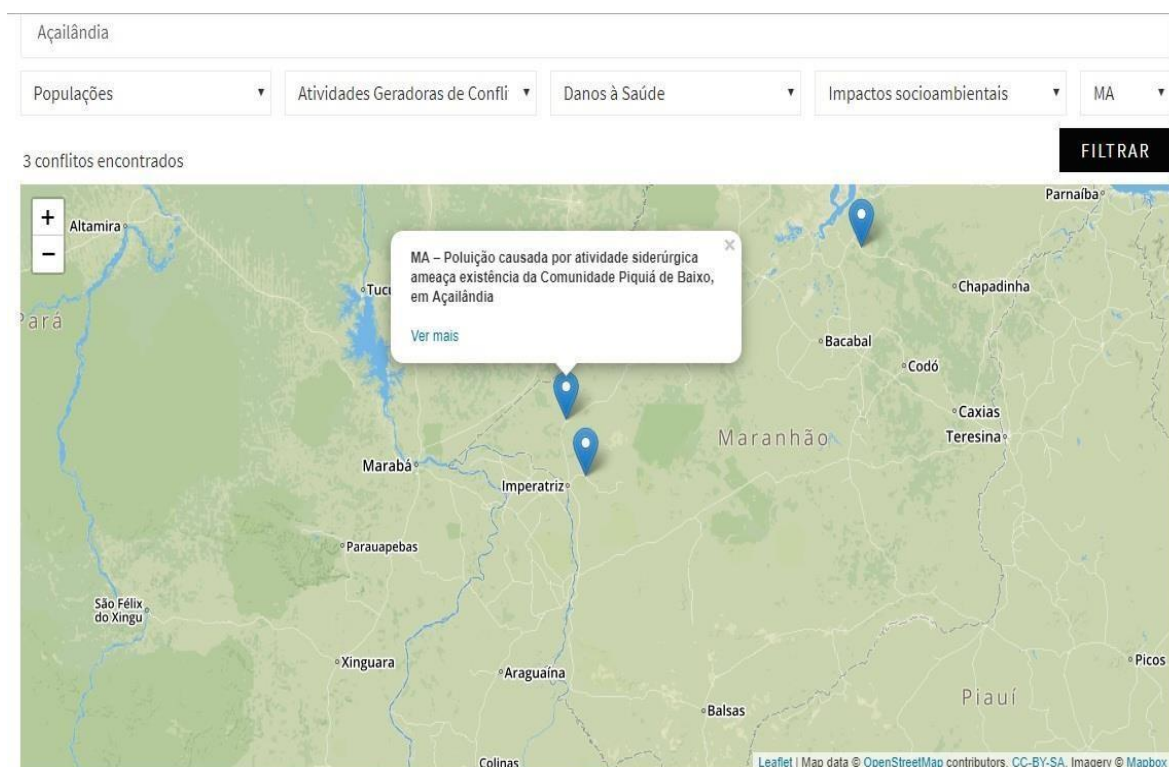
que gerou o rompimento de uma “confiança”, no sentido de Luhmann (2005)⁸, quando as promessas não aconteceram, de fato. Pelo menos não nas proporções em que foram manifestadas. A temática ambiental é enfatizada na medida em que as argumentações centradas em um sentido de justiça evocam as condições de poluição e consequente adoecimento causado com o funcionamento irregular das empresas.

Ao retomarmos a noção de “racismo ambiental”, percebemos que as injustiças ambientais no Brasil não se restringem à população negra, mas remete às diversas comunidades vulnerabilizadas, as quais são vítimas de uma lógica desenvolvimentista que forja condições de degradação crescente para uns e propicia lucros abusivos para outros, onde as empresas são atraídas pelas condições de isenção fiscal dada pelo Estado, ainda que estas sejam nocivas tanto ao meio ambiente quanto aos próprios trabalhadores. Conforme mostra o Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), a constituição dos movimentos por Justiça Ambiental no Brasil e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) a partir de 2002, surge das comunidades impactadas pelo movimento de desenvolvimento hegemônico que, junto com grupos solidários a elas, se organizam e se mobilizam.

Geralmente, os empreendimentos oriundos das políticas públicas desenvolvimentistas do Estado, possuem como características principais a concentração de renda e de poder; exploração insustentável dos recursos naturais; e autoritarismo na tomada de decisão sobre o uso dos territórios, não envolvendo as comunidades e relacionando-se diretamente com a violação dos direitos humanos dessas populações, somando-se às consequências para a saúde das mesmas (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013). Abaixo, a reprodução do Mapa de Conflitos supracitado que, por sua vez, faz um mapeamento de conflitos ambientais no Brasil com foco na visão das populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento. Dentre os conflitos destacados em vários estados, podemos observar a comunidade de Piquiá de Baixo, no município de Açailândia. Conforme nos mostra a imagem, é possível visitar a página eletrônica do Mapa de Conflitos e pesquisar por cidade ou estado, tipo de população atingida, atividades geradoras de conflitos, danos provocados e tipos de impactos.

⁸ Luhmann (2005) fala da confiança a partir de sua dependência com estruturas contingentes e do perigo que pode levar à uma ação social. Iremos retomar essa discussão no capítulo seguinte.

Figura 1. Mapa dos conflitos ambientais



Fonte: Fiocruz, 2010.

Este quadro analítico relaciona-se à noção de “justiça ambiental”⁹ que refere-se a uma ligação lógica entre a degradação ambiental e injustiça social. Segundo Acelrad (2010), a ressignificação da questão ambiental no Brasil se mostra cada vez mais central e ligada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda nas arenas onde acontecem os embates sociais. O autor mencionado evidencia a lógica cultural onde os riscos ambientais são diferenciados, desigualmente distribuídos e o ambiente passa a integrar as questões pertinentes à cultura dos direitos onde os sujeitos do conflito são aqueles que denunciam “a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-

⁹ Segundo Acelrad (2010), “a noção de ‘justiça ambiental’ resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. O Movimento de Justiça Ambiental surgiu a partir dos anos 1980 nos EUA denunciando a lógica socioterritorial que torna desiguais as condições de exercícios dos direitos, ou seja, a lógica dita “Nimby” – “not in my backyard” [“não no meu quintal”] que depois passou a vigorar como “sempre no quintal dos pobres” (Bullard, 2002). O Movimento se difundiu no Brasil através da Comissão de Meio Ambiente da Central Sindical (CUT) no Rio de Janeiro e por grupos de pesquisa do IPPUR/UF RJ, e em 2001 foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos” (ACSELRAD, 2010, p. 108). Ou seja, a poluição atinge de forma variável os diferentes grupos sociais.

A crítica ao modelo de desenvolvimento é construída a partir da capacidade de “deslocalização dos capitais”¹⁰ que usam do poder de chantagem locacional para impor aos setores menos organizados da sociedade níveis de poluição que são rejeitados por setores mais organizados. É nesse cenário que surgem sujeitos coletivos onde essa noção de justiça ambiental se materializa e é geralmente acionada no contexto discursivo dos grupos inicialmente mobilizados ao passo em que eles entram em contato com ONGs, pesquisadores e outras entidades e organizações que possuem algum conhecimento científico para orientar determinadas ações políticas.

Dessa forma, reconhece-se a força que o “poder simbólico” da expertise tecnocientífica exerce nos campos de disputa, mas buscamos trabalhar com a ideia de que os atores não são mais apenas simples marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem e, portanto, possuem capacidade crítica que são acionadas em momentos de incerteza que vem, por exemplo, da indignação e do sentimento de injustiça (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999).

2.2 Constituição do problema público, associações e elaboração de provas

A ideia de delinear no tópico anterior sobre o surgimento da temática ambiental como nova fonte de legitimação argumentativa em contextos de disputas como o de Piquiá de Baixo, decorre da importância de trazermos à tona, de uma maneira mais geral, as discussões que nos trouxeram às abordagens crítica, pragmatista e pragmática a partir dos elementos teóricos que os processos de disputas nos indicam. Com isso, destacamos três principais movimentos da ação coletiva que projetam o dispositivo de reparação como objeto epistêmico e político que resulta da mobilização de atores sociais em torno da compensação mediante os sofrimentos causados pela contaminação com o ferro gusa: 1) a constituição do problema público que perpassa um processo reflexivo das experiências perturbadoras e sua

¹⁰ “Deslocalização é o termo que descreve o fato de determinados empreendimentos serem retirados de seus locais de implantação para serem realocados em outro ponto, região ou país onde as condições político-institucionais sejam mais favoráveis à acumulação de riqueza – tais como normas ambientais frouxas, direitos sociais revistos e leis urbanísticas flexibilizadas” (ACSELRAD, 2010, p. 115).

consequente publicização; 2) as formas sociais que se apresentam através das “associações” revelando significados na política e nos discursos dos diferentes atores; 3) a elaboração de provas, um dos principais elementos que evocamos nesta pesquisa para ressaltarmos o exercício da cidadania em um plano político onde os cidadãos revelam sua capacidade de investigar, experimentar, comunicar e raciocinar coletivamente.

Segundo Cefai (2017, p. 20), “esses elementos devem ser colocados à prova de pesquisa para se verificar empiricamente se elas são mais ou menos justas ou falsas”. Desse modo, considerando que a “ambientalização” remete à inteligibilidade da ação, nos preocupamos em descrever e interpretar as competências dos moradores afetados e mobilizados em cada situação. Percebemos, portanto, a necessidade de fazer uma reconstituição dos eventos que marcam o processo de ação coletiva dos afetados pela mineração no bairro. Para tal, executamos um procedimento descritivo/explicativo que busca apontar de que forma se dá a constituição de um público e como os atores se mobilizam para pautar na arena pública um problema social.

Etapa 1- Pensando a constituição de um público

O ponto de partida para pensar a constituição de um público se ampara na concepção de John Dewey que faz uma distinção entre os fatos que condicionam a atividade humana e fatos que são condicionados por ela. A ideia base é que numa investigação, devemos partir das ações realizadas, não pelas causas dessas ações, e considerar suas consequências. Devemos ter um olhar mais atento quanto à distinção entre o público e o privado, sabendo que o limite entre ambos está na base da extensão e forma das consequências das ações. Assim sendo, “o ‘público’ consiste em todos aqueles que são afetados pelas consequências das transações a tal ponto que se considera necessário ter essas consequências tratadas sistematicamente” (DEWEY, 1927, p. 34). Em outras palavras, quando a transação deixa de envolver apenas as partes imediatas dela, aqueles que são indiretamente afetados formam um público que toma providências para conservar interesses instituindo acordos ou outros meios de pacificação para localizar o problema. Isso ocorre quando há reconhecimento das consequências negativas de uma ação que faz emergir interesses em comum e demandam por medidas e regras.

Nos excertos de “O público e seus problemas” ao esforçar-se para construir uma hipótese sobre o Estado democrático, Dewey (1927) levanta o seguinte questionamento: quais são as condições sob as quais podemos razoavelmente visualizar o *público* emergindo do seu eclipse? Para respondê-la, apontou duas condições para a sua existência: primeiro, liberdade da investigação social e distribuição de suas conclusões; segundo, não pode haver público sem total publicidade com relação às consequências que dizem respeito a ele, pois a comunicação dos resultados da investigação social é a mesma coisa que a formação da opinião pública e marca o crescimento da democracia política.

A investigação social refere-se à constituição de uma dinâmica que envolve a definição do problema, determinação de suas causas, identificação de seus fatores e estabelecimento de responsabilidades. Nesse ínterim, os atores associam-se, organizam-se, encontram líderes para convencer e mobilizar em grande escala, argumentam, criticam, testemunham, avaliam, interpelam à opinião pública e os poderes públicos, fazendo surgir assim o problema e seu público (CEFAI, 2017). É, portanto, nessa relação entre a emergência de um *público*, a importância da publicização e existência de um espaço democrático que permite a formulação de críticas e protestos que buscamos, através de marcadores essenciais sobre o que é justo e injusto em termos de reparação para as pessoas afetadas, evidenciar a emergência de um discurso de defesa de direitos alinhados à percepção do problema social de poluição e saúde, a sua problematização e como a solução apresentada se desenvolveu através do nível de participação destes.

A abordagem pragmatista ao lançar novas perspectivas de questionamento aos modelos da ação, da organização e da cultura de problemas públicos, critica as teorias da ação racional e da mobilização que tenderiam a reduzir todas as iniciativas de mobilização coletiva a cálculos de interesse, material ou simbólico. Deste ponto de vista, as novas sociologias da ação anti-utilitaristas nos apresentam um repertório fecundo nos estudos voltados para a ação coletiva, tais como, outros modos de engajamento, formas de experiência e regimes de ação, o agir comunicativo, procedimentos de categorização dos etnometodólogos, a retomada das questões da filosofia analítica e da filosofia prática, a emergência de um senso cívico que conduz a formas de denúncias, reivindicação e de mobilização em torno da experiência de problemas públicos, investigação gramatical das formas de justificação. Nesse sentido, Boltanski e Thevenot (1991) acrescentam que “... a ideia de *cit * teve por escopo identificar a constituição interna das metafísicas ordinárias

mobilizadas no dia a dia pelas pessoas que recorrem a princípios lógicos e a valores que no Ocidente se tornaram hegemônicos e explicitar quais os critérios que marcam sua legitimação no espaço público” (CORRÊA; DIAS, 2016, p.74). Depreende-se, então, que a capacidade crítica do ator é acionada pelos momentos críticos que vem por exemplo do sentimento de injustiça, de injúria.

Não foi sem segundas intenções que nós empreendemos, no curso de uma pesquisa anterior (BOLTANSKI; DARRÉ, 1984, p. 3-40), tomar por objeto as disputas entre as pessoas, o sentido da justiça que elas colocam em prática nessas disputas e as denúncias de injustiça que elas opõem umas às outras nas situações mais ordinárias da vida cotidiana e também nos contextos marcados pela bizarrice ou extravagância. A denúncia nos interessava também sob outro aspecto, mais pessoal no sentido em que tocava nossa própria atividade profissional e os interesses pelos quais nos engajamos nela. Porque as pessoas que o sociólogo, quando estes lhes tomam como objeto, chama de ‘comuns’, não são as únicas que formam denúncias de injustiça e que as levam ao espaço público (BOLTANSKI, 2015, p. 131).

As críticas que recaem sobre Boltanski referem-se a uma certa ausência da discussão sobre poder e dominação em seus trabalhos. O que não é de todo verdade, visto que em “O novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), o poder é pensado nesse sentido, a partir dos manuais das empresas que estão interpeladas por uma série de noções altamente subjetivas. A fragilidade nesse trabalho em questão foi, talvez, não ter dado mais visibilidade para a subjetividade,¹¹ conforme critica Dardot e Laval em “A nova razão do mundo”. Mas, afinal, o que é justo e o que é injusto nas denúncias públicas? Boltanski trabalha mais a fundo essa questão em “La Denunciation”. Ele observa que as críticas contidas em cartas encaminhadas ao Jornal *Le Monde* são levadas em consideração segundo o padrão de normalidade trivial, o qual alicerça justificativas de insatisfações e seus motivos. O grau de generalidade das denúncias orienta a designação entre normal e patológico. Mas, a grande questão é: como se passa de uma causa individual para uma causa coletiva? Esse trabalho é o laboratório fundamental deste autor para pensar a questão das cités. Em “De la Justification”, Boltanski e Thevenót explicam a questão da competência do ator afirmando que este tem competência gramatical, linguística que o habilita a agir no mundo. Esta premissa permitiu aos autores investigarem sobre quais os critérios e as operações serviam ao discernimento não apenas dos argumentos legítimos, mas

¹¹ Notas da aula de sociologia contemporânea do departamento de pós-graduação em sociologia – UnB, 2018.

também dos ilegítimos, como também a grandeza ou a insignificância de uma causa, um argumento ou uma denúncia (CORRÊA; DIAS, 2016).

Cefai (2012) observa também os limites dessas capacidades de agir e criticar, conforme as situações e experiências dos atores. A investigação dos momentos de prova em momentos de tensão, de conflito ou crise em torno de situações problemáticas desnudam as transformações operacionais que ocorrem ao longo do processo de uma organização. Em termos práticos, vivemos numa sociedade crítica dos atores sociais - sociedades democráticas onde há contato com noções diferenciadas de justiça e, dessa forma, ao investigarmos a lógica que orienta a ação situada em momentos críticos, de incertezas, insegurança, desacordo, estamos lidando como um momento em que se tem uma disputa sobre determinado objeto. Esses elementos são fundamentais na tentativa de responder à pergunta de como se passa do problema do social ao social como problema. Em outras palavras, “o social deixa de ser o fator explicativo do mundo social e torna-se aquilo que deve ser explicitado por meio do modo como os atores, em meio aos momentos críticos e situações indeterminadas, fazem, desfazem e refazem suas associações heterogêneas (CORRÊA, 2014, p. 35).

Em nossa pesquisa, destacamos um fator fundamental nesse contexto de análise que se refere justamente ao momento em que alguns moradores de Piquiá de Baixo afetados pela contaminação do ferro gusa revelam a incapacidade de agir e levar adiante a mobilização para o reassentamento por afirmarem não ter um conhecimento “especializado” que os orientasse em processos burocráticos de reparação de danos. Surge então, a busca por aliados, ou seja, atores externos que fossem capazes de legitimar cientificamente e juridicamente as investigações sociais que já haviam sido iniciadas com a ACMP e torná-las argumentos de justificação mais consistentes para o espaço de debate público.

Etapa 2 - As associações como vetores de denúncia e ação coletiva

Afinal, em que condições os moradores de Piquiá percebem a possibilidade de agir diante dos problemas no bairro, os quais foram agravados com a chegada das empresas? Quais as primeiras tentativas de solução do problema? Quais dificuldades encontradas e o que levou, de fato, à procura de aliados para implementação de um dispositivo de reassentamento?

A “sociologia das associações” de Latour (2012) busca entender como o social acontece a partir de um processo de agregações e como, em sua lógica interna, pode explicar alguns traços daquilo que faz uma associação durar mais e estender-se por um espaço de tempo maior. Isso é possível se levarmos em conta que a esfera do social é bem mais ampla do que a sua limitação de relação com os humanos. Apesar de advogar por uma “teoria do ator-rede”, ajustada à necessidade de uma nova teoria social aos estudos de ciência e tecnologia, este autor não dispensa a “teoria do social”. Ele afirma que, em situações nas quais as inovações proliferam, as fronteiras de grupos são incertas e o leque de entidades a considerar flutua. Latour postula uma sociologia do social que consiga encontrar novas associações de atores. Dito de outro modo, a teoria que o autor critica “funciona bem quando se trata daquilo que já foi agregado, mas nem tanto quando o problema é reunir novamente os participantes naquilo que não é – ainda – um tipo de esfera social” (ibidem, p. 31). Indo de encontro a esses pressupostos, extraímos de Latour a ideia de “seguir os próprios atores” com a finalidade de descobrir “o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para suas adequações, quais definições esclareceriam as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer” (ibidem, p. 32).

Esse caminho nos leva a duas categorias que se complementam para a análise da forma de ação dos atores a partir de suas experiências. Em primeiro lugar, nos referimos à noção de “arena pública” definida por Cruz e Freire (2003, p. 75), como “o meio mais adequado para o estudo da ação coletiva, uma vez que aborda as relações de conflito e de cooperação no contexto de uma “lógica dramaturgica”, com atores e papéis determinados, segundo a interpretação mútua de ações e comportamentos em uma situação dada. A ideia de “situação”, por sua vez, está imbricada no recorte analítico feito por Freire (2016) a partir de autores pragmatistas e da guinada pragmática, ao pressupor que nossas percepções das situações orientam a conveniência ou inconveniência de determinadas maneiras de agir, caracterizadas por uma expectativa e uma avaliação que podemos ter em um dado momento e lugar.

A apropriação desses conceitos orientaram parte da observação da organização da experiência e o engajamento situado dos moradores de Piquiá e missionários combonianos¹².

¹² Os Missionários Combonianos são uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana, responsáveis por fundar o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos em Açailândia. Desde então, tiveram como missão prioritária inicial o acompanhamento de trabalhadores das siderúrgicas, sobretudo, pelas denúncias de trabalho escravo naquela região.

Dessa forma, não poderíamos ignorar as experiências que representavam a quebra de uma rotina no bairro causada pela poluição, tais como as doenças com sintomas cada vez mais comuns e frequentes, as casas sujas de pó de minério, a fumaça das chaminés que perturbavam as conversas dos vizinhos no final da tarde, o barulho das siderúrgicas que impedia o sono e o gás que sufocava os moradores de tempos em tempos. Todos esses fatores, reforçados durante as entrevistas com os habitantes do bairro contaminado de Piquiá, constituem um conjunto de motivações que levam à ação e compreende uma perspectiva metodológica do enquadramento “framing analysis”, onde Goffman (2012), centraliza seu pensamento na ideia de experiência de cada indivíduo, resultantes das realidades onde estão inseridos. É esse esquema perceptivo, cognitivo e prático da experiência social que permite compreender o que acontece em uma situação social e como nela se envolver. Sustentamos ainda essa visão ao descrevermos, por exemplo, a forma como as pessoas se associam para discutir a existência de um problema de saúde relacionado a impactos ambientais e descobrem vivências compartilhadas da mesma situação. Diante disso, as pessoas se mobilizam através de um interesse em comum, promovem intercâmbios de experiências, se especializam em instituições científicas para formularem provas e atuam em rede para amplificar suas denúncias em um movimento dinâmico de publicização.

A produção de uma coletividade em torno da vida associativa é elucidada, de maneira mais fidedigna, a partir da observação direta e da descrição como método de análise. Esta dinâmica permite ao pesquisador se engajar em situações cotidianas e participar de eventos únicos aos quais assiste e testemunha no momento exato de sua produção (CEFAI et al., 2017). Há uma preocupação, portanto, em saber quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Prioriza-se as situações sociais sem perder de vista os sentidos e significados que se constituem no contexto da ação, além de não dissociar os questionamentos culturais dos sociais. Partindo dessa perspectiva, investigamos o modo como a Associação Comunitária de Piquiá de Baixo protagoniza a emergência de um novo coletivo ao promover um certo número de interações, de ações e de atividades.

Mas de qual tipo de associação estamos falando? Cefai et al., (2017, p. 31) afirmam que “falar de associações, em geral, é ainda demasiadamente vago pois não é um tipo de organização homogêneo”. É nesse ponto que, ao observarmos a heterogeneidade dos atores envolvidos na “situação” que nos comprometemos a analisar, optamos por colocar em

prática uma arquitetura dos regimes de engajamento, coordenação e justificação por meio do qual os participantes reduzem suas diferenças, apaziguam conflitos, organizam suas experiências e constroem argumentos para tornar viável o dispositivo de reparação.

Desse modo, para discutirmos o engajamento da Associação de Moradores enquanto uma organização que possui o papel político de mediação entre os interesses dos habitantes e os interesses governamentais e/ou da empresa, visto com frequência como antagônicos, se faz necessário destacarmos pontos significativos para o entendimento de alguns conflitos atuais no caso que analisamos. Freire (2017), ao estudar o papel das Associações de Moradores no processo de implementação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro, evidencia duas questões pertinentes a esta pesquisa: a primeira, se refere à relação entre os habitantes e as Associações de Moradores. Para a autora supracitada, esse tipo de organização, assim como qualquer movimento associativo, estão sujeitos a desconfianças. O trabalho de campo permitiu a constatação desse fator tanto na fase de organização do grupo para as denúncias públicas quanto no processo em andamento do dispositivo de reparação, quando alguns moradores colocam em dúvida as intenções e transparência financeira dos representantes da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP). Em segundo lugar, a relação entre a Associação de Moradores e o Estado, onde Letícia Freire evidencia a importância do desempenho da organização em defender os interesses coletivos dos moradores através do acompanhamento de perto da liderança e, assim, garantir obras de melhor qualidade que as demais. Este último elemento se enquadra no conjunto de ações e atividades realizadas pela ACMP desde os esforços iniciais de cobrar do governo local alguma medida para conter os danos no bairro, até a constituição de uma associação de caráter mais amplo, como a aliança com Missionários Combonianos e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

Segundo Cefai et al. (2011), a relação de confiança e de simpatia, as vezes de rancor e reprovação, que existe entre os membros de uma associação de moradores é própria de vizinhos e tem seu lugar por meio de provas compartilhadas, ou seja, se difere da lógica econômica ou burocrática. Além disso, o tipo de engajamento dos seus membros não é somente por dinheiro, poder ou prestígio. Dentre os motivos recorrentes citados pelo autor, estão a recusa à injustiça social, preocupação com o bem público, indignação contra a negligência política, ligação à vida do bairro, etc. Nessa análise, consideramos os “vínculos de proximidade” na constituição da ação pública, pois remete ao que é vivido como tendo

importância na vida cotidiana dos moradores (CEFAI, 2011). Dito de outra forma, se refere aos modos de uso, frequência e habitação na comunidade que, por sua vez, nos oferece um olhar sobre a percepção de “normalidade” quanto ao que era morar em Piquiá antes do impacto da poluição. Portanto, trataremos aqui de “seguir os atores em ação” (ou actante), no sentido de Latour (2012), analisando elementos de situações ocorridas desde as investigações iniciais ao momento atual, presenciadas por mim ou narradas por terceiros, agregando-os à descrição a fim de propiciar uma melhor compreensão do contexto.

Etapa 3 - Das expectativas normativas à análise de discurso crítica

A preocupação em analisar o que os atores esperam em função do que estava estabelecido normativamente alinha-se à noção de “expectativas normativas” empreendida por Parsons (1977). Ao reconsiderar em seus estudos os problemas teóricos colocados pelas estruturas e processos integrativos da sociedade, o referido autor dá centralidade ao sistema de valores da sociedade, pois é o que mantém, em determinado grau, o funcionamento desta. Portanto, na medida em que o conjunto dos juízos de valor feitos pelos membros da sociedade seja, de fato, possuído em comum e institucionalizado, ele descreve a sociedade enquanto entidade empírica (idem, p. 91). Influenciado pela teoria durkeimiana, o entendimento é de que os valores compartilhados de um grupo exercem uma pressão nos indivíduos e cria expectativas de comportamento em relação ao papel desempenhado pelos seus membros. Dessa forma, o autor estabelece uma distinção entre valores e normas: os primeiros não envolvem referência a uma situação, ou referência à diferenciação das unidades do sistema em que são institucionalizados. As normas, por sua vez, tornam essa diferenciação explícita. Elas derivam dos juízos de valor institucionalizados no sistema de valores. Por isso, o termo “normativas” é empregado aqui no sentido de envolver a orientação de pessoas para e através de concepções do que é desejável.

O que queremos dizer com isso é que as expectativas mudam em função da definição da situação. Por exemplo, no contexto da instalação de uma atividade econômica com vistas ao desenvolvimento e crescimento econômico de uma determinada localidade, espera-se que haja emprego, renda e melhoria da qualidade de vida daquela população. No entanto, se o resultado for o oposto disso, em algumas realidades específicas as avaliações mudam e se tornam objetos de críticas. Podemos observar as expectativas normativas a partir

de dois fatores fundamentais: quando em uma situação de informação ou desinformação, não se tem a compreensão de que a chegada daquela atividade vai gerar danos; ou, quando se sabe que há riscos, mas não existe uma certeza que esses riscos vão vir à tona e, muito menos, prejudicar a saúde da sua família.

Queré (2012) destaca nos seus estudos sobre “o trabalho das emoções” dois tipos de dinâmicas que se contrastam em função de ‘orientações afetivas’: uma dinâmica inercial, quando uma situação corresponde a nossas expectativas e permanecemos inerte, não nos emocionamos; a outra seria uma dinâmica informativa, que decorre da irrupção dessas expectativas, nos fazendo experimentar alguma emoção, pois as contraria em um sentido que importa para nossas atividades.

Nessa perspectiva, Resende (2006) nos oferece uma ferramenta analítica particularmente interessante para pensar os movimentos sociais e, especificamente, populações que são afetadas por crimes ambientais. Apesar de partir de casos isolados, evidencia elementos presentes em uma teoria geral de protestos coletivos. A referida autora trabalha com a abordagem da Análise do Discurso Crítica (ADC) que apresenta a concepção da linguagem como modo de interação e produção social. Embora essa metodologia reconheça os trabalhos de Foucault (1997; 2003), relacionados ao princípio da linguagem como espaço de luta hegemônica e o conjunto de práticas discursivas disciplinadoras, destaca como lacunas, a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso e a falta de análise empírica de textos. Conforme a autora supracitada:

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (RESENDE, 2006, p. 27).

A proposta da ADC é agrupada conforme um modelo tridimensional que compreende a análise do texto, a prática discursiva e a prática social. As ‘práticas’ são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política, cultura e vida cotidiana. Nesse sentido, refletimos sobre como as práticas sociais dos moradores em Piquiá moldam seus discursos, como são afetados pelas mudanças contemporâneas e quais as possibilidades de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social. Outro passo é a identificação dos sentidos e orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas que sustentam o problema verificado e constituem obstáculo para a mudança estrutural.

Posteriormente, verificamos os possíveis modos de ultrapassar os obstáculos por meio das contradições da conjuntura.

Nessa operação, levantamos o seguinte questionamento: e se essa população atingida pela contaminação por ferro gusa tivesse acesso às informações necessárias sobre os impactos dos empreendimentos logo no anúncio de sua chegada, agiriam de algum outro modo? Continuariam ‘confiando’ em possíveis mitigações desses impactos, uma vez que seriam beneficiados com a oferta de postos de trabalho e outros benefícios econômicos? Não sabendo dessas respostas, buscamos identificar na pesquisa de campo quais eram as expectativas iniciais dos moradores no período de pré-instalação das empresas e as expectativas quando começaram a sentir os efeitos da poluição. Esse movimento analítico é utilizado para mapearmos o discurso crítico dos habitantes do bairro sustentado a partir de algumas falas a respeito da contaminação, dos efeitos na saúde do público reclamante e a estigmatização que essa população sofre em função dessas consequências. É esse contra-discurso que, efetivamente, vai dar sentido à luta por justiça social e ambiental. Além disso, revela os elementos ideológicos e de poder do discurso hegemônico das mineradoras amparado por uma lógica industrial e mercantil que traz uma economia mais forte, com geração de empregos.

Utilizamos esse método para analisar como os moradores legitimam suas decisões sobre o reassentamento e como eles respondem a críticas potenciais provenientes dos agentes com quem estão em disputa, por exemplo. Operamos com as qualificações do “engajamento” a partir da “atividade política”, definida por Jussara Freire (2016, p. 31) como “aquela que desfaz a ordem que estipulava as partes de uma comunidade, podendo reconfigurá-la. A atividade política é, portanto, aquela por meio da qual se vocaliza o que parecia antes um mero ruído.”. Seguindo essa lógica, só é possível analisar um processo de publicização de certos assuntos depois da ampliação de lugar e de pessoas, ou seja, fazer uma análise sobre o movimento cognitivo do singular para o geral. Para ascender à crítica em um nível de forte publicização, é necessário entender como esta se constrói e quais condições obedece para “ser levada a sério” por quem tem a competência de responder publicamente a essa demanda (idem).

Etapa 4 - Passagem do problema social ao problema público de saúde

A concepção de problema público não pode ser equiparada à de problema social, embora, um problema público muitas vezes esteja amparado no problema social, como é o caso de Piquiá. Conforme demonstraremos neste estudo, a escassez de uma infraestrutura básica e sanitária capaz de atender com efetividade a demanda dos moradores do bairro por água própria para consumo, escolas, postos de saúde e etc são problemas sociais de longa data - identificados por gestores e autoridades públicas - que se estendem a toda a cidade em que está localizada¹³. A questão é que todos esses elementos se agravam na comunidade com o início das atividades de siderúrgicas e, com isso, os moradores produzem um esforço cognitivo e afetivo no sentido de alcançar uma integração social mais digna, uma vez que demonstram que os problemas evocados se traduzem em riscos de vida dessa população. Portanto, uma das indagações que fazemos se refere a como esse problema é sentido e elaborado como um incômodo e uma injustiça, se tornando um problema para um público.

Gusfield (1981), em sua obra *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*, procura entender como o ato de dirigir um automóvel em estado alcoolizado tornou-se e foi reconhecido como problema público norte-americano apresentando, na sequência de elaboração deste, as qualidades dramáticas, cerimoniais e ritualísticas que constituem o foco de sua observação. Este autor parte da ideia de que nem todas as situações de experiências dolorosas vivenciadas pelas pessoas tornam-se assuntos de interesse público, pois as condições objetivas 'raramente' são tão óbvias e convincentes ao ponto de engendrar espontaneamente a verdadeira consciência. Por isso, diz ele, a primeira preocupação do sociólogo ligada à compreensão dos problemas públicos é explicar seu caráter problemático, ao invés de aceitar que dirigir embriagado é um dado adquirido, como se fosse parte da natureza das coisas. O efeito disso no nosso estudo é o de esclarecer o processo pelo qual a associação entre a produção da cadeia mínero-siderúrgica e seus impactos em uma comunidade local se tornou uma questão pública. Nesse contexto, a definição de uma condição putativa como um problema é tema distinto da sociologia dos problemas sociais e implica reconhecer, na análise, a multiplicidade de possibilidades para sua resolução (GUSFIELD, 1981).

É nesse sentido que Lança (2000), ao fazer uma análise do caso Timor, apresenta

¹³ Para deixar mais claro a diferenciação que fazemos entre “problemas sociais” e “problemas públicos”, nos fundamentamos em Lança (2000) que define “problema social” como “tudo que constitui problema na sociedade num determinado momento, em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes” (ibidem, p. 115).

dois aspectos importantes: 1) a “subida em generalidade” de um problema local para um problema geral e internacional; 2) a “indignação moral” perante o terrorismo e a consciência de que o poder político espanhol por si só não o conseguem resolver, gerando protestos e manifestações pelas mortes. De igual modo, essa passagem do problema social para o problema público, potencializada pela indignação, pode ser observada em Piquiá no momento em que, após esgotadas as tentativas de diálogo com os poderes públicos locais e empresas, percebe-se o pouco interesse ou ausência de esforços por parte da prefeitura e empresas para construir uma solução. A alternativa é a uma base de articulação junto à igreja católica, instituições de pesquisas nacionais/internacionais e a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) para fortalecer no cenário local as denúncias.

Diante disso, revelam-se estratégias discursivas alinhadas a dois movimentos de significativa força política na sociedade contemporânea: o ambientalista e o dos direitos humanos. O primeiro evoca as controvérsias geradas entre grandes empreendimentos de mineração e suas consequências em populações vulnerabilizadas, reforçando a frequência em que ocorrem em diversas partes do mundo. Além disso, são grupos que utilizam justamente das experiências em situações análogas para elaborar novas críticas, táticas de mobilização e “expertise” com as negociações. O segundo, se fundamenta, sobretudo, em uma moralidade ética que pressupõe princípios igualitários de direito ao legitimar a livre organização, comunicação e reivindicações por uma condição de vida equilibrada e saudável. A própria mobilização deve estar ligada à exigência desses princípios, pois sem um espaço público de discussão crítica e esclarecido, dificilmente os problemas sociais existentes numa sociedade ascendem à visibilidade e ao status de problema público, passando do singular ao coletivo.

Lança (2000, p. 117), reforça ainda que “não basta que uma situação seja tida como inaceitável e moralmente condenável para se tornar um problema público. É necessário que ela seja tematizada simultaneamente como problemática e como suscetível de ser alterada”. Nessa arena onde identificamos moradores afetados, organizações da sociedade civil, experts, cientistas, empresas de grande influência econômica e Estado, o jogo não é realizado em igualdade de condições. Alguns jogadores têm acesso mais fácil do que outros e maior poder para configurar as apostas (GUSFIELD, 1981). Aqueles que tentam impor outra definição de realidade que não seja a hegemônica, são qualificados como “agitadores”.

No movimento social, a importância da agitação é prenunciada na perspectiva do

interacionismo simbólico de Blumer (1939, p. 260 apud Nunes 2013) que a define como um “meio de excitar as pessoas e despertar nelas novos impulsos e ideias que as tornam inquietas e insatisfeitas”. Segundo a interpretação dessa teoria do comportamento coletivo feita por Nunes (2013), há dois tipos de situação social: uma onde o papel do agitador é levar os agentes envolvidos a desafiar seu próprio modo de vida, criando a inquietude social onde ela não ocorria; a outra é quando as pessoas já estão alertas, inquietas e descontentes, mas são muito tímidas para agir ou não saber o que fazer e, nesse caso, o agitador deve intensificar e orientar as ações que os agentes já experimentam. Neste estudo de caso, um dos agitadores é identificado na figura do presidente da ACMP e o outro, no padre que coordenou por muitos anos a paróquia do bairro. São estes dois atores que mobilizam, organizam, convencem, discursam, aprendem, buscam informações importantes e, principalmente, testemunham nos espaços públicos sempre que possível.

Gusfield (1981) afirma que a construção do problema público tem uma dimensão histórica e estrutural. A primeira diz respeito a uma mesma condição objetiva que pode ser definida como problema em um momento, e não mais em outro. A estrutura é uma ferramenta conceitual que deve nos ajudar a tornar o processo compreensível, ou seja, a maneira ordenada como as atividades, categorias e argumentos emergem na arena pública. Podemos tomar como exemplo as doenças que os moradores afirmavam ser causadas pelo pó preto vindo das siderúrgicas que pairava no ar e se concentrava dentro das casas. Apesar das reclamações frequentes dos afetados, o problema ganhou interesse especial do poder público somente quando denunciado por organizações externas, como a Federação Internacional dos Direitos Humanos.

Nessa configuração devemos considerar que nem todas as partes envolvidas têm a mesma capacidade de influenciar o público. Porém, nem tudo está na situação, pois “as ideias, ações e acontecimentos fazem parte de uma ordem, indeterminada e mutável” (GUSFIELD, 1981, p. 9). Para este autor, há no contexto mais amplo da estrutura social uma dimensão política onde algumas versões da realidade têm mais poder do que outras em definir e descrever essa realidade. Nesses termos, Lança (2018, p. 116) chama a atenção para o fato de que os problemas públicos “embora sejam atribuídos e tratados pela ação dos poderes públicos, também o são pela ação de instituições particulares ou de movimentos de cidadãos, no contexto de uma cultura democrática”. Dito de outra forma, a “cultura dos problemas públicos” não deve confundir-se com a cultura política do “Estado Providência”.

Esses critérios são bem delineados nas alianças promovidas entre a ACMP, Missionários Combonianos, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e grupos de estudo acadêmico que se articulam em torno da formação da Rede Justiça nos Trilhos. É justamente esse coletivo o responsável por fabricar um discurso para fazer contraponto ao discurso hegemônico de desenvolvimento da atividade mineradora na região.

No espaço midiático a informação de valor rentável dos problemas públicos ganha credibilidade e legitimidade. No entanto, nem todo problema público se torna notícia. Alguns ganham notoriedade apenas quando há mobilizações de grupos com a finalidade de tornar visíveis os seus problemas para um público que é alheio às suas demandas. Champagne (2012) faz um alerta quanto ao modo como a mídia focalizou os problemas sociais nas grandes cidades. Segundo ele, há um tratamento deformado dos acontecimentos com vistas a suprir interesses comerciais rentáveis e do próprio setor, o que conseqüentemente vai produzir uma imagem de determinados grupos sociais igualmente distorcida. Por outro lado, a maneira sistemática de agir dos jornalistas, fornece a esses grupos sociais elementos que lhes dizem como fazer para chamar a atenção desses meios. Segundo este autor,

A mídia doravante faz parte integrante da realidade ou, se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever. Sobretudo as desgraças e as reivindicações devem exprimir-se midiaticamente para vir a ter uma existência publicamente reconhecida e ser, de uma maneira ou de outra, levada em conta pelo poder público. (CHAMPAGNE, 2012, p. 75).

Tendo em vista as possibilidades de ação que os atores se deparam ou constroem no percurso dos processos políticos para publicizar seus “problemas”, o estudo que prioriza as carreiras dos problemas públicos, em torno dos quais se articulam diferentes configurações de arenas públicas, se faz pertinente nesta discussão à medida que encontramos uma articulação de mobilização formada por diferentes segmentos, instituições e ferramentas que o constitui como um conflito de longa duração.

Etapa 5 - Participação dos “leigos” na elaboração de provas

A teoria da investigação social de John Dewey (1980) nos foi bastante útil para pensarmos a capacidade dos atores concernidos pela contaminação pelo ferro gusa na busca de provas para definição da sua situação problemática. A investigação, a despeito dos

diversos objetos aos quais é aplicada, e da conseqüente diversidade de suas técnicas específicas, possui uma estrutura ou padrão comum. Essa estrutura lógica comum é utilizada tanto no senso comum quanto na ciência, embora a natureza dos problemas com os quais cada um se depara varie grandemente de acordo com regimes ontológicos e epistêmicos específicos.

Trataremos no estudo de caso sobre dois tipos fundamentais de prova: a investigação espontânea e a investigação científica. Por esse ângulo, tomamos de empréstimo os esforços teóricos de Beck (2011) que descreve a maneira pela qual a sociedade moderna se organiza em resposta ao risco, colocando as origens e conseqüências da degradação ambiental como elemento principal das suas análises. Para o autor, a cultura de risco é característica da modernidade reflexiva e sua proliferação implica em possuir conhecimento que permita a percepção e prevenção de situações de risco que, por sua vez, não é um monopólio do expert, mas também pode ser levada a cabo por leigos.

No entanto, é importante observar que a passagem do se dar conta de um distúrbio que afeta a vida “normal” dos atores (a contaminação) para uma postura perceptiva de riscos socioambientais (doenças e insalubridades) não se dá naturalmente. Nesse movimento é importante observar uma pragmática reflexiva dos atores desde a fase da indefinição do problema para sua formulação em termos de causas, conseqüências e responsabilização, ou seja, a tomada de “consciência” que estão arriscando a suas vidas permanecendo no bairro contaminado. Neste sentido, as proposições cognitivas e normativas evocadas são testadas e, conseqüentemente, elas se revelam funcionais ou não para compor formas de lidar com a situação. Notamos que esse é um fator relevante na mobilização em Piquiá quando, por exemplo, observamos uma apropriação do discurso científico por alguns jovens da comunidade para validar as investigações espontâneas.

Beck (2011) afirma que há um processo unilateral da ciência falando para a sociedade, porém, defende que fazer ciência na democracia é um movimento de mão dupla onde tanto a ciência fala para a sociedade quanto a sociedade fala para a ciência. Com isso, não pretende deslegitimar os critérios científicos, mas reforçar que não há um monopólio da fala e da indicação de medidas que devem ser estritamente tomadas por experts para resolver um problema de saúde.

Chateauraynaud (2010) nos ajuda a pensar essa perspectiva acerca da validade das investigações leigas com base em reflexões sobre como o conflito pode ser reinserido em

uma sociologia das controvérsias e mobilizações coletivas, sugerindo pensar no mesmo quadro as provas de força e os repertórios argumentativos utilizados pelos atores. Nesse sentido, o social como problema aparece a partir de como os atores são capazes de produzir a facticidade, trazendo à tona a figura dos denunciantes e dialogando com a hipótese de Boltanski de que vivemos numa sociedade crítica dos atores sociais.

A observação das trajetórias assumidas pelas diferentes causas de eventos perturbadores, expõe a importância de um longo trabalho político de vinculação de diferentes localidades à escala global, como por exemplo, o estudo empírico de ações coletivas que advogam por causas ambientais que se desdobram em diferentes demandas. Podemos, então, identificar nas “arenas públicas” - definidas pelo autor como formas de ação mais coletivas e a processos políticos mais longos - um conjunto vasto de provas que possibilitam essa análise, sejam elas em termos jurídicos (nas demandas por reassentamentos de comunidades impactadas por empreendimentos poluidores); em momentos onde a capacidade crítica do ator é acionada por sentimentos de injustiça (nas mobilizações que forçam a parada das atividades desse tipo de empreendimento); nas argumentações baseadas nas normas morais as quais os atores se apoiam (nos discursos em que a questão ambiental é utilizada como nova fonte de legitimidade em processos que implicam na transformação do Estado e comportamento das pessoas no trabalho, no cotidiano e no lazer) e, até mesmo, nas redes de relações que são criadas no sentido de atuar nos processos de convergência ou divergência (coligação com diferentes entidades para que a causa se torne visível através dos canais de comunicação com a sociedade e posta na agenda política) (ibidem, 2010).

Ao falar do papel que os “leigos” assumem na dinâmica das controvérsias em saúde ambiental nas sociedades democráticas, Barthe, Akrich e Rémy (2011) chamam a atenção para a importância inédita deste trabalho de formulação de críticas para tornar tangível a existência de um problema sanitário ligado ao seu meio ambiente. Para tanto, partem de dois processos dinâmicos: a vitimização e o questionamento, podendo ambos serem concomitantes e formularem claramente uma hipótese causal entre uma origem ambiental e determinadas patologias, verificada por meio de investigações.

As interrogações que partem das patologias assumem em geral a forma de hipóteses sobre possíveis causas ambientais, que podem ter sido disponibilizadas por discussões anteriores. De modo inverso, o questionamento de uma atividade é fortalecido pela ocorrência de problemas sanitários inexplicáveis e questionáveis, considerados então como uma confirmação das suspeitas (Barthe; Akrich; Rémy, 2011, p. 93).

Trata-se de grupos locais que se organizam em torno da busca de respostas por problemas de saúde percebidos em seu meio, tendo como objetivo se não uma solução, ao menos a busca de garantias referentes à sua própria segurança. Geralmente, têm como características a atenção voltada para interesses locais, pouca politização e se dispõem a fazer um trabalho de investigação sobre perigos sanitários que começam a incomodá-los e a expor suas famílias. Porém, segundo os autores mencionados acima, a descentralização que marca esse movimento devido ao enquadramento local, não impede uma generalização da causa à medida que pode assumir a forma de reivindicações de participação dos cidadãos nas decisões e nas investigações, como por exemplo, as generalizações através da denúncia de uma injustiça ou de um racismo ambiental como é o caso do “movimento por justiça ambiental”, um caso de desencadeamento de ações engendradas na ótica da “ambientalização dos conflitos”. Esses modos de organização foram definidos na década de 1980 como “grassroots”, que são novos movimentos sociais que se voltam para a proteção dos seres humanos em um ambiente que se tornou potencialmente perigoso, não se tratava somente de proteger a natureza das ações humanas, o que vai diferenciá-los dos movimentos ambientais tradicionalistas. Eles trazem a questão sanitária para o centro dos discursos ambientalistas.

Os estudos referentes a essa questão, nos mostram características referentes a cada fase das investigações leigas e se preocupam em responder à pergunta sobre os tipos de conhecimentos que são mobilizados nessa busca por reconhecimento. Apontam a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito da saúde ambiental, que “um dos desafios da promoção e da institucionalização de novas modalidades de investigação é evitar que as pesquisas iniciadas por leigos sejam classificadas como ‘sem continuidade’ pelas autoridades sanitárias (BARTHE et al., 2011, p. 111).

Diante do exposto, destacamos o significado que o reassentamento de Piquiá adquire para os atores mobilizados por dois principais motivos: 1) devido aos esforços de investigação e publicização empreendidos pelos mesmos ao se empenharem na construção do dispositivo de reparação; 2) por ser considerado um modelo de conquista para outros grupos com problemas semelhantes.

Manifestações interessantes dos modos de articulação da controvérsia científica e do conflito político no domínio do ambiente nos são apresentadas por Nunes e Matias (2003), em suas pesquisas sobre o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos em

Portugal. Segundo estes autores, podemos avaliar duas situações diferentes nesses confrontos: de um lado, é frequente encontrarmos afirmações explícitas de uma separação entre o científico e o político, entre fatos e valores; de outro, é possível também identificar situações em que essa separação entre o científico e o político é posta em causa por um ou vários de seus protagonistas, dando origem a configurações científico-políticas que transgridem a divisão fatos-valores.

Fato é que, essa controvérsia gerada em torno da decisão do problema mencionado pelos autores, teve como consequência trazer para o espaço público o debate sobre políticas ambientais, participação dos cidadãos, aconselhamento científico e mediação com meios de comunicação social que envolveu uma série de outros atores, tais como, organizações cívicas, cientistas e técnicos, universidades, o governo. Além disso, todo esse processo de publicização resultou em relatórios científicos que foram alvo de críticas de um contra relatório e levou à abertura de um amplo espaço de debate entre todos os atores envolvidos. Esse caso nos leva a pensar a situação aqui analisada na forma como soluções, discursos e falas de afetados são desqualificados por serem considerados vieses exclusivamente “políticos” e, por isso, sem fundamentos técnicos significativos que, geralmente, não são levados em consideração por quem implementa uma política pública ou empreendimento. Esse é um fator problemático que revela as fraquezas da participação pública e dificuldades do Estado em lidar com as diferentes formas assumidas por esta participação. Para estes autores, na exclusão de certos fenômenos, elementos ou efeitos do espaço onde se lida com sistemas tecnológicos suscetíveis de gerar efeitos nocivos para o ambiente ou para a saúde, é interessante observar as consequências dos confrontos de interesses para os modos de produção de conhecimento e de intervenção sobre o problema em discussão.

Portanto, falar de riscos além da visão tecnicista, exige um esforço de observar no campo de pesquisa um outro elemento importante para a mobilização e envolvimento dos cidadãos, a figura do “lançador de alertas”, nos termos de Chateauraynaud (1999). Ela pode variar de um simples “sensor técnico”, como o detector de incêndio, ao do “profeta do mal”. São os lançadores de alertas que anunciam os problemas e informam à comunidade sobre o que pode estar acontecendo. Esse “trabalho perceptual” faz emergir novos públicos concernidos no curso de alertas, controvérsias ou decisões públicas (CHATEAURAYNAUD, 2012), em outras palavras, se refere à capacidade de perceber dos moradores de localidades suscetíveis a riscos de acidentes ambientais que certos

acontecimentos passados podem legitimar questionamentos de eventos que estão acontecendo no momento presente, bem como a falta de informações sobre uma determinada atividade provoca suspeitas. Estas informações podem ser encontradas em variadas fontes, tais como, imprensa e as próprias autoridades. Dessa forma, somam-se aos dados sobre decisões governamentais, normas de regulação, interesses industriais, dentre outros, em um conjunto de elementos que resultam em hipóteses causais no processo de investigação decorrente de modos de ação empregados para o reconhecimento desses vínculos, através do acesso à justiça por exemplo. No campo dos conflitos ambientais, os lançadores de alertas circunscritos nessas qualificações são, geralmente, pessoas que possuem um conhecimento daquele ambiente pela experiência de trabalho, ou porque moram há muitos anos no local e percebem com mais facilidade as suas mudanças. Não é raro ouvir de moradores afetados pela mineração relatos de que “algo estava errado com a barragem”, que “algo precisava ser feito antes de um desastre maior”, mas suas queixas não são levadas em consideração por aqueles que, eventualmente, poderiam tomar alguma precaução.

Dito isso, Barthe, Akrich e Rémy (2011) descrevem o conhecimento leigo a partir da “especialização leiga” que é a capacidade desses mesmos grupos em se apropriarem de conhecimentos científicos com a finalidade de utilização dos dados para fortalecerem os próprios argumentos em controvérsias públicas. O “conhecimento da experiência”, por outro lado, é resultante da experiência pessoal que afeta particulares, mas pode levar pessoas bem distantes daquelas diretamente tocadas a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público, assim como os sentimentos morais compartilhados de revolta, solidariedade, alegria ou decepção (CEFAI, 2009). É o caso da associação formada em Piquiá que produz uma reciprocidade interessante entre conhecimento leigo e investigações científicas para fortalecer o que Irwin (2001) chama de “cidadania científica”.

2.3 Pensando o reassentamento: a noção de dispositivo e a construção da crítica

O processo de reassentamento que analisamos nesse estudo não é objeto de compensação e tampouco de reparação, do ponto de vista jurídico, nos termos que regem a Política Nacional do Meio Ambiente. Não há na legislação brasileira a obrigatoriedade de empresas e/ou poder público de reassentar comunidades impactadas por grandes empreendimentos, assim como não existem políticas públicas relacionadas a esse fim.

Existe, sim, a Lei 6.938/1981, art. 4º, VII, referente ao princípio do “poluidor-pagador”, que se refere à imposição de responsabilidade do poluidor pelos custos de proteção do meio ambiente relacionados à prevenção e reparação da poluição. No entanto, a morosidade do processo jurídico que leva à concretização dessa ferramenta, ou seja, a uma reparação através do pagamento por danos morais e materiais, às vezes, se torna ineficiente quando dadas às devidas proporções de urgência do dano causado. Portanto, outras alternativas se fazem necessárias nesse sentido.

Nesse caso em questão, essa solução foi construída a partir de princípios dos direitos humanos referentes ao direito à saúde, moradia adequada e meio ambiente equilibrado. Não tem natureza jurídica de compensação na medida em que todos aqueles que se comprometeram em colaborar com essa medida, o fizeram sem reconhecer a sua responsabilidade por violação de direitos que originaram a necessidade da reparação. Desse modo, é necessário destacarmos, conforme aponta documento enviado à Federação Internacional dos Direitos Humanos e Justiça nos Trilhos, que a Vale, por exemplo, reconhece que “visa participar das soluções decorrentes das atividades industriais desenvolvidas na cadeia do ferro gusa”, mas classifica sua atuação como “ação de investimento social voluntário”.

Do ponto de vista jurídico, trata-se de uma medida de responsabilidade social corporativa a partir da qual foram feitas doações das empresas que se comprometeram em colaborar com o processo e, no caso do poder público, através do governo federal, acessou-se a política de combate ao déficit habitacional no país que é o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. A reparação nesse caso foi uma construção entre atores que mobilizaram instrumentos legais e suas justificações para o alcance de uma justiça social. Assim, tratamos analiticamente das negociações que levam ao reassentamento como uma forma de restituir aos afetados pela contaminação alguma segurança sanitária e habitacional.

Para pensar a construção de uma alternativa de reparação através da demanda pelo reassentamento investimos atenção na abordagem processual dos dispositivos que evocam as possibilidades de mobilização, de diferentes expectativas e repertórios normativos ligados ao quadro de ambientalização dos conflitos sociais. Segundo Dodier e Barbot (2016), a noção de dispositivo possibilita pensar essa questão a partir de montagens diversas, como processos, apoios associativos, instrumentos midiáticos, etc. A estratégia proposta pelos

autores é centrar a análise sociológica das interações entre humanos e não-humanos em um nível de descrição mais facilmente controlado: o “trabalho normativo” daqueles que são afetados, ou seja, as avaliações positivas ou negativas que enunciam sobre o estado das coisas. Desse modo, nos interessa compreender sobre o que o grupo mobilizado tenta chamar a atenção de seus interlocutores e o que, do seu ponto de vista, vale a pena ser mencionado no espaço público. Isso leva a um “repertório normativo” que se refere ao conjunto das expectativas heterogêneas a partir das quais essas pessoas formam avaliações sobre um mesmo problema. Contudo, a identificação de padrões compartilhados não é excluída. Nesses pontos, quais as condutas dos outros atores no contato com o dispositivo? Nossa intenção é mostrar que a reparação poderia ser feita em dinheiro, mas se materializa a partir da construção do reassentamento. Essa abordagem processual nos permite precisar uma realidade pertinente. A legitimidade de expressar raiva, por exemplo, é um dos elementos que ajudam a trazer essa precisão. Portanto, é necessário compreender a forma de reagir dos atores nos diferentes dispositivos quando eles tomam a palavra.

Outro elemento interessante enunciado por estes autores relaciona-se com a estrutura normativa do uso da palavra no seio de um dispositivo, ou seja, a importância dos testemunhos das “vítimas”, seja no relato biográfico, depoimento judicial, testemunho histórico, ou investigação de história oral. Para Dodier e Barbot (2018, p. 31), é possível fazer surgir uma “estrutura” sobre um conjunto de testemunhos e, “entender essa estrutura é compreender os fundamentos a partir dos quais as pessoas julgam o que aconteceu e o que precisa ser feito para responder a isso”.¹⁴ Portanto, buscamos sistematizar a força da argumentação destacando os propósitos daqueles que são chamados a testemunhar nos diferentes contextos, tais como, uma audiência pública, em uma reunião de negociação de acordos, em encontros com organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, ou mesmo para cientistas.

Sendo assim, tomando como exemplo o quadro de análise em Dodier e Barbot (2018), o trabalho normativo dos afetados pela mineração em Piquiá se concentra em dois principais objetos: 1) deixar públicas as violações; 2) tornar justo o dispositivo de reparação. Esse exame consiste em evidenciar através do leque de possibilidades, como os atores concernidos no drama causado pela poluição do minério de ferro investiram no dispositivo

¹⁴ O conceito de “estrutura” mencionado está relacionado ao que Sewell (1992 apud Dodier; Barbot, 2018) define como padrões de julgamento que, por oferecerem certa regularidade, podem ser identificados e dos quais as interdependências podem ser compreendidas.

de testemunho. Qual lugar as vítimas escolheram para legitimar seus sofrimentos? Quais violações, choques, experiências e preocupações aparecem nas narrativas? Além dos debates técnicos sobre responsabilidades, estabelecemos conexão com uma “verdade moral” manifestada por aqueles que presenciaram a morte de um ente próximo, seja em acidente com munhas em brasas, ou a falta de um ambiente saudável e propício para quem estava gravemente doente. Nesse caso, os testemunhos são maneiras de dizer a impossibilidade de estabelecer uma sanção ajustada à extensão dos sofrimentos suportados, questionando-se a capacidade do reassentamento para reparar verdadeiramente o que aconteceu. Essas colocações se enquadram em um conjunto de expectativas tanto no âmbito da problematização quanto na construção deste dispositivo.

2.3.1 O sofrimento social e o trabalho das emoções na construção da crítica

No quadro analítico que arquitetamos para pensar como se deu a elaboração do dispositivo de reparação, há um elemento condutor que se destaca desde o momento de problematização até os dias atuais do processo de reassentamento: o sofrimento social. Sendo assim, buscamos entender qual a potência desse conceito na pesquisa, nos registros afetivos dos moradores e, sobretudo, na fabricação da crítica social feita a respeito da atuação da atividade econômica de mineração, ou seja, o que ela irá produzir de efeito danoso à saúde pública e à vida moral das pessoas, o sentimento de injustiça. Renault (2010) trabalha com essa questão a fim de mostrar que a referência política ao sofrimento pode contribuir com a retomada da crítica social. Nessa perspectiva, aponta para a importância de que os problemas teóricos desse conceito sejam tratados de modo interdisciplinar, alinhado a um quadro geral de combinação entre o psíquico, social e cultural para analisar as dimensões da experiência social. Na dimensão política, o autor parte da ideia de que o surgimento de novas condições de trabalho no mundo contemporâneo produz novas dificuldades subjetivas, onde sentimentos como o de vergonha e depressão são consequências de uma situação social. Isto ocorre porque, devido à exclusão, este se torna um obstáculo à crítica social e ação política. Para além disso, a questão central que se coloca é que cabe à teoria crítica estabelecer se a referência a esse termo é legítima, ao mesmo tempo em que a filosofia tem o compromisso de denunciar a sua naturalização. Portanto, a função crítica do sofrimento social está associada a uma luta pública contra a reprodução da sua invisibilidade tanto nos discursos

acadêmicos, quanto para legitimá-lo no espaço social em contextos de negação ou eufemização. O que está em jogo não é apenas uma interpretação da sociedade do ponto de vista das experiências negativas, mas um conhecimento de componentes sociais e psíquicos do sofrimento; não é apenas uma resposta dada à demanda psicológica para superar o sofrimento, mas também uma forma de oferecer uma expressão pública a ele (RENAULT, 2010).

Alguns trabalhos empíricos no Brasil desenvolvem essa abordagem levantando as problemáticas associadas à precariedade, pobreza, desemprego e exclusão social. Por exemplo, a pesquisa de Reich (2019), sobre a relação entre moradores das favelas e periferias do Rio de Janeiro (RJ) com a violência gerada pelas ações militares provenientes do Estado. A autora traça uma discussão baseada em Renault com o intuito de promover a visibilidade do sofrimento através das ‘vozes dos dominados’. A tentativa é produzir uma descrição pertinente dos males sociais e encontrar sujeitos políticos capazes de intervir no processo de transformação social. Esse estudo suscitou dois pontos importantes para nossas análises: o primeiro se refere ao modo de investigação pautada na denúncia de naturalização do sofrimento social e o resgate, pela teoria crítica, de uma expectativa normativa que já está ativa dentro da sociedade. Ou seja, o interesse em saber quais são os modos de vida inscritos como um padrão normal de vida boa em um contexto onde as práticas sociais estão indo contra um padrão normativo que já está aceito. Esse questionamento nos ajuda a pensar sobre a percepção de ‘normalidade’ para os moradores antes da construção dos empreendimentos poluidores. O que, segundo eles, era considerada uma vida normal, mesmo diante de alguns problemas de estrutura básicos no bairro? Como se constrói uma crítica através das experiências de sofrimento? São esses fatores que nos direcionam para a modelação dos discursos nos diferentes espaços. Em segundo lugar, Reich (2010, p. 491) afirma que “quando os indivíduos que sofrem permanecem na invisibilidade, eles naturalizam seus sofrimentos e passam a acreditar que esse é o seu destino e/ou se culpabilizam por ele. A descrição das experiências cotidianas é pertinente para mostrar essa relação no espaço público/político. Do mesmo modo, nos ajuda a compreender como a denúncia dos sofrimentos vividos cotidianamente se configuram como um motor que objetiva provocar a consciência crítica para que os atores se posicionem e pressionem por mudanças.

O modelo de reconhecimento proposto por Honneth (2003), nos oferece chaves interpretativas para pensar a emancipação social, já que não necessariamente o sofrimento,

por si só, serve de impulso cognitivo para uma luta moralmente direcionada, mas pode servir de base para constituir vínculos políticos (MAIA NETO, 2019). Trata-se de pensar numa possibilidade de articulação prática entre sentimento subjetivo e ação política que expressa a luta por reconhecimento. Nessa abordagem, os movimentos sociais podem cumprir dupla função: como um mediador para o compartilhamento coletivo do sofrimento, e também como agentes de alerta que apontam para os desajustes sociais. Mesmo possuindo um alcance limitado socialmente, o reconhecimento dentro de grupos que possuem uma identidade advinda de experiências de sofrimento em comum, permite ao sujeito iniciar um processo de recuperação psíquica. Essas interações levam os atores afetados por determinadas estruturas, a perceber uma conexão social e coletiva gerada de uma prática de injustiça, o que remete a uma forma de expressão mais ampla e articulada na esfera pública (idem).

Nesse desenho, entendemos as emoções como um elemento potencializador das ações relacionadas à formulação do problema e demanda da resolução. Nos embasamos, inicialmente, na perspectiva de Dewey (1981, p.94) na qual “a emoção compõe parte de uma situação inclusiva e duradoura que implica conexão com objetos e resultados”. Portanto, não estamos falando de simples reflexos automáticos e impensados, mas de uma experiência singular que é emocional e pode se modificar com o desenrolar do drama, ou seja, pode fazer um sujeito se engajar em uma ação coletiva. É, ao mesmo tempo, um momento crítico e um momento lógico, pois essas experiências podem levar tanto a uma reação desencadeada pela indignação, quanto a uma paralisação causada pelo medo ou pelo sentimento de impotência.

Em um movimento crítico às teorias clássicas de ação, Emirbayer e Goldberg (2005) visam mostrar como as emoções coletivas podem ser incorporadas ao estudo de episódios de “contenção política” através de uma sociologia relacional (BOURDIEU, 1996) e transacional (pragmatismo), incluindo a “psicologia coletiva” nesse novo projeto. Esse esforço teórico consiste em remediar três postulados teóricos “perniciosos” que são: oposição entre razão e emoção; apreensão das emoções como estados ou eventos individuais; incapacidade em conferir uma autonomia analítica às emoções coletivas. Ao levantar novas perguntas sobre movimentos sociais, os autores propõem uma compreensão mais ampla de como as emoções moldam a ação coletiva em conjunção com a estrutura social e a cultura¹⁵.

¹⁵ A “contenda política” é entendida por Mc Adam, Tilly e Tarrow (2001) como disputas episódicas que “ocorre em público, envolve a interação entre os fabricantes de reivindicações e outros, normalmente, traz o governo como mediador, alvo ou reclamante. Mesmo utilizando o termo “ação coletiva” para definir nosso objeto de

Para tal, formulam as seguintes proposições: ao estudar episódios de contenda política, deve-se olhar para a estrutura intencional nas emoções das várias partes e avaliar suas percepções e julgamentos com base na inteligência e adequação emocional que manifestam; buscar as emoções não apenas nas mentes individuais, mas também entre os indivíduos, como complexos de investimento psíquico, compromissos e “cathexis”.

As considerações trazidas por Emirbayer e Goldberg levam Queré (2012) a reconstruir a teoria das emoções de Dewey, com o objetivo de demonstrar como as emoções não são apenas atitudes impensadas, mas podem alcançar uma dimensão de racionalidade quando se convertem em um elemento que impulsiona as ações. Para deixar mais claro, ele faz uma distinção entre ‘problemas emocionais’, que são provocados por algo inesperado (explosão de alegria ou raiva, etc) e ‘atitudes emocionais duráveis’, se referindo a um certo tipo de conduta de longa duração (amor, orgulho, vergonha etc.). Elas não determinam o comportamento da mesma maneira. Em “Experiência e Natureza”, Dewey (1980) afirma que em seu sentido ordinário, a emoção é algo suscitado por objetos, sejam físicos ou pessoais, sendo esta, uma resposta a uma situação objetiva. Essa concepção funcionalista contrapõe os hábitos de pensamento subjetivistas e rompe com o dualismo entre razão e emoção. O medo, por exemplo, seria uma dessas funções do meio ambiente às quais reagimos por instinto ou por aquisição, porém, não é sua causa, afirma Queré. Para este autor, é justamente a ligação da emoção com a estrutura da intriga de uma situação que a distingue das reações reflexas, pois supõe uma preocupação com algo que está em desenvolvimento e cujo fim é indeterminado, formando assim, seu componente cognitivo. Assim, chega-se a ideia do “trabalho das emoções” que seria a realização de algo a partir da incorporação de uma emoção durável e se caracteriza pelo que opera, por exemplo, reunião de um material, seleção, organização, ordenação dos aspectos deste material que são apropriados para a sua expressão (QUERÉ, 2012).

Por um lado, a teoria diferencialista amplia a problemática a tudo que contraria, bloqueia ou desajusta os hábitos ativando orientações, expectativas e modos de agir em uma situação. Por outro lado, inclui na pesquisa, além das operações cognitivas e práticas destinadas a reduzir a indeterminação da situação a todas as finalidades práticas, um trabalho próprio das emoções – não apenas as emoções suscitam a pesquisa, mas também operam na configuração do problema e da solução (ibidem, p. 41).

estudo, entendemos que estamos falando de uma dinâmica complexa que envolve uma variedade de atores envolvidos, cada um com “regimes de engajamentos” distintos, e repertórios de ação na busca por uma solução do referido problema.

Portanto, as avaliações dos moradores afetados sobre as declarações e iniciativas de outros atores, serão feitas através do que viveram, sentiram em cada situação e dos debates que acompanharam e, principalmente, dos resultados das investigações espontâneas e científicas. A descrição dos processos de formulação do problema, sua problematização, dos momentos de prova e as associações, que fazem parte da construção do dispositivo de reparação colocam em questão o que Cefai (2013) chama de formação de uma *ordem política e moral*. A observação das práticas ordinárias e declarações públicas dos indignados em relação ao que consideram justo ou injusto, mostram uma ‘moralidade em atos’, tal como é feita. Essa moralidade está presente nos momentos em que as pessoas expressam a necessidade de serem respeitadas, se revoltam contra o desprezo de que são vítimas e queixam-se das humilhações que sofreram, afirmando-se enquanto pessoas morais (ibidem). Por outro lado, a interação entre moradores mobilizados e Missionários Combonianos revelam a criação de laços baseados no reconhecimento, na capacidade de ouvir, deixar-se comover pela situação, dar de si em direção ao outro. São a escuta e as orientações sobre como devem proceder para uma solução, que faz com que os afetados se sintam legitimados e recuperem sua autoconfiança.

As emoções coletivas não são as simples agregações de emoções individuais sobre um mesmo objeto, segundo afirma Queré. São emoções compartilhadas por um coletivo visando um bem comum quando, por exemplo, quando as práticas sociais e institucionais contrariam as expectativas normativas desse grupo e faz emergir a demanda de uma revisão das normas.

2.4 Procedimentos metodológicos de coleta de dados da pesquisa

O caminho que traçamos para alcançar os objetivos propostos desta investigação envolve a pesquisa qualitativa ao empregar técnicas variadas para coleta de dados: observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. A investigação empírica que executamos é baseada em estudo de caso (YIN, 2001) realizado em Piquiá de Baixo, bairro da cidade de Açailândia, no estado do Maranhão.

A escolha pelo estudo de caso está diretamente vinculada à necessidade do aprofundamento na análise de repertórios e ações coletivas evidenciadas a partir da

emergência do problema público de saúde coletiva na localidade. A referida técnica permite uma investigação criteriosa em relação à atuação da Associação de Moradores e Missionários Combonianos na mobilização pelo reassentamento coletivo em questão. Esta estratégia é defendida por Yin (2001) quando a caracterização da forma da questão de pesquisa remete às respostas de “como” e “por que”, justamente pelo fato de que tais questões lidam com ligações que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, ao invés de serem encaradas como meras repetições ou incidências. Além disso, também não exige controle sobre eventos comportamentais e focaliza em acontecimentos contemporâneos, ou seja, características alinhadas à questão levantada neste trabalho.

Fazer uma análise da emergência de problemas públicos consiste em realizar um diagnóstico sobre situações presentes e, conseqüentemente, tentar reconstituir essa dinâmica conflituosa para alcançar melhor inteligibilidade das mesmas, sobretudo, atentando para o fato de que os atores não reivindicam nem se apropriam de modo igual de todos os inúmeros legados que essas situações herdam – o que merece ser explicado. (BARTHE et al., 2011). Somando-se a isso, Yin (2001) acrescenta que o estudo de caso, além de contar com diversas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, possuem duas fontes de evidências: observação direta e série sistemática de entrevistas. Estas últimas, inclusive, são indispensáveis para o marco teórico utilizado neste estudo, tendo em vista que a configuração dos espaços públicos demanda a descrição dos momentos de participação, diferentes lógicas de ação e participação dos atores concernidos. Entretanto, o autor acima nos alerta para o fato de que, assim como outras estratégias, o estudo de caso também tem suas limitações e, portanto, deve-se ter uma rigorosa delimitação dos casos, nos procedimentos de pesquisa e variadas fontes de evidência correlacionadas.

Diante disso, optamos pela utilização da triangulação metodológica compreendida em Flick (2009) como a combinação de perspectivas e de métodos de pesquisa adequados e apropriados para levar em conta o máximo possível de aspectos distintos de um mesmo problema. Portanto, é contemplada a partir da pesquisa empírica, pesquisa bibliográfica, observação direta, notícias, relatórios e processos jurídicos. Na direção da abordagem pragmatista, Cefai (2011) defende o uso de métodos de pesquisa qualitativa para compreender os contextos de experiência e de atividade da política local engendrados numa análise microssociológica da ação coletiva e da ação pública considerando, principalmente, os vínculos de proximidade entre os atores concernidos que desempenham um papel no

engajamento público¹⁶.

A comunidade de Piquiá de Baixo é um caso emblemático no panorama desse tipo de investigação à medida que a defesa do bairro e da qualidade de vida se torna um objetivo central para seus moradores. Dessa forma, para visar os processos temporais do problema público em questão, buscamos fazer uma descrição do caso a partir da observação direta e análise documental com o objetivo de revelar figuras normativas que emergem das atividades coletivas. Como esta é uma pesquisa que privilegia a situação de provas, focaremos também nos contextos específicos de controvérsias científicas aonde, nos momentos de disputa na arena pública, são evocados os estudos e investigações feitos pelos moradores e aliados, em contraposição a um discurso de desenvolvimento e crescimento econômico que se pretende hegemônico nesse contexto. São nessas experiências de informação, negociação, estratégia, deliberação e choques emocionais que se torna possível analisarmos os diferentes graus e modos de engajamento dos atores, pois apesar de haver uma valorização das experiências vividas, dos saberes locais e laços pessoais, é necessário que haja um enquadramento em relação aos desafios públicos e, por vezes, até descartá-los para argumentar e fazer sentido face a face a outras instituições, em outras esferas de ações e diante de outro público(CEFAI, 2011).

2.4.1 Fontes de evidências e procedimentos de coleta

Com a definição do desenho de pesquisa, diferentes fontes de evidência são utilizadas, bem como relatórios técnicos, jornais, entrevistas e observação. Nesse sentido, como dito antes, optamos por utilizar a triangulação metodológica, que envolve o uso de múltiplos métodos para estudar um determinado problema de investigação. Esta articulação metodológica consiste em um processo completo de colocar cada método em confronto com o outro para a maximização da sua validade (DENZIN, 1989). As evidências, provenientes de duas ou mais fontes, convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas (YIN, 2001). Desse modo, o nosso ponto de partida foi a página eletrônica da Rede Justiça nos Trilhos que possui um acervo de fontes documentais onde estão reunidos pesquisas

¹⁶ Freire (2016) fala do sentido que a etnografia dos públicos pressuporia uma microssociologia. Dada pelo situacionismo metodológico, esta não se limita a configurações pontuais, a oferecer adesivos ilustrativos às lógicas estruturais, mas aprofunda e sobredetermina o jogo das estruturas, alargando a preocupação do pesquisador. (JOSEPH, 2003 apud FREIRE, 2016).

acadêmicas, vídeos- documentários, matérias jornalísticas, processos jurídicos e fotografias produzidas tanto pelos próprios moradores quanto de fontes midiáticas locais e internacionais sobre o conflito em questão na página eletrônica intitulada pelo nome da própria comunidade. Também neste período de pesquisa foi criada a página oficial de Piquiá de Baixo, no qual extraímos informações mais detalhadas sobre o caso, inclusive, entrevistas pontuais com alguns moradores. Dado o vasto conjunto dessa documentação e sua relevância para o estudo de caso, foi necessário, então, fazer uma categorização dos diferentes tipos de fontes e arquivá-los, levando em consideração uma organização de caráter cronológico. Yin (2001) sugere a criação de um banco de dados que pode ser desenvolvido em termos de quatro componentes: notas, documentos, tabelas e narrativas. A seguir, elenco as fontes de evidência do campo de pesquisa:

- *Documentos*

Diante da variedade de documentos sobre o processo de reassentamento, elencamos alguns deles para sistematizarmos o seu andamento no âmbito jurídico e avaliarmos os momentos de protesto e mobilização dos moradores. O acesso a uma grande parte destes ocorreu através da Rede Justiça nos Trilhos e, mais recentemente, na página oficial da comunidade de Piquiá de Baixo, que disponibiliza em sua página todas as informações possíveis a respeito desse caso, tais como, processos jurídicos; relatórios técnicos; documentários e fotos sobre o bairro; boletins da associação de moradores; notícias de jornais de maior circulação do Estado e de acompanhamento do caso; relatos de moradores. A partir desses dados, realizamos uma análise da efetividade dos laudos técnicos e trabalhos científicos, bem como a participação de entidades e organizações para o andamento do dispositivo de reparação. Isso nos permitiu fazer um mapeamento dos repertórios de ação voltados para a divulgação dos problemas de saúde e estrutura do bairro e perceber como se deu a atuação dos órgãos públicos nesse cenário.

Bauer e Gaskell (2000), afirmam que a utilização de fotos e vídeos como método de pesquisa possuem razões de uso que implicam tanto em suas possibilidades como aplicação nas pesquisas sociais, quanto suas limitações. A primeira razão se refere ao registro poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais; o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais e, conseqüentemente, desempenham papéis importantes na

vida social, política e econômica que se tornaram “fatos sociais” no sentido de Durkheim, que não podem ser ignorados. Por outro lado, não estão isentos de problemas, ou acima de manipulação, e eles não são nada mais que representações, ou traços complexos de ações passadas.

- *Observação*

A experiência da observação de inflexão etnográfica em Piquiá foi realizada em dois momentos distintos, considerando o limite de recursos disponíveis para a realização desta pesquisa. O fato de que, inicialmente, meu conhecimento sobre Piquiá era resultado de pesquisa documental e da relação entre o GEDMMA e a JnT, tornou-se necessário um reconhecimento prévio “in loco” para a elaboração do projeto. Dessa forma, a primeira viagem à Açailândia com o objetivo de fazer uma análise exploratória no bairro, aconteceu em janeiro de 2019. Nesta visita, apresentei-me como pesquisadora na sede da Rede Justiça nos Trilhos e iniciei as primeiras conversas acerca da percepção pública do problema. Na época, já havia sido informada a respeito da dificuldade que os moradores poderiam ter para serem entrevistados por mim, porém, fui orientada a entrar em contato com a assistente social da equipe técnica do Piquiá da Conquista que, por sua vez, faria a mediação com membros da Associação de Moradores.

Durante uma semana que permaneci na cidade no período supracitado, visitei a “casa dos padres”, como é chamada pelos moradores locais, a residência onde os Missionários Combonianos se alojam no período em que permanecem na cidade. Essa casa, localizada em Piquiá de Cima, possui um espaço razoável onde vi acontecer algumas reuniões com os moradores daquele lugar. O assunto variava entre acontecimentos ou eventos da paróquia até problemas e ações da comunidade. Além disso, seus inquilinos a transformaram em um lugar acolhedor tanto para convidados quanto para a vizinhança. Lá, conheci o padre Máximo Comboniano que à época estava como um dos párocos na igreja da comunidade. O mesmo, após saber dos meus interesses de pesquisa, forneceu alguns registros que compõem os materiais de publicização produzidos sobre o caso, tanto no âmbito nacional quanto internacional, alguns deles mencionados acima. Ademais, me mostrou através de um “tour”, o percurso que levava às empresas e à Piquiá de Baixo, explicando durante o caminho a dinâmica de funcionamento da atividade de mineração e

destacando a falta de estrutura do bairro. Nos diálogos que tivemos, me chamou a atenção as afirmações categóricas a respeito da necessidade de uma mudança na forma como se percebia o “desenvolvimento” através de uma política que propõe o progresso, mas desrespeita os direitos dos cidadãos e promove injustiça social, causando sofrimento. Essa associação entre os impactos percebidos e uma política nacional é vista com frequência em outros discursos, o que confere sentido aos modos de problematizar a contaminação pelo minério de ferro.

Em setembro de 2019, retornei à Açailândia para uma observação direta mais extensa. O plano inicial era permanecer por um mês na cidade para ter a oportunidade de participar de prováveis eventos em relação à situação problemática e fazer um mapeamento da arena pública piquiaense, seus atores e os sentidos dados ao problema público da contaminação. Porém, algumas dificuldades se impuseram quanto ao cronograma previsto. Fatores como o clima seco, temperaturas altas e a densidade do ar que se soma às partículas poluidoras advindas tanto da atividade de mineração na região quanto das queimadas frequentes, favorece, principalmente a quem não está habituado, o aparecimento de doenças respiratórias nesse período. No quarto dia de estadia, tive a saúde acometida por uma série de sintomas, tais como gripe, dor de cabeça, dificuldade para respirar, ardência nos olhos e tosse que me levaram à emergência hospitalar duas vezes em uma semana. De acordo com a hipótese diagnóstica realizada pelo médico que prestou atendimento após a persistência dos sintomas, poderia haver interferência socioambiental no agravamento de minha saúde. Relatei a ele que naqueles dias estive presente em reuniões que aconteceram no terreno em que está sendo construído o novo bairro de Piquiá, área do reassentamento, e também fui algumas vezes em Piquiá de Cima, para a realização de entrevistas na casa dos pais. O resultado disso foi a limitação no campo de pesquisa por vinte dias. Ressaltando ainda, que durante esse período no qual fiquei hospedada em um antigo bairro do centro da cidade, ficamos sem água encanada, problema frequente naquele local.

Contudo, considerando que uma coleta de dados significativa, além de exigir técnica e fundamentação teórica, também nos coloca diante de expectativas que podem ser frustradas ou aproveitadas conforme as incertezas do campo de investigação. Posso afirmar que aquele era justamente o momento oportuno para uma etnografia das situações. Em outras palavras, poderia acompanhar sistematicamente o trabalho de definição de situações

problemáticas nos eventos que estavam previamente marcados nos dias em que permaneceria em Açailândia.

O primeiro deles consistiu em uma visita institucional em Piquiá da Conquista. Sua finalidade era apresentar aos representantes do poder público juntamente com a presença de alguns moradores, o andamento das obras do bairro e contar um pouco do histórico de mobilização dos moradores e demais atores envolvidos. No segundo evento, fui convidada a participar de uma roda de conversa sobre impactos da mineração em Piquiá e Brumadinho, onde pude captar aspectos importantes sobre a experiência de sofrimento, os incômodos, indignação gerada, aproximação com o ‘problema público’, importância dos intercâmbios para o conhecimento de experiências semelhantes e, principalmente, o reconhecimento da situação problemática. Por último, acompanhei a reunião com o grupo que participou do projeto de Vigilância Popular em Saúde. O objetivo do encontro era discutir as experiências anteriores com a pesquisa realizada no bairro pelos jovens e definir, de acordo com a aprovação, uma nova agenda de propostas. Discutiremos cada um destes eventos nos capítulos posteriores.

Por agora, queremos destacar que esses acontecimentos representaram contribuições substanciais para orientar o que Freire (2016) denomina como “etnografia dos públicos”. Dito de outro modo, é a possibilidade de observar as competências das pessoas envolvidas nessas arenas a partir da leitura desses públicos de um modo que fosse possível acompanhar o desenrolar das situações nas quais os assuntos eram definidos, avaliados e problematizados (ibidem).

Não há também como não mencionar os sentimentos de afetos tecidos durante esse período de pesquisa ‘in loco’. As conversas com pessoas com quem tive familiaridade, certamente são elementos que podem ser utilizados no relato etnográfico para compreender meu engajamento no campo. Conforme aponta Freire (2016), ao se basear na premissa do ator competente de Garfinkel, a aceitabilidade da presença do etnógrafo, a atenção que lhe é dada e a sua inserção em sociabilidades, também pode ser interpretada como uma dessas competências. Durante entrevistas que realizei, os interlocutores da pesquisa falaram sobre a relevância da minha presença naquele lugar, pois ‘se eu estava lá, é porque tinha interesse pela luta deles’, e o fato de ‘ouvir com paciência o que tinham a dizer, era importante porque durante muito tempo o poder público não queria ouvir’. Lembro-me que em algumas vezes quando marcava conversas com alguns moradores, os mesmos insistiam em ir ao meu

encontro no lugar que fosse mais fácil para mim. Diante do que foi pontuado, utilizamos um protocolo de pesquisa de campo para definir as questões prioritárias que deveriam ser elucidadas. Trata-se de uma relação de questões substantivas que guiaram a observação participante. Como o mundo das interações traz um conjunto de fatos e relações bem amplo, esse tipo de protocolo se torna relevante para uma pesquisa de campo eficiente do ponto de vista dos objetivos da mesma.

- *Entrevistas semi-estruturadas*

As entrevistas semi-estruturadas foram feitas a fim de resgatar a memória dos atores envolvidos sobre os enfrentamentos e experiências dos momentos iniciais de perturbação no bairro e em que medida lançam dispositivos de publicização, considerando que esses atores não são capazes de agir o tempo inteiro de determinada forma. Flick (2004, p. 117) afirma que “o ponto de partida para a entrevista episódica é a suposição de que as experiências que um sujeito adquire sobre um determinado domínio estejam armazenadas e sejam lembradas nas formas de conhecimento narrativo-episódico e semântico”. Seus principais elementos envolvem o convite período à apresentação de narrativas de situações onde uma série de outras situações podem ser mencionadas pelo entrevistador. Há também um guia de entrevistas para os domínios de tópicos importantes a saber na narração. Outro aspecto se refere às expectativas do entrevistado acerca das mudanças que espera ou teme, ou seja, o caráter da entrevista episódica se soma a um interesse prospectivo, com questões que projetam cenários futuros. Esses incentivos narrativos são complementados por perguntas feitas em relação a definições subjetivas do entrevistado e formam o segundo complexo de questões que visam a acessar componentes semânticos do conhecimento cotidiano (idem).

Para tanto, utilizamos um roteiro de entrevistas onde as perguntas estão agrupadas em eixos temáticos que guiam a experiência dos moradores em diferentes momentos. Segue abaixo, o roteiro mencionado:

Quadro 1. Roteiro de Entrevistas

1º EIXO	2º EIXO	3º EIXO
A história da problematização (a instalação das Siderúrgicas no bairro) - perguntas sobre os sentimentos despertados pela situação indeterminada e o momento da percepção de risco, quando a perturbação se configura em um problema mais complexo, com implicações sanitárias e ecológicas.	Capacidade de expressão e dispositivos de publicização: quando eles começam a reagir e quais são os dispositivos que mobilizam para reagir?	Quais os resultados dos usos dos espaços de simbolização de suas lutas por reconhecimento? No que muda efetivamente na luta? Chamam mais atenção? Incomodam as empresas? Conseguem mais aliados? O que é efetivamente o problema público? qual a agenda de reivindicações? (acessadas no binômio saúde e moradia). Quem é o responsável e quais as soluções possíveis?

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Perante a elucidação da fundamentação teórica, métodos e técnicas utilizadas nesse estudo, seguiremos com as descobertas do campo de pesquisa nos próximos itens desta Dissertação.

3 EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO E GERAÇÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: A REGULAMENTAÇÃO EM CONTEXTO DE INJUSTIÇAS

A compreensão dos acontecimentos que desencadeiam as narrativas desta pesquisa passa pela reflexão sobre a atuação dos grandes empreendimentos tecnológicos de mineração no Brasil e os riscos e injustiças (ambiental e social) gerados por suas atividades. Destacamos neste capítulo tópicos do quadro normativo brasileiro que regulamentam as atividades de mineração e sua previsão de reparação em casos de desastres e demais impactos provocados por esta atividade econômica, sobretudo, no caso da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Estes dados poderão elucidar os descompassos entre a atividade mineradora que, de um lado, se apresenta como o caminho para o desenvolvimento, mas de outro, revela as assimetrias de poder entre aqueles que são afetados pelos riscos provocados por esses empreendimentos e aqueles que lucram com eles. Além disso, fazemos um preâmbulo da problemática em Piquiá de Baixo a partir dos seus aspectos conjunturais e riscos à saúde do público local que caracterizam um quadro de controvérsias socioambientais.

Em episódios recentes no Brasil assistimos a cenas de desastres ambientais que colocam em xeque a atuação das empresas de mineração quanto ao seu alto potencial de degradação ambiental e riscos para as populações em seu entorno. Isso não significa, porém, que os impactos desse tipo de indústria sejam algo novo, a questão é que mesmo com antecedentes graves na história do país, esse é um fato que continua sendo negligenciado.

Em meados do século XIX, mais especificamente em 1884, houve o desabamento de uma grande pedra no poço vertical das minas inglesas da Brazilian Company Limited, em Itabiara do Campo (atual município de Itabirito), em Minas Gerais, que derrubou parte das paredes e fechou as galerias subterrâneas onde trabalhavam mais de cem pessoas. Depois dos esforços frustrados para tentar salvar aqueles que ainda estavam vivos, a solução que se encontrou para findar o sofrimento das vítimas foi inundar a mina com as águas das máquinas exteriores, lembra o professor Rafael de Freitas e Souza, em sua tese de doutorado em história social sobre “Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)”. Importante pontuar que Itabira é a cidade onde nasceu a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, e possui cerca de 33 vezes o volume de rejeitos de barragem que se rompeu em Brumadinho em janeiro de

2019, considerada uma das piores tragédias socioambientais do país. Este episódio contabilizou 252 mortos e 13 pessoas que continuam desaparecidas no rastro de cerca de 14 milhões de toneladas de lama e rejeitos de minério de ferro que percorreu 8km em poucos dias, poluindo o rio Paraopeba (FREITAS et al., 2019). Não por acaso, o poeta itabirense, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), já versava críticas sobre os impactos da mineração em sua cidade, onde demonstrava tristeza, saudade e desesperança pelo lugar que dizia não mais existir:

O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano
Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais
(ANDRADE, 1984).

O poema se assemelha a relatos frequentes de atingidos pela mineração, não somente no estado de Minas Gerais, tampouco se restringe aos riscos do rompimento de barragens. Os impactos dessa atividade se estendem, por exemplo, aos problemas sociais e ambientais causados por siderúrgicas, como é o caso das comunidades de Piquiá de Baixo, no Maranhão, e Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em ambos os casos, moradores dividem espaço com siderúrgicas que se alojam no “quintal de suas casas”, provocando transtornos como a poluição de rios e problemas respiratórios. Portanto, colocam em risco a reprodução dos modos de vida e provocam, além das doenças, deslocamentos compulsórios, o que faz emergir disputas de poder assimétricos entre grupos com distintas formas de apropriação do território.

Em Piquiá, a busca pelo reassentamento se prolonga por mais de uma década e percebe-se em todo o processo as dificuldades de negociação e comunicação entre comunidade, empresas e Estado. Enquanto isso, os moradores permanecem respirando o ar misturado ao pó de minério de ferro, mesmo com laudos técnicos de diversas instituições da organização civil, acadêmica, parecer do Ministério Público e relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos, pleiteando o deslocamento da comunidade para outro

local. Em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, houve em 2010, um fenômeno denominado “chuva de prata”, que “consistiu na dispersão aérea dos resíduos da atividade industrial no ar e foi apontado como a causa do adoecimento da população, que até hoje vem sendo acometida por enfermidades respiratórias, dermatológicas e oftalmológicas”, além dos impactos sobre a pesca, a violação dos direitos trabalhistas e mão de obra estrangeira e impactos ambientais decorrentes da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) (MENEZES et al., 2017). Neste último caso, a empresa funcionava sem licença de operação durante seis anos, de 2010 a 2016, além de também ser objeto de ações penais movidas pelo Ministério Público Federal (MPF/RJ), Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Defensoria Pública do Rio de Janeiro, entre outros, a partir de denúncias e mobilizações de população em articulação com instituições apoiadoras.

Dito isso, não é nossa intenção fazermos aqui um levantamento de locais impactados pela mineração no país, mesmo porque já existem trabalhos realizados nesse sentido, dentre os quais podemos mencionar a pesquisa de Porto, Pacheco e Leroy (2013) na coletânea “Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos”. Mas, algumas indagações surgem diante desse cenário: Afinal, porque esses desastres acontecem? Quem são os responsáveis? Há tecnologias mais seguras para serem utilizadas? Houve falha de fiscalização? Questões como estas se tornaram mais frequentes no ano de 2015, com o caso do rompimento da barragem de rejeitos Fundão, localizada na cidade de Mariana, também em Minas Gerais (MILANEZ et al., 2016). Este caso é considerado o maior desastre ambiental no Brasil em termos de extensão territorial devastada. Segundo o Ministério Público Federal, o desastre de Mariana deixou 19 pessoas mortas, 41 cidades afetadas em Minas Gerais e no Espírito Santo, degradação ambiental de 240,88 hectares de Mata Atlântica, 3 reservas indígenas atingidas, mais de 50 milhões de m³ de rejeitos de mineração do reservatório de Fundão despejados em terrenos e rios, 29.300 carcaças de peixes coletadas ao longo dos rios Carmo e Doce, correspondendo a 14 toneladas de peixes mortos. Esses episódios recentes levaram ao debate público a preocupação socioambiental e as fragilidades da gestão de risco associadas aos empreendimentos de mineração, uma realidade já conhecida há muito tempo nos locais supracitados.

3.1 Riscos e controvérsias socioambientais

Nas sociedades contemporâneas, o risco é um objeto social que vem adquirindo cada vez mais destaque. As discussões em torno das noções de progresso e desenvolvimento são ressignificadas à medida que prevalece um sentimento de insegurança, alimentado pelo próprio progresso da segurança, principalmente nas práticas estabelecidas no contexto em que a “intensificação de investimentos extrativos primários voltados à exportação tem resultado na multiplicação dos conflitos socioambientais” (ZHOURI, 2014). Atualmente, há no Brasil ideias bastante divergentes a respeito de medidas públicas relacionadas à implementação de projetos desenvolvimentistas. Por exemplo, o Projeto de Lei n.º 3729/24 que regulamenta o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais. Por um lado, ambientalistas e pesquisadores o criticam por considerar um desmonte da política ambiental brasileira, sobretudo por retirar a obrigatoriedade da consulta a populações potencialmente atingidas, dentre outros motivos que levam, segundo esses grupos, à uma flexibilização do licenciamento¹⁷. De outro ponto de vista, a bancada ruralista e empresários reclamam da morosidade de todo o processo, impossibilitando a criação de novos empregos e o desenvolvimento.

Nesse sentido, Beck (2011) disserta sobre a importância dos conteúdos e consequências sociais, políticas e culturais dos riscos da modernização, onde as forças destrutivas geram críticas e definem os rumos das discussões públicas a partir de acontecimentos com impacto global. O autor fala, portanto, de uma “sociedade do risco” dividida entre aquela que distribui riqueza e aquela que distribui riscos em um cenário em que as mesmas substâncias tóxicas podem ter um significado inteiramente distinto para diferentes grupos. Em contraposição a esta perspectiva, os casos de desastres socioambientais mencionados anteriormente, nos apontam para situações em que a diferença de distribuição da riqueza e dos riscos não são meramente de significados distintos para os atores afetados, mas, são de fato, distribuições desiguais, cujos riscos são concentrados nas populações mais pobres. No entanto, a afirmação que “para as pessoas afetadas com complexas instalações, a ameaça de morte que as acompanham, se tornam invisíveis diante

¹⁷ O posicionamento desses diferentes grupos podem ser observados com frequência na imprensa, considerando que a pauta é considerada prioritária por alguns parlamentares desde os crimes socioambientais ocorridos em Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/09/interna-brasil,787021/pesquisadores-e-organizacoes-ambientais-criticam-versao-da-lei-do-lice.shtml>>. Acesso em: 20/09/20.

da ótica da 'libertação da precariedade material' (ibidem, p. 49), atualmente, não se confirma majoritariamente. Se há em determinada sociedade uma intensificação das desigualdades sociais, um elevado índice de pobreza e desempregados, a possibilidade de escolher entre um emprego ou morar em um local livre de poluição e substâncias tóxicas é quase nula.

Não são questões que podem ser resolvidas apenas com a mudança do local de moradia porque, geralmente, as pessoas impactadas por esses tipos de empreendimentos não possuem condições financeiras para simplesmente irem embora. Os “incomodados” não se mudam porque eles simplesmente não têm para onde ir, mesmo percebendo as ameaças que vão de encontro aos seus territórios, suas casas e às suas famílias. Este é um dos elementos que podemos observar na fala de alguns moradores de Piquiá de Baixo. López e Alhama (1998) afirmam que, se há conhecimento dos riscos, não há, então, descontrole do complexo técnico, mas intenção política. Inclusive, podemos perceber mudanças quanto ao enfrentamento da validação sobre definição de riscos ser uma conclusão exclusiva de especialistas e técnicos. Pode até haver uma maior tolerância aos poluentes com a ameaça da redução de renda, como sustenta Beck, mas os efeitos não são mais sentidos de forma passiva por aqueles que são afetados. O estudo do caso que abordarei mais adiante mostra, por exemplo, que a importância social e política do conhecimento e, conseqüentemente, do acesso aos meios de forjar o conhecimento (ciência e pesquisa) e disseminá-lo (meios de comunicação de largo alcance) se estendem, apesar de modos diferentes, aos impactados.

Acsehrad e Mello (2002, p. 291), ressaltam a partir de críticas feitas à teoria beckiana sobre a sociedade do risco, que “a reificação das tecnologias, o estruturalismo das técnicas e a desconsideração da luta simbólica em que se inscreve a construção do social de riscos, inabilita-o a entender e explorar as possibilidades de democratização das decisões tecnológicas”, considerando que essas possibilidades dependem não apenas da quebra do monopólio da produção de informação, mas também dos meios de difusão das interpretações do risco, ou seja, de espaços simbólicos hermenêuticos.

Se reificarmos as técnicas, considerando que o risco resulta da apreensão cognitiva do fato técnico, estaremos deixando de considerar o papel das lutas simbólicas e das estratégias discursivas (...) fatores decisivos no processo de organização da sociedade para a democratização efetiva do poder sobre as técnicas. (ibidem, p. 315).

Nesse ponto, Chateauraynaud (2017), ao analisar a relação entre questões ambientais, controvérsias e conflitos, afirma que “a análise da controvérsia conduz a tratar

o meio ambiente como um desafio em meio a outros, como a saúde pública, o risco tecnológico, a economia de energia, a expertise e a democracia, ou ainda as questões do direito e de responsabilidade” (ibidem, p. 17), evidenciando que atualmente todos esses elementos estão constantemente em interação. De outro modo, no desdobramento dos assuntos públicos, afirma o autor, a natureza, o meio ambiente e a biodiversidade aparecem como “bens em si” que servem tanto para legitimar a ação e julgamento dos atores, tanto como fatores de convergência argumentativa que é então concebida como uma maneira de ligar planos logicamente diferentes. É nesse sentido que este defende levar a sério as operações realizadas por aqueles que vêm chegar os processos e tentam comunicar suas percepções aos outros, fator que o autor analisa através da figura do “lançador de alertas”, espaço que poderia ser tomado por todos os tipos de entidades, pessoas ordinárias e até mesmo, instâncias oficiais.

O tratamento das controvérsias e conflitos socioambientais como objeto sociológico nos remete a diversas situações de impactos e crimes contra a natureza e populações de minorias decorrentes da atividade de mineração no Brasil, bem como, a ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, a legalidade na implantação do Projeto Minas-Rio, a disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará, os conflitos decorrentes da Mina-Ferrovia-Porto no Maranhão (ZHOURI, 2018). As tragédias ambientais, em geral, contam com a “expertise leiga”¹⁸ dos moradores das localidades atingidas que emitem os primeiros alertas de possíveis “acidentes” ou se mobilizam para dar visibilidade a problemas de saúde dos moradores em algumas situações e não recebem respostas das autoridades para avaliação de riscos e consequentes formas de precauções ou soluções¹⁹. Esses casos nos permitem a visualização de divergências argumentativas. De um

¹⁸ O termo “expertise leiga” é utilizado neste trabalho à medida que busca-se definir nas análises sobre a importância do trabalho de investigação leiga nos estudos de controvérsias e conflitos ambientais. Castilhos e Almeida (2018), destacam em suas pesquisas o fato de que costuma-se considerar o “público leigo”, ou seja, pessoas que não têm o conhecimento especializado nas instituições de ensino e pesquisa, como incapazes de opinar e menos ainda de decidir sobre questões complexas relacionadas a temas de ciência e tecnologia e, assim, são pouco consideradas em processos decisórios. Entretanto, estudos como o do Epstein (1995), que não deixa de ser atual, nos mostra o quanto movimentos ativistas podem, em certas circunstâncias, ganhar legitimidade como participantes na construção do saber científico, fazendo uso da sua “expertise leiga”, podendo até mesmo provocar mudanças nas práticas epistêmicas da biomedicina.

¹⁹ Conforme nos mostra a reportagem sobre o alerta de uma das vítimas fatais do rompimento da barragem de Brumadinho há um ano antes da tragédia. Em seu Facebook, Mascarenhas, que era dono de uma pousada na região, comentou: "Estão acabando com tudo em volta. Onde antes era uma mata atlântica cheia de nascentes, hoje está virando um deserto empoeirado e sem vida. O que é mais importante, o dinheiro ou as pessoas que morrem de doenças pulmonares respirando esse pó poluído com minerais pesados e bebendo água misturada com esse mesmo veneno? Lençóis freáticos entupidos. Pulmões entupidos e o turismo ecológico que antes era

lado, moradores afetados, ONGs e grupos de pesquisa que utilizam a temática ambiental para a defesa pública dos problemas causados e, por outro, as empresas que se apoiam nos discursos de responsabilidade ambiental.

3.2 Lógica dos grandes empreendimentos de mineração no Brasil

A participação em uma roda de conversa realizada na cidade de Açailândia-MA sobre os impactos da mineração desde Piquiá, no Maranhão, à Brumadinho, em Minas Gerais, abriu caminhos para a visualização de um cenário mais amplo sobre o que se convencionou chamar de “cultura da mineração”²⁰. Esse termo, evocado pela coordenadora geral da Associação Comunitária da Jangada, Carol de Moura, presente neste debate, refere-se sobretudo à dependência da população que vive em locais afetados por empreendimentos de mineração. Coelho, Milanez e Pinto (2016) tratam desse contexto como o “dilema minerador”, ou seja, é a percepção de que, apesar dos impactos negativos causados, a mineração é a principal atividade econômica dessas regiões, sustentadora de parcela importante da renda familiar, além de apoiar-se no discurso de desenvolvimento local através da atração de investimentos geradores de renda e consequente melhoria na qualidade de vida da população. Tal retórica é reforçada ainda pelos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2020) de que dentre os minerais estratégicos para a Balança Comercial do Brasil, o minério de ferro ocupa a segunda posição de destaque como exportador global. No geral, segundo esta mesma fonte, a atividade de mineração gera 199 mil empregos diretos, 696 mil postos de trabalho na transformação mineral e 2,1 milhões de empregos na cadeia produtiva. Além disso, a Lei 13.540/2017 que institui a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)²¹ recolheu no ano de 2019 o valor

fonte de riquezas para a região, se transformando em deserto poeirento e desabitado. Cenário horrendo de um futuro que começou a décadas atrás. Será que ainda há esperança?”, questionou o empresário”. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/em-post-antigo-dono-de-pousada-em-brumadinho-alertou-paracenario-horrendo/>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

²⁰ A roda de conversa, na qual fui convidada a participar, foi realizada dia 13 de agosto de 2019, no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. Teve a participação de Carolina de Moura, coordenadora da Associação dos Moradores da Jangada, vizinhos da mina da Vale em Córrego do Feijão, distrito de Brumadinho, MG; (Associação Comunitária de Brumadinho), Flávia, representante da Associação Comunitária do Piquiá (ACMP); e Kaya, uma das arquitetas do reassentamento. No público presente estavam integrantes da Rede Justiça nos Trilhos, professores, alunos do Instituto Federal do Maranhão e missionários combonianos.

²¹ “A Lei Lei n.º 13.540/2017 modificou base de cálculo para “receita bruta da venda, deduzidos os tributos incidentes sobre sua comercialização; II - no consumo, sobre a receita bruta” e alíquotas, além da distribuição

de R\$ 3,5 bilhões pela exploração do minério de ferro. Segundo informações da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM, 2019), esses municípios receberam mais de R\$ 102 milhões de royalties da mineração recolhidos a partir de 12/06/2018 até 30/04/2019, alusivos às competências de 06/2018 a 03/2019, por municípios, substância e tipo de afetamento.

A FAMEM afirma ainda que, “os percentuais de recolhimento consideram uma série de variáveis que inclui percurso, tonelagem e outros fatores referentes à atividade mineradora. Por contar com a maior extensão de ferrovia em seu território, o município de Açailândia obteve maior fatia depois de São Luís. Os recursos transferidos pela CFEM devem ser utilizados pelos gestores municipais em infraestrutura, reforma e construção de escolas de unidades básicas de saúde. Por outro lado, a efetividade e transparência da gestão desses recursos é uma questão que deve ser analisada com mais cautela em outro momento de pesquisa.

Nesses termos, ao mesmo tempo em que essas empresas geram empregos, embora muitas vezes em condições de trabalho questionáveis, possuem também efeitos potenciais na diminuição da qualidade de vida dos moradores ao lançar resíduos tóxicos no ar, desmatar a vegetação nativa, poluir o solo, provocar doenças, impactar diretamente na reprodução do modo de vida local, causar deslocamentos forçados e etc, tal como ocorre em Piquiá. Desse modo, pode-se observar um enfraquecimento da mobilização local que emerge daqueles que buscam pelo direito de viver em um local livre de poluição em contraposição àqueles que têm receio de perder o que é considerado uma das principais fontes da economia local, a empresa mineradora. D. Osmarina, uma das moradoras do bairro afirma que: “Aí a Gusa agora já deu mais alguns empregos para umas pessoas... têm muitos já lá embaixo que já trabalham na empresa. Aí aqueles que trabalham nas empresas, eles têm medo de falar”. Essa passagem da entrevista que realizei, refere-se à resistência por parte de alguns em denunciar as violações sofridas.

A escolha do local onde os empreendimentos serão instalados e a sua forte relação estrutural com o Estado brasileiro estão associadas a uma lógica de ‘distribuição desigual dos riscos’, ou seja, transferência de indústrias de risco para países com mão de obra barata, onde existe uma sistemática “força de atração” entre pobreza extrema e riscos extremos,

que criou a figura dos “Municípios afetados pela atividade de mineração em seus territórios” e fez a distribuição. Decreto 9.407, de 12 de junho de 2018 (IBRAM, 2019).

somada à “alta aceitação” de uma população desempregada diante de novas tecnologias capazes de gerar empregos (BECK, 2011, p. 49). Esse enquadramento reforça o que Pacheco (2012) chama de “racismo ambiental” referente às diversas comunidades vulnerabilizadas que são vítimas de uma lógica desenvolvimentista que força condições de degradação crescente para uns e propicia lucros abusivos para outros, onde as empresas são atraídas pelas condições de isenção fiscal dada pelo Estado, ainda que estas sejam nocivas tanto ao meio ambiente quanto aos próprios trabalhadores. Além disso, a ideologia de crescimento econômico e progresso é fortemente reproduzida a partir dos números que essa atividade apresenta para a população. Nos referimos, portanto, à importância da atividade mineral no Brasil que, segundo dados divulgados pelo IBRAM (2020) teve um crescimento, em reais, de 39,2% no faturamento, passando de R\$ 110,2 bilhões em 2018 para R\$ 153,4 bilhões em 2019, puxado principalmente pelo aumento de preço médio do minério de ferro. Apresenta também um investimento de US\$ 32,5 bilhões neste setor entre 2020-2024 sinalizado pela confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros de que haverá segurança jurídica para a implementação de projetos de médio e de longo prazo.

Gráfico 1. Dados de Investimento do Setor Mineral



Fonte: IBRAM (2020). Informações disponíveis no portal da mineração referentes aos dados do setor da mineração apresentados em fevereiro de 2020.

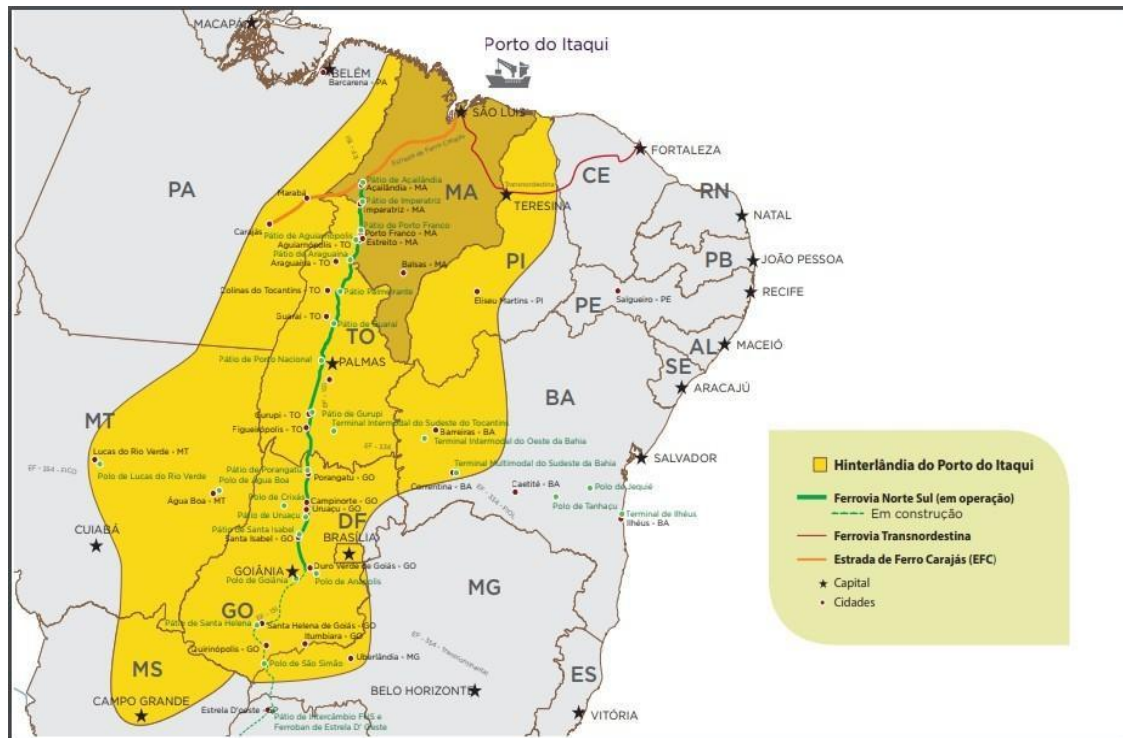
Muitos dos investimentos realizados em infraestrutura têm o objetivo principal de ligar operações de mineração aos portos, de onde os produtos seguem para os grandes

mercados mundiais. O estado do Maranhão, por exemplo, é considerado uma zona territorial estratégica para a instalação de grandes empreendimentos tecnológicos devido à vocação mineral da Amazônia, no qual podemos destacar dentre os grandes projetos, a atuação do Programa Grande Carajás, instalado pelo governo federal em 1980, no sudeste do estado do Pará, no oeste do Maranhão e no norte de Tocantins. O objetivo principal deste empreendimento era garantir a exploração e comercialização das gigantescas jazidas de minério de ferro localizadas na Serra de Carajás, no território paraense, o que levou o estado a implantar a infraestrutura para que pudesse ser feita a exploração e o escoamento da produção mineral, além de outras produções, assim como os de outros estados vizinhos. Compôs esse Programa a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), o complexo portuário de São Luís, a Hidrelétrica de Tucuruí e um vasto conjunto de estradas de rodagem²².

A EFC possui 892 quilômetros de extensão, ligando a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, no sudeste do Pará, ao Porto da Ponta da Madeira, em São Luís (MA). Por seus trilhos, são transportados 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano. Circulam cerca de 35 composições simultaneamente, entre os quais um dos maiores trens de carga em operação regular do mundo, com 330 vagões e 3,3 quilômetros de extensão. Em 2017 foram duplicados 575 quilômetros, aumentando a capacidade para 230 milhões de toneladas de minério de ferro transportadas por ano, segundo dados da empresa administradora, Vale. Por sua vez, o Porto do Itaqui é um Complexo Portuário em São Luís composto de empresas e agentes públicos e privados que formam a comunidade portuária e possui uma infraestrutura que o eleva ao patamar de maior exportador de minério de ferro do país. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTA), foi o porto que mais exportou cargas para o comércio internacional no ano de 2017, dados justificados pela sua eficiência multimodal que constitui um fator decisivo para a competitividade, pois suas conexões com importantes ferrovias e rodovias fazem do Itaqui um corredor logístico para o centro-oeste do país, como mostra a sua zona de influência abaixo:

²² Mais recentemente, se articulam a esse conjunto de empreendimentos de infraestrutura, a Hidrelétrica de Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaqui, entre outros (NOBRE, 2016, p. 06).

Figura 2. Zona de Influência do Porto de Itaqui – MA



Fonte: Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

O conhecimento desse panorama nos remete à reflexão sobre a dimensão econômica da atividade de mineração no país e seu potencial de influência em tomadas de decisões referentes às políticas públicas de desenvolvimento, legislação ambiental e impactos socioambientais. Nesse contexto, a preocupação concerne a uma série de conflitos socioambientais que se intensificaram a partir do modelo de desenvolvimento decorrente da crescente industrialização e consequente modernização do país visando a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (CARNEIRO, 1989; SANT’ANA JÚNIOR et al., 2009; SBRANA, 2012). No entanto, para entender como esses conflitos são desencadeados, é necessário nos situarmos quanto ao *modus operandi* das empresas de mineração, a forma como operam nas disputas de poder com a sociedade e o Estado. Nesse sentido, a literatura mais atual revela de forma pontual o caráter estrutural associado à uma (in)ação do Estado e seus operadores no exercício de seu papel regulatório sobre o setor mineral no Brasil.

Segundo o Comitê Nacional de Defesa dos Territórios frente à Mineração, “o Estado brasileiro tem sido incapaz de definir uma orientação pública e democrática para a política de acesso aos bens minerais, legitimando padrões de comportamento corporativo

incompatíveis com o respeito aos direitos de trabalhadores mineiros, comunidades locais e populações afetadas por suas operações (CNDTM, 2013). Apesar dos riscos associados a essas obras, observa-se um padrão de ações empresariais que buscam legitimar seu comportamento inapropriado. Segundo Pereira dos Santos e Wanderley (2016, p.94), “as opções técnicas de mineradoras em operação no Brasil têm sido pouco orientadas pelas agências estatais encarregadas de sua regulação pública, seja por sua inépcia financeira, técnica e operacional, seja por sua inação seletiva”.

Dentre os fatores que corroboram com a repetição de casos como os mencionados acima estão a aposta na pouca fiscalização e na precarização dos órgãos ambientais para que ações ilegais não sejam identificadas e punidas com multas; o poder de capital financeiro e político para criar estratégias jurídicas e técnicas declarando-se inocentes frente às notificações de irregularidade feitas pelos órgãos ambientais; a ausência de uma sanção para além das multas que, geralmente, não acarretam em grandes perdas financeiras para as empresas e raramente paralisam o empreendimento através da revogação da licença ambiental, perda da concessão mineral ou mesmo a criminalização dos responsáveis (GONÇALVES; PINTO; WANDERLEY, 2016). Além disso, surge outro problema recorrente que é a dificuldade para a construção de um espaço de relacionamento entre empresa e populações afetadas para que sejam esclarecidos tanto os impactos e as resoluções destes por parte das indústrias, quanto às demandas, denúncias e os alertas dados pelos moradores a partir de suas experiências cotidianas. Esses elementos revelam que os momentos em que ocorrem acidentes fatais, catástrofes e desastres são apenas o ápice de uma ação precedida de consecutivas violações ao evento em si. Mesmo nos espaços públicos institucionalizados, como é o caso das audiências públicas, os ritos burocráticos para que sejam concretizadas não são seguidos como deveriam.

Como pesquisadora na área de conflitos socioambientais no Maranhão há cerca de seis anos, tive a oportunidade de acompanhar com mais afinco alguns processos em defesa de comunidades impactadas por projetos de mineração na área rural de São Luís (MA). Naquele momento, mais precisamente no ano de 2014 a 2015, ocorriam disputas em torno de um território no perímetro da área pretendida para a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim²³, onde foram constatados atos de ilegalidade como a não observação dos prazos para

²³ O caso da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim é analisado com maior profundidade na obra de Sant’Ana Júnior et al. (2009), intitulada “Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim”.

a convocação das audiências públicas e nem observada a publicidade exigida para os estudos de impacto ambiental, além da chamada para outra audiência que seria realizada no comando geral da polícia militar, fato que, segundo os moradores na época, se enquadrava numa tentativa de intimidar aqueles que tinham a intenção de fazer denúncias, mas estavam ao mesmo tempo assustados com os episódios ocorridos dias antes com a presença de milícia armada nas comunidades e também embates com a própria polícia em atos de protesto.

Na mesma roda de conversa mencionada no início deste tópico, a coordenadora da Associação Comunitária da Jangada, mencionada anteriormente, descreveu as tentativas desta Associação para a criação do eventual espaço de diálogo com as empresas mineradoras em Brumadinho. O objetivo era discutir principalmente sobre o problema da “água marrom” que estava saindo pelas torneiras das casas e a preocupação de que a água acabasse com a expansão da Mina da Jangada, da mesma forma que aconteceu com o Córrego do Feijão, mesmo antes do rompimento da barragem. O espaço foi então criado depois de mobilizações que paralisaram as atividades da Vale. Com a criação deste espaço, as reuniões aconteciam bimestralmente na sede administrativa do complexo Paraopeba que, hoje já não existe mais, por ter sido atingido pela lama. Porém, não durou muito tempo devido às falhas nas negociações e denúncias de que a empresa apresentava dados falsos e omitia informações a respeito do andamento do processo de renovação do licenciamento. Justamente nas audiências públicas sobre a “Continuidade das operações das Minas da Jangada e Feijão” a população já alertava sobre o risco de acidentes mostrando fotos de aéreas da barragem do Feijão dizendo: “Olha... se isso rompe...”.

No dia 11 de dezembro de 2018, o licenciamento foi aprovado e as consequências, como sabemos, vieram no ano seguinte. Em ambos os casos, tanto na zona rural do Maranhão quanto nas comunidades em Minas Gerais, se ouviam reclamações sobre a ausência de vereadores ou quaisquer representantes políticos nas audiências públicas. Naquelas que acompanhei, as expressões de frustração eram nítidas nos rostos dos moradores pela percepção de que estavam “sozinhos” nas discussões. Sentiam-se desamparados por isso.

Não poderia deixar de destacar, neste quadro de práticas estratégicas corporativistas das mineradoras, as suas capacidades de influenciar decisões governamentais em benefício próprio, ou ao menos, apontar prioridades a serem discutidas na agenda pública ambiental. A Comissão instalada pela Câmara em 2014 para discutir o novo marco regulatório da mineração gerou manifestações devido a sua quase hegemonização por parlamentares que

havia sido financiados por mineradoras conforme dados divulgados em agosto de 2013 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Este estudo, realizado por Oliveira (2014), mapeou doações na campanha de 2010 e 2014. O resultado revelou uma quantidade vultuosa feita por grandes mineradoras a 20 dos 27 deputados federais titulares da Comissão especial para o novo marco regulatório da mineração. Conforme o levantamento referente às arrecadações das campanhas eleitorais de 2014, alguns partidos receberam de grandes mineradoras e empresas associadas a elas, um montante de R\$ 29.843.334,00 reais via doações à comitê/direção. Dentre as empresas, destaca-se a Vale S.A que doou R\$ 22.650.000,00 reais a doze partidos diferentes, sobressaindo-se o PMDB que recebeu R\$ 11.550.000,00 deste valor. No que se refere ao detalhamento de doação a candidatos nas eleições de 2014, a grande maioria daqueles que receberam financiamento destas empresas, foi eleita²⁴.

As contribuições foram feitas, inclusive, para o relator da Comissão, deputado Leonardo Quintão (MDB-MG), o presidente, Gabriel Guimarães (PT-MG), e o vice, Marcos Pontes (PSD-MG). Na época, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração entrou com uma representação na Casa (Parlamento) para pedir a retirada de Quintão, argumentando que o fator de ser financiado pelas empresas de mineração feria o Código de Ética da Câmara²⁵. No entanto, o pedido foi arquivado pela Casa com a alegação de que o projeto de lei se tratava de regras gerais, aplicáveis a todas as empresas que atuam no setor e não aos interesses de algumas delas em especial. O caso chegou ao Superior Tribunal Federal por meio de um mandado de segurança, mas o processo não foi julgado e terminou no arquivo da instituição. O ex-deputado Chico Alencar (PSOL), que integrava esta Comissão, afirmou em entrevista ao site de notícias *Brasil de Fato*, na matéria “Como o lobby das mineradoras trava projetos de interesse público sobre barragens”²⁶ que há um lobby muito estruturado e poderoso nesse setor e destacou ainda que os projetos que visam

²⁴ Dados apresentados com mais detalhes nas tabelas 2 e 2.1 em Oliveira (2013, p. 19-14). Disponível em: <<https://ibase.br/pt/noticias/quem-e-quem-nas-discussoes-do-novo-codigo-da-mineracao/>>. Acesso em: 21/02/2020.

²⁵ A representação contra o deputado se refere ao artigo 5º do Código de Ética da Câmara que considera que fere o decoro parlamentar aquele que relatar matéria de “interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral”. As informações estão disponíveis em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/09/09/interna_politica,567075/acao-no-stf-tenta-afastar-quintao-de-relatoria-do-marco-da-mineracao.shtml>. Acesso em: 15/08/20.

²⁶ SAMPAIO, Cristiane. Como o lobby das mineradoras trava projetos de interesse público sobre barragens. **Brasil de Fato**, Brasília, 28 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/28/como-o-lobby-de-mineradoras-trava-projetos-de-interesse-publico-sobre-barragens>>. Acesso em: 18/02/2020.

a imposição de limites mais rígidos para a mineração estão entre os mais dificultosos em termos de aprovação no Congresso. Contudo, houve uma mudança em 2015, na qual o Superior Tribunal Federal tornou inconstitucional a doação de empresas para campanhas eleitorais: Na alteração da Lei 9.096/95, consta que:

(b) “seja declarada a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 31 da Lei nº 9.096/95, na parte em que autoriza, a contrario sensu, a realização de doações por pessoas jurídicas a partidos políticos; e a inconstitucionalidade das expressões “ou pessoa jurídica”, constante no art. 38, inciso III, da mesma lei, e “e jurídicas”, inserida no art. 39, caput e § 5º do citado diploma legal, atribuindo-se, em todos os casos, eficácia ex nunc à decisão”; (grifou-se)

Para Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 186),

Algumas atividades de lobby confrontam o princípio da igualdade política, ou seja, à medida que as empresas podem financiar campanhas políticas, o processo eleitoral passa a se tornar cada vez mais caro e inicia-se uma dinâmica de seleção artificial, por meio do qual aqueles que têm acesso a esses recursos aumentam a probabilidade de serem eleitos.

3.3 Regulamentação ambiental no Brasil e dispositivos de reparação

Para analisarmos brevemente o impacto da Estrada de Ferro Carajás, projeto que fez emergir o problema da poluição causada pelas siderúrgicas instaladas no bairro que é objeto de estudo deste trabalho, aplicamos a noção de “dispositivo” utilizada por Dodier (2016), Dodier e Barbot (2018) para analisarmos o arcabouço legal que orienta os processos de reparação relacionadas a danos causados por grandes empreendimentos.

A constituição desse dispositivo foi articulada, principalmente, através de Conferências Internacionais no âmbito da observação dos desequilíbrios ambientais e crises de injustiça social. Portanto, partiu-se da necessidade de reconstrução das relações entre sociedade e natureza para tentar resolver problemas socioambientais crescentes que levantam preocupações em todo o cenário mundial, como as alternativas de enfrentamento desses conflitos. Tivemos, então, a realização de uma série de conferências na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU) para contemplar debates e acordos acerca da necessidade de preservação e melhoria do ambiente humano, desenvolvimento sustentável, estabelecimento de metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e realização

de projetos para a conservação da diversidade biológica.²⁷ Dito isso, é importante corroborar que o histórico e evolução da legislação ambiental no Brasil passou por distintos contextos sociais, políticos e econômicos, com diferentes concepções de meio ambiente. É fundamentada, sobretudo, por tratados internacionais celebrados ao longo dos anos, conforme a preocupação com o meio ambiente ganhava lugares de destaque nas discussões públicas.

As leis ambientais no Brasil passaram por profundas reformulações, suportando grandes pressões internas e externas devido a perda de patrimônio natural em nosso território. Atualmente, temos um complexo sistema institucional para a gestão do meio ambiente, embora repleto de controvérsias entre a teoria e a prática em questão. Um dos principais instrumentos que constitui a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938, 31.8.1981), instituído por Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) n.º 237/97, artigo 1º que o define como sendo:

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (BRASIL, 1997 [s.p]).

Com isso, foram criados instrumentos para controlar e legislar sobre violações ao meio ambiente. Ficou estabelecido, portanto, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um desses instrumentos prévios à instalação de empreendimentos industriais, por exemplo, juntamente ao SISNAMA e ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). A resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 (BRASIL, 1986), regulamentou a efetividade da realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que deve ser apresentado ao público interessado, como as comunidades possivelmente afetadas por empreendimentos industriais, através da realização de audiências

²⁷ Merece destaque a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, reconhecida como o marco no Direito Internacional do Meio Ambiente; a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992; a abertura para assinaturas do Protocolo de Kyoto, no Japão, em 1997; Rio +10, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, a Rio +20, Rio de Janeiro, em 2012; por fim, em 2015, ocorreu em Nova York, na sede da ONU, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, onde foram definidos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) com prazo para 2030, mas com trabalhos já iniciados.

públicas que, mesmo tendo efeito consultivo e deliberativo, deve ser levada em consideração para a análise e o parecer final do órgão licenciador. O licenciamento ambiental engloba três tipos de licença (licença prévia, licença de instalação e licença de operação) que cobrem desde o planejamento até a execução da atividade regulada. Sobre este instrumento regulatório é importante ressaltar que com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído no ano de 2007, e a sua segunda fase lançada no ano de 2011 (PAC 2), houve críticas quanto à morosidade dos órgãos ambientais na concessão dos licenciamentos necessários para o início das obras de infraestrutura que promoveriam a aceleração do desenvolvimento. Desse modo, o governo tomou medidas com o objetivo de agilizar esses processos através do Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) ou Licença Simplificada (LS), para empreendimentos ou atividades de pequeno porte e baixo potencial poluidor, concedida antes de iniciar a implantação do empreendimento, em uma única fase, aprovando a concessão ou não.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional, em regime de urgência, o Projeto de Lei 3729/2004 com situação pronta para pauta no PLENÁRIO (PLEN) que dispõe sobre a regulamentação do licenciamento ambiental, também conhecido como projeto de lei geral do licenciamento ambiental. O texto prevê, por exemplo, a isenção de licença para atividades agropecuárias, para grandes obras de infraestrutura e saneamento²⁸. Além disso, segundo alguns especialistas, abre-se espaço para que estados e municípios tenham autonomia para definir suas próprias regras de licenciamento, sem necessariamente seguir especificamente as normas orientadas pelo IBAMA e, com isso, criar uma “guerra fiscal ambiental” com o objetivo de atrair empreendimentos.

Nesse campo de discussão pública observamos acirrados debates em relação aos processos de licenciamento no Brasil. Por um lado, os setores de energia, indústria e agropecuária, principalmente, afirmam que as normas estabelecidas pelos órgãos ambientais são um entrave ao desenvolvimento do país devido à burocratização do processo porque atrasam as obras, aumentam os custos e demoram a ser concluídas. Por outro lado, ambientalistas também afirmam que, além de não garantir uma participação social efetiva, precisa ser reestruturado, pois a má burocracia nas licenças não está conseguindo atingir seu objetivo de proteção ao meio ambiente. No entanto, apesar das críticas, tal processo de

²⁸ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161>>. Acesso em: 15/07/20.

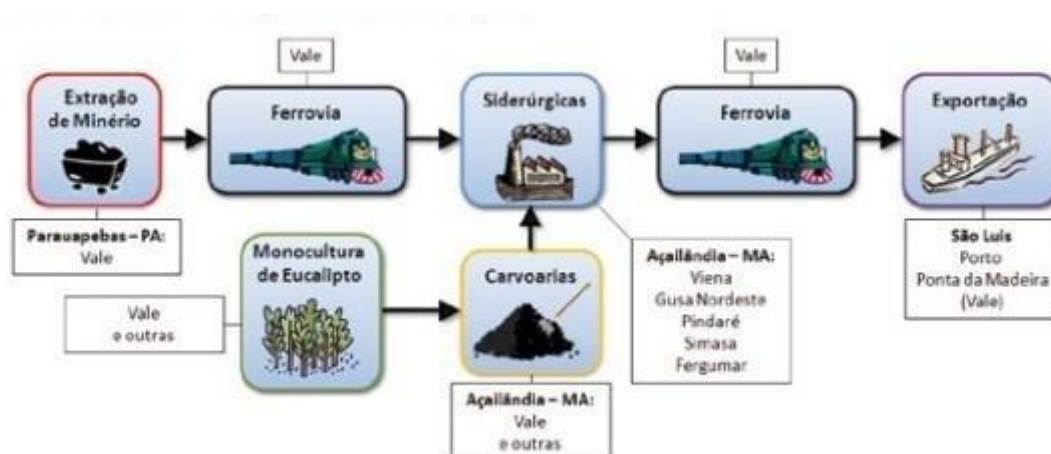
licenciamento ambiental continua sendo o principal meio que contempla a consulta pública aos estudos e relatórios ambientais e a realização de audiência pública obrigatória. Dessa forma, a lógica de compatibilizar desenvolvimento com preservação dos recursos e equilíbrios naturais é colocada em xeque por alguns estudiosos à medida que supõe, segundo Carneiro (2014), um suprimento infinito de recursos naturais e de equilíbrio dos processos ameaçados pela produção capitalista desenfreada, bem como a distribuição espacial desigual dos impactos causados por determinadas atividades produtivas.

Outro fator preponderante nesse debate se refere à adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem conduzido o meio ambiente e a justiça social como “barreiras ao desenvolvimento”, no qual os problemas socioambientais são meros problemas técnicos e administrativos passíveis de compensações, somando-se mais recentemente ao desmantelo da legislação ambiental brasileira como, por exemplo, a alteração do código florestal brasileiro, e a constatação da Ineficiência da AIA (MONTAÑO, 2014). Zhouri, Laschefski e Pereira (2014) entendem que os conflitos ambientais extrapolam as tentativas técnica e gerencial proposta por essa visão hegemônica de desenvolvimento sustentável visto que a natureza foi convertida em uma simples variável a ser “manejada” para não impedir o “desenvolvimento”. Decorre daí que projetos industriais tais como siderúrgicas, mineração, monoculturas de soja e eucalipto, hidrelétricas são geradores de injustiças ambientais e sociais na medida em que impõem riscos às camadas mais vulneráveis da sociedade.

No contexto específico da implementação da Estrada de Ferro Carajás, os estudos de engenharia do projeto foram iniciados em 1976 e finalizados em 1970, com obra iniciada em 1982 e, finalmente, inaugurada em 1985. Ou seja, são anteriores à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída em 1981. Nesse cenário, começaram a surgir denúncias de violações de direitos humanos que aumentaram no decorrer dos anos e, mesmo diante de crítica de Movimentos Sociais que atuam na região, o Ibama emitiu no início do ano de 2012 a autorização para as obras de duplicação da ferrovia e autorizou a remodelação de pátios e a implementação de viadutos e pontes na região. A autorização foi condicionada ao cumprimento de dezoito condicionantes definidas pelo mesmo órgão, entre elas a construção de viadutos, além da empresa ter que demarcar Áreas de Proteção Permanente (APPs) e definir planos e programas ambientais como os de apoio a comunidades tradicionais, de monitoramento e controle de ruído e de capacitação de trabalhadores no Plano Ambiental de

Construção. Essa duplicação é considerada o maior investimento logístico da empresa e visou potencializar a capacidade de produção e escoamento de ferro e outras cadeias vinculadas, como as siderúrgicas, carvoarias e monocultivo de eucalipto. Segundo informações de Domenici (2017), a EFC corta mais de 100 comunidades em 27 cidades, incluindo terras indígenas e quilombolas, assentamentos de reforma agrária e 22 unidades de conservação. É administrada pela Vale, principal responsável por pressionar o governo do Estado a explorar a siderurgia na região amazônica. Desse modo, a mesma empresa iniciou no Maranhão o que já fazia em Minas Gerais: exploração mineral voltada aos mercados externos, com resultados de impactos socioambientais negativos proporcionais aos do sudeste do país. Para se ter uma melhor visualização das investidas do projeto de mineração no Maranhão, podemos observar abaixo a ilustração elaborada no Relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos sobre o corredor Carajás:

Figura 3. Cadeia da Mineração e Siderurgia no eixo Maranhão e Pará



Fonte: Relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), 2011.

O minério é extraído em Parauapebas-PA, escoado através da ferrovia (EFC) administrada pela Vale, passa pelas guseiras em Açailândia-MA (empresas que transformam o minério em ferro-gusa, matéria-prima para a produção de aço) e, novamente, voltam à ferrovia para, finalmente, serem exportadas através do complexo portuário em São Luís-MA. Esse processo de produção envolve, principalmente, a monocultura de Eucalipto e as carvoarias, utilizados na soma do produto ferro-gusa.

Em outro relatório de missão de investigação e incidência divulgado em 2013 pela Plataforma dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

(DHESCA), foram apontados fragilidades e fragmentação no processo de licenciamento da duplicação da estrada, levando ao aprofundamento de impactos socioambientais deste projeto; insegurança territorial e violência contra as populações afetadas; a transformação de territórios e culturas em decorrência de processos rápidos e dificilmente assimiláveis pelos tecidos sociais, políticos e econômicos da região; privatização dos territórios e contaminação ambiental que comprometem a soberania alimentar e agravam as condições de saúde das populações; riscos de agravos na vida das mulheres e da população jovem, acentuando desigualdades de gênero e problemas geracionais; riscos de agravos dos impactos decorrentes da atividade siderúrgica e de suas cadeias articuladas; influência e impactos negativos sobre os direitos e uma educação pública e de qualidade e etc.

Ao considerar os riscos, conflitos e violações de direitos verificados durante a Missão, as recomendações do relatório incluíam, dentre várias outras, a paralisação das obras e dos processos de licenciamento até a realização de uma nova Avaliação de Impacto Ambiental Integrada (AAI) qualificada e também a paralisação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a Vale, além da responsabilização da mesma pelo Banco, por todos os impactos e violações decorrentes de suas atividades. As obras foram paralisadas em julho de 2012, ação decorrente de pressão da sociedade civil organizada e manifestações de moradores, momento em que a Justiça Federal do Maranhão acatou pedido do Ministério Público Federal que considerou que a licença emitida pelo Ibama era irregular, pois foi dada sem a realização prévia de Estudo de Impacto Ambiental completo, obrigatório para empreendimentos desse porte. Havia sido feito apenas um estudo simplificado. Contudo, o Tribunal Regional Federal da 1ª região, em Brasília revogou no mesmo ano, a suspensão do processo de licenciamento da expansão da EFC e a paralisação das atividades relacionadas às obras de duplicação da ferrovia no entendimento de que: "No presente momento, o que fica evidenciado é que a paralisação das obras poderá ser potencialmente mais perniciosa ao meio ambiente e à coletividade em geral, do que o seu prosseguimento", segundo o comunicado". A obra foi então finalizada no ano de 2017.

Em contrapartida, nos cinco anos de duplicação, Dominici (2017) identificou que mais de 170 pessoas foram alvo de processo da mineradora na Justiça do Pará e do Maranhão, além de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, agricultores, em decorrência de protestos por melhoria de acesso às comunidades em torno da ferrovia e mais

segurança nas travessias. Em alguns casos, ao saber antecipadamente da paralisação que seria realizada por moradores, a empresa entrou com pedido de liminar alegando que “tal fato não poderia ocorrer” e que a paralisação causaria “prejuízos à economia”, tendo, portanto, decisão liminar concedida a seu favor. Conforme o levantamento realizado por esta agência, pelo menos 57 ações (somadas as criminais e cíveis) foram identificadas de 2013 até outubro de 2017 – média de 11 por ano. O motivo principal dos protestos: a falta de uma passarela para atravessar a EFC, reclamação frequente dos moradores.

Além disso, perturbações constantes são denunciadas pelos moradores, tais como, buzina dos trens de dia e de noite que interfere tanto nas atividades escolares quanto no sono das pessoas, a rachadura nas casas causada pela vibração do trem. É comum o trem com 330 vagões e 3,3 quilômetros de extensão parar na comunidade, formando uma barreira que impede a circulação e as pessoas acabam passando por baixo, ocasionando diversos atropelamentos e até mesmo mortes. Essas situações contrariam as leis vigentes, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA no que se refere aos critérios para a “compensação ambiental”.

As compensações ambientais em casos de projetos de grande porte, geralmente, são revestidas em pagamento de multas, implantação de programas ambientais com o objetivo de potencializar oportunidades e minimizar possíveis impactos gerados pelas obras e, como já dito anteriormente, melhorias estruturais no local de impacto para que não haja prejuízos aos moradores.

No entanto, partindo da abordagem processual dos dispositivos de compensação, em especial, na extensão temporal no momento de sua implementação, podemos observar os encadeamentos que exercem certas coerções sobre os indivíduos e ao mesmo tempo lhes oferecem apoios para agir. No caso em questão, o dispositivo de licenciamento ambiental que aplica compensações aos danos causados revela uma certa ineficácia quanto às denúncias dos afetados e, por sua vez, expõe todo um trabalho normativo de atores que problematizam sua realidade e buscam estratégias, tais como manifestações e associações de moradores com organizações civis, com vistas a obter visibilidade, reconhecimento. Os acidentes, as mortes, o descaso com a população e a revolta por não se fazerem ouvidos pelas empresas e/ou atendidos com agilidade pelos órgãos públicos competentes, desperta nos

moradores a necessidade de buscar alternativas que viabilizem uma solução para os problemas levantados, como por exemplo, a construção de um espaço em que sejam ouvidos. As audiências públicas, geralmente, são esses espaços. Mas surge outra questão: o sujeito social “atingido”, além de um deslocamento físico e material, experimenta, ao fim e ao cabo, um deslocamento social e cultural, ou seja, são levados a um ambiente hostil gerenciado por linguagens técnicas onde muitos desconhecem os processos, espaços, instituições e idiomas da “representação” e da participação” (ZHOURI, 2018). A esse cenário é adicionando uma série de frustrações, ressentimentos, desconfiança e um sentimento de incapacidade por parte dos moradores que, conseqüentemente, terão que aprender a partir das novas relações sociais que se forjam com o tempo como se comportar nesse espaço e identificar quais ferramentas deverão ser utilizadas para serem reconhecidos como sujeitos de direito.

Nessa medida, as reivindicações das vítimas, transmutadas pelas racionalidades e técnicas do gerir corporativo, são tolhidas e recodificadas nas “linguagens universalizantes da queixa e da restituição” (Das, Kleinman & Lock, 1996) que definem as formas de reparação dos danos imputados, bem como os modos de reconstrução do seu viver. No percurso, trava-se uma luta entre a objetivação imposta pela política das afetações e a subjetivação política de atores compulsoriamente trazidos aos cenários de luta em que disputam o controle sobre o seu próprio destino. (IDEM, 2018, p. 29-30).

Importante ressaltar também que mesmo com o licenciamento ambiental a participação social daqueles que serão afetados com tais projetos se torna apenas mais um elemento burocrático a ser considerado no decorrer das fases de implementação, pois ele ocorre numa fase tardia do processo, considerando que discussões prévias de liberação de recursos foram feitas a portas fechadas. Ou seja, a população local tem pouco ou quase nada de chance para escolher seu destino, a dizer não. Isso nos leva a falar de uma “tecnologia de gestão e governança” que permeia o licenciamento ambiental e se apresenta como uma espécie de técnica que subdimensiona as perdas e os danos.

No quadro analítico da EFC essa forma de definir os elementos técnicos que perpassam o licenciamento ambiental para a duplicação da ferrovia, remete tanto à maneira como os moradores reagiram ao não cumprimento de infraestrutura básica a ser cumprida de acordo com este dispositivo, quanto à decisão judicial final para a continuidade da obra. Convém mencionar que a própria definição de nomear como crimes ou desastres ambientais não é uma disputa meramente semântica, pois há um *poder simbólico* que “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato

do mundo e em particular do mundo social” (BOURDIEU, 1989. p. 9). Em outras palavras, nomear é criar realidades. Criar realidades nesse cenário é definir os rumos de como irão ser constituídos os movimentos que levam à reparação.

Nos casos recentes mencionados até aqui sobre os conflitos e impactos socioambientais provenientes de grandes empreendimentos de mineração, nota-se a ausência de uma política pública específica capaz de oferecer solução imediata em termos de moradia adequada para as populações atingidas e sujeitas tanto à remoção forçada do seu território para dar lugar à construção das empresas, quanto em situações em que os moradores, já em condições vulnerabilizadas, se vêem obrigados a abandonar suas casas porque não conseguem e/ou não podem mais conviver com a poluição causada pelas referidas atividades econômicas.

Como consequência dos recentes desastres socioambientais ocorridos em Minas Gerais, começou a tramitar no Congresso o Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que discrimina os direitos dessas populações e estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor. Dentre os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), prevê-se no inciso Art. 3º, inciso II deste PL, o reassentamento coletivo como opção prioritária, favorecendo a preservação dos laços culturais e de vizinhança preexistentes na situação original, além de outros danos materiais e morais. A referida matéria foi aprovada no mês de junho de 2019 pela Câmara dos Deputados e, atualmente, aguarda apreciação pelo Senado. Caso seja concretizada, se tornará um importante dispositivo na busca por reparação em danos como este. A questão é que, mesmo sendo aprovado em todas as instâncias, o PL não contempla os demais danos causados pela mineração que não se limitam aos riscos e tragédias ocasionadas por barragens.

A toxicidade causada pela emissão de poluentes no ar, no solo e na água derivada de toda a cadeia mineiro-produtiva, tais como as siderúrgicas, transporte do carvão mineral e estrutura para a escoação do produto final, são fatores igualmente preocupantes desse setor, pois o número crescente de conflitos gerados nesse quadro demanda soluções que priorizem tanto o meio ambiente natural quanto a saúde das pessoas que vivem nele. No contexto de deslocamentos compulsórios os reassentamentos têm sido nas últimas décadas, indicados como a melhor saída à realocação da população por órgãos multilaterais como a ONU e órgãos financiadores de projetos de infraestrutura como o Banco Mundial, pela capacidade

de restituição dos imóveis e acompanhamento dos meios e modos de vida dos atingidos, desde que sejam conduzidos de forma transparente, com participação ampla dos atingidos, garantindo que suas demandas e perspectivas estejam no cerne das decisões (CHAVES et al., 2019). O problema é que mais uma vez nos deparamos com o difícil acesso à informação e a falta de abertura para a participação social. Porém,

Embora não haja lei que determine expressamente tais deveres ao empreendedor, esses decorrem do direito social fundamental à moradia digna e adequada, delineado pelo artigo 6º da Constituição Federal, pelos Tratados Internacionais que disciplinam o tema de direitos humanos, bem como pelas interpretações realizadas pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos e pela Relatoria Especial da ONU para moradia adequada (GAIO, 2017).

Ao considerarmos, por exemplo, que não há uma lei específica para reassentamento de populações impactadas por grandes empreendimentos, seja ele de mineração, hidrelétricas ou quaisquer outros de alto potencial degradativo, um dos instrumentos mais utilizados nesses casos é o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é um “acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial” . O TAC está previsto no § 6º do art. 5º da Lei n.º 7347/85 e no art. 14 da Recomendação do CNMP nº 16/10 e dispõe que nos casos em que uma indústria polui o meio ambiente, por exemplo, o Ministério Público pode propor que ela assine um termo de compromisso para que ela deixe de poluir e reparar o dano já causado ao meio ambiente. Caso haja descumprimento do compromisso, o Ministério Público pode ajuizar ações civis públicas para a efetivação das obrigações assumidas no acordo.

Este foi o instrumento alternativo de resolução de conflitos socioambientais utilizado no caso da barragem de Fundão, em Mariana, com o acordo firmado entre governo federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas mineradoras envolvidas. Zorzal e Silva, Cayres, Martins de Souza (2019) analisam este dispositivo como um instrumento que não é neutro e produz efeitos nos atores envolvidos. Dentro dessa perspectiva, afirmam estas autoras, são portadores de valores e suas escolhas não se restringem meramente a questões técnicas. Ao contrário, o tipo de instrumento de política pública escolhido “informam e incidem sobre as diferentes capacidades de ação dos atores e organizam as relações de poder de determinado modo” (ibidem, p. 6), por isso, a escolha de

determinados instrumentos em detrimento de outros é objeto de conflito político. Nesse sentido, ao contrapor o discurso de que o TAC é um dos mais eficientes instrumentos na prevenção e reparação a interesses e direitos difusos e coletivos ou que seus resultados são obtidos com maior celeridade do que aqueles alcançados por decisão judicial, Viegas etc. al., (2014), analisa este dispositivo da seguinte forma:

O que está em jogo é a validade social das escolhas empreendidas pelos órgãos legitimados. Caso tais escolhas sejam o resultado de posições e decisões políticas adotadas para preservar os agentes privados de possíveis prejuízos ou ganhos econômicos menos vultosos, inscrevendo-se no jogo político desenvolvido, tudo seja convertido em medidas mitigadoras e compensatórias, o Termo de Ajustamento de Conduta não terá eficácia social. Mais do que isso, ele contribuirá para o acirramento de quadros de injustiça ambiental, mediante o aguçamento da distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais.

De outro modo, para que seja assegurada uma “eficácia social”, é necessário que envolva a compreensão das dinâmicas políticas e sociais em torno das quais termo se estabelece e, sobretudo, garantir ampla participação social com a preocupação específica para que seja assegurado o exercício da reflexão e discussão para a politização de problemáticas ambientais que afetam a vida coletiva (VIEGAS et al., 2014). Porém, podemos observar que na prática, tanto a reflexão quanto a ocorrência dessa ampla participação dos grupos sociais envolvidos possuem fragilidades que decorrem principalmente da falta de informação, desconfiança e insegurança dos atingidos em relação às empresas.

Na comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, o descumprimento do acordo por parte do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA) e consequentes entraves gerados nos anos compreendidos entre a proposta do contrato e concretização do mesmo, demandou sucessivas manifestações de grupos moradores com o objetivo de pressionar os atores de Estado e empresas envolvidos, ao mesmo tempo que desmotivou outros atingidos por não acreditarem que o termo seria cumprido. Para mencionar outro exemplo, segundo o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, a TKCSA, na comunidade Santa Cruz-RJ, não chegou a cumprir totalmente o TAC, no que diz respeito, por exemplo, “a realização de um estudo epidemiológico para avaliar os impactos sobre a saúde dos moradores impactados e a instalação de uma unidade sentinela voltada para suprir demandas de saúde da população”²⁹. Há também nesse quadro de

²⁹ Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2013/01/TKCSA.pdf>>. Acesso em: 24/02/2020.

negociações, um jogo político estabelecido no âmbito do paradigma da adequação ambiental e que, segundo Viegas et. al., (2014), possui uma necessidade de ser revisto para que não obscureça as questões mais fundamentais a respeito do tipo de futuro que os atores sociais, em sua diversidade, pretendem alcançar.

3.4 Preâmbulo da problematização: aspectos conjunturais

O município de Açailândia pertence à Mesorregião Oeste Maranhense, dentro da Microrregião de Imperatriz e abrange uma área de 5.806,439 km² com uma população estimada de 111.757 pessoas. Foi fundado pouco tempo depois de sua emancipação política da cidade de Imperatriz, no ano de 1981. Desde então, a cidade tornou-se um dos maiores pólos econômicos do estado do Maranhão, destacando-se, principalmente, no setor siderúrgico e na agropecuária. Em 2010, chegou a ser destaque em edição da revista *Veja* sobre “As 20 metrópoles brasileiras do futuro”³⁰. De acordo com Carneiro (1989), Açailândia até início dos anos 1980, era constituída basicamente de população rural relacionada, sobretudo, com o processo de ocupação da Pré-Amazônia Maranhense. O fluxo migratório para a região se definiu a partir das políticas acionadas pelo Estado brasileiro para a integração da região amazônica ao espaço econômico nacional, através da construção de rodovias e da política de incentivos fiscais.

A partir de estudos sobre a dinâmica socioespacial de Açailândia, Evangelista (2008) afirma que a construção da rodovia Belém-Brasília e a política oficial de colonização motivaram a chegada dos primeiros migrantes nos anos 1960, atraídos pelos desdobramentos das frentes de expansão e supervalorização das terras. Estas eram, até então, utilizadas pelos camponeses para a produção de arroz, milho, mandioca e feijão, mas com a constituição de latifúndios nesse processo houve vários conflitos pela posse de terra devido à grilagem. Dessa forma, a instalação das indústrias siderúrgicas nessa cidade está relacionada a três principais fatores: 1) a disponibilidade de recursos naturais da região, sobretudo, a indústria da madeira para a produção de carvão vegetal; 2) localização estratégica entre importantes rodovias e ferrovias; 3) a Estrada de Ferro Carajás (EFC) responsável pelo abastecimento do minério de ferro e carvão vegetal a baixo custo. É nesse sentido que Mendonça (2019) defende sua tese sobre a existência de um “continuum colonial” na região ao adotar uma

³⁰ A matéria é citada no jornal O Estado do Maranhão. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/online/05092010/pdf/b01.pdf>> Acesso em 30/03/2020.

perspectiva de que é a colonialidade que comporta a modernidade e não o contrário³¹, afirmando que:

Uma das tecnologias sociais mais avançadas da colonialidade (= modernidade) tem sido a gestão das populações mediante deslocamentos induzidos ou forçados de indivíduos, grupos, populações inteiras, a exemplo da escravidão, do aldeamento e dos grandes projetos de desenvolvimento o Programa Grande Carajás (PGC) na Amazônia Oriental Brasileira (ibidem, p. 223).

Nesse contexto destinou-se ao município de Açailândia um plano de negócios com altos custos sociais e ambientais que contrastam com a significativa economia positiva do município em comparação com outras cidades do estado: a produção de ferro gusa. Segundo dados referentes ao ano de 2016 do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC (2018), dentre os 217 municípios que compõem o Maranhão, seis deles são responsáveis por concentrar 50,72% da economia do estado: São Luís, Imperatriz, Açailândia, São José de Ribamar e Caxias. Nesse ranking, Açailândia ocupa o 4º lugar de maior participação no Produto Interno Bruto do Estado com uma distribuição setorial correspondente a 8,9% na agropecuária, 27,3% na indústria e 63,8% em serviços. Por outro lado, este município ocupa a 10ª posição em relação ao PIB per capita que somou a quantia de R\$ 18,088,40, ou seja, perfaz apenas 1,59% da população maranhense e o seu PIB representa 2,34% do Estado no ano em questão (IMESC, 2018).

Apesar de gerar tanta riqueza, Açailândia revela contradições geradas por conflitos territoriais, pobreza e desigualdades sociais que podem ser observados nos respectivos indicadores sociais. Em referência aos índices de trabalho e rendimento em 2017, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 43,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 207 de 217 dentre as cidades do estado. Quanto à estrutura do ambiente, apresenta 13% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 6,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada - presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010).

³¹ Em sua tese de doutorado sobre “Continuum colonial”, Mendonça busca “compreender como a modernidade, conceitual e operacional, tem sido largamente utilizada das mais diversas formas e com os mais diversos objetivos, por incontáveis grupos como modo de autoclassificação e de classificação do outro” (ibidem, p. 47), generalização que se tornou possível ao ser vinculada ao conceito de *desenvolvimento e progresso*. Importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento denotado aqui é o sentido atribuído por Esteva (2000, p. 64) o qual “sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor”.

Estes números oferecem uma melhor visualização do cenário em que está inserida a comunidade Piquiá de Baixo e nos situa a respeito dos problemas que esta enfrenta. Além de uma estrutura urbana precária que se percebe na cidade como um todo, os moradores deste bairro sofrem com o adicional de poluição provenientes das siderúrgicas na região.

A chegada da Estrada de Ferro Carajás (EFC) em 1970, e das siderúrgicas promoveu, de um lado, o crescimento econômico da cidade, mas por outro, causou diversos impactos ambientais e sociais, como a expropriação de terras, remanejamento de famílias para locais onde o solo não era propício ao cultivo. Conseqüentemente, provocou um aumento da pobreza no espaço urbano, características comuns relacionadas à expansão local, além do elevado nível de poluição constatado em algumas áreas. Segundo Evangelista (2008), a implantação da EFC em meados de 1970 e após, a chegada das indústrias de ferro-gusa no final da década de 1980 acelerou o processo de urbanização, sendo ainda vetor de transformações no mercado de trabalho, momento onde Piquiá se transforma no “hall” das siderúrgicas, um depositário de mão-de-obra. No entanto, é preciso destacar que o crescimento da produção siderúrgica não era proporcional ao volume de empregos diretos gerados.

A dificuldade da absorção de mão de obra devido à falta de conhecimento de trabalhadores locais em relação ao processo de produção do carvão mineral, fez com que fossem buscados trabalhadores de lugares que já possuíam tradição em metalurgia, a exemplo de Minas Gerais. Segundo Castro (1993), essa nova lógica de recrutamento foi inaugurada pela CVRD e serviu de base para as empresas pioneiras em Açailândia, oferecendo condições para o estabelecimento desse tipo de mercado naquele local. Esta autora afirma que “originários de diversos estados, na maioria migrantes de origem rural, esses trabalhadores aprenderam, na prática, com operários qualificados contratados ou transferidos pelas empresas de suas filiais” (ibidem, p. 112). Dessa forma,

A trajetória econômica associada à trajetória social dos operários modificou os elementos constitutivos do espaço camponês (re) alojados através dos deslocamentos sociais e mobilidade para o espaço fabril. Esse fato evidencia a influência direta que o bairro **[Piquiá de Baixo]** sofre das siderúrgicas, em uma espécie de simbiose entre o espaço social da comunidade e o espaço industrial, interligados. (EVANGELISTA, 2008, p. 77 – grifos meus).

A história da constituição do bairro de Piquiá está estreitamente associada aos diferentes ciclos econômicos que fizeram parte da formação da cidade e pelo processo de

transformação da dinâmica urbana com a implantação dos empreendimentos, tais como, a atividade agropecuária e, em seguida, a construção do distrito industrial. Este último atraiu grande quantidade de trabalhadores que buscavam por empregos nas indústrias de produção de minério de ferro e carvão mineral. A proximidade da comunidade às empresas e os valores acessíveis para moradia foram fatores primordiais para a formação de um aglomerado de trabalhadores naquele local.

De acordo com pesquisas realizadas sobre a constituição do grupo operário em Piquiá e a dinâmica socioespacial em Açailândia (CANCELA, 1992; EVANGELISTA, 2008), o bairro surgiu na década de 1960, como localização camponesa dos migrantes que vinham de outros municípios e estados, fator que contraria as afirmações das siderúrgicas de que suas instalações ocorreram antes da chegada dos moradores³². Um dos motivos que nos levou a planejar entrevistas com moradores mais antigos da comunidade é justamente a percepção dessas diferentes etapas, o testemunho das experiências vividas há mais de uma década, até o momento atual. O Sr. Joaquim era um deles. Membro da Associação de Moradores, ele era natural da Bahia. Sobre sua trajetória, afirma que partiu junto com os pais em direção à Piquiá no ano de 1964 porque na época ouvia-se falar que “no Maranhão tinha muita mata para trabalhar” e esse seria o lugar ideal para uma família grande como a dele, motivada para a labuta na lavoura: “Naquela região era só mato e não morava ninguém”, disse ele, reforçando que sua família foi uma das primeiras a chegar no local e, por isso, viu o bairro crescer com a chegada de trabalhadores que participaram da construção da BR-222, mais conhecida como rodovia Belém-Brasília³³.

Aqui meu pai construiu uma posse de 200 hectares. Nós viemos trabalhar nessa posse: eu, meu pai e meus irmãos. Aqui não tinha nem estrada pra Açailândia e nós veio cortando de facão fazendo uma estradinha. Não tinha essa estrada, essa 222 daqui de Açailândia à Santa Luzia. Daí ficou três anos fazendo essa estrada [...] Depois com muito tempo passou a estrada de ferro [...] Depois, mais ou menos em 85, chegou essas siderúrgicas aí...

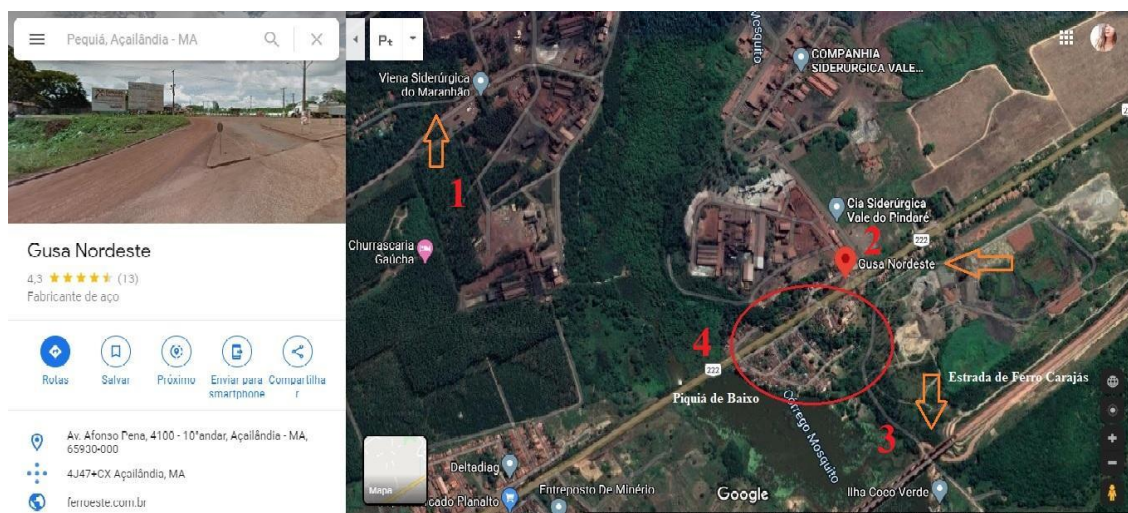
(Entrevista realizada com Sr. Joaquim no dia 01/08/2019).

³² Conforme Relatório da FIDH (2011, p. 84), “as siderúrgicas vinculadas à Vale passaram a comprar as terras e construir altos fornos em Piquiá, a partir de 1987. Ou seja, passados seis anos do estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981, o estado do Maranhão não exigia dos novos empreendimentos e empresas já em operação os instrumentos de controle e proteção do meio ambiente”. As empresas chegaram quando já se encontrava em vigor a Resolução 001 do CONAMA que exige Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

³³ A construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 60 significou um mecanismo privilegiado para o desenvolvimento de fluxos migratórios que, segundo Carneiro (1992), pode ser decomposto primeiramente na ocupação por camponeses nordestino-maranhenses, oriundos da frente de expansão e, logo após, a migração de grupos sociais heterogêneos, principalmente donos de serrarias, trabalhadores não-agrícolas e camponeses vindos de estados como a Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

As empresas mencionadas pelo Sr. Joaquim são parte de um complexo industrial de siderúrgicas que começaram a ser instaladas desde o final dos anos 1980 no bairro de Piquiá: Viena Siderúrgica SA (na época, principal exportadora de ferro gusa no Brasil); Gusa Nordeste SA (pertencem ao grupo Ferroeste); Ferro Gusa do Maranhão (FERGUMAR); Siderúrgica do Maranhão SA; Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (pertencente ao grupo multinacional brasileiro, Queiroz-Galvão S.A), todas clientes da Vale. No entanto, a crise no setor de ferro gusa que atingiu seu ápice em 2015, com a queda nos preços de exportação deste produto, levou ao fechamento de três dessas siderúrgicas que operavam em Açailândia, além da demissão de cerca de 1 mil trabalhadores diretos e 5 mil indiretos, conforme dados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Açailândia (STIMA).³⁴ Segue abaixo, imagem que ilustra a composição do bairro:

Figura 4. Comunidade de Piquiá e Siderúrgicas



Fonte: Google Maps (destaques da autora), 2020.

Atualmente, seguem em operação, conforme indica imagem acima: (1) a Siderúrgica Viena S.A, instalada em Piquiá de Cima; (2) a Gusa Nordeste S.A, instalada em Piquiá de Baixo. Esta última, processa o minério de ferro da Vale para a produção de aço e, segundo moradores entrevistados, é a que mais os afeta, justamente por ser a mais próxima de suas casas; (3) a Estrada de Ferro Carajás, por onde o minério é levado para São Luís; (4) a comunidade Piquiá de Baixo, com cerca de 300 famílias, segundo a Associação de

³⁴ Informações disponíveis em: <<https://al-ma.jusbrasil.com.br/noticias/227053970/comissao-visita-siderurgica-de-acailandia-e-debate-sobre-producao-de-ferro-gusa>>. Acesso em: 01/04/20.

Moradores e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

De acordo com dados obtidos no site institucional da empresa³⁵, a Gusa Nordeste teve suas operações iniciadas em Açailândia em 1993, com o objetivo de aproveitar o grande potencial do minério de Carajás e sua logística, como também as condições privilegiadas do porto em São Luís. Apesar das acusações de degradação ambiental e desrespeito aos direitos da população, a empresa afirma que, ao longo dos anos, investiu em ações voltadas à preservação do meio ambiente. Conforme analisamos em sua página eletrônica consta que, implementou em 2008, uma planta de geração de energia elétrica, produzindo energia de baixo custo através de uma caldeira movida a gás de alto forno e reduzindo o efluente gasoso gerado na produção de ferro-gusa. Em 2009, adquiriu uma planta de moagem de escória, que permitiu o processamento de 100% da escória gerada nos altos fornos, tornando-a um produto aplicável na fabricação de cimento e fertilizantes. Neste mesmo ano, iniciou a implantação do seu projeto de verticalização chamado Projeto AVB (Aço Verde do Brasil) que contemplou a construção de um novo alto forno para atender 100% da necessidade de ferro gusa líquido para a aciaria e, desse modo, agregar valor à produção de ferro-gusa e tornar o setor menos vulnerável ao mercado externo.

Em 2005, vinte e uma famílias acionaram a Justiça em busca de compensação pela contaminação da siderúrgica no bairro. Em decorrência desse processo, a empresa foi condenada neste mesmo ano a pagar indenização por danos morais e materiais às vítimas pela poluição causada pela Gusa Nordeste. Moradores alegavam que os poluentes provocam “dores de cabeça, dores de garganta, sinusite, coceira no corpo, alergias e calor excessivo”, além de denúncias sobre o gás expelido pelas chaminés do forno, causando “tontura, náuseas, ardência nos olhos e dores de cabeça”³⁶. A decisão foi fundamentada, principalmente, pela perícia judicial realizada pelo biólogo Dr. Ulisses Brigatto Albino em 2007, considerou que as provas apresentadas durante o processo foram suficientes para comprovar a poluição no local e os danos aos moradores. Este relatório pericial feito a pedido da Juíza de direito da Comarca de Açailândia, tinha com finalidade verificar a existência de relação entre as atividades da empresa Gusa Nordeste SA com os casos que chegaram à justiça e afirma que:

³⁵ Disponível em: <<https://avb.com.br/ferro-gusa/>>. Acesso em: 02/04/20.

³⁶ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/79-noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/2452-empresa-siderurgica-e-responsabilizada-por-poluicao-em-piquia-de-baixo-no-maranhao>>. Acesso em: 02/04/20.

As emissões de fuligem, água contendo resíduos metálicos e ruídos são certamente prejudiciais à saúde humana. As condições em que vivem moradores, seus hábitos e tradições tornam a situação ainda mais crítica. Os animais de criação, como galináceos e porcos, comem insetos e detritos contendo traços dos metais que podem ser carregados pela água pluvial quando esta corre pelo pátio da empresa antes de atingir os quintais. No momento da perícia, o vento soprava na direção leste-oeste, existem muitas habitações nesta região que são atingidas pelas descargas gasosas. A água de resfriamento dos altos fornos sai aquecida do pátio da empresa e contendo materiais dissolvidos, é forte o cheiro de ferro oxidado, levando-se em consideração que não é somente o ferro que se encontra nos minérios processados, essa água pode sim contaminar os quintais das casas e as pessoas que ali habitam, sobretudo crianças. Ainda, após passar pelos quintais das casas, a água atinge o ribeirão Piquiá levando os metais e elevando a temperatura da água. (ALBINO, 2007 - RELATÓRIO DE PERÍCIA AMBIENTAL).

A conclusão do estudo indicou que “o ideal seria a remoção da comunidade”, para uma área livre da contaminação, ou seja, o reassentamento da população afetada. Mas, esse processo se arrastou por vários anos desde então. No caminho que nos leva do centro de Açailândia à Piquiá de Baixo, cerca de 15 km, trecho que pode ser percorrido tanto de ônibus quanto de táxi, que fazem linhas diretas dentro da cidade, podemos facilmente observar passageiros e motoristas reclamando da poluição que entra com mais intensidade pelas janelas dos transportes por causa do vento e da exposição ao perigo na estrada devido o tráfego de veículos de grande porte transportando madeira e outros materiais de risco das aciarias, muitas vezes, sem medidas de segurança mínimas para as pessoas que transitam na BR-222. Um dos acidentes mais recentes, aconteceu em 2018, quando o “panelão” – como é conhecido o caminhão que transporta ferro gusa líquido a uma temperatura de aproximadamente 1300 °C – furou, se espalhou e em seguida pegou fogo na BR-222. No mesmo ano, um segundo acidente ocorreu quando um caminhão de carga transportava veículos industriais – rejeitos tóxicos da produção de ferro gusa – inclinou o basculante e jogou todo o material sob a rodovia, no acesso em frente à Escola de Piquiá de Baixo. Ambos os transportes, pertencentes à Gusa Nordeste³⁷.

³⁷ Para mais informações, ver página eletrônica da Rede Justiça nos Trilhos. Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2018/04/05/caminhao-de-transporte-para-ferro-liquido-pega-fogo-em-acailandia/>>. Acesso em: 02/04/20.

Figura 5. Caminhão que pegou fogo após vazamento de ferro líquido



Fonte: Mikaell Carvalho, 2018.

A poluição no ar vista a olho nú é um dos primeiros indicativos de que estamos nos aproximando da entrada de Piquiá. As evidências de que algo não condiz com a realidade esperada de um bairro onde moram várias famílias, estão circunscritas dentro e fora das casas, bem como nas plantas ao redor, onde tudo é encoberto por uma camada fina e preta de pó de ferro. “Você já respirou pó de ferro?” questiona reportagem feita pelo “O Eco”. Assim como relatado por Ortiz (2014), autora desta notícia, é comum para quem não está acostumado com a contaminação do ar naquele nível ter um incômodo ao inalá-lo. Dentre os efeitos mais frequentes, sentimos dores de cabeça, coceiras na pele e dificuldades de respirar³⁸. Pude constatar esse fato em meu próprio corpo durante os dias que fiquei doente no período da pesquisa de campo, ressaltando ainda que, a maioria das minhas visitas aconteceram em Piquiá de Cima, na casa dos padres, onde os entrevistados se sentiam mais à vontade para conversar comigo.

Piquiá é dividido em dois espaços: Piquiá de Cima e o Piquiá de Baixo. No primeiro, nos deparamos com casas melhores estruturadas, onde moram pessoas com maior poder aquisitivo comparadas, é claro, com o contexto específico do local, uma vez que entendemos a pobreza e a riqueza como fenômenos relacionais. As casas que estão dispostas ao longo da avenida são mais simples e quase sempre sujas da poeira que se espalha pelo fluxo do tráfego de grandes veículos das empresas. Ao andar nas ruas, observamos mercearias, bares entre oficinas e torneadoras, além de pequenas empresas que têm como negócio principal a prestação de serviço às siderúrgicas. Dentro, encontramos uma avenida

³⁸ Reportagem obtida em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/28457-voce-ja-respirou-po-de-ferro-conheca-o-ar-sujo-de-piquia/>>. Acesso em: 02/04/20.

que leva à entrada principal da Viena Siderúrgica SA. Nesse percurso, as ruas são revestidas com asfalto e cercadas por grandes extensões de árvores de eucaliptos que tomaram lugar da vegetação nativa para serem utilizadas na produção de carvão vegetal e indústria de papel e celulose.

A comunidade de Piquiá de Baixo é localizada a cerca de 2 km de Piquiá de Cima. Possui uma estrutura precária caracterizada por ruas sem asfaltamento e revestidas de areia que formam grandes poças de lama em épocas chuvosas. Algumas casas são de alvenaria, outras foram construídas com tábuas que se desgastaram ao longo do tempo. As escolas e energia elétrica existentes no bairro foram criadas, em certa medida, através de articulações políticas do vereador eleito pelo bairro, João Vieira de Oliveira, terceiro mais votado pelo seu partido (PDS) nas eleições de 1982, sendo esse seu único mandato.

No ano de 2017, foi inaugurada uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que, segundo informações no site da prefeitura de Açailândia, não havia sido criada antes devido à ausência de uma infraestrutura mínima para prestar um serviço de qualidade à comunidade referente à atenção básica em saúde. Por outro lado, em conversa recente com moradores, alguns reclamaram da falta de medicamentos e médicos com frequência na unidade. Na lagoa de uso recreativo chamada “Banho do 40” constatou-se através de laudos técnicos uma notável degradação na qualidade de suas águas. Conforme estudo preliminar da qualidade das águas do banho 40 de Piquiá, baseado em bioindicadores de poluição de acordo com o protocolo internacional Biological Monitoring Working Party (BMWP), Gomez (2007, p. 04):

A sucessão natural da lagoa está quebrada por uma plantação de eucalipto de finalidade comercial, ademais de que o mesmo terreno é empregado para armazenagem e esfriamento de escória proveniente das siderúrgicas lá localizadas, o qual altera o ecossistema tanto desde o ponto de vista da paisagem como do ponto de vista do desenvolvimento e equilíbrio, impedindo o crescimento normal de outras espécies, e existindo risco de contaminação por escoamento e infiltração, sobre o todo durante a época de chuvas, que arrastam os componentes químicos perigosos da escória ao filtrá-los através do solo, altamente poroso; podendo inclusive chegar até a lagoa.

O estudo supracitado teve como um dos objetivos, alertar a população que emprega suas águas tanto para lazer como para uso diário, como pesca e etc. sobre o risco de contaminação. A situação se agrava em períodos muito chuvosos quando há risco de rompimento das barragens dos açudes para criação de peixe nas fazendas a montante do rio

Piquiá, bem como aconteceu em março de 2020. A intensidade das chuvas provocou danos em cadeia dos açudes a jusante, despejando enormes quantidades de água na lagoa ao lado de Piquiá de Baixo e inundou a comunidade que permaneceu por alguns dias debaixo da água. Esse episódio desabrigou 253 pessoas, destruiu pelo menos 25 casas e muitos moradores perderam seus pertences. Foram necessárias ações emergenciais que se concretizaram através de campanhas nas redes sociais através de doações para a comunidade, bem como, medidas assumidas pela prefeitura com o objetivo de amparar essas famílias. Parte dos moradores tiveram que ser alojados nas igrejas, clube de mães e escola³⁹. Nas fotos abaixo, podemos observar partes do cenário em Piquiá de Baixo. Na figura 3, a Gusa Nordeste instalada no “quintal” das casas; a imagem ao lado (4) mostra crianças tomando banho em momento de lazer na lagoa poluída e, logo atrás, o trem passando pela EFC.

Figura 6. Proximidade das casas com as empresas



Fonte: Marcelo Cruz, 2012

Figura 7. Banho do 40



Fonte: Aatoria própria, 2021

³⁹ Para mais informações, acessar: <<https://www.acailandia.ma.gov.br/noticia/corpo-de-bombeiros-de-acailandia-atua-no-auxilio-as-familias-isoladas-em-piquia-de-baixo/887>>; <<https://justicanostrilhos.org/2020/03/26/5970/>>. Ambos com acesso em: 06/04/20.

O levantamento desses dados, além de desenhar a realidade social que estamos descrevendo, revela questões de desigualdades sociais, violação de direitos e concentração de riquezas que formam um conjunto de problemas sociais historicamente latentes em todo o país e, especificamente, no Maranhão. Segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), das três dimensões que abrangem o levantamento – renda, educação e longevidade – o estado é o penúltimo colocado no ranking, à frente apenas de Alagoas⁴⁰.

Com isso, não pretendemos nos ater às convicções deterministas de que estamos diante de processos inexoráveis e que a pobreza é inevitável diante da revolução tecnológica e sociedade modernizante que se impõe no mundo atual. Portanto, seguimos o rastro de Vera Telles (1998) que propõe “pensar os direitos sociais não a partir da sua fragilidade ou das realidades que não deixaram de acontecer, mas a partir das questões que abrem, dos problemas que colocam” e, além disso, da importância em reativar o sentido político inscrito nos direitos sociais na ótica dos sujeitos que os pronunciam, através de questões que os afetam. A contextualização do cenário local nos ajuda a pensar sobre o lugar de produção e reprodução de valores nos discursos dos atores que se pronunciam sobre o justo e o injusto em relação à sua situação social e ambiental, em um estado marcado pelas desigualdades sociais e pelas atividades poluentes da siderurgia. O que nos interpela é: em que medida o duplo registro moral da injustiça ambiental e social é percebido e significado pelos moradores de Piquiá?

⁴⁰ O estudo foi realizado tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Refere-se à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e seus índices componentes no período de 2012 a 2017. De forma comparativa entre o maior e o pior índice no ano de 2017, no quesito renda familiar, o Distrito Federal possui valor de (R\$ 1.681,05), quatro vezes maior que a média de uma família do Maranhão, com (R\$ 387,34); no quesito longevidade, apresentou o menor valor; no quesito educação, aparece entre os estados com as maiores tendências de aumento. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190416_rada_IDHM.pdf>. Acesso em: 20/08/20.

4 A CONTAMINAÇÃO PELO FERRO GUSA EM PIQUIÁ DE BAIXO-MA: DA INDETERMINAÇÃO DA SITUAÇÃO À FORMULAÇÃO DE UM PROBLEMA PÚBLICO

Caro Moisés, me desculpe.

Quando você souber ler e conseguir entender minha carta, não sei se ainda estarei aqui (também porque dizem que toda essa poluição, além de partir o coração, mata os pulmões da gente!).

(Edvar Dantas).

O trecho em epígrafe foi extraído da carta escrita por Sr. Edvar, morador de Piquiá de Baixo, bairro da cidade de Açailândia-MA, que há anos busca por um reassentamento devido aos impactos socioambientais causados pela atividade de mineração na região. Considerado pela maior parte da comunidade como um líder local, faleceu no dia 24 de janeiro de 2020, aos 76 anos de idade, em decorrência de complicações pulmonares. O destaque para essa passagem da carta se deve à demarcação de dois elementos significativos no processo de constituição do reassentamento: 1) O lugar das emoções na elaboração de discursos que constroem uma identidade coletiva; 2) O efeito da poluição nas experiências cotidianas dos moradores. Ambos, catalisadores da ação coletiva.

É importante ressaltar que o Sr. Edvar, justamente por ser um dos personagens mais importantes das cenas que serão descritas a seguir, foi também um dos meus principais interlocutores de pesquisa em campo. Sua posição enquanto presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) norteia uma das reflexões quanto ao lugar ocupado por esta organização no espaço de problematização que estamos discutindo. Além disso, nos permite buscar compreender uma questão central nos estudos de Freire (2016, p. 86) que se refere “às formas segundo as quais integrantes de arenas de publicização se mobilizam para definir assuntos considerados problemáticos por elas e se esforçam para demonstrar a urgência de serem tratados e resolvidos de modo prioritário e inseridos em uma agenda pública”. Ao ponderarmos sobre a disposição do estudo de caso para as análises propostas, julgamos ser pertinente o dividirmos em dois momentos distintos: o primeiro, está relacionado ao processo de problematização que será enfatizado neste

capítulo; o segundo, a apresentação do dispositivo de reparação através dos esforços cognitivos e afetivos dos afetados pela contaminação no bairro, tratado no capítulo posterior.

4.1 Da promessa gloriosa ao desencanto indignado

A notícia sobre a chegada de empreendimentos associada aos investimentos do governo federal na região pré-Amazônica do estado do Maranhão gerou expectativas tanto na população local quanto naqueles que chegaram entusiasmados com as promessas de emprego e melhoria da qualidade de vida em Açailândia. A narrativa dos moradores mais antigos alinhadas a uma cronologia que se inicia com o processo de formação do bairro e se destaca com a chegada dos empreendimentos e os episódios de perturbação causados por estes, nos mostram com mais clareza o modo como foram estabelecidas relações de confiança ao ser construída uma “zona de sacrifício”⁴¹.

Essa conexão implica em um conjunto de “expectativas normativas” (PARSONS, 1977) onde os moradores se expressam através do que esperavam em relação à chegada das siderúrgicas e, em seguida, o que esperavam da atuação do Estado. Nos termos parsonianos, as expectativas normativas se referem às condições de possibilidade da ordem social, ou seja, condutas em sociedade orientadas por normas e valores coletivamente partilhados que não existem apenas fora dos indivíduos, institucionalizados na sociedade, mas também “dentro deles”, conforme são internalizados em sua personalidade via socialização. Por exemplo, o Estado como instituição social atua como mediador de conflito entre a individualidade e a coletividade e possui como dever constitucional garantir a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana, assegurando serviços de saúde, saneamento básico, trabalho remunerado, atividades econômicas e etc. Dessa forma, na medida em que apresenta à sociedade um compromisso de desenvolvimento local a partir de investimentos em empresas de mineração, fundamenta-se na ideia de progresso, que postula a existência de uma marcha para a evolução da humanidade. Esse projeto se configura menos como uma imposição forçada do que ao “sucesso” de socializações que, por diversos meios (mídia e a própria legislação formal) atribuem ao Estado a responsabilização por eventuais

⁴¹ A expressão “zonas de sacrifício” utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar locais onde se observa uma superposição de empreendimentos com alto risco ambiental. Segundo Viegas (2006), “ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorecem escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas”.

danos coletivos.

Portanto, se considerarmos o argumento parsoniano sobre a internalização de valores, os indivíduos vêm a desejar como anseios íntimos precisamente aquelas expectativas que a sociedade projeta neles quanto a essa relação de dever e proteção dos cidadãos. Trata-se de normas estabelecidas na sociedade, normas subentendidas por e independentes de qualquer contrato específico. Em outras palavras, mesmo que uma população afetada por empreendimentos privados reconheça os danos causados pelas empresas em questão, cobram do Estado uma solução para o problema dada a sua função social esperada.

No quadro a seguir, observamos a partir da fala de moradores, expectativas internalizadas, sobretudo, por propagandas das mineradoras acerca do plano de desenvolvimento, conforme podemos observar em estudo realizado anteriormente sobre a cobertura jornalística de conflitos socioambientais no Maranhão (NOBRE, 2016).

Quadro 2. Expectativas normativas em relação às siderúrgicas

Morador	Expectativas
Sr. Edvar	‘Na época ninguém esperava que ia acontecer uma coisa dessas [poluição]. Com as promessas deles, das empresas, que aquilo ia virar um paraíso com muito emprego e tal... aí a gente não se tocou naquele momento pra contestar em parte alguma. Aí se instalaram e, anos depois... cinco, seis anos depois, a situação piorou pra gente ’.
Sr. Joaquim e D. Osmarina	(...) aí um ficava falando pro outro... será que essas empresas vai trazer alguma coisa boa pra nós? Aí o outro diz que tem que vir porque é bom que dá emprego pro povo . Aí o povo acreditava que ia ter o emprego. E era isso que... na época tinha muitos jovens que precisavam de trabalhar, né?
D. Francisca	“Ah, nós achava que ia ser uma coisa boa pra nós... ninguém não conhecia. A gente achava, ‘ ah vai ser bom porque vai dar emprego pro povo , o povo precisa trabalhar e vai ser bom’. Eles não chegaram pra dizer assim, olha nós vamos fazer isso, isso e isso... E se tinha alguém do governo que tinha algum entendimento, fecharam a boca e autorizaram e eles tomaram de conta do Piquiá”.
Sr. William	“E ela [A Vale] dizia que ia trazer benefício pro bairro, pro local, que ia trazer colégio . Também ia trazer qualificação de emprego , e todos ia ficar bem satisfeito com a ferrovia que tava chegando em Piquiá. E nada disso aconteceu porque eu já conhecia desde Minas Gerais a Vale, e ela só prometeu , e até hoje nunca fez nada”.

Fonte: Autoria própria, 2021.

A sistematização de expectativas dos moradores de Piquiá em relação ao progresso

prometido pela indústria da mineração na localidade acima nos permite visualizar um quadro de expectativas normativas em relação ao que era esperado, e mesmo desejado pelos moradores, em função da projeção de um ideal econômico que teria o poder de viabilizar melhores condições de vida para aquela população. Considerando que as entrevistas foram realizadas recentemente com a finalidade de extrair dos atores sociais as memórias de momentos distintos desde antes do início da experiência de contaminação no bairro, nota-se a mudança dos seus discursos focalizada na passagem do momento de expectativas entusiasmadas em relação às empresas para o momento em que essas expectativas foram frustradas com uma realidade diferente do que se esperava.

Nesse primeiro momento, retomado pelos moradores em suas lembranças, observamos os sentidos e orientações econômicas que revelam a semiose social do contexto estudado através de elementos ideológicos e de poder que corroboram para a manutenção do processo de reprodução social das estruturas dominantes (FOUCAULT, 2003). Conforme trechos citados acima, destacamos a reprodução da ideia de progresso atrelada à inauguração de uma nova atividade econômica capaz de reter altos lucros, novos investimentos e, conseqüentemente, bem-estar social. Esse conjunto de crenças forma o discurso que se pretende dominante, visto que as siderúrgicas chegaram em Açailândia respaldadas e beneficiadas pelo governo federal com o objetivo de desenvolver o trabalho na região (BELFORT, 2016). As condições sócio-históricas da região fazem dela um espaço profícuo para que não haja uma reflexão sobre os possíveis impactos socioambientais que tais investimentos poderiam desencadear. Aqueles que ali moravam ou chegavam na cidade, desejavam, principalmente, ‘emprego para o povo’ e benefícios para o local, como a construção de escolas, por exemplo.

A expectativa remete à crença de que aquele lugar se transformaria em um verdadeiro “paraíso”. Embora houvessem questionamentos a respeito do que as empresas iriam ofertar, “o povo acreditava que ia ter emprego”. Outro elemento principal nos discursos dos moradores é que não existiu consulta à comunidade e, tampouco, esclarecimentos tanto por parte da gestão governamental quanto a empresarial sobre os potenciais riscos socioambientais no bairro, ou mesmo postos de trabalhos que seriam criados e quem poderia atuar neles. Isso nos levar a pensar na *deficiência comunicacional* entre empresas e o próprio poder público com a comunidade que seria mais diretamente afetada, como um dos principais indicadores que leva aos problemas sociais que se agravaram, pois não houve

nesse contexto uma abertura para vozes dissonantes que poderiam, eventualmente, contrapor o discurso oficial de geração de empregos e melhoria da qualidade de vida.

Porém, é desse déficit que surgem as primeiras experiências ordinárias que potencializam a busca de investigações e soluções anos depois. A dimensão sobre a história da luta por direitos de moradia e saúde nesse caso em especial, tem início justamente na ausência do que Habermas chamou de ‘agir comunicativo’, pois os envolvidos “não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação” (HABERMAS, 1994, p. 285-286), definição que se torna base na política para alternativas à democracia representativa.

Sobre as informações que deveriam circular e serem consideradas pelas autoridades competentes naquele momento, é importante sublinhar que toda a legislação de proteção ao meio ambiente e à saúde ambiental existente desde antes da Constituição Federal de 1988 foi insuficiente para que a SEMA fiscalizasse a produção e funcionamento das empresas em Açailândia. Essa falha perdura até os dias atuais quando, por exemplo, as informações e relatórios exigidos pela própria secretaria sobre monitoramento da qualidade do ar, dos resíduos sólidos e recursos hídricos voltados para instalações de produção de ferro gusa, são de difícil acesso, o que contraria a própria política de acesso pleno a todos os cidadãos desses documentos⁴².

O Sr. William, residente no bairro há 40 anos, fez um relato sobre sua experiência de ter morado próximo a siderúrgicas em Ipatinga-MG, motivo que o levou a alertar a alguns vizinhos de Piquiá de Baixo quanto à possibilidade de que as promessas de qualificação profissional e boas escolas poderiam não ser concretizadas, além dos riscos à saúde provocados pela mesma⁴³. Porém, ele diz que ao fazer comentários nesse sentido, era desacreditado por aqueles que esperavam por uma “evolução” do bairro através da

⁴² O Decreto Nº 29669 de 06 de dezembro de 2013, Art. 1º, publicado no DOE-MA em 6 de dezembro de 2013, institui que “todas as instalações de produção de ferro gusa existentes na data de publicação deste Decreto, em operação, ficam obrigadas à promoção de melhorias de processo, à instalação de equipamentos de controle, à disposição adequada de resíduos, ao monitoramento e às demais medidas necessárias ao cumprimento integral da legislação ambiental, inclusive o disposto neste Decreto, conforme cronograma previsto no art. 5º”.

⁴³ As experiências associadas ao conhecimento do Sr. William sobre eventuais consequências desta atividade de produção se tratam do período em que morou em Ipatinga/MG, região no leste de Minas Gerais que possui um histórico de implantação siderúrgica desde os anos de 1930. A cidade é também conhecida pelo “Massacre de Ipatinga”, ocasionado principalmente por problemas decorrentes da falta de infraestrutura do distrito que estava se formando, aliada às más condições de trabalho dos operários das siderúrgicas. Informações mais detalhadas sobre esse contexto, disponíveis em: < <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/10/05/artigo-or-55-anos-depois-massacre-de-ipatinga-segue-tabu>>. Acesso em 13/04/20.

construção de escolas, postos de saúde e etc.

Os moradores criaram expectativas de melhorias de suas vidas em função de certa confiança nas promessas dos empreendedores da mineração e governo local. Nesse sentido, Luhmann (2005) busca explicar os mecanismos sociais que geram confiança, apesar de uma possível decepção. O autor aborda dois tipos de confiança e as distingue a partir dos seus diferentes modos de afirmar expectativas. Há casos em que uma pode se transformar na outra a depender das transformações sociais que ocorrem ao longo do tempo. A confiança pode surgir em situações caracterizadas por contingência e perigo e a fonte de decepção pode ser ação social, ou pode ser baseada em relação circular entre risco e ação, sendo ambos requisitos complementares, e o ator opta por assumir as consequências de suas decisões.

Luhmann afirma que a vida moderna depende de estruturas contingentes e mutáveis, porém, o desequilíbrio entre esses dois tipos de confiança podem formar um círculo vicioso e gerar desconfiança. No caso que estamos tratando nesta pesquisa, a confiança em relação às empresas se deu a partir de perspectivas construídas “em meio às teias de relações funcionais das peças da modernização, tais como industrialização, a urbanização acelerada, as migrações e as novas relações entre cidade e desenvolvimento”, como bem coloca Klanovicz e Filho (2017) ao descrever o preâmbulo do projeto de governo brasileiro que conduziria o “progresso” do país. Entretanto, a forma como a confiança em resultados positivos na geração de empregos se transformou em decepção no decorrer do tempo, somadas ainda às experiências negativas no desvio de uma “normalidade” na vida diária de alguns moradores, formam um conjunto de fatores que levam a uma pragmática reflexiva da situação, enquanto movimento interpretativo do ator sobre aquilo que está em curso, que se completa com investigações (DEWEY, 1980) e tem sua continuidade em mobilizações (CEFAI, 2009). A afirmação de D. Tida ao pontuar a atuação do governo na época como omissa, também aponta para responsáveis e/ou culpados.

Diante desse fato, podemos identificar neste processo a frequência com que alguns lugares são escolhidos como “zonas de sacrifício”, a partir da fabricação de um discurso de progresso, mas que leva ao adensamento ou geração de novos problemas sociais. Da mesma forma, aconteceu em Cubatão/SP, que chegou a ser descrita como “locomotiva do Brasil” e passou a ser qualificada como um território tóxico e espaço de desenvolvimento e progresso perdidos depois do vazamento de 700 mil litros de gasolina do Oleoduto Santos-São Paulo, evento que ocasionou no incêndio de 470 moradias e provocando a morte de 93 pessoas. Ou

mesmo, Açailândia, que em outros tempos foi elevada à lista de "metrópole do futuro" é hoje também chamada de "a cidade da fumaça". Esses eventos se configuram a partir de um sistema de políticas econômicas e desenvolvimento tecnológico que transformaram profundamente as relações sociais e o modo como pessoas que vivem em um país com acentuadas desigualdades sociais enxergam as oportunidades que surgem como única alternativa de sair da pobreza, mesmo que isso afete negativamente suas condições de moradia e saúde.

O enquadramento do conceito de distrito industrial em Piquiá, por exemplo, fez com que o Estado passasse a atuar de maneira seletiva no território, onde os moradores relatam desde 2004 o excesso de poluição, sistema de limpeza urbana extremamente precário e dificuldade de acesso a serviços de saúde. O cenário exposto caracteriza uma 'ambientalização dos conflitos sociais' (ACSELRAD, 2010; LEITE LOPES, 2006).

Por outro lado, o Estado marca presença nos incentivos fiscais para as empresas, com redução de impostos como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme aponta relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (2011). O pesquisador Warren Dean (2000, p. 81) pontua que a perspectiva desenvolvimentista brasileira é muito mais do que uma política; ela penetra a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo e até de ditadura, e de extinção da natureza. Do final do século XX até os dias atuais, este ainda é um argumento válido se considerarmos, por exemplo, que muitos políticos consideram políticas públicas ambientais como entraves ao progresso. Na fala dos entrevistados podemos notar a forma violenta como esse discurso se manifesta e se enraíza. Quando questionada sobre o período em que as empresas estavam sendo instaladas, uma moradora responde:

(...) um dia eu disse assim pra meu marido: 'Moço, meu filho, vamo sair daqui porque ninguém não aguenta isso aqui', [a terraplanagem] porque a terra entrava toda pra dentro de casa que era perto, num tinha muro nesse tempo era só a cerca da fazenda. E ele dizia assim: 'Minha filha, tenha paciência porque isso aí é uma terraplanagem, logo vai acabar, aí eles vão montar os forno, a gente vai trabalhar, vai ser muito é bom' (...). (D. Francisca, moradora de Piquiá de Baixo. Entrevista realizada em: 01/08/2019).

Mesmo com os problemas detectados na fase de instalação das empresas, a expectativa de uma "volta à normalidade" era atribuída à finalização da construção e a montagem dos fornos, o que, ao contrário, duplicou os efeitos da poluição com a fumaça que então começaria a sair das chaminés. A aposta na mudança que ocorreria através dos

investimentos que estavam sendo implementados na cidade fez com que a população afetada mais diretamente com a poluição aceitasse os sacrifícios que estavam lhes sendo impostos, acreditando que futuramente também pudessem usufruir dos benefícios que estavam sendo prometidos.

4.1.1 Momentos iniciais de perturbação

A expectativa de conseguir emprego nas siderúrgicas foi diminuindo à medida em que se percebeu a dificuldade de garantir um posto de trabalho devido à falta de qualificação dos moradores locais para aquele tipo de produção. Tampouco, foram ofertados de imediato a capacitação de trabalho, a não ser pela prática de que os mais experientes no ofício passassem o seu conhecimento adiante, como já mencionado anteriormente. É importante fazer a ressalva de que essa dificuldade de obter trabalho junto às fábricas era, em sua maioria, daqueles que já moravam em Piquiá de Baixo e trabalhavam exclusivamente em lavouras, pecuária, atividades no campo em geral. Digo isso porque a origem geográfica de uma outra parte dos moradores do bairro era de migrantes de outros estados que chegavam com alguma experiência das siderúrgicas que haviam trabalhado anteriormente.

Os efeitos negativos da poluição também começaram a ser notados e, especialmente sentidos, em comparação com a rotina do bairro antes e depois da chegada dos empreendimentos. Os *alertas* emitidos pelo Sr. William no início, começaram a se materializar a partir da fumaça das chaminés que cobria o bairro, remetendo ao que CHATEAURAYNAUD (1999) vai destacar como a figura do “lançador de alerta” como aquele ou aquela que rompe o silêncio em meio a uma situação problemática cuja ação aponta para a iminência ou a possibilidade de uma catástrofe que se anuncia pelos seus sinais. O alerta, nesse sentido, se orienta em direção a um interesse coletivo, um bem comum que se respalda em valores universais como a proteção à vida.

O problema começa a ser desenhado através de mudanças nas práticas sociais da vida cotidiana para se adaptar aos efeitos da contaminação e em consequência disso, os discursos dos moradores revelam críticas que questionam as estruturas de poder que se manifestam na relação entre grandes empreendimentos de mineração e populações locais. Nesse sentido, a Análise do Discurso Crítica evocada por Resende (2006), inova ao focar também nas mudanças discursiva e social de atores sociais que atentam para sua inserção em relações de dominação e não apenas nos mecanismos de reprodução e manutenção do

poder. Ou seja, a concepção de discurso como prática social implica em uma dialética entre discurso e sociedade, onde o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo desta. Com base nas entrevistas das mesmas pessoas referidas no quadro 1, podemos captar esses elementos de mudança discursiva que se deram a partir da percepção da situação de anormalidade atrelados aos efeitos da poluição no bairro:

Quadro 3. Situação de anormalidade e percepção de injustiça

Morador	Contra-discurso
Sr. Edvar	“Quando cheguei aqui ainda tinha muita mata... aquela água que corre alí era saudável , muita mata e tal. E fiquei até que chegou essas siderúrgica e atrapalhou nossa vida toda . Eu tive que mudar de Piquiá porque não aguentava mais de tanta poluição . Quando chovia, aquela lama de ferro vinha tudo pras nossas casas, o rio tá poluído . As casas o tempo todo suja de pó. Eles não respeitam as pessoas, nem a floresta... ”
Sr. Joaquim e D. Osmarina	“Quando eles começaram a implantar ali fazendo no começo, nós só pensava que a coisa ia ser boa né. Porque nós ainda tinha nossas terrinha, tinha onde trabalhar , nós tava sempre cuidando do nosso serviço. Nós não tava olhando pra empresa lá não. Nós esperava um emprego pros nossos filhos que ia chegar né. Só que isso não aconteceu... Aí foi onde nós ficamos só no sofrimento e foi quando começou o sofrimento de doença, de poluição . Desse tempo pra cá nós não tivemos mais sossego não. Um dia um é doente, outro dia o outro melhora e aí aquela coisa”.
D. Tida	“ Nada presta mais lá . Porque além de tudo que te contei, do pó que tem, ainda tem os barulhos . Aí o povo foi desistindo e saindo . Inclusive eu que já tem 7 anos que saí porque se não tivesse saído, tinha morrido. Minha casa tá lá. Eu tô pagando aluguel porque não posso morar na minha casa que eu construí com tanto sacrifício. Tive que fechar as portas... foi uma dor que me deu muito grande . Hoje moro em Piquiá de Cima. Não deu de ficar lá porque já tava rouca . Teve dia que eu amanhecia o dia e já cuspiam sangue . E fiquei com medo e chorava... minhas filhas que pagam o aluguel pra mim”.
Sr. William	“Olha, o que mais afetou pra mim é o meio ambiente... afetou muito. A saúde nossa também afetou muito . O meio ambiente porque poluiu o ar, poluiu a água, poluiu o solo . O rio lá a gente banhava, a gente pescava . E a gente tinha uma vida completa juntos com os vizinhos da gente. Toda tarde a gente sentava de baixo de um pé de pau, e ficava conversando na porta de casa até tarde da noite . E agora a gente sabe que isso não existe mais no Piquiá”.

Fonte: Autoria própria, 2021.

De acordo com o que podemos analisar nos discursos emitidos pelos moradores, ocorre o rompimento da percepção de uma situação de normalidade no bairro à medida em que a poluição é sentida e identificada nas experiências cotidianas e interpretada como “anormal” e problemática. Nesse processo, as vozes enunciam o injusto e as emoções são despertadas pelas memórias afetivas, através do sentimento de dor dos sujeitos pela perda

da forma de vida que tinham, a identidade coletiva construída ao longo dos anos e o desolamento de deixarem as suas casas. A concretização dos efeitos nocivos das empresas no bairro e as avaliações negativas das expectativas em relação à geração de empregos define uma situação problemática onde o discurso crítico é fabricado a partir do sofrimento social.

Segundo Cefai (2018), a perturbação rompe com hábitos da vida, com o curso das coisas ou com a tranquilidade dos costumes, porém, quando a “situação ordinária atravessa essa crise, os participantes saem de seus regimes de conduta habitual e elaboram uma experiência reflexiva”. É o que Boltanski e Thévenot (1999, p.5) chamam de *momento crítico*, no qual a pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando, raramente permanece em silêncio e não guarda seus sentimentos para si. Quando não pode mais suportar o estado de coisas, expressa seu descontentamento”.

Nesse caso, Boltanski e Chiapello (2009) estabelecem uma diferença entre crítica e indignação ao argumentarem que a crítica funciona em um nível secundário, reflexivo e teórico, que intenta traduzir as indignações e os “impulsos emotivos” a uma série de valores passíveis de serem universalizados e justificados. Contudo, “mesmo quando as forças críticas parecem em total decomposição, a capacidade de indignação pode permanecer intacta” (ibidem, p. 72). Assim, caberia à crítica recolher e organizar teórica, retórica e representativamente a materialidade trazida pela indignação. Isto tem a ver com as fontes de indignação em relação ao capitalismo: o desencanto e a inautenticidade relativos ao tipo de vida associados ao Capitalismo; as formas de opressão que impedem o exercício das potencialidades espontâneas e autônomas, bem como das possibilidades de emancipação humana (ou seja, interfere nas capacidades de agir); a miséria de boa parte da população articulada à desigualdade social em uma amplitude cada vez mais assombrosa; o oportunismo e egoísmo que favorecem a interesses individuais e particulares e se sobrepõem ao bem-estar da maioria da população. Disso decorre os dois tipos de críticas: estética e social. A primeira, relativa ao desencanto, inautenticidade e opressão mencionados acima. No que diz respeito às indignações mobilizadas pela “crítica social” - denúncia de miséria, desigualdade, oportunismo e egoísmo - estas são incorporadas na presente análise justamente por correlacionar a “indignação em face ao sofrimento” à configuração da problemática da exclusão, e possui implicitamente o corolário de que a realidade do capitalismo apresenta-se como a única possível (idem).

No quadro 2, as críticas ficam evidentes quando extraímos dos relatos a mobilização

dos conceitos de saúde, sofrimento e poluição para expressar a indignação e o sentimento de injustiça traduzidos no desrespeito e abandono (por parte das empresas e do Estado) que afetam tanto as pessoas quanto o meio ambiente naquela localidade, em descompasso com os princípios e valores da dignidade humana. Há, sem dúvidas, nas falas dos entrevistados o questionamento daquilo que Boltanski e Chiapello evidenciam como “provas” que são evocadas pela empresa siderúrgica de que a situação social da localidade iria melhorar. “A crítica desvela o que, nessas provas, transgride a justiça. Esse desvelamento consiste particularmente em revelar as forças escondidas que vêm parasitar a prova e desmascarar as vantagens imerecidas das quais se beneficiam certos protagonistas” (BOLTANSKI, 2003).

O contra-discurso dos moradores desvenda elementos ideológicos e de poder hegemônico das mineradoras, que se sustenta através de uma lógica industrial e mercantil, trazendo uma economia mais forte com geração de empregos. E é justamente baseada no preceito epistemológico de que a realidade é estratificada e que a atividade científica deve estar comprometida em revelar os níveis mais profundos das suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis), que a ADC “considera a organização da vida social em torno de práticas, ações habituais da sociedade institucionalizada traduzidas em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados” (RESENDE, 2006, p. 35). Por isso, a discussão acima se filia ao tratamento, neste trabalho, dado às exigências de justiça dos moradores com base na regulamentação das atividades de mineração na localidade, como também naquilo que não está previsto na lei, o reassentamento. Esse movimento é perceptível entre a problematização e a solução – mitigação do problema, uma vez que as pessoas também têm relações afetivas com o seu antigo bairro.

Nesse caso, a mudança de alguns moradores da comunidade ocorreu porque com o tempo tiveram problemas de saúde agravados pela inalação do ar contaminado. Aqueles que não tinham condições financeiras de abandonar suas casas e fazer o mesmo, permaneceram no local. Mas é interessante notar que, mesmo com o deslocamento para comunidades vizinhas, são esses mesmos moradores que se movimentam para discutir, refletem em voz alta, se informam e se questionam sobre as possibilidades de solução sobre a *perturbação da experiência* que é então convertida em um *problema* (CEFAI, 2018). A explicação para esse tipo de evento emocional crítico, segundo Losekann (2018, p. 81), “requer a conexão das emoções com as noções de certo e errado compartilhadas entre as comunidades, mas depende também de complexas informações que são organizadas cognitivamente e

dependentes em grande medida de atores externos aos territórios”. É desse modo que surgem as associações que descreveremos adiante, pois ao constatar que há um limite de capacidade de ação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá, parte-se para a aliança com novas organizações que se engajam na causa.

Visto de outro modo, poderiam surgir questionamentos usuais sobre como escolher entre um emprego necessário para a sobrevivência e o risco de sofrer graves problemas de saúde quando estes não são apresentados à população impactada? E mais, escolher seria uma opção? Nesse caso, os riscos foram apresentados à comunidade de modo particular, quando passaram a ocorrer e incomodar, através da experiência dos próprios moradores com o alto nível de poluição, comprometimento da saúde e, por fim, os cargos de trabalho que não se concretizaram efetivamente da forma como se imaginavam. Mesmo aqueles que hoje estão expostos a esta situação, mas são empregados nas siderúrgicas, têm medo de denunciar e perder sua única fonte de renda. A principal denúncia é de que restam a eles o ônus do *sofrimento*.

O caso em Piquiá de Baixo é emblemático por não se tratar apenas de um grupo vulnerabilizado que entra nas estatísticas dos “deserdados da sorte”, interpretação criticada por Vera Telles, quando se refere à construção tipificada dessas populações como fixadas nas determinações inescapáveis das leis da necessidade. Queremos dizer com isso que a *experiência perturbadora* com a contaminação do bairro, a necessidade de *buscar conhecimento* para entender esses problemas e, eventualmente, buscar uma solução, são elementos fundamentais para a construção da mobilização. Nesse sentido, esta socióloga afirma quanto aos “direitos” que:

De um lado, essa palavra, individual ou coletiva, que diz o justo e o injusto, é também a palavra pela qual os sujeitos que a pronunciam se nomeiam e se declaram como iguais, igualdade que não existe na realidade dos fatos, mas que se apresenta como uma exigência da equivalência na sua capacidade de interlocução pública, de julgamento e deliberação em torno de questões que afetam suas vidas – e essa exigência tem efeito de desestabilizar e subverter as hierarquias simbólicas que as fixam na subalternidade própria daqueles que são privados da palavra ou cuja a palavra é descredenciada como pertinente à vida pública do país (TELLES, 1998, p. 39).

Em outras palavras, a busca pela necessidade de saber quais são seus direitos sociais relativos aos problemas de saúde e moradia que enfrentam e o impacto quando os referidos moradores comparecem na cena política como “sujeitos” portadores de uma palavra que

exige o seu reconhecimento, trazem para a cena pública o que antes estava silenciado. O que nos importa, portanto, é mostrar outros mundos possíveis nessas vozes que se enunciam e como todos esses elementos estão perpassados pela experiência que os afetados têm com uma negação de direitos e o que isso vai produzir.

4.1.2 Iniciativas independentes: luta por reconhecimento

O sentido da “experiência” pela qual Dewey (1980) se interessa é aquela que traz consigo sua própria qualidade individualizadora e sua auto eficiência, definida em seu sentido vital, por aquelas situações e episódios que chamamos de experiências verdadeiramente significativas. Isto nos leva a considerá-la na dimensão em que experienciamos vivências potencialmente mobilizadoras que podem levar ao engajamento de uma causa específica.

A história de mobilização pelo reassentamento de Piquiá de Baixo nos apresenta personagens que em suas trajetórias de vida carregam experiências singulares transformadoras para a situação problemática que emerge na comunidade. Falamos, nesses termos, do modo como um ator vivencia “choques de experiência” de tal forma que canaliza essa experiência para o âmbito da ação coletiva e isso inclui ingredientes motivacionais, emocionais e cognitivos.

Descrevemos com mais detalhes nesta seção sobre o lugar do Sr. Edvar, enquanto presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP). Suas tomadas de decisão em momentos críticos, sobretudo, tratando-se de experiências perturbadoras nas situações em que tentou diálogo com empresas e prefeitura, deu início a uma série de acontecimentos que consolidaram o processo de reassentamento de Piquiá como um modelo a ser seguido por outras comunidades igualmente afetadas pela geração de danos à vida provenientes de atividades de grandes empreendimentos. Antes de entrevistá-lo para esta pesquisa, já o conhecia de outros eventos, outros trabalhos acadêmicos e notícias em alguns websites. Afinal, é praticamente impossível contar a história do bairro sem que esse personagem seja citado.

Dito isso, podemos identificá-lo nesse quadro analítico, como um dos *agitadores* que desafia a comunidade para insistir numa mudança da situação incômoda que estavam vivendo e, a partir disso, cria uma inquietude social, intensificando as ações e orientações

através da constituição de uma nova rede de relações e interações simbólicas. Blumer, (1939), define a importância da “agitação” nos movimentos sociais baseados na concepção de tendências culturais, ou seja, mudanças que “significam uma alteração geral nas ideias das pessoas, sobretudo, quanto às concepções que têm de si próprios e quanto aos seus direitos e privilégios” (idem, p. 5). Em outras palavras, é a emergência de um novo conjunto de valores que influenciam as pessoas no modo como consideram suas próprias vidas. Podemos citar como exemplo deste estudo, o valor da saúde e o direito à moradia. Esses valores tornam as pessoas sensíveis a novas direções de suas ações e a partir disso, elas experimentam insatisfação do que antes não lhes causava reação/descontentamento. Dos movimentos sociais específicos, caracterizados por este autor como aquele que possui um objetivo ou alvo definido, destacamos como uma de suas principais especificidades para esta análise, o papel significativo do agitador nas fases iniciais de um movimento social. Este opera no sentido de despertar pessoas em potencial para a ação coletiva, excitando-as de modo que se desprendam de suas maneiras costumeiras de pensar e buscando, portanto, tirar da inércia pessoas que se encontram em uma situação potencialmente carregada de sofrimento.

A partir de Blumer (1939), que diferencia dois tipos de agitadores possíveis, podemos qualificar o Sr. Edvar como a mistura entre o indivíduo excitado, inquieto e de comportamento dinâmico que atrai a atenção das pessoas, mas também dependendo da situação, é calmo e dignificado, agitando as pessoas tanto pelo seu modo de agir quanto pelas palavras incisivas. Isso acontece porque temos neste caso em especial uma situação inicial que incomoda e perturba os moradores no bairro, mas que a maioria destes suportam as privações sem atitudes de ressentimento. Então sua função como agitador varia entre liberar e dirigir as tensões que as pessoas já possuem, como também de propor questões sobre o que antes tomavam como natural e a formar novos desejos, inclinações e esperanças.

No espaço de um pouco mais de uma hora em que narrou sua história de vida, a começar pela chegada no bairro, antes mesmo da Estrada de Ferro Carajás, Sr. Edvar fez questão de deixar transparecer o orgulho em relação à trajetória que havia construído durante esses anos em Piquiá. Dizia ser possuidor de um “dom dado por Deus por ter começado isso tudo com muito pulso”, referindo-se ao início dessa mobilização, devido os problemas que começaram a modificar seu cotidiano:

Eu criava porco, criava galinha, plantava a horta. Tinha tomate, cebola, cenoura e tudo lá no meu quintal... porque eu tenho um quintal lá de dois mil e tantos metros

quadrados e tá lá perdido. Tudo perdido. (...) alguma coisa que eu consegui trabalhando, eu investi alí, tudo juntinho e tal. Hoje tá lá meu patrimônio. Digo patrimônio porque foi tudo que eu consegui com luta, com esforço... perdi! (Sr. Edvar, ex-presidente da ACMP. Entrevista realizada no dia 22/01/2019).

A fala supracitada denota a valorização do patrimônio erguido a partir de um modo de vida rural e de produção independente suplantado pelas consequências irreversíveis do plano estatal que via no mesmo território outra forma de desenvolvimento e qualidade de vida. Revela com isso, a contradição existente no discurso desenvolvimentista propagado desde a década de 1970 pelo governo estadual e federal, onde se reproduzia promessas de redenção econômica e um surto de crescimento econômico a partir dos investimentos⁴⁴. A questão que se coloca é a ambiguidade do aclamado desenvolvimento: se por um lado, o município de Açailândia se destaca atualmente como uma das maiores economias do Estado do Maranhão, sendo representada pelos setores da agropecuária, comércio e indústria, por outro lado, é esse mesmo setor que tem contribuído nos impactos socioeconômicos e socioambientais (BELFORT, 2016). A cidade possui um potencial de desenvolvimento econômico que não reflete no desenvolvimento social. O bairro de Piquiá é o maior exemplo dessas faces opostas, pois os que lá moram/moravam, viram a cidade crescer às custas da perda da qualidade de vida dessa comunidade.

Alguns, como o Sr. Edvar, tiveram que abandonar suas casas e o investimento de toda uma vida nas plantações e criação de animais que tinham no bairro. Segundo este, mesmo se conseguissem ser reassentados, o local, o tamanho da casa e do terreno não chegariam perto daquele que ele havia construído ao longo de sua vida em Piquiá. E este é um dos fatores que implica na demanda pela forma justa de reparação que será tratado posteriormente. Essa conexão de discursos e práticas sociais nos permitem identificar, de acordo com a análise do discurso crítica, como essa população é afetada pelas mudanças contemporâneas, pois apresenta a conexão de uma “série de eventos conjuntamente

⁴⁴ O anúncio de um “Maranhão Novo”, slogan de governo do então governador José Sarney, denota o projeto de desenvolvimento em contraposição ao atraso deixado pelos seus antecessores vitorinistas. Esse discurso de progresso era promovido, principalmente, pelo jornal impresso comandado pela família Sarney, o Jornal o Estado do Maranhão, um dos veículos de maior circulação no estado. Essa lógica perpetuou no durante os quarenta anos desta família no poder, sem alternância. Mas, perdura até os dias atuais. Em relação a esses discursos publicitários de um Maranhão imerso em vertiginoso surto de crescimento, Reis (2012) afirma: “A euforia que nestas circunstâncias costuma tomar conta de círculos empresariais, políticos, donos de construtoras, lobistas e intermediadores de todo tipo (e de todo preço), além da imprensa publicitária, com as promessas de redenção econômica e social, não esconde a antiga concepção de desenvolvimento predatório, pouco preocupado com as populações, os impactos ambientais, o destino das cidades. Tudo se dilui em números e projeções espetaculares” (ibidem, p. 75).

relacionados na sustentação e na transformação de estruturas”. A contradição verificada no contexto revela uma prática discursiva que desnaturaliza as relações sociais e ideologias específicas (RESENDE, 2006).

Como modo de ação, os transtornos causados pela situação que se agravava, levaram o Sr. Edvar a assumir a presidência da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), no ano de 2002, com o objetivo de regularizar a situação financeira da entidade que havia acumulado dívidas das gestões anteriores. Segundo informações obtidas nas entrevistas com os moradores mais antigos, mesmo existindo desde 1982, a ACMP estava há um longo período sem funcionar, pois seus representantes não tinham conhecimento técnico para administrá-la de modo mais eficaz aos anseios do bairro. O Sr. Edvar afirma que realizou a quitação das dívidas com seu próprio dinheiro, a partir da venda de um terreno que possuía. A ideia era que, ao legalizar a situação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP), haveria uma maior facilidade de exigir soluções representando um coletivo⁴⁵.

Dois anos depois, preocupados com a situação do bairro que tinha piorado, formou-se um grupo que representaria a ACMP com o objetivo de garantir que seus direitos à saúde e moradia fossem atendidos através do enfrentamento às empresas. A escolha desses representantes ocorreu a partir de uma investigação no bairro sobre as pessoas interessadas, ação que se desenvolveu com conversas de porta em porta dos moradores que foram convocados para uma assembleia geral. Mesmo com o receio de uma parte da comunidade de eventuais disputas com a empresa, formaram a comissão diretora da Associação: Sr. Miguel, Sr. William, Sr. Adécio, Sr. Anísio e D. Tida, junto ao Sr. Edvar, que já estava como presidente. Com um grupo que representava o bairro, as reclamações começaram então a tomar forma de denúncia coletiva. Surgiram as primeiras tentativas de diálogos destes com as empresas que, por sua vez, se negaram a discutir o assunto rechaçando sua responsabilidade e transferindo-as aos gestores públicos.

Houveram iniciativas de conversar com algumas pessoas da comunidade para que se organizassem e buscassem ajuda com a prefeitura, mas sem muitos resultados efetivos. Na ausência de uma Promotoria de Justiça em Açailândia na época, o Sr. Edvar decidiu então

⁴⁵ É interessante destacar este ponto, pois o endividamento de Associações é um dos principais problemas de ações de coordenação apontados, por Losekann (2018), ao estudar mobilizações de afetados pela mineração no “desastre de Mariana”. Portanto, esse elemento colocado como prioridade para a organização da mobilização em Piquiá de Baixo expõe uma capacidade de agir a partir do coletivo, facilitando assim, as estratégias de ação.

ir à Imperatriz (MA) para obter orientações jurídicas de quais passos deveriam ser seguidos para seguir com um processo de judicialização, mas ao mesmo tempo, se questionava sobre a capacidade de simples moradores entrarem em uma disputa com atores de grande porte. Relatou-me, refletindo sobre a situação: “Como é que um mosquito vai assoprar um elefante? O elefante vai jogar ele no chão com facilidade. Às vezes, o elefante é as empresas, os gestores do município, do estado e tudo...”. Essa passagem faz analogia à influência e ao poder das siderúrgicas e da Vale que se constituíram como o vetor de dinamização populacional e econômica da cidade. Além disso, aponta para uma perspectiva de abandono por parte dos gestores públicos do município em relação ao bairro, característica que se evidenciou com frequência nos diálogos com os entrevistados.

A referida avaliação do Sr. Edvar conduz a um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e de poder (RESENDE, 2006), no qual o interlocutor se identifica a um grupo social que teria pouca influência na busca por uma solução, dadas as condições discrepantes de disponibilidades de recursos materiais e simbólicos em contraposição às siderúrgicas. São essas condições que reforçam a relação entre discurso e hegemonia, pontuada por Resende (2006), ao colocar que “o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens de discurso que a sustentem” (ibidem, p. 44).

Sobre uma das tentativas de diálogo com a Gusa Nordeste, o Sr. Edvar comentou:

Quem me recebeu não foi o gerente, foi uma pessoa indicada por ele pra me ouvir. Aí quando eu cheguei ele me recebeu, procurou o motivo, então expliquei a situação que o prefeito tinha prometido tirar nós dali, que nós vivia uma situação de calamidade ... e eu falei que ele bem que podia dá um jeito de tirar a gente pra sair dali. Aí ele respondeu pra mim que eles não podiam fazer nada, mas que o prefeito podia arrumar um local pra nos colocar que... [nesse momento, Sr. Edvar levantou-se da cadeira e descreveu com indignação a postura do gerente] aí ele [representante da empresa] levantou da mesa e falou assim: ‘o que nós pode fazer aqui é nós pegar as casas de vocês e levar aonde o prefeito determinar’. Quer dizer... aquilo ali eu entendi que eles iam pegar a casa da gente com uma máquina, uma escavadeira e... aquilo ali me judiou (...) aquilo foi um choque” (Entrevista ao Sr. Edvar, realizada no dia 22/01/2019 – destaques meus.)

O menosprezo interpretado por Sr. Edvar por parte do representante da empresa, em sua forma de agir e falar, fez emergir o sentimento de revolta e a vontade de buscar outras alternativas depois de tanto insistir em dialogar com o poder público e a empresa. Naquele

mesmo ano, legitimado pela sua posição como presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP), começou uma movimentação no bairro, conversou com vizinhos mais próximos compartilhando suas experiências, aflições e anseio de mudar-se para longe da poluição em que viviam. Juntou-se com o Sr. Joaquim, um dos moradores mais antigos de Piquiá, e decidiu enviar uma carta escrita a punho próprio para o então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, pois imaginava que “por ter tido a mesma experiência de condições humildes e sofridas”, ele pudesse compreender uma comunidade inteira que estava na mesma situação. A resposta formal da Secretaria da Presidência a esta carta o orientava a recorrer aos órgãos ambientais municipais e estaduais. Animado com a devolutiva, afirmou ter conseguido “força de andar e reclamar”, ao descrever emocionado o momento em que se sentiu visibilizado diante de autoridades políticas em quem confiava.

Com as respostas das cartas nas mãos, o morador de Piquiá percorreu a Secretaria de Saúde e a Secretaria do Meio Ambiente em Açailândia, mas logo percebeu que nenhuma solução estava sendo encaminhada. Desse modo, vinte e uma famílias ingressaram com ações judiciais individuais contra a Gusa Nordeste pedindo indenização por danos morais e materiais causados pela poluição, em Piquiá de Baixo. A decisão favorável aos moradores saiu em 2013, após decisão unânime dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) ao condenar a empresa ao pagamento de R\$ 42 mil por danos morais a cada família (BÓGEA DOS SANTOS, 2015). No entanto, devido a recursos processuais utilizados pela empresa, o pagamento das indenizações ainda está pendente até hoje (setembro de 2020). Nesse período, além das dificuldades de enfrentamento com a Gusa, havia conflitos internos onde os representantes da Associação de Moradores eram criticados por alguns moradores que relutavam em aceitar a mobilização que estava se formando, pois tinham a percepção de que isso traria problemas para as siderúrgicas e, conseqüentemente, a possibilidade de perdas de postos de trabalho ocupados por habitantes da região. O grupo que representava a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP), chegou então à conclusão de que precisariam de conhecimentos específicos e especializados para a continuidade de uma mobilização consistente, capaz de gerar resultados efetivos.

4.1.3 A potencialidade das emoções na ação coletiva para tornar as justificações robustas

Os elementos descritos acima nos sugerem que, embora as consequências da poluição no bairro possam ser consideradas motivos suficientes para o processo de mobilização, não é ela em si que se torna definidora do engajamento. O que importa para que os distúrbios provocados pela poluição seja um fator de mobilização é a forma como os atores a vivenciam, e isso envolve as dimensões da experiência, das interações e a forma como estas se refletem nas emoções e, por conseguinte, no engajamento à justificação da crítica. A partir do momento em que a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) informa às autoridades públicas e empresas sobre os problemas que vinham ocorrendo no bairro e não encontram respostas ou soluções, os moradores se sentem desprezados e desrespeitados nos seus direitos de viver em um lugar digno, sem que seu modo de vida fosse prejudicado por atividades econômicas lucrativas alheias aos seus efeitos devastadores para as formas de vida dos habitantes locais. É justamente a ligação do sentimento moral de revolta, de indignação, com a omissão diante do expectativa de socorro, que forma o componente cognitivo de ação, ou seja, longe de ser uma ação impensada, a comunidade começa então a fazer reuniões para debater os problemas, compartilhar as experiências, organizar materiais em que expressam seu descontentamento e desejo de mudança, enfim, iniciam um processo investigativo nos moldes em que Queré (2012) define o “trabalho das emoções”.

Para o autor, a emoção supõe uma preocupação com algo que está em desenvolvimento e cujo fim é indeterminado, tendo, portanto, um componente cognitivo de cuidado, descoberta e avaliação. A contrariedade aos hábitos e expectativas que provocam emoções e suscita uma prática de pesquisa, é evocada na denúncia pública do caso de Piquiá através da *indignação*. A experiência de ter que se ajustar à situação de poluição e modificar os hábitos durante um longo período revela uma mistura de sentimentos morais: decepção, quando percebem que suas vidas não melhoraram com a chegada dos empreendimentos; indignação e injustiça, quando seus apelos de ajuda em função da contaminação não são levados a sério; e medo, tanto pelas doenças causadas, quanto o de fazer denúncias, falar em público e etc., justamente por denunciarem publicamente seu sofrimento coletivo. Conforme observa Queré: quem experimenta essas emoções terá uma percepção diferenciada em relação ao problema. Sendo assim, a indignação gera uma ação quando se passa a ter uma reflexão sobre a experiência vivida e cujo maior gatilho é que a expectativa foi

completamente contrariada, frustrada em relação a uma confiança que se tinha na geração de empregos e melhoria da qualidade de vida local.

Na visão de Honneth (2003), podemos explicar esse tipo de conflito como sendo impulsionado pela busca do reconhecimento ou pela inclusão, com dignidade e estima social, na sociedade. Quando, por exemplo, algumas das reivindicações e das expectativas frustradas que temos em relação à sociedade são negligenciadas, não vistas, etc, os conflitos que estão, muitas vezes latentes nas relações sociais, vêm à tona e ganham contorno de lutas por consideração e justiça social como uma pré-condição para realização de si. Alinhamo-nos à perspectiva filosófica-antropológica dos processos de demanda por reconhecimento em Honneth quando este postula que as diferentes lutas que vemos nas sociedades têm a ver com as formas diferentes de reconhecimento que as pessoas buscam e um deles é a paridade de status, ou seja, ser respeitado como um cidadão igual dentro da comunidade social. A demanda por reconhecimento de uma humanidade comum, envolvendo inclusive uma preocupação de uma ecologia humana enfatizando a interação do homem com o meio ambiente, e de status jurídico-político de igualdade, é evidente na seguinte fala de Sr. William:

Nem as plantas sobreviveram lá mais, viu? (...) Igual eu falo, que o ser humano, ele quando tá afetado por uma poluição, ele muda de lugar. Agora como é que o rio vai mudar de um lugar, como é que uma árvore vai mudar de um lugar? Quem sofre mais é o meio ambiente, né? A natureza que é dada pelo nosso Deus. E isso aí não tem como evitar. E elas [as árvores] ficam pedindo socorro lá, mas como que vai socorrer? (...) também começou a saúde da gente a ser muito comprometida. (...) Tudo causado da poluição do Piquiá, porque os governantes de Açailândia não fazia nada. A siderúrgica nada fazia. E aí começou a morrer jovem, começou a morrer idoso, e até criança de 5 anos com câncer de pulmão. Que isso é um absurdo, a gente vê uma criança com câncer de pulmão por causa da poluição né? E a gente começou a se preocupar com a comunidade (Entrevista com o Sr. William, realizada em 08 de agosto de 2019).

Nessa situação o sofrimento humano aliado a uma sensibilidade ecológica poderia ficar apenas na esfera do ressentimento, da dor, sem reação, ou seja, não produziria ação e, sim, um estado de inatividade. Porém, à medida em que os moradores elaboram seu sofrimento em termos de uma experiência que tem uma causa efetiva e uma possibilidade de solução, o sentimento não deixa de existir, mas passará para uma outra etapa, a da teorização da situação problemática apoiada em conceitos que servirão de apoio normativo para uma luta pública contra a reprodução da invisibilidade do sofrimento social.

(RENAULT, 2010). Iremos focalizar sobre a elaboração do sofrimento social mais adiante. Aqui, queremos destacar que a experiência como experimentação prática, pontuada pela indignação e revolta, potencializa a busca pelo alcance coletivo e uma ressonância pública (CEFAI, 2009). A forma como é construída a explicação sensível de injustiça é crucial para orientar a ação e definir o problema social a partir de atividades de declaração, reivindicação e reclamação voltadas para a busca de solução.

A fala do Sr. William denuncia as mortes (homem e natureza) e o comprometimento da saúde, mas também ressalta a preocupação ambiental como um mal inevitável no contexto em que vive. A sua revolta imputa às siderúrgicas e ao governo de Açailândia a culpa pela contaminação. Os afetados passam por um processo de organização de atividades, como a interação face a face, as assembleias chamadas pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) e as próprias conversações informais nas quais elaboram reivindicações coletivas para mudar a situação problemática, as quais Jussara Freire (2016, p. 101) compreende como “a trama de definição de problemas que atravessam um processo de reconhecimento a partir dos quais tornam-se sociais”. Essa dimensão processual das atividades reivindicatórias acusa, através da percepção dos moradores, a exclusão de direitos e aponta para a necessidade de mudar a situação.

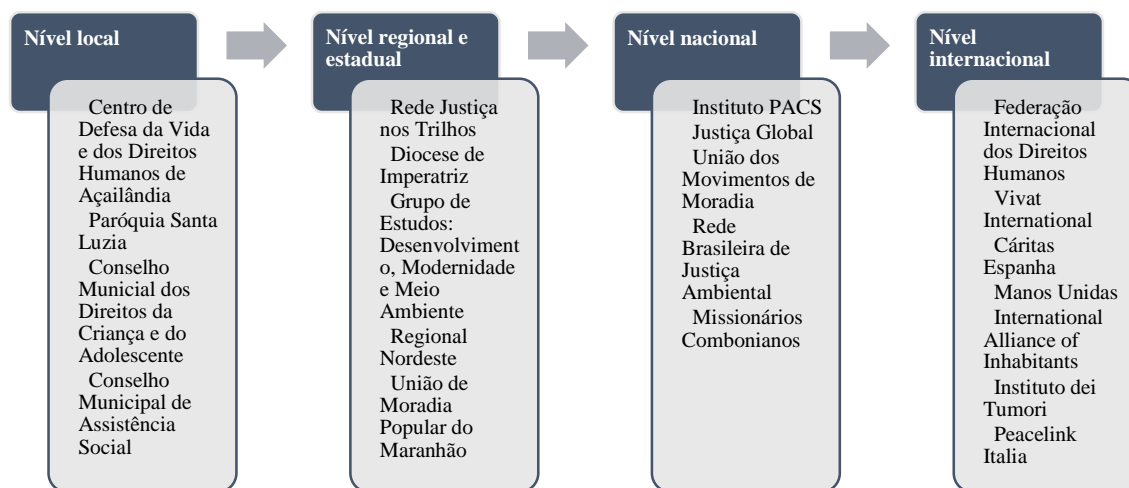
4.2 Formação do público e investigação leiga da contaminação em Piquiá

Com a problematização delineada em torno das experiências perturbadoras, surge uma atividade coletiva feita de *associação, cooperação, comunicação, discussão, investigação e experimentação* (CEFAI, 2018). Com isso, adotamos de Latour (2012) a definição segundo a qual o *social* é compreendido como o conjunto de associações que, mais tarde, podem ser mobilizadas para explicar outro fenômeno. O comprometimento da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) na busca pelo reassentamento da comunidade de Piquiá revela esse movimento peculiar de reassociação e reagregação que cria condições para captarmos o modo como o social acontece a partir da cooperação e produz consequências. Mas, para dar conta daquilo que foi efetivamente produzido por essa agregação de forças, aliamos a esta perspectiva o que Boltanski e Thevenot (1999) descrevem como a capacidade crítica dos atores envolvidos na situação de disputa em justificar suas ações.

Dessa forma, ao considerarmos que a questão da saúde, enquanto problema social, emerge como um *problema público*, na medida em que outros atores que não são diretamente afetados entram em cena para buscar uma solução, focaremos neste momento na forma como esse grupo organizado consegue aliados. Logo após, partimos para o nível cognitivo de valorização científica na qual os moradores envolvidos na presença de novos atores mobilizadores se deparam com *novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social* (LATOURET, 2012), em um processo de fabricação de provas.

Ao longo de quinze anos, um dos feitos mais notáveis que podemos observar neste caso é a significativa rede de articulações tecidas pela ACMP com o objetivo de ganhar visibilidade. Destacamos algumas destas em nível local; regional e estadual; nacional; e internacional na figura abaixo:

Figura 8. Rede de Articulação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá



Fonte: Elaboração própria, com base em folhetos informativos da ACMP, 2021.

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH), que é uma Organização Não Governamental (ONG), foi fundado em 1996, pela missionária espanhola pertencente à ordem italiana dos combonianos, Carmen Bascarán. A motivação para sua criação provém da missão de prevenir e coibir as violações dos direitos humanos, com ênfase no trabalho escravo e reinserção dos trabalhadores na sociedade. Vale lembrar que entre os anos de 1997 até 2007, já havia um enfrentamento desta instituição com as siderúrgicas instaladas em Piquiá devido às situações de irregularidades e condições

análogas ao trabalho escravo. Os Missionários Combonianos que atuam na Paróquia Santa Luzia de Piquiá são uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana fundada por São Daniel Comboni que chegaram ao Brasil em 1952 com missões prioritárias de evangelização no Maranhão e Espírito Santo. Fundaram uma comunidade paroquial em Açailândia influenciados principalmente pelo rápido crescimento da cidade com a instalação das siderúrgicas. Com sede em Piquiá de Cima, esta organização voltou-se no primeiro momento ao acompanhamento dos trabalhadores que migravam para aquele local, motivo pelo qual foi criado o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH).

O primeiro contato direto da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) com os Missionários Combonianos aconteceu quando, no ano de 2007, o Sr. Edvar ouviu um programa na rádio Kairós onde Padre Dário falava do seu trabalho com comunidades “carentes”. Trata-se de um programa da igreja católica realizado semanalmente com o objetivo de comentar a leitura do evangelho, mas também dedica um horário a tratar de temas sociais que interessam à cidade de Açailândia. O Sr. Edvar, então, seguiu para o CDVDH portando uma série de cartas, documentos, ofícios que havia enviado para o governo brasileiro em busca de uma intermediação com os padres. Na época, Antônio Filho, advogado desta Organização não governamental (ONG) o recebeu e orientou para que trabalhassem em conjunto na busca de outras forças locais que indicariam os caminhos a serem percorridos no sentido de atender a essa necessidade da comunidade⁴⁶.

Esse momento coincidiu com o processo de reformulação da paróquia quando o coordenador dos Combonianos naquela região lançou o desafio de enfrentar de forma organizada e sistemática os conflitos socioambientais do local. De acordo com padre Dário, no período de um ano, foram pensadas estratégias de ação a partir das observações de poluição em Piquiá de Baixo, os impactos da Estrada de Ferro Carajás, as carvoarias em Açailândia, a ameaça do eucalipto que se expandia, as violações dos povos indígenas e quilombolas e etc. Surgiram questionamentos sobre qual seria o ponto de partida, se seria mais oportuno uma ação pontual e focada em um caso, ou sobre uma população e um tipo de conflito específico. A oportunidade de repensar, traçar novos rumos e prioridades fez com que os missionários comessem a investigar e pensar que tipo de atuação lhes caberia nesse cenário.

Dessa forma, a experiência com a participação na fase preparatória do Fórum Social

⁴⁶ Informações obtidas em entrevista com Antônio Filho, advogado do CDVDH. Realizada em: 20/08/2019.

Mundial de Belém⁴⁷, realizado em 2009, pode ser considerada um marco para a articulação em defesa dos territórios impactados pela mineração da forma como existe hoje no Maranhão. Nos detalhes descritos pelo padre Dário em relação a esse evento, ele afirma que foram assessorados e ouviram com atenção os conselhos de pessoas que tinham uma visão mais ampla do contexto. Lembra-se, por exemplo, de conversa com o jornalista Lúcio Flávio Pinto⁴⁸ que há muitos anos acompanha as questões problemáticas que envolvem a Vale, e ouviu dele que o enfrentamento com as empresas deveria ser realizado a partir de um ponto de vista sistêmico porque, do contrário, seria “colocar panos molhados em cima de um incêndio grande”. Seria preciso pensar no corredor Carajás como um todo.

Percebemos, imediatamente, que isso era impossível de fazer a não ser a partir de uma dinâmica de rede. Inclusive porque já haviam grupos e entidades como o Fórum Carajás, Cáritas, a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, as Universidades e outras congregações religiosas que se empenhavam nessa vertente. Mas faltava conectá-los, né? Faltava pensar numa estratégia conjunta. E é assim que nasceu, muito rapidamente descrita [Rede Justiça nos Trilhos]. Inicialmente, nascemos como campanha... a ideia era lançar um grito, mostrar uma denúncia, uma violação e ver o que aconteceria. A campanha agregou bastante pessoas e, em seguida, também teve uma vertente internacional. Aí a gente foi transformando a campanha em Rede (Entrevista com Padre Dário, Missionário Comboniano. Realizada em 05/08/2019. Destaques meus).

A consolidação dessa Campanha se tornou possível a partir das redes de contatos que foram construídas junto a diversas instituições que se uniram e hoje compõem a coordenação executiva da Rede Justiça nos Trilhos (JnT). Além daquelas mencionadas na figura 7, também se associam o Movimento Reage São Luís e Fórum Carajás⁴⁹. Atualmente,

⁴⁷ O Fórum Social Mundial é organizado por um Conselho Internacional formado por 129 países. Segundo informações da World Wide Fund for Nature (WWF) em sua página institucional, o evento representa uma grande oportunidade para a troca de experiências e a formulação de ações alternativas no combate aos problemas sociais. A motivação que levou à realização do Fórum em Belém foi, sobretudo, a importância da região Pan-Amazônica e a necessidade de chamar a atenção da população mundial para a urgência dos problemas regionais.

⁴⁸ Lúcio Flávio Pinto é professor, sociólogo e jornalista reconhecido no Brasil e no mundo por seus trabalhos de investigação na Amazônia. Dentre outros prêmios importantes, recebeu em 2012, o Prêmio Wladimir Herzog pelo conjunto da sua obra.

⁴⁹ O Movimento Reage São Luís se constitui como um movimento heterogêneo e apartidário formado por 40 entidades da sociedade civil, entre sindicatos, conselhos regionais, entidades ligadas à Comissão de Justiça e Paz da igreja católica e Associações de Moradores de regiões afetadas por empreendimentos de grande impacto social e ambiental. Esse movimento teve início na década de 1980, quando da implantação da CVRD e ALUMAR no interior da Ilha de São Luís. Atualmente, se consolida como um importante agente nas disputas acerca da expansão do pólo siderúrgico em São Luís, sobretudo, por ter o conhecimento de técnicas e domínios acadêmicos e científicos, além de dados e acesso a informações desse cenário político (MENDONÇA, 2007). O Fórum Carajás é uma articulação de entidades do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, cuja missão é acompanhar e monitorar os impactos socioambientais dos grandes projetos.

a Justiça nos Trilhos mantém relações com vários grupos de atingidos pela Vale em outros países, e com associações e entidades que defendem os Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais no mundo. Realiza ações de mobilização e assessoria jurídica nas comunidades impactadas. Padre Dário Bossi, um dos principais articuladores na consolidação dessa Rede, é atualmente coordenador dos missionários combonianos no Brasil – com sede em São Paulo -, assessor da rede eclesial panamazônica. Além disso, integra a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e fez parte do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração que discutiu em Brasília ajustes para o novo código da mineração. Natural da Itália, o padre chegou em Piquiá no ano de 2007 e permaneceu por lá até 2017. Porém, segue ainda acompanhando os desdobramentos em Açailândia. Assim como o Sr. Edvar, podemos enquadrá-lo como um “agitador social” no processo de reassentamento, pois sua entrada nesse conflito revela novas dinâmicas em conjunto com a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP). Porém, retomando Blumer (1939), o padre Dário se enquadra no tipo de agitador calmo e tranquilo que possui um discurso incisivo e contundente, capaz de tornar as pessoas conscientes de suas próprias posições e das dificuldades que parecem caracterizar seu destino. Não à toa, é um dos responsáveis por mobilizar os jovens e outras pessoas da comunidade a participarem de projetos, reuniões e protestos ligados à problemática do bairro.

Dentre os moradores de Piquiá, os padres da ordem dos Combonianos, são vistos como “pessoas de conhecimento” que fortaleceram a mobilização ao encorajá-los e orientá-los nos embates com autoridades públicas e empresas no momento em que não sabiam que caminho seguir na busca por uma solução.

(...) Aí vi que era trabalho perdido mexer com político. Mas eu senti as coisas andar por causa do conhecimento dos padres, do Centro de Defesa... aí eu me senti mais seguro, mas sempre fazendo o que era preciso (Entrevista realizada com Sr. Edvar no dia 22 de janeiro de 2019).

(...) a coisa tá indo pra frente mesmo é com a ajuda deles [Justiça nos Trilhos]. Você sabe que gente fraco a coisa não funciona direito, né? E através desses parceiro que conhece toda gente do mundo inteiro... principalmente participação de governo federal que é muito difícil. Foi luta pra conseguir isso aí (Entrevista realizada com o Sr. Joaquim no dia 18 de agosto de 2019).

As falas acima caracterizam as relações de dominação engendradas pela dependência de conhecimento específico dos moradores aos sistemas peritos (GIDDENS, 1991) para lidar com a situação de conflito. Por outro lado, também demonstra que eles estão

cientistas das suas condições de desvantagem proporcional de conhecimentos especializados relevantes para embasar os seus argumentos e enfrentarem as empresas de mineração. No entanto, isso não impede que supram esse déficit em uma espécie de cooperação reflexiva com aliados que detêm saberes *experts* que vão se somar aos seus saberes resultantes da experiência de injustiça social e ambiental. A incapacidade de agir, como um obstáculo latente em meio às contradições da conjuntura, é reavaliada diante das novas expectativas criadas com as alianças feitas ao longo do processo de organização da mobilização. As incertezas geradas pela falta de apoio e a percepção de impotência por se considerarem “fracos” diante de pessoas “poderosas” são elementos que fazem parte da estrutura hegemônica que, segundo a analogia feita pelo Sr. Edvar, colocam as siderúrgicas como “elefantes”, impossíveis de serem derrotados por “formigas”, que seria a comunidade.

A aliança da ACMP com os missionários combonianos,⁵⁰ o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, a criação da Rede Justiça nos Trilhos é vista na perspectiva dos afetados como um caminho possível para a legitimidade dessa disputa. Nos referimos desse modo, à maneira como, ao avaliarem que os padres saberiam conduzi-los a uma solução para o reassentamento através da busca de conhecimentos científicos e jurídicos atrelados à práticas comunicacionais pontuais, com atores distintos e especializados, sentiram-se mais seguros para levar adiante a organização que haviam iniciado e, principalmente, se expressarem em público. Dito de outro modo, ao sentirem que suas vozes seriam ouvidas porque teriam um preparo “discursivo” para veicular a força de suas experiências com a contaminação, orientados sobre os caminhos normativos que deveriam seguir para que, finalmente, fossem percebidos pelo poder público e o reassentamento fosse concretizado.

A consolidação dessa aliança tríplice entre ACMP, Centro de Defesa e Missionários Combonianos se fundou baseada na confiança da ajuda voluntária dos padres, fazendo com que os indivíduos saíssem do seu isolamento e expandissem os “horizontes de experiência, multiplicando as ocasiões de encontro, transpassando as fronteiras simbólicas entre registros

⁵⁰ Apesar de destacar a atuação do padre Dário neste trabalho, convém ressaltar que a importância dos Missionários Combonianos se deve a uma dinâmica de permutas entre os padres nos locais em que moram por tempos determinados. Sendo assim, é igualmente significativa a forte presença dos outros padres que também moraram em Piquiá e participaram diretamente e ativamente nesse processo de mobilização. Cito aqui o padre Máximo que partiu recentemente de Açailândia para outras missões, mas que no período da minha pesquisa de campo, gentilmente, se dispôs a me apresentar o bairro, alguns moradores, a igreja na qual acontecem assembleias, a estrutura precária, as siderúrgicas através dos caminhos de eucaliptos, os trilhos do trem e suas experiências enquanto missionário engajado na causa.

de atividades e das fronteiras sociais, religiosas, ou culturais”, constituindo a forma como Cefai (2011, p. 20), define *as associações*. Se por um lado, a Associação de Moradores conseguiu ampliar o espaço de debate das suas reivindicações, por outro lado, a reformulação estratégica dos missionários da Paróquia de Santa Luzia do Piquiá no entendimento de que “a igreja pudesse ser também um ator de transformação social para as causas sociais das pessoas”⁵¹, resultou em uma conexão que fundou outra nova articulação, a Rede Justiça nos Trilhos. Essa cooperação se apresenta como um lugar do exercício da cidadania, moldando os regimes de engajamento dos cidadãos que se sentem invisibilizados e querem ser reconhecidos como afetados, garantindo assim, uma possibilidade de reparação. Nesses termos, concordamos com Honneth (2003) quando defende a importância das ações, gestos e expressões faciais positivas para que o reconhecimento aconteça e que, nesse caso, se reverbera a partir da ausência ou omissão do poder público, o que demanda a ação por outros meios. Isso se reflete, por exemplo, na importância da experiência de ser livre em cooperação com os outros, a “liberdade social”, também nomeada por John Dewey como a “liberdade de associação” que conduz a um processo democrático que se configura além do voto nas urnas ao escolher um partido, pois o cerne da democracia política é a deliberação desses cidadãos no campo público, a liberdade de expressão, de interagir com os outros, organizar protestos e etc. (HONNETH, 2001).

A ação coletiva dos moradores de Piquiá é organizada principalmente em Assembleias organizadas pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP). Daí, surgem demandas, reclamações, votações para realização de protestos – quando eles são necessários -, e, principalmente, explicações sobre o que os representantes da Associação de Moradores têm articulado para a solução do problema.

Os encontros iniciais mediados pela Justiça nos Trilhos para diálogos entre a ACMP, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual, levou à conclusão de que seria difícil fazer denúncias sem nenhum tipo de embasamento técnico/científico. Compreendeu-se, portanto, que seria necessário produzir estudos que reforçassem as denúncias dos moradores. A análise da investigação e geração de provas nos permite entender como esse processo constitui em uma participação efetiva da comunidade, e sua aproximação com as investigações científicas de Dewey.

⁵¹ Afirmação do padre Dário ao explicar o movimento de conexão entre a sua fala no programa da rádio Kairós - onde comentava sobre o evangelho, fazendo análises e reflexões sobre a relação entre espiritualidade e a vida – e a interpretação do Sr. Edvar ao ouvi-lo.

Dewey (1980) postulava que havia uma estrutura comum de investigação social entre o senso comum e a ciência. Nos termos de Cefai (2017), essa investigação tem necessariamente uma dimensão normativa, pois trata-se simultaneamente de imputar responsabilidades, denunciar negligências, designar vítimas e culpados, onde os atores não são movidos por uma intenção de “saber por saber”, mas de saber na medida em que esse saber confere um poder de ação. Em outras palavras, “inventam, na teoria e na prática, dispositivos de intervenção cuja operacionalização requer convencer outras pessoas, no privado e em público, sobre a legitimidade de seus diagnósticos” (idem, p. 189). Nesse caso, a partir da observação do processo investigativo dos atores afetados e mobilizados, chamamos a atenção para dois tipos de provas fundamentais: uma delas é resultante da investigação espontânea, a outra, da investigação científica.

4.2.1 Provas resultantes da investigação espontânea

Em primeiro lugar, esse tipo de investigação está marcada no corpo das pessoas, no material e nos objetos. Referimo-nos aos acidentes decorrentes da negligência das siderúrgicas no mesmo espaço ocupado por moradores que deixam cicatrizes ou levam à morte; nos móveis das casas, constantemente cobertos por poluentes tóxicos de minério; e nos problemas de saúde denunciados. As ações iniciais nesse sentido foram a solicitação ao governo do estado para saber se existiam estudos sobre os impactos socioambientais no bairro e, se preciso fosse, requisitar licenças ambientais, assim como relatório de auto-monitoramento das empresas, considerando o entendimento de que o Estado estava liberando obras com potencial de poluição. No entanto, insatisfeitos com a documentação produzida e apresentada pelos relatórios elaborados pelas próprias empresas e a ineficiente atuação dos órgãos ambientais locais nesse sentido, a alternativa foi elaborar análises próprias tanto por parte do Centro de Defesa, quanto de parcerias com instituições acadêmicas e de saúde. Os elementos resultantes das provas espontâneas estão circunscritos nos dois depoimentos a seguir:

O que eu sofria eu não gosto nem de pensar... de eu ver meu esposo daquele jeito... eu arrumava ele, botava em cima de uma cama, botava ele num lençolzinho branco... porque doente fica mais bonitinho de branco. Quando eu chegava para ver (eu tenho até a prova, nos meus lençóis ali), os lençóis tavam pretinhos, porque juntavam sujeira e juntava pó no rosto dele (...) e eu ligava o ventilador nele dia e noite, para ele poder respirar, porque ele não conseguia respirar. Ele lacrimejava

direto, por causa da poluição que caía. E era uma poluição que coçava. E tinha o barulho muito forte dessa termelétrica funcionando a noite toda (...) Isso é uma coisa que me dói por dentro, de saber que ele morreu assim e eu não pude fazer nada. Porque eu não tinha como fazer, não tinha como sair da casa, porque não tinha outro lugar. E minha vida foi essa. E hoje ele faleceu e eu vou levar isso aí para o resto da vida, de ter visto ele sofrendo aquilo ali e eu não poder dar jeito (Entrevista da D. Francisca em Relatório da FIDH, 2011).

O depoimento revela críticas sociais (RENAULT, 2010) relacionadas a danos morais que não podem ser reparados, traduzidos no sofrimento de adoecer e morrer em um ambiente indigno à saúde humana. Além disso, a poluição trouxe como consequências a essa moradora doenças relacionadas ao trato respiratório e o deslocamento compulsório, pois a mesma afirma que teve que abandonar sua casa em Piquiá de Baixo e mudar para outra casa alugada pelas filhas. Em decorrência disto, culpa as siderúrgicas pelas mudanças drásticas que ocorreram em sua vida durante os últimos anos. As declarações da D. Tida, tanto na entrevista em que realizei pessoalmente quanto na entrevista citada, realizada pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), desnudam injustiças sociais relacionadas diretamente com o potencial poluidor da siderúrgica. Outra situação parecida é a da Joselita de Oliveira, 67 anos, que chegou ao bairro em janeiro de 1975, quatro meses antes do início da construção da linha férrea. Ela relata que:

Teve época que a gente não podia nem estender roupa pra secar. Tava tudo assim, olha... [mostrou seu vestido rasgado de brasas de minério que caíam nas roupas no varal]. Eu já chorei muitas vezes. A gente terminar de limpar a casa e vir um vento, e olha aí do jeito que fica [apontou para o teto da casa coberto de pó preto]... ainda vão indenizar isso aqui por danos morais, materiais. Olha, minha casa aqui é cinco mil e cem metros. Alí no quintal tá tudo acabado. Vem a água quente dos alto-fornos e cobre a terra virgem do meu quintal. Uma época eu plantei cento e tantos pé de buritis que plantamos lá embaixo porque passava o rio e a terra era o tempo todo úmida. Ficava a coisa mais linda. Aí a água vem quente e acabou com tudo. Aí a nossa rotina aqui é assim... fazendo as coisas em casa e cobrindo por causa da poluição. Às vezes a comida tá no prato e a gente tem que jogar fora porque vem o vento e enche tudo. Tem muitas vezes que tenho que ir comer no meu quarto. Meu marido tem a cicatriz na perna até hoje com a queimadura da água quente que desce no quintal.

Aí teve meu sobrinho que sempre vinha pra cá nos finais de semana. Tem um banho aqui... aí ele foi de bicicleta com meu filho. Aí foram olhar uns pé de eucalipto, tudo cheio de passarinhos olhando e tal... aí pisou na munha. Atolou das duas pernas até a bacia. Aí meu filho tentando agir ligeiro, vendo ele atolado e a fumaça subindo... meu filho pegou um pedaço de tábua e jogou e pisou em cima. Se ele não tivesse jogado a tábua, ele tinha afundado também. Aí tirou ele. Quando tirou, as dez unhas dele já ficaram lá dentro. Aí quando meu sobrinho chegou aqui foi perguntando se ele ia morrer, e eu dizendo que não... [D. Joselita começou a chorar lembrando do episódio] ... Passou 90 dias internado até falecer. Minha irmã nunca mais foi a mesma, perdeu o gosto de viver. Perder um filho é a pior coisa do mundo (Entrevista realizada com D. Joselita, dia 18 de agosto de 2019).

Ambos os casos remetem aos princípios de justiça comum (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999) consubstanciados na experiência associada aos riscos e contaminação pelos resíduos poluentes das empresas. A crítica é mobilizada através dos conceitos de “danos morais e materiais” para expressar o que se considera justo como reparação pela interrupção no modo de vida, tais como, o impedimento de realizar tarefas diárias, a poluição dentro da própria casa que força uma mudança de hábitos como o de passar a realizar as refeições dentro do quarto para não contaminar a comida, desmatamento, acidente com sequelas e refere-se até mesmo àquilo que não pode ser reparado, como a morte. Observamos nessas declarações que o gesto de lembrar o que aconteceu para detalhar como a contaminação se faz presente em suas vidas evidencia um processo carregado de elementos cognitivos, emocionais e morais, no sentido aplicado por Jasper (2016). E para além disso, nos faz perceber o questionamento de uma estrutura que não responde a essas violações efetivamente quando pensamos, por exemplo, nos procedimentos legais que cabem nesses casos. Desse modo, ainda está presente nos testemunhos o sentimento de culpa que aponta para um “sofrimento moral” (BARBOT E DODIER, 2018) de um tipo particular por uma das moradoras atribuir a si a responsabilidade pelo sofrimento relatado.

4.2.2 Provas resultantes da investigação científica

O segundo tipo de prova está presente nas investigações científicas realizadas nesse processo e serve como forma de legitimação no momento da judicialização da situação experienciada que não encontrava solução nos órgãos da cidade, bem como a Secretaria do Meio Ambiente de Açailândia e a prefeitura. Quando se fala nessa situação que havia uma necessidade de elaborar provas “embasadas” para justificar a um público as denúncias, operamos uma análise a partir da lógica da investigação em Dewey (1980) quando este evoca a força operativa dos fatos, o que quer dizer que eles não são auto-suficientes e completos em si próprios: “Os fatos são capazes de constituir evidência e são testes de uma ideia na medida em que são capazes de ser estruturados um com o outro. A estrutura só pode ser realizada quando eles interagem entre si” (p. 65, 1980). O tipo de situação problemática que estamos lidando demanda investigações intensas a fim de que se efetue sua resolução e, por consequência, ocorre uma série de interações que determinam novos fatos até que a ordem existente seja um todo unificado.

Fatos operacionais quer dizer que eles não são auto-suficientes e completos em si

próprios. São escolhidos e descritos, como vimos, em função de um propósito, a saber, a exposição do problema envolvido de modo tal que seu material indique um significado relevante para a resolução da dificuldade e sirva para testar seu valor e validade. A forma como os próprios moradores interagem durante os momentos de investigação científica no bairro revelam a aprendizagem nesse esforço associativo de coordenação das ações no que se refere a aprender a se interessar pelo problema e a reforçar a sua formulação e possibilidades de solução até chegar ao reassentamento.

O primeiro estudo científico ancorado nas preocupações dos moradores se refere à análise preliminar da qualidade das águas do Banho 40 de Piquiá, realizado em 2007 pela engenheira ambiental do Centro de Defesa, Mariana de La Fuente Gómez. Os resultados indicam o alto nível de poluição e alertava para o risco de contaminação. Em 2011, foram divulgados dois outros importantes estudos produzidos na comunidade de Piquiá. O primeiro, realizado em junho, refere-se ao parecer médico solicitado pela Defensoria Pública do Maranhão em Açailândia, acerca dos problemas de saúde que afetam a população do povoado do Piquiá. Nesta pesquisa, realizada pelo Centro de Referência em Doenças Infecciosas e Parasitárias do Núcleo de Estudos em Medicina Tropical da Pré-Amazônia – UFMA, foram realizados os trabalhos de análises definidos por triagem, entrevistas e consultas médicas com moradores da região que abrangeu 55% da população dos domicílios, ou seja, 90 famílias, somando um total de 409 pessoas. Conduzidos pelos padres e líderes de Piquiá, os pesquisadores foram apresentados aos moradores e, posteriormente, cada especialista foi acompanhado por um membro da Associação de Moradores na visita às casas. A pesquisa se desenvolveu com avaliação minuciosa dos domicílios, histórico de doença anterior e atual, entrevistas sobre as vivências dos moradores e exames clínicos, concluindo que:

O exame clínico dos pacientes corrobora o que se encontrou no relato dos entrevistados em relação a sua saúde. Manifestações ligadas ao aparelho respiratório (tosse, falta de ar e chiado no peito) foram queixas em todas as faixas etárias, inclusive com boa intensidade em menores de 9 anos de idade. Dores de cabeça é um sintoma muito encontrado na população geral e também em crianças de tenra idade, segmento não comumente afetado por estas manifestações. Manifestações de que alguma coisa irrita a pele e as vias aéreas superiores e os olhos foram constatados na maioria dos examinados. (Disponível em: <<https://issuu.com/odivalquaresmaneto/docs/parecer>>. Acesso em 26/03/2020).

Além disso, consta no parecer a forma como o meio ambiente é tomado por fuligem

e outras substâncias de indústrias que se depositam nos telhados, nas plantações. O médico responsável por coordenar a equipe destacou que em toda a sua experiência profissional e, principalmente, como consultor do Ministério da Saúde, nunca se deparou com queixas e manifestações que se assemelhavam às descritas pelos habitantes de Piquiá de Baixo.

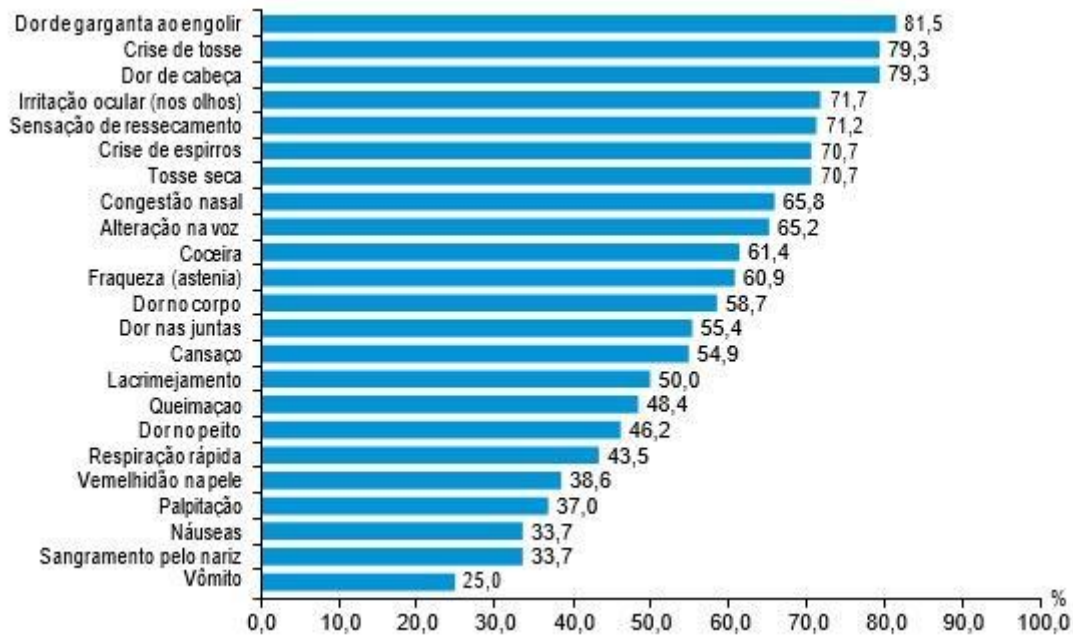
O segundo estudo corrobora com informações do antecedente. Lançado em agosto de 2011, o relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos em parceria com a Justiça Global e Justiça nos Trilhos⁵², apresentou uma avaliação de impactos em direitos humanos ocasionados por projetos de grande investimento e concluiu graves problemas de saúde gerados pela emissão de poluentes das siderúrgicas e carvoarias. Nas constatações desta pesquisa quanto ao impacto sobre o direito à saúde e a um meio ambiente saudável em Piquiá, a maior parte da população relatou como “ruim ou muito ruim” (56,5%) e somente 12,4% teve seu estado de saúde avaliado como “bom ou muito bom”, os demais (31,1%) tiveram seu estado de saúde percebido como “moderado”, tendo os mais velhos uma pior avaliação do seu estado de saúde⁵³. Porém, a avaliação do estado de saúde como “ruim ou muito ruim” foi superior a 50% em todas as faixas etárias, o que supera em muito a proporção de pessoas com avaliação “ruim ou muito ruim” encontrado para a população brasileira em comparação com estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2008. Não por acaso, em decorrência dos problemas de saúde gerados pela poluição, das 312 famílias que residiam em Piquiá de Baixo em 2011 e que conquistaram direito ao reassentamento, apenas 182 ainda continuam na comunidade. Reproduzimos o quadro abaixo, deste estudo realizado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) (2011), sobre os problemas de saúde mais frequentes relatado pelos moradores:

Gráfico 2. Distribuição dos domicílios segundo problemas de saúde mais

⁵² É importante ressaltarmos que a visibilidade internacional que a comunidade alcançou durante todo o processo que estamos descrevendo, decorreu de um longo processo de publicização destes atores conectados em rede e protestos que ocorreram em momentos decisivos neste percurso. Iremos nos deter neste ponto mais adiante.

⁵³ A pesquisa foi realizada em julho de 2010 e concluída em novembro de 2010. De um universo de amostragem de 240 domicílios localizados pela equipe do estudo, 184 foram abordados (76,7%) responderam à entrevista. Em 18,8% dos domicílios não foram encontrados informantes nas várias tentativas, 3,3% eram residências desocupadas e apenas 3 (1,3%) recusaram responder ao questionário qualitativo e quantitativo aplicado.

comuns/frequentes nos residentes. Piquiá de Baixo, 2010



Fonte: Relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), 2011.

Para somar com os dados levantados pelas pesquisas anteriores, a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) pediu a colaboração da *Fondazione IRCCS Istituto Nazionale dei Tumori* (Instituto Nacional do Câncer), em Milão, na Itália sobre as doenças provocadas pela poluição, o que resultou, no ano de 2016, em outro relatório preliminar intitulado “Doenças respiratórias e poluição do ar na indústria siderúrgica: o caso de Piquiá de Baixo, Brasil” baseado em pesquisas epidemiológicas referentes a altas concentrações de material particulado (MP) no ar que respiramos⁵⁴. A pesquisa aponta que estas concentrações de MP são o principal fator de riscos à saúde associados à poluição do ar e que, quanto mais finas (2,5 microgramas de diâmetro ou menor), maior o perigo. As análises são focadas a partir da constatação que, especificamente na poluição ambiental devido à produção industrial das siderúrgicas, o processamento de ferro e outros materiais pesados para a produção do aço, produz emissão de poeira com consequências poluentes pesadas. Conforme Valenti C., Pozzi, P., Busia, A. et al. (2016, p.4, tradução minha.), “diante da resistência do órgão estadual e local de saúde no acesso a registros e de informações incompletas quando o acesso foi concedido, não pudemos confiar

⁵⁴ Disponível em: <<https://mrmjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40248-016-0077-9>>. Acesso em: 27/04/20.

nas taxas de doenças e mortalidade para investigar os possíveis riscos à saúde associados à poluição ambiental da planta industrial”. Desse modo, a metodologia utilizada, avaliou o risco com base em dados como condições respiratórias e não nas taxas de mortalidade, a partir de uma combinação de questionários médicos e análise da função pulmonar por meio de testes de espirometria. A conclusão do estudo sugere a relevância da qualidade do ar associada à saúde respiratória da população local, além da significativa taxa de anormalidades da função pulmonar registradas, justificando a necessidade de “ações urgentes para proteger os moradores de Piquiá de Baixo dos níveis extremamente altos de poluição no qual estão expostos” (ibidem, p. 7).

Na esteira de investigações realizadas por especialistas em violações de direitos humanos, saúde pública e doenças respiratórias que constataram os problemas denunciados ao longo desses anos, havia outro fator que causava incômodo a alguns moradores e que também se tornou objeto de críticas das instituições científicas, que era justamente a dificuldade de acesso aos relatórios de qualidade do ar produzidos pelas empresas⁵⁵. Nas oportunidades de acesso a estes monitoramentos, os relatórios apresentavam resultados que contradizem a realidade sentida pelos residentes de Piquiá, ou seja, indicavam o cumprimento da legislação ambiental afirmando que as empresas não ultrapassam os limites permitidos de poluição.

A necessidade de entender o que estava acontecendo e ter uma segunda fonte para contestar os dados apresentados pela empresa, deu origem ao projeto Vigilância Popular em Saúde. Trata-se de uma investigação exploratória de duas áreas expostas à poluição ambiental, Santa Cruz (RJ) e Piquiá de Baixo (MA), gerada por indústrias siderúrgicas que capacitou jovens locais a desenvolver um processo de vigilância por meio do monitoramento ambiental, fruto de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-RJ), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e Rede Justiça nos Trilhos. Os dados de emissão de poluição revelados nesta pesquisa contrastavam com aqueles emitidos nos relatórios das empresas. Segundo os números obtidos no monitoramento ambiental, as médias mensais dos níveis de poluição do ar, avaliação pela concentração de MP2,5, em Piquiá de Baixo (MA) e em Santa Cruz (RJ), são elevadas e preocupantes, a depender da

⁵⁵ Segundo informações da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) no Maranhão, enviadas para o relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), a fiscalização do órgão sobre as siderúrgicas é realizada principalmente a partir de dados de automonitoramento das próprias empresas.

época avaliada, pois ultrapassam a média anual recomendada pela OMS, de 10µg/m³, e por várias vezes ultrapassam a média diária recomendada, de 25µg/m³ (MENEZES et al., 2017).

Ressaltamos, assim, a importância dos resultados obtidos em relação aos índices de poluição que se associam diretamente com as queixas dos moradores e que, em conjunto, endossam as provas de justificação na arena pública para a mobilização em Piquiá de Baixo. Esta é impulsionada fortemente pela articulação entre ciência e política nos processos de tomadas de decisões referentes a assuntos problemáticos que alcançam a esfera pública.

Nos estudos supracitados, o interesse dos missionários combonianos, ACMP e Centro de Defesa em consolidar, a partir de dados científicos, as investigações que já ocorriam no bairro e a capacidade de atrair a atenção de outras organizações nacionais e internacionais foram fundamentais para que o reassentamento se tornasse uma das prioridades na agenda pública local. Esse enquadramento mostra a importância das investigações “leigas” nas dinâmicas das controvérsias em saúde ambiental, como pontua Barthe et. al. (2013). Ao passar primeiramente pela fase de problematização, depois, por um processo de pesquisa mais formalizada por parte dos leigos afetados, onde se aliam a “investigadores profissionais” e, finalmente, chegar na fase correspondente à continuidade das investigações, onde raramente as autoridades respondem satisfatoriamente às demandas apresentadas, se passa então à fase de investigação leiga. Nesta última, os próprios queixosos se lançam em investigações no lugar dos investigadores profissionais. Esse percurso final é evocado pelos autores citados como o “desenvolvimento de uma forma de ciência cidadã” que compreende uma “epidemiologia popular”, ou seja, quando “não-profissionais coletam eles próprios dados e mobilizam conhecimentos científicos para compreender a epidemiologia de uma doença”, além de orientar para o trabalho de mobilização política e descrever melhor os diferentes tipos de investigações leigas nessas dinâmicas (BARTHES et al., 2013, p.96).

Desse modo, associamos o trabalho epidemiológico feito por leigos ao trabalho da Vigilância Popular em Saúde realizado em Piquiá de Baixo pelos jovens que se voluntariaram para participar das análises de poluição no bairro. Partiu-se dos problemas já testemunhados por eles e encontraram, com o suporte de “investigadores profissionais”, uma forma mais promissora de constatar as hipóteses que haviam levantado. Os resultados finais correlacionam para além dos fatores de riscos, os interesses industriais, as decisões governamentais, normas de regulação e o racismo ambiental, por exemplo.

No campo de pesquisa em Açailândia, realizado no dia 17 de agosto de 2019, participei de uma reunião com a equipe que compôs este projeto na casa dos Combonianos. O objetivo era discutir a possibilidade de retomar o projeto de Vigilância Popular. De início foram levantadas questões relacionadas ao modo de operação da primeira experiência, tais como dificuldades enfrentadas e estratégias para motivar o engajamento de outros jovens. Um dos pontos destacados refere-se à surpresa dos participantes com os dados levantados na época. Ao explicar que o monitoramento da qualidade do ar foi realizado em turnos da manhã, tarde e noite, uma das integrantes chamou a atenção para o fato de que mudanças bruscas foram registradas no turno da noite e variavam em relação aos turnos em que a empresa funcionava. Considerando que tanto a equipe de Piquiá quando a de Santa Cruz trabalhavam com base na troca de informações de ambos os campos, concluiu-se que seria pertinente fazer as medições de acordo com os quatro turnos em que a indústria operava, o que significaria adicionar o turno da madrugada na metodologia.

Depois de três meses, os dados obtidos mostraram que a maior concentração de poluição que a empresa lançava era na madrugada. “A reação foi de susto, por pensar que... ‘caramba! Eles estão nos matando enquanto a gente tá dormindo, sabe?’ Porque é um momento que tá todo mundo dormindo, então ninguém vê de fato”, expressou a jovem. No segundo momento, o reconhecimento. O grupo recebeu em 2017 o prêmio Neiva Moreira, na categoria Desenvolvimento Humano, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA)⁵⁶. “Deu orgulho! Então o grande diferencial do nosso projeto é que envolve cidadania, envolve pessoas trabalhando para melhorar seu próprio bairro, a sua comunidade e também envolve ciência”, comentou a participante presente na reunião.

Nesse ponto, é importante ressaltar que uma parte deste grupo estudou ensino médio em Institutos Federais e outros tinham pela primeira vez contato com algum tipo de pesquisa. Esta era uma particularidade apontada por eles como sendo algo “empoderador” aos jovens da comunidade que podiam fazer a diferença para o lugar que moram. Porém, era na mesma medida, uma das dificuldades encontradas, pois poucos quiseram se envolver ou então desistem na metade da pesquisa. A estratégia para o projeto futuro seria encontrar uma forma

⁵⁶A categoria contemplou as iniciativas da sociedade cujos atores desenvolveram, entre julho de 2016 e junho de 2017, conhecimentos não acadêmicos, mas pautados pela experiência cotidiana e com comprovada contribuição para o desenvolvimento humano, preservação sociocultural e para a concepção de novas tecnologias. Informações disponíveis em: <<http://justicanostrilhos.org/2017/12/07/jovens-de-acailandia-ganham-premio-fapema-de-desenvolvimento-humano/>>. Acesso em: 28/04/20.

de atrair o interesse dos jovens da comunidade a participarem mais ativamente para mudar a realidade em que se encontram.

Sobre essa configuração, Irwin (2001) explora a importância da cidadania científica nos processos políticos e de consulta pública. Para ele, um conjunto de conhecimentos e entendimentos (leigos e profissionais) pode alertar obstáculos que impediriam uma implementação eficaz de uma decisão específica. No entanto, para que isso ocorra, é preciso encararmos a ciência e democracia não como pontos fixos ou opostos, e, sim, partirmos para um tratamento mais ponderado das possíveis formas de tal democracia e suas implicações para o público em geral. Segundo o autor, a cidadania científica é construída em contextos particulares e o seu desenvolvimento passa por uma prática social que envolve a discussão crítica entre pesquisadores, formuladores de políticas e cidadãos.

Essa discussão sobre a participação dos cidadãos na tomada de decisões em mecanismos de deliberação pública dialoga com Nunes e Matias (2003), quando tratam de controvérsias ambientais relacionadas a resíduos industriais perigosos. Os autores revelam as potencialidades e as fraquezas da participação pública no contexto específico de Portugal e a dificuldade do Estado e dos órgãos eleitos em lidar com as diferentes formas assumidas por essa participação na dimensão política e social dos processos de avaliação e gestão de riscos ambientais e de saúde. Características que podem facilmente ser observadas em situações no Brasil envolvendo conflitos ambientais e, particularmente, no caso de Piquiá de Baixo. Por outro lado, revelam igualmente um outro modo de fazer luta política, de dar voz e visibilidade a problemas locais que, progressivamente, se conectam a lutas e movimentos de âmbito mais geral.

Não por acaso, ao mesmo tempo em que se valoriza o conhecimento científico no processo de investigação em Piquiá, há também uma reivindicação quanto ao comprometimento de alguns pesquisadores no trato com os resultados de suas análises. Essa foi uma das dificuldades relatadas pelo grupo de Vigilância Popular, pois, o cansaço da espera pelo reassentamento levou ao esgotamento de alguns moradores e junto ao sofrimento da expectativa, alguns deles se negam, atualmente, a se colocarem à disposição para novas provas (entrevistas ou testes) que irão compor mais uma pesquisa dentre tantas outras que já foram realizadas em Piquiá de Baixo e, muitas vezes, sequer a população teve o retorno dos resultados alcançados. A consequência desse desconforto gerado em torno de novas investigações científicas fez com que alguns recusassem a presença do grupo de Vigilância

Sanitária dentro de suas casas para fazer a medição da contaminação. Em contrapartida, ao contrário de alguns estudos realizados anteriormente no bairro, ao concluir o relatório deste projeto em questão, as informações obtidas se transformaram em folders que foram distribuídos na comunidade em Assembleia, com linguagem compreensível para o público de leigos.

Em outro momento da reunião supracitada em que os participantes comentavam sobre as suas experiências e desafios enquanto pesquisadores voluntários, um comentário nos chamou a atenção, justamente por estar relacionado ao preconceito de classe social que cercam os moradores de Piquiá de Baixo, conforme o seguinte comentário:

Eu sempre senti isso ao longo da vida. Até quando eu estudava aqui [Piquiá de Cima] e os meus amigos daqui não queriam descer lá, entendeu? [Piquiá de Baixo] Não queriam. Depois, quando passei a estudar no IFMA [Instituto Federal do Maranhão], tipo, a galera lá do centro não gosta de vir pra cá. Porque? Porque é um bairro que sofre com problemas socioambientais e etc... como se outros bairros não sofressem com isso, entendeu? (...) fazem uns memes dizendo ‘sai assim, entra assim’ [referindo-se ao modo como os moradores de Piquiá são retratados como se estivessem cobertos de pó preto de ferro, representados em tom de sarcasmo nos memes] (Comentário em reunião do grupo do Projeto de Vigilância Sanitária, realizada em 17 de agosto de 2019. Destaques meus).

Diante da estigmatização dos moradores do bairro afetados pela contaminação veiculada na linguagem dos memes difundidos por seus concidadãos, via redes sociais digitais, questionei sobre a motivação dos jovens presentes em participar do projeto de Vigilância Popular e Saúde. Alguns se sentiam orgulhosos pela contribuição prestada ao bairro traduzida na forma de dados científicos, outros mencionaram que a experiência de proximidade com a produção e análise dos dados foram fundamentais para a escolha de uma formação profissional voltada para a área do meio ambiente. Um deles, por exemplo, havia começado o curso em gestão ambiental logo após o término do projeto. Em outro caso, a moradora Flávia⁵⁷ afirma que a sua experiência no projeto motivou sua participação em outras atividades relacionadas à Associação Comunitária de Piquiá, onde atualmente integra a nova comissão diretora.

O engajamento nesse projeto proporcionou aos seus participantes o protagonismo

⁵⁷ Flávia é filha do ex-presidente da ACMP, da gestão anterior ao Sr. Edvar. Ela afirma que passou muito tempo sem ter interesse em participar dos esforços de mobilização da comunidade. No entanto, a participação no projeto de monitoramento fez com que ela percebesse a realidade em que vivia de outra maneira. Foi o que a impulsionou a agir diferente em relação aos problemas do bairro.

e a visibilidade em uma cena pública fabricada pelos próprios moradores afetados pela contaminação. Estes, através de um percurso de experiência, problematização do sofrimento social e ação coletiva, apresentam resultados de suas investigações leigas como um contraponto aos dados oficiais sobre o cenário de poluição no bairro, tendo em vista que as informações disponíveis, até então, relacionadas aos impactos da contaminação eram provenientes das próprias empresas e geravam desconfiança por parte da comunidade, uma vez que esta se deparava diariamente com uma realidade diferente da que se afirmava nos relatórios técnicos oficiais. Além da força de prova das evidências das investigações levadas a cabo pelos afetados pela poluição de ferro gusa, estas se relacionam com o desenho da solução para a reparação à medida que qualifica a atuação dos moradores nos espaços públicos de debate e tomadas de decisão.

5 SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA: EM BUSCA DA REPARAÇÃO

A justiça é uma ideia de imensa importância que moveu as pessoas no passado e continuará a movê-las no futuro (Amartya Sen).

A respeito do que anuncia a epígrafe acima, tratamos neste capítulo sobre as ações e negociações que organizam atores heterogêneos em torno da construção de um dispositivo de reparação aos danos morais e materiais sofridos pela população de Piquiá de Baixo na forma de um reassentamento. Interessamo-nos, especialmente, pelas justificativas utilizadas no espaço público para defender a necessidade deste dispositivo. Nesse caso, o engajamento dos membros da Associação de Moradores envolve um “trabalho normativo” que evoca como um problema marcado pelo duplo registro moral de cunho social e ambiental aparece não só como relevante para a população local e para a imprensa, mas também como um eixo de agenda estatal. Trata-se da designação da justiça requerida pelos atores afetados pela contaminação pelo ferro gusa a partir de princípios morais e afetivos decorrentes da experiência de um sofrimento social que encontra apoio normativo na gramática dos direitos humanos. Essa diversidade de registros epistêmicos e morais na definição do justo, nos termos de Leal (2019), remete à consideração segundo a qual as expressões, moralmente orientadas, acerca do que atores sociais consideram como “certo” ou “errado”, “justo” ou “injusto”, direito ou ajuda do Estado, não remetem apenas à competência hermenêutica dos mesmos em descreverem e analisarem o seu mundo social, mas revelam também as bases de constituição desse mundo.

A análise de como a questão da saúde, enquanto problema social, emergiu como um problema público a partir do que aconteceu em um bairro, pode parecer banal inicialmente, pois para alguns seria uma questão objetiva, visto que a poluição por si só já explicaria a mobilização. No entanto, a própria constituição de protestos coletivos exige trabalhos de interpretação dos fatos, de coordenação das ações conjuntas e de legitimação pública da reivindicação. São momentos onde se produzem associações entre atores e disso decorre uma robusta proliferação do social (LATOUR, 2012).

O modo como se desenvolvem as mobilizações em torno do problema de Piquiá são fundamentais na reconfiguração desse lócus de conflitividade social, pois à medida em que o caso foi sendo publicizado, ganhou atenção especial do poder público. Soma-se a isso, o fato de que há uma necessidade de elaboração de políticas públicas relacionadas ao reassentamento de grupos/populações que sofrem os impactos causados por atividades de risco como a do setor da mineração. Nesse sentido, Rigotto (2009) questiona sobre como as comunidades atingidas participam nesse processo. Em seus estudos sobre a inserção da saúde nos procedimentos de avaliação de impactos ambientais, a autora aponta para as “inter-relações entre os processos de produção, o ambiente e a desigual distribuição dos impactos sobre a saúde; e avalia-se a necessidade de avançar nesta abordagem para alimentar processos de tomadas de decisão mais próximos do real vivido ou a viver, e mais democráticos” (idem, 2009).

Diante disso, acreditamos que considerar a experiência de atores coletivos e suas condições de acesso à justiça na comunidade em questão, é um caminho frutífero para análises sobre participação democrática em arenas decisórias. Afinal, como são construídas as possibilidades de mobilização nesse contexto em que os moradores são, por um lado, atraídos pelo discurso da geração de empregos dos chamados “empreendimentos de grande escala” e, por outro, sofrem as consequências dos problemas de saúde e moradia gerados por tais atividades econômicas? Com isso, pretendemos com a Análise de Discurso Crítica (RESENDE, 2006) visibilizar os dispositivos discursivos criados pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP) e Justiça nos Trilhos para dar sentido à luta por justiça social e ambiental. Considerando que a modernidade adquire contornos distintos para determinados grupos, nos interessamos em como as práticas discursivas orientam a ação desses atores através de uma pragmática da reflexividade. Para tanto, extraímos da ADC a relação dialética entre o discurso e luta hegemônica .

Ao operarmos com a abordagem processual dos dispositivos de Dodier e Barbot (2016), nossa intenção é destacar o trabalho normativo feito pelos moradores de Piquiá e o repertório colocado por eles no momento em que revivem as expectativas contrariadas em relação às promessas de melhoria da vida local. Em outras palavras, o que nos instiga saber é: qual o lugar do dispositivo no trânsito entre normatividade e possibilidades da ação e como as críticas produzidas pelos atores ou formas diferenciadas de manejar e se apropriar deste podem engendrar práticas possíveis.

O dispositivo é uma formação histórica e discursiva que se traduz em um lugar de inscrição sociotécnica de um projeto social total com propósitos de controle. A abordagem processual proposta por Dodier e Barbot (2016) é promissora neste trabalho por focar na interação entre humanos e dispositivos, configurada aqui através da criação de um procedimento jurídico fundamentado na construção de acordos entre moradores afetados, siderúrgicas e o Estado, com o objetivo de reparação. Este tem capacidade de enquadramentos, mas na prática lidamos com resistências. Assim, é importante observar as apropriações feitas pelos atores do dispositivo em cenas de embates discursivos nas reuniões. Portanto, operamos com a concepção de repertórios normativos em face do próprio dispositivo e se relaciona com a essencialidade de discutir como esse “trabalho normativo” dos atores sociais permite acessar as operações críticas articuladas no espaço das audiências, intercâmbios entre populações impactadas pela mineração, participação em fóruns nas interações entre atores nos momentos decisórios. Assim, é importante pensar nas expectativas normativas dos atores diante das funcionalidades do dispositivo. Para tanto, enfatizamos as “formas de testemunho” (DODIER; BARBOT, 2018), ou seja, evidenciamos as justificativas nos testemunhos dos moradores para entender o que consideram justo quanto ao que deve ser feito e como estes atores se unem para reparar as aflições e os prejuízos causados pela contaminação.

O testemunho é entendido aqui como um mecanismo de compromisso, ou seja, de comprometimento/engajamento de um indivíduo perante seus semelhantes a uma causa. Testemunhar é um ato cognitivo-afetivo que se apoia no sofrimento e na realidade de sua verdade (BOLTANSKI, 2015). Nesses termos, o testemunho diz respeito à demonstração do caráter real do sofrimento dos atores sociais ao falar como a contaminação se faz presente em suas vidas cotidianas.

Em nossa proposta metodológica analisamos o trabalho normativo em duas formas de orientação reflexiva: a primeira está concentrada sobre o próprio dispositivo e alguns de seus elementos, a tarefa de deixar públicas as violações - através dos testemunhos na audiência pública e participação em fóruns de denúncia, na realização de protestos, na promoção de intercâmbios e formação política. A segunda, se apoia nas condutas dos indivíduos para execução de tarefas postas pelo dispositivo, ou seja, a mobilização de instrumentos participativos para a elaboração e funcionamento do mesmo. Essas duas dimensões demarcam relações duais em relação aos ideais. Diferente do enfoque de Foucault

(1997) sobre dispositivo, Dodier e Barbot trabalham com a ideia de que a própria construção do dispositivo ao envolver os atores concernidos é também um processo de aprendizado, pois ao mesmo tempo que agimos em função dele, também podemos contrapô-lo. Assim, o dispositivo é, ao mesmo tempo, aparato de coerção e de apoio normativo para reivindicar justiça. Nesse caso, é interessante a observação da qualificação das finalidades e instrumentos quando os atores são confrontados a questões e situações problemáticas fazendo referência a elementos que aparecem como ingredientes pertinentes. Para efeito da pesquisa, os autores propõem associar duas fontes de investigação: 1) conhecer/assimilar como atores problematizam o dispositivo e 2) medir solidariedades (vínculos, integração) estabelecidos entre elementos que dão consistência a um dispositivo.

5.1 “Tivemos que aprender a lutar”: o trabalho normativo dos atores sociais mobilizados

Ao falarmos sobre a ação coletiva em Piquiá de Baixo estamos nos referindo ao fato de que os cidadãos criaram contextos associativos propícios à discussão do problema público da contaminação e seus desdobramentos, como o reassentamento. A construção desse dispositivo se deve a uma organização mais sistemática da ACMP através do suporte dado pela Diocese, Justiça nos Trilhos e o CDVDH, para reunir aqueles moradores mais alheios às questões da comunidade nos espaços públicos. A decisão dessa população afetada em favor da demanda por um reassentamento foi definida e elaborada a partir do sofrimento social, alinhado a uma combinação entre o psíquico, social e cultural (RENAULT, 2010), que está conectado a uma situação total de desigualdade social. Essa relação de confiança estabelecida entre os Missionários e os representantes da ACMP é um fator fundamental para a participação mais efetiva da comunidade em geral, pois é daí que se constitui um esforço cognitivo e afetivo para consolidar a construção do processo de reassentamento, nos termos do sofrimento e da verdade colocados por Boltanski (2015).

A primeira Assembleia Geral na Paróquia de Santa Luzia que definiu o que seria reivindicado para reparar os danos causados é um desses momentos decisivos da ação coletiva. Segundo D. Francisca, não tinha como seguir em frente na busca de uma solução sem a ajuda dos padres, pois eles (os moradores) não tinham estudo, “só conhecimento do

sofrimento que passavam”. Além disso, também “não tinha dinheiro”. Sobre este acontecimento, ela relata que:

A gente convidou a comunidade. Nesse dia deu muita gente, a comunidade foi em peso. Quando eles [padres] começaram a perguntar [o que queriam os moradores, se lutariam pela retirada das siderúrgicas, se seria a obrigatoriedade de instalação de filtros nas empresas para que a poluição diminuísse, ou o reassentamento], aí o pessoal em peso falou assim: ‘olha, nós queremos sair’, porque a gente não tinha fé das empresas sair. Porque eles são muito ricos e nós, muito pobres. Então, nós queremos sair (Entrevista realizada com D. Francisca no dia 22 de janeiro de 2019. Destaques nossos).

É essa a situação total da qual Dewey (1960) fala, cujo os ingredientes motivacionais, emocionais e cognitivos levam, no caso da nossa pesquisa, à ação coletiva em Piquiá. A reflexão em torno da situação na qual a falta de estudo e de recursos financeiros era um grande obstáculo para a ação coletiva, nos remete à forma de dominação econômica, social e cultural, na perspectiva de Bourdieu (2017). Estes fatores poderiam ser os ingredientes que impossibilitariam uma reação, mas, ao contrário, é o que faz com que os afetados busquem alternativas e se articulem com outros atores que se mobilizam junto a eles. Além disso, podemos observar que a atenção dada pelos padres ao movimento iniciado pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) se revela importante à medida em que é constituída como um ‘tipo de escuta’, ou seja, ao atribuírem atenção à causa dos afetados, também conferem importância ao testemunho do sofrimento do outro reforçando o caráter verídico da realidade apontada, corroborando ao que Losekann (2018) afirma quando diz que a dor do outro, oferece combustível para a ação de uma forma mais intensa. Para Cefai (2013), esses laços afetivos geram autoconfiança. Assim, descreve D. Francisca novamente:

Aí sem a força do Centro de Defesa da Vida, dos padres Combonianos, que é junto com “justiça nos trilhos”... o doutor Danilo [advogado da Rede], eu acho que nós ia morrer tudo socadinho lá, que nós não tinha como sair, nós não tinha força. E eles não, eles têm muita força. Olha... o doutor Danilo é uma pessoa que ele nunca cobrou de nós um centavo, mas ele já lutou em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, São Luís, Minas e até nos Estados Unidos. Foi uma pessoa que é fortíssima pra nós, ele é maravilhoso. Uma pessoa que já nos ajudou muito. Quando eu digo isso pra ele, ele diz assim: ‘dona Tida, aí não foi nós, foi a comunidade’. Eu sei que foi a comunidade que se reuniu, mas sem a força dele nós não chegava lá não (Entrevista realizada com D. Francisca no dia 22 de janeiro de 2019).

Com isso, os espaços de visibilidade para enunciar o problema social em Piquiá foram sendo construídos gradativamente ao longo de todos esses anos. Um deles, aconteceu logo no início dessa jornada, foi o seminário “Justiça nos trilhos – A Vale e as veias abertas”, que aconteceu em 2008, a partir da parceria entre Missionários Combonianos Brasil Nordeste e da Associação de Moradores de Piquiá⁵⁸. Houve participação do titular da Promotoria Especializada da Defesa do Meio Ambiente, do Promotor de Justiça da Comarca de Açailândia e Ministério Público Federal através dos procuradores da República de São Luís e Imperatriz. Neste encontro, ficaram registradas nas colocações do Ministério Público que os problemas gerados no bairro resultavam da ausência de um prévio plano diretor para o município, bem como questionava-se as licenças ambientais concedidas para as siderúrgicas e propôs formas de compensação ambiental e social. Esse acontecimento demarca um movimento de elaboração dos argumentos que convergem de um problema particular para um problema generalizado e, assim, adquirem uma dimensão pública ao associarem-se com uma agenda institucional.

É nesse sentido que Gusfield (1981) insiste no modo como se forma e se capta a atenção pública, pois o processo em que são articulados e selecionados certos argumentos, bem como uma dramatização dos fatos, sustentam a prioridade do tratamento do assunto, segundo corrobora Freire (2016). Após a primeira exposição formal dos problemas do bairro para autoridades competentes, decorre uma série de ações estratégicas para a implementação do reassentamento que inclui protestos, audiências, reuniões e etc. que fazem parte do arcabouço de repertórios normativos que serão tratados a partir da abordagem de Dodier e Barbot (2016).

A crítica é operada quando há uma elaboração teórica que, nesse caso, vem da experiência, o que possibilita a mobilização de conceitos definidos pelos próprios atores quando relatam a sua situação, seja da coletividade ou de outros indivíduos. Nos espaços públicos onde os atores envolvidos debatem o processo de reassentamento, o testemunho comprova compromisso com o outro e com a causa. No sentido atribuído por Boltanski

⁵⁸ O seminário foi realizado no dia 11 de outubro de 2008 na escola da comunidade de Piquiá e teve como objetivo discutir o impacto local causado pelo Programa Grande Carajás na extração de minérios, em escala industrial, para o abastecimento do mercado internacional. Teve a participação de povoados vizinhos, representantes dos Assentados de Barragem (MAB) e Comissão Pastoral da Terra da cidade de Marabá (PA), além de líderes de associações, políticos, professores, estudantes e comunidade do pequeno distrito industrial. Informações disponíveis em: <<https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/1183-noticia-mp-prestigia-seminario-justira-nos-trilhosr>>. Acesso em: 03/05/20.

(2015) à questão do testemunho, este diz respeito à existência de diferentes regimes de testemunhos ligados a diferentes regimes de verdade nos quais as pessoas podem mudar de um para o outro, uma vez que satisfaçam as restrições específicas de cada. Nesses termos, o autor aponta para um regime de justiça e um regime de amor. No primeiro, ao deparar-se com o sofrimento, alguém coloca em primeiro plano a questão da responsabilidade: saber se ela é atribuída à ação de outras pessoas ou grupos, ou se é colocada ao acaso; identificação e denúncia dos responsáveis; reversibilidade do sofrimento, que pode ser material ou simbólica. No segundo, a emoção está intimamente ligada à verdade, através do modo de enunciação. Nesse regime, reunir-se em torno de uma causa e estabelecer-se em um coletivo surge pela circulação de emoções que se espalha de interioridade à interioridade. No caso de Piquiá, as diferentes etapas da construção do dispositivo de reparação demarcam o trânsito entre esses dois regimes através da demonstração do caráter real do sofrimento, desde os testemunhos nas audiências públicas e reuniões de tomadas de decisão com o “público”, até a motivação que leva aos protestos.

Em 2010, ocorreu a primeira audiência pública, realizada na Câmara de Vereadores de Açailândia. Centenas de moradores compareceram e expuseram seus testemunhos, para ratificar as ações concretas sobre a possibilidade do remanejamento imediato das famílias. Também estiveram presentes o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça, promotores de Justiça, defensor público, procurador do município, prefeito de Açailândia, presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão, representantes do CREA, o coordenador de relações com a comunidade da Vale, delegada da Federação Internacional de Direitos Humanos, autoridades municipais e representantes da sociedade civil, como a ONG Justiça Global. Dentre o pronunciamento de atores diversos presentes, destacamos as justificativas de alguns moradores nas críticas feitas aos empreendimentos.

Quadro 4. Testemunhos dos afetados pela contaminação em audiência pública na Câmara de Vereadores de Açailândia

<u>Morador(a)</u>	<u>Argumentação</u>	<u>Categorias</u>	<u>Decodificação das categorias</u>
João Pedro	“Estamos precisando de ajuda imediata, pois muitos moradores estão com problemas respiratórios , entre outros, decorrentes dessa poluição. Não somos contra o crescimento econômico , mas não podemos admitir um desenvolvimento sem planejamento, que nos prejudique”	<i>Ajuda imediata</i> <i>Saúde</i> (problemas respiratórios) <i>Desenvolvimento</i> (não somos contra o crescimento econômico) <i>Planejamento</i>	Associação dos danos à saúde com a necessidade de uma solução para o problema da poluição; Noção de desenvolvimento aliado a um planejamento que leva em consideração a qualidade de vida da população.
Anísio Pereira	“ A coisa é tão feia , um escândalo tão grande que não sabemos como ainda pode estar acontecendo isso conosco . Tem dias que eu nem reconheço os meus filhos quando eles voltam pra casa. Pela manhã, eles saem de casa limpinhos e quando voltam da escola é uma calamidade. Às vezes, de tanto pó no corpo, demoro a saber que são eles ”	<i>Escândalo</i> (poluição no bairro) <i>Calamidade</i> (pó de minério de ferro cobrindo o corpo dos filhos)	Elaboração da situação de injustiça a partir do sentimento de indignação e revolta tanto com a poluição quanto com a ausência de uma solução.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do Ministério Público do Estado do Maranhão (2010).

Os argumentos enunciados na audiência expõem uma orientação reflexiva, no sentido de Dodier e Barbot (2016; 2018), ajustadas à uma expectativa de socorro direcionada para a saúde pública enquanto um bem comum. Trata-se das violações referentes ao direito de viver em um ambiente saudável, onde evidenciamos a “crítica estética”, nos termos de Boltanski e Chiapello (2009), relacionadas ao modo como a política de desenvolvimento é planejada, impedindo o exercício de direitos da vida humana, expondo pessoas a problemas de saúde, poluindo o meio ambiente utilizado para suprir necessidades básicas, ou seja, tornando inviável o modo de vida local.

Nesse contexto, a Análise do Discurso Crítica nos permite evocar um conceito de “ideologia” que ajuda a esclarecer a percepção sobre o modelo de “desenvolvimento” a partir do testemunho dos moradores não somente na audiência pública, mas também nas entrevistas coletadas no campo de pesquisa. Segundo Resende (2006), “formas simbólicas são ideológicas somente quando servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder” (ibidem, p. 50) Dessa forma, elenca cinco modos

gerais de operação desta: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Dentre eles, destacamos o modo de “legitimação”, no qual, “as relações de dominação podem ser estabelecidas ou mantidas, sendo representadas como legítimas, ou seja, a legitimação estabelece e sustenta as relações de dominação pelo fato de serem apresentadas como justas e dignas de apoio” (idem). No caso em questão, operamos com as estratégias de construção simbólica fundamentadas na “universalização”, onde as representações parciais são legitimadas por meio de sua apresentação como servindo a interesses gerais; e a “narrativização”, na qual a legitimação se constrói por meio da recorrência a histórias que buscam no passado a legitimação do presente (idem). Vejamos, por exemplo, o relato de uma das moradoras que relaciona o desenvolvimento local com a instalação das empresas no bairro:

Meu pai foi super contra na época [contra a instalação das empresas], meu pai não queria de forma alguma porque ele desconfiava do que poderia acontecer dentro do bairro. Mas a primeira coisa que vem na cabeça das pessoas é o desenvolvimento, é o progresso, é a qualidade de vida, o bairro vai crescer, vai melhorar... então, essa primeira impressão que as pessoas tiveram foi de euforia. Mas com o passar dos anos, em que o nível de poluição foi aumentando, e foi se instalando mais empresas e mais guseiras, as pessoas foram notando realmente que nosso bairro tava perdendo qualidade de vida, que não tínhamos mais os rios limpos, as plantações não eram mais que nem antes, as frutas não davam mais que nem antes. Até então, a gente não tinha noção do que ia acontecer. Pra mim foi uma surpresa o que aconteceu dentro do bairro porque a gente não sabia que ia ser daquela forma, que ia poluir daquele jeito e mudar a qualidade de vida do jeito que mudou. Porque, na verdade, o que deixa a gente triste é que não teve nenhuma preocupação de fazer a licença ambiental, de fazer o estudo de impacto, não teve nenhuma preocupação com as pessoas que estavam alí morando ao redor. Porque eles contam que a gente que foi se instalar perto deles, não que as empresas vieram se instalar perto do nosso bairro. Então tem essa briga da comunidade e de como as empresas contam as histórias deles (...) Até hoje, as pessoas de Açailândia e de alguns lugares quando vêem a nossa luta, falam que estamos lutando contra a nossa cidade. E não é. Ninguém é contra as empresas. Contanto que elas atuem no bairro dentro dos limites permitidos. Porque tem toda uma licença ambiental que diz como elas devem funcionar. Eu acho que elas extrapolam isso, elas poluem, tem pessoas que perdem as vidas devido a forma como elas atuam. Tudo isso vai gerando um nível de estresse imenso dentro da comunidade (Entrevista realizada com Joselma Alves no dia 02 de agosto de 2019). Destaques meus.

Nos testemunhos citados acima, tanto na audiência pública quanto na entrevista com uma das moradoras, a legitimação do discurso desenvolvimentista implicada na construção do complexo industrial em Piquiá de Baixo se dá, primeiramente, por meio de sua universalização como um meio necessário para se atingir o bem estar social. Podemos constatar isso quando um habitante de Piquiá afirma que “não somos contra o crescimento

econômico” e “ninguém é contra as empresas”, denota-se a necessidade de justificar para o “público” que a mobilização a favor do reassentamento não tem a intenção de prejudicar os empregos gerados pelas siderúrgicas, mas de buscar uma reparação pelos prejuízos causados pela mesma. Com isso, expõe-se elementos relacionados às “expectativas normativas” dos atores mobilizados em relação aos empreendimentos, tais como, a necessidade de cumprimento de normas estabelecidas em lei (Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impacto, ou seja, a forma como foram planejados) para que haja uma convivência aceitável entre as partes envolvidas na disputa do mesmo território. Esse aspecto corrobora com a “narrativização” desse discurso nos espaços públicos no sentido de legitimar a mobilização sem, necessariamente, se contrapor aos anseios de desenvolvimento econômico e social da cidade, empreendido desde o início desse processo como um modelo hegemônico para minimizar desigualdades sociais, embora haja um reconhecimento dos representantes da ACMP que esse desenvolvimento não se concretizou no bairro.

É importante ressaltarmos que, se por um lado, notamos a semiose social do discurso empresarial escrutinado pelos afetados, por outro lado, evidenciamos a resistência e oposição desses aos abusos de poder dos empreendimentos com a convivência estruturas do poder público. Nesse sentido, centralizamos a análise a partir da crítica que é operada pelos atores em relação ao que existe como aparato normativo e legal que não leva em consideração o sofrimento social dessas pessoas que são afetadas. Os testemunhos citados remetem a um histórico das experiências de movimentos de resistência no Brasil a grandes empreendimentos e à forma como estes são posicionados por uma parte da sociedade como “barreiras ao desenvolvimento”, sobretudo, quando se organizam para exigir direitos que lhes são garantidos constitucionalmente⁵⁹.

O trabalho normativo dos afetados na audiência pública realizada em 2010⁶⁰, a qual mencionamos anteriormente no quadro 2, consistiu em apresentar os dramas diários dos

⁵⁹ A Constituição Brasileira prevê, no seu artigo 225, que “todos devem ter direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo o poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações”. Os desafios enfrentados por grupos que se mobilizam em um cenário de conflitos socioambientais frente à grandes empreendimentos, foi o principal tema do “Seminário Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental”, mencionado anteriormente.

⁶⁰ Ressaltamos que a audiência pública realizada em 2010 não foi a única que ocorreu durante o processo de reassentamento, porém, foi a única que conseguimos acesso aos testemunhos “diretos” de moradores e outros atores envolvidos para as análises propostas.

moradores afetados, relatando os danos causados, revelando as fragilidades do plano de desenvolvimento destinado à cidade.

Por outro lado, o posicionamento dos diferentes atores nesta ocasião, deixa claro o processo de ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2006). Vejamos abaixo:

Quadro 5. Discurso dos atores envolvidos

ATORES	DECLARAÇÕES PÚBLICAS
Justiça nos Trilhos (Coopera juntamente com os moradores na busca de uma definição e solução do problema)	“A Vale tem uma dívida social e ambiental pelas décadas de lucro e impactos gerados em nossa região. É urgente tomar medidas compensatórias como o reassentamento do povoado de Piquiá de Baixo, que não pode mais esperar. É necessário, porém, evitar que a expansão de suas minas e a duplicação dos trilhos criem novas situações parecidas em outros pontos da Estrada de Ferro Carajás”.
Prefeito	“É preciso que o Ministério Público tenha mais determinação, responsabilizando a Vale quanto à poluição, ao desmatamento, aos conflitos sociais de nossa região. Essa empresa tem um lucro grande, mas investiu pouco na questão social”.
Vale	Declarou que esteve presente em audiência pública anterior e estava disposta a colaborar em vista de uma solução no Piquiá de Baixo.
Presidente do SIFEMA	“Em Minas Gerais existem 86 siderúrgicas, muitas das quais no coração das cidades, com toda a tecnologia necessária para a contenção da poluição. O povo convive serenamente com as empresas. Aqui, ao contrário, há um conflito evidente”.

Fonte: Elaborado a partir de informações disponibilizadas na página da JnT. Autoria própria.

Os problemas sanitários existentes no bairro se agravam com a poluição emitida pelas siderúrgicas e passam a constituir um conjunto de reivindicações pautadas na linguagem das lutas pela preservação do meio ambiente. De um lado, organizações da sociedade civil cobram da empresa responsabilidade social e ambiental pelos danos causados, ressaltando ainda, que medidas compensatórias devem ser realizadas tendo em vista impactos irreversíveis que prejudicaram essa população. Nesse contexto, fica implícito nas falas a necessidade de planos de coordenação entre empreendimentos privados e o governo para evitar novos conflitos considerando a potencialidade dos riscos ao longo da produção e exportação de minério de ferro. Do outro, representantes das empresas, nessa audiência pública em específico, reconhecem a existência de um problema e advogam pelo trabalho de responsabilidade social feito por empresas desse ramo em outros lugares, mostrando a disponibilidade em cooperar para uma solução deste caso. Sendo também

responsabilizada por outros atores, a prefeitura, na figura do prefeito de Açailândia, se coloca numa posição de julgadora, delegando às empresas a culpa pela poluição, desmatamento e falta de comprometimento local no que se refere aos investimentos sociais na contrapartida dos lucros obtidos pela empresa. Através destes relatos surge uma preocupação em comum: criar uma ferramenta que possibilita a reparação dos problemas causados à comunidade.

5.1.1 “Ajustamento de conduta”: os obstáculos da responsabilização nas diferentes etapas do reassentamento

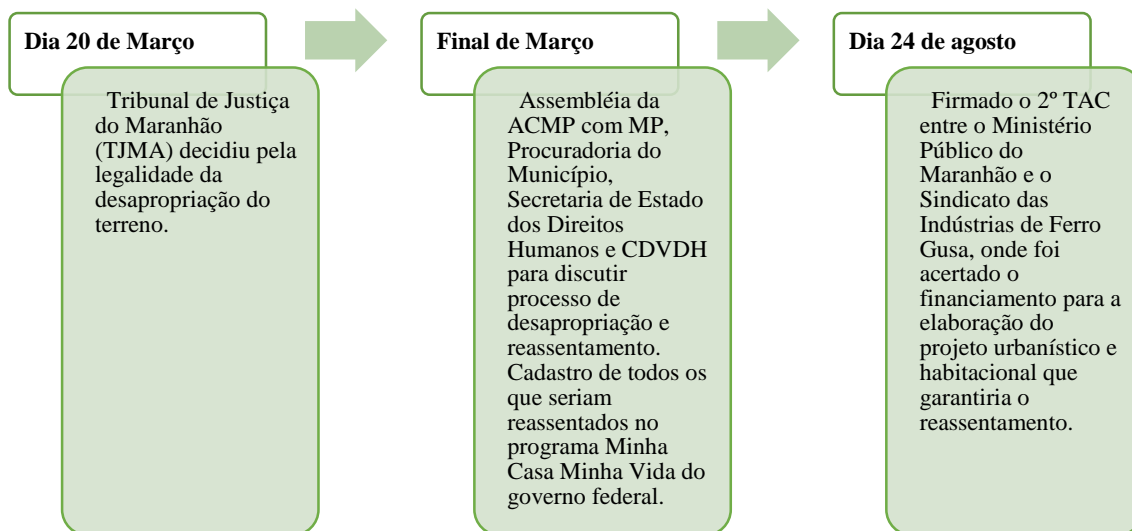
A solução encontrada por meio de acordo entre o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa (SIFEMA), o município de Açailândia e a Associação Comunitária de Piquiá consistiu na assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), mediado pelo Ministério Público e Defensoria Pública. No primeiro TAC, assinado no dia 24 de maio de 2011, a prefeitura se comprometeu a desapropriar o terreno de 38 hectares denominado de "Sítio São João" para a moradia das 340 famílias da comunidade. O SIFEMA ficou responsável por repassar ao Município cerca de R\$ 422.000,00 para esse fim. Tal fase é definida pelos moradores como “a luta do terreno”, justificada principalmente pela dificuldade em se concretizar a desapropriação do local. Conforme afirma o Sr. Edvar:

Esse terreno que você tá vendo aí agora em obra, o verdadeiro dono dele tava no Pará, perto do Mato Grosso. E o fazendeiro que tinha comprado dele, só tinha o recibo de compra e venda. Aí não podia desapropriar em nome dele. Aí eu tive que descobrir ele no Pará, eu fui lá. Pedi ao juiz de direito Dr. André Gurgel. Então foram seis meses e nós esperando, esperando... aí, como sou meio comunicativo, falei que ia localizar o homem. [a espera da qual se referia era a do oficial de justiça encontrar o dono do terreno] (Entrevista realizada com Sr. Edvar no dia 22 de janeiro de 2019).

Além desse entrave, outros obstáculos surgiram. Primeiro, a prefeitura de Açailândia descumpriu o prazo para a desapropriação do terreno, que aconteceu somente cerca de dois meses depois da assinatura, pois o dono das terras havia contestado o valor inicial oferecido. O valor pago pelo SIFEMA era apenas 1/8 do preço de mercado da área, avaliada, na época, pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão (CREA) por R\$ 3,2 milhões devido à localização valorizada no município. Esses empecilhos levaram ao 2º TAC, onde o Sindicato das Indústrias se comprometeu a doar para a ACMP o valor de R\$ 350 mil reais no prazo de 10 dias. O documento firmou em seis meses

o prazo para a conclusão dos projetos contratados, ficando esta última entidade responsável pela gestão dos recursos, cabendo ao Ministério Público a fiscalização. Os avanços do processo no ano de 2012 estão resumidos a seguir:

Figura 9. Avanços do Processo de Reassentamento em 2012



Fonte: Elaboração da autora.

No final do ano de 2013, a ACMP entregou oficialmente o projeto à Caixa Econômica Federal (CEF), que ficou responsável por avaliar as peças constitutivas do projeto até a aprovação. Como no Brasil não existe política pública para reassentamento nesses modos, ou seja, para famílias que possuem uma casa e seu terreno, mas, precisam ser realocados devido à externalidades, o dispositivo que tornou possível essa solução é integrado pelo Programa Minha Casa Minha Vida – entidades. Este programa faz parte do conjunto de políticas sociais recentes no Brasil e esteve ligado, inicialmente, à Secretaria Nacional de Habitação do agora extinto Ministério das Cidades, funcionando por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora (associações, cooperativas, sindicatos e outros), com recursos provenientes de fundos públicos. O programa pode ter contrapartida complementar de estados, do Distrito Federal e dos municípios, por intermediário do aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do

investimento a ser realizado⁶¹. Conforme informações divulgadas na apresentação do programa pela Caixa Econômica Federal, o mesmo é dirigido para famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais.

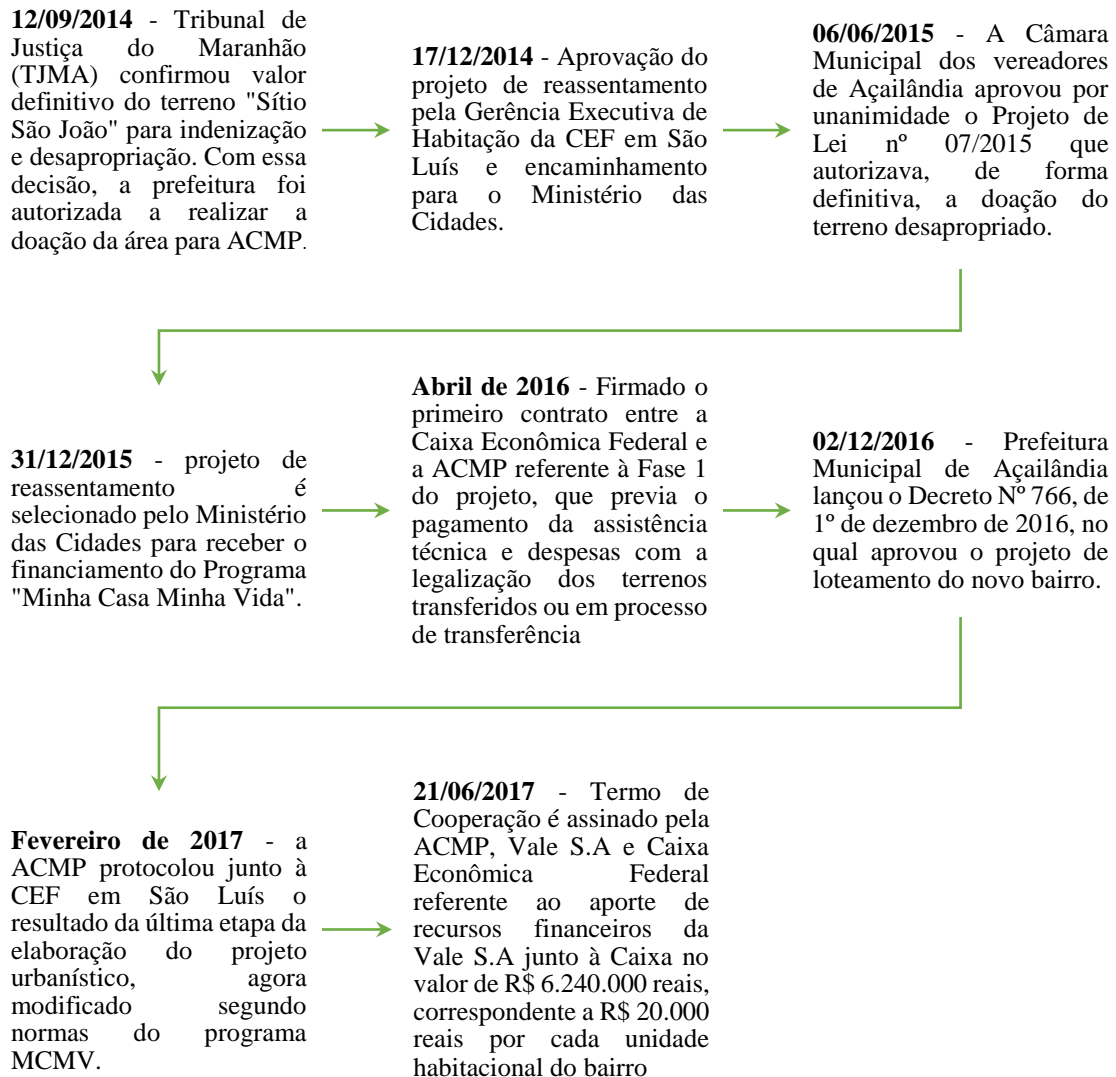
O processo de escolha das famílias deve obedecer a critérios de seleção nos meios de comunicação do Município e, para participar, precisa estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades. A partir disso, a proposta deve ser selecionada após a análise e aprovação dos projetos pela CAIXA. Um ponto importante a ser observado é que para dar entrada nesse tipo de projeto da Caixa foram necessários recursos financeiros que vieram, por exemplo, através dos Termos de Ajustamento de Conduta. É por meio deste que a ACMP consegue fazer a contratação de uma assessoria técnica para a elaboração do projeto. Este elemento demarcou nessa fase outro desafio, pois este tipo de solução não é comum no Maranhão. Ao menos no Sul do estado, é o primeiro caso do MCMV-entidades. A arquiteta da Usina, Kaya, afirma que em São Paulo, há vários casos de movimentos sociais por moradia que utilizam desse modelo de “construção por mutirão” e, por isso, há muitas assessorias técnicas especializadas neste campo. No caso específico de Piquiá de Baixo, a ACMP estava isolada e este é o principal motivo da contratação ter sido desta empresa com sede em São Paulo, onde os seus especialistas se revezam no acompanhamento da obra que atualmente está em andamento⁶².

O programa tem uma série de regras que não estariam de acordo com o que a comunidade precisava, e, por isso, foi necessário readequar. Além disso, implica também que os moradores devem pagar uma parcela mensal por dez anos, o restante é subsidiado. No entanto, ter que pagar uma parcela em uma situação em que as pessoas estão sendo obrigadas a sair de suas casas, criou conflitos na comunidade. Uma parte dos moradores não considerava justa a obrigatoriedade do pagamento e outra parte persiste na ideia de lutar por isso mais adiante.

⁶¹ Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009 - Regulamenta a utilização de recursos da União previstos no Art. 17 da MP nº 459, de 25 de março de 2009, e no Art. 16 do Decreto nº 6.819 de 13 de abril de 2009, criando o Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida voltado ao atendimento das necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

⁶² A Usina é formada por arquitetos, engenheiros, historiadores, cientistas sociais e psicólogos com sede em São Paulo e que atuam desde 1990 como assessoria técnica a movimentos populares no sentido de articular processos que envolvam a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, mobilizando fundos públicos em um contexto de luta pelas Reforma Urbana e Agrária.

Figura 10. Cronologia do Processo de Reassentamento (2014 - 2017)



Fonte: Autoria própria.

Segundo a Justiça nos Trilhos, a participação da Vale na complementação orçamentária para o reassentamento se concretiza a partir do programa chamado Selo de Qualidade Urbana, em conjunto com a Caixa Econômica Federal. Essa foi a alternativa encontrada para o financiamento do valor que ainda faltava no projeto, e que seria utilizado para cobrir despesas que o programa MCMV-entidade exigia, como a essencialidade de infraestrutura no local do terreno. Este fator levou à necessidade de adequações do projeto urbanístico desenvolvido pela Usina para se encaixar nos critérios de escolha de participação

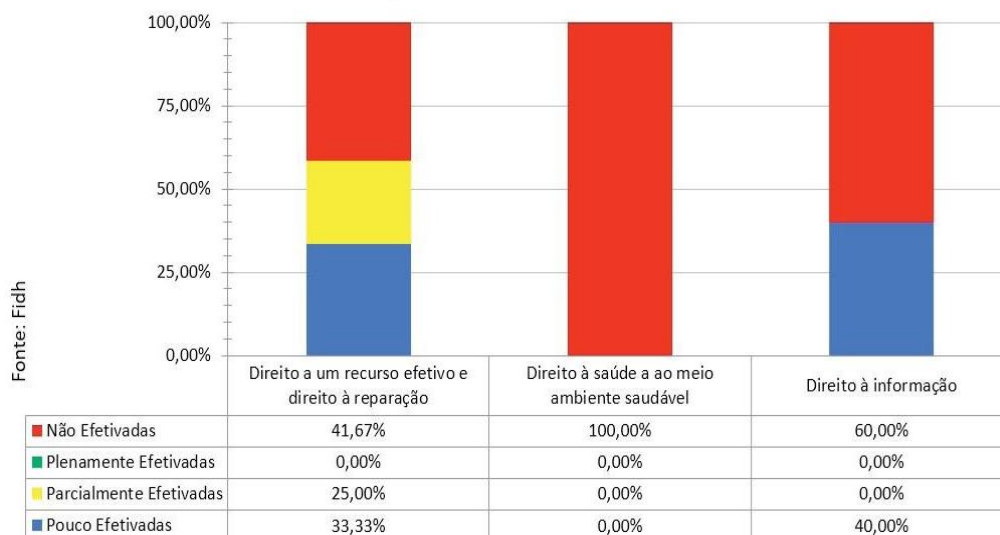
no Programa. A questão é que, mesmo com o caráter de urgência mencionado desde a primeira audiência pública para tratar do reassentamento, se passaram 7 anos até a liberação do recurso pela Caixa Econômica Federal para o início das obras, em novembro de 2018. Enquanto isso, a poluição em Piquiá não deixou de existir.

Conforme o gráfico abaixo nos mostra, o relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos, lançado em 2019, com o objetivo de avaliar as 39 recomendações feitas no relatório de 2011 aos órgãos públicos e empresas envolvidas nesse conflito para a reparação e compensação à população impactada em Piquiá de Baixo, revela que nenhuma das recomendações foi classificada como “Plenamente Efetivada”. Isso significa que nenhuma das violações de direitos relatadas em 2011 foi integralmente remediada. Quanto à análise do grau de efetivação das recomendações por direito violado, o gráfico abaixo elaborado pela FIDH (2019), nos mostra que o “direito a um recurso efetivo e direito de reparação” foram as que alcançaram o maior grau de efetivação, somando a porcentagem das classificadas como “parcialmente efetivadas” e “pouco efetivadas”, fator que reflete, em boa medida, no processo de reassentamento de Piquiá de Baixo que teve suas obras iniciadas, e as decisões em primeira e segunda instâncias favoráveis às 21 ações de moradores contra as siderúrgicas.

Por outro lado, as recomendações voltadas para a garantia do “Direito à saúde e ao meio ambiente saudável”, foram todas classificadas como “não efetivadas”, reflexo da persistência dos problemas causados pela poluição das siderúrgicas e omissão do poder público e empresas. Nesse caso, o governo do Maranhão reconheceu, através da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), que as empresas siderúrgicas não cumprem as condições impostas pelas licenças de operação, mas desde 2012, nenhuma empresa teve a licença renovada. No entanto, entre 2010 e 2017, também não houve cassação de licenças ambientais e o que permite que as siderúrgicas continuem funcionando é a prorrogação automática. Em relação às recomendações sobre o direito à informação, 40% foram pouco efetivadas, ou seja, receberam algumas medidas, ainda que pontuais e descontínua, reflete, por exemplo, medidas tomadas pelas empresas e pelo BNDES para aperfeiçoar seus mecanismos de transparência. O Governo, por outro lado, não apresentou iniciativas para facilitar o acesso às informações contidas nos processos de licenciamento ambiental e em sua defesa,

argumenta que o grande avanço em relação à essa questão teria sido a criação de uma Ouvidoria Geral do Estado⁶³.

Gráfico 3. Análise do grau de efetivação das recomendações por direito violado



Fonte: Relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos. Maio de 2019, 734p.

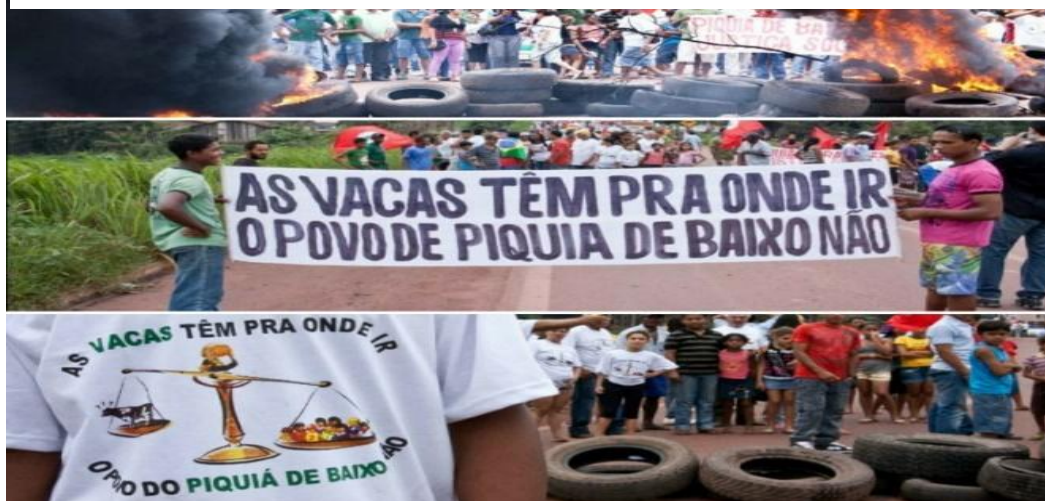
Por conseguinte, mesmo com a possibilidade inscrita nos Termos de Ajustamento de Conduta, em relação ao pagamento com custos financeiros do reassentamento por parte do SIFEMA e do Estado, se faz necessário o engajamento dos moradores para impulsionar as decisões extrajudiciais e pressionar para que os acordos fossem cumpridos. Conforme Boltanski e Thevenot (1991), o quadro de análise da atividade de disputa deve, com as mesmas ferramentas, ser hábil em ocupar-se das críticas, a qualquer ordem, situacional, assim como da justificação. Por exemplo, ao pontuar críticas sobre a ausência do licenciamento ambiental ou estudos de impactos ambientais, a justificativa dos moradores tem base no contexto de experiências cotidianas relacionadas aos empreendimentos que perturbam a vida dos cidadãos afetados por eles.

⁶³ Esses dados foram obtidos do relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos “Piquiá foi à Luta: um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil” (2019).

5.1.2 Protestos em torno do dispositivo de reassentamento

A construção do dispositivo de reparação ocorreu de maneira concomitante a protestos articulados com objetivos específicos orientados para a celeridade de recursos materiais necessários para o início das obras no bairro. A primeira manifestação foi realizada no dia 07 de dezembro de 2011. Os moradores protestaram em frente ao Fórum e à sede da prefeitura e, logo após, interditaram por três horas a rodovia BR-222. O motivo era que o Tribunal de Justiça havia suspenso provisoriamente a desapropriação do terreno para o reassentamento, alegando ter na área cinquenta cabeças de gado. Indignados, os moradores queimaram pneus interditando a estrada. Conforme as fotos abaixo, alguns utilizaram camisas e faixas com dizeres que faziam alusão à decisão judicial:

Figura 11. Protesto em defesa da expropriação do terreno para a construção do bairro



Fonte: Marcelo Cruz, 2011. Arquivo próprio.

Após seis dias da manifestação supracitada, aproveitando a visita da então governadora do estado do Maranhão, Roseana Sarney, na cidade para a inauguração de pavimentação asfáltica nas proximidades do distrito industrial, os moradores novamente se reuniram em protesto usando máscaras em analogia às doenças respiratórias causadas pela poluição e entregaram uma carta de reivindicações à governante. Nesta ocasião, destacaram na carta alguns pontos urgentes que mostram as expectativas normativas em relação ao dispositivo de reparação: a necessidade de aquisição do terreno, o julgamento dos 21 processos de indenização, o cumprimento das promessas feitas pelo governo do Estado sobre

a quantia financeira para a construção das casas, a manutenção do posto de saúde no bairro que havia sido fechado pela prefeitura, a intervenção pelo Ministério Público ou órgãos ambientais no funcionamento dos alto-fornos das siderúrgicas que continuavam a contaminar, a responsabilização da Vale pelos danos causados⁶⁴.

Figura 12. População cobra solução na visita da ex-governadora Roseana Sarney



Foto: Marcelo Cruz, 2011.

Sobre a referida carta de reivindicações entregue à governadora, destacamos o seguinte trecho:

Há 07 anos nossos 21 processos de indenização aguardam julgamento do Poder Judiciário! Por que os pobres têm sempre que esperar tanto? (...) A prefeitura só desapropriou um terreno para nós porque foi obrigada. Mas na hora de defender na justiça suas próprias atitudes, fica calada e ainda atrapalha o processo (...) Mais uma mulher morreu há pouco tempo de câncer no pulmão, e ninguém se preocupa com nossa saúde! (Carta de reivindicações elaborada pela ACMP, 2011).

Apesar da promessa feita pela governadora de que a situação seria resolvida até o ano seguinte, esse movimento não se concretizou. Desde então, a linha do tempo que remonta ao processo de reassentamento até o início das obras do novo bairro, é constituída principalmente por uma série de trâmites burocráticos, descumprimento de acordos entre algumas partes envolvidas nesse conflito, problemas técnicos e um ciclo de incertezas gerado

⁶⁴ A referida carta de reivindicação está disponível integralmente em: <<http://piquiadebaixo.com.br/noticia/-1520856623>> Acesso: 04/09/20.

nos moradores que, ora desanimavam diante de mais expectativas frustradas e, ora se fortaleciam quando obtinham pequenas vitórias.

A narrativa dos protestos é construída com base em elementos morais de valorização da vida e na percepção de que são tratados de forma desigual, por suas condições de classe social, com a justificação dos moradores de que o processo não é resolvido porque são pessoas em situação financeira de pobreza. Essa percepção é condizente com o símbolo aplicado às camisas que alguns moradores vestem, onde uma balança mede o valor dos afetados, fazendo referência à prioridade dada às fazendas de criação de gado em detrimento aos moradores. As fotos captam a indignação e dramatizam as performances inscritas nos corpos e nos objetos (camisas, faixas) que as pessoas carregam, colaborando entre si na defesa de seus argumentos. O próprio ato de sair às ruas significa, para eles, um gesto de dizer que a situação está insuportável e precisa ter prioridade na sua resolução.

Os protestos também ocorreram através de uma campanha nas redes sociais intitulada “Piquiá quer viver” lançada pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) em parceria com a *International Alliance of Inhabitants* (IAI), com o objetivo de pressionar autoridades competentes para a conclusão do processo de reassentamento em Piquiá. Um apelo escrito em cinco diferentes idiomas circulou na página da IAI e recolheu 861 assinaturas de ativistas e organizações de mais de 40 países no mundo⁶⁵.

Outro momento memorável para os atores mobilizados se refere ao protesto, no ano de 2014, em frente às empresas Queiroz Galvão Siderurgia e Gusa Nordeste S/A, que durou, em média, 30 horas. O objetivo era garantir maior participação financeira do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA). Conforme reportagem do jornal *Imirante*, participavam mais de cem moradores, dentre idosos, crianças, jovens que se revezavam debaixo de sol e chuva forte⁶⁶. Eles impediram o acesso de carros e caminhões pelos principais portões das empresas, garantindo a passagem a pé dos funcionários, e paralisaram a BR 222 por vinte minutos, buscando a solidariedade da cidade de Açailândia e do estado. Alguns, encenaram as mortes causadas pelas siderúrgicas, outros, deram suporte físico ao

⁶⁵ O caso de Piquiá é também descrito com detalhes adicionais no contexto ampliado deste conflito na página eletrônica do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil desenvolvido pela Fiocruz. A petição online da IAI está disponível em: < [https://por.habitants.org/content/view/full/31587/\(offset\)/50](https://por.habitants.org/content/view/full/31587/(offset)/50)>. Acesso em: 17/01/2020.

⁶⁶ Disponível em: <<https://imirante.com/acailandia/noticias/2014/03/07/moradores-de-piquia-de-baixo-finalizam-manifestacao.shtml>>. Acesso em: 18/05/20.

local com a distribuição de refeições para os que estavam acampados. Durante a manifestação, segundo moradores, várias vezes os gerentes das empresas tentaram interferir na manifestação, mas os moradores afirmavam que não saíam até que as reivindicações fossem atendidas.

Figura 13. Manifestação nas guseiras



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, 2014.

A mobilização terminou quando os manifestantes conseguiram realizar uma reunião com o presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa (SIFEMA), sob a mediação do Ministério Público e com a presença do procurador do município, onde o SIFEMA garantiu o pagamento da complementação da indenização do terreno desapropriado.

Para fechar o ciclo de mobilizações até o início das obras do novo bairro, em novembro de 2017, os moradores se deslocaram para São Luís em um ônibus lotado, com destino à sede da Gerência Habitacional da Caixa em São Luís. O objetivo era exigir celeridade na liberação dos recursos, pois, segundo eles, dentre os diversos entraves colocados por esta instituição, alguns contrariavam a portaria do Ministério das Cidades para o Programa e a legislação urbanística vigente no município de Açailândia. O resultado do protesto levou à resolução de questões pendentes e a aprovação da CEF que comprometeu-

se a elaborar os laudos respectivos e enviá-los ao Ministério das Cidades⁶⁷. Abaixo, imagem de moradores com o termo assinado pela Caixa, entre eles Flávia (primeira à esquerda) e Sr. Edvar (no centro da foto).

Figura 14. Entrega do documento na Caixa Econômica Federal



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, 2017.

As imagens denotam a insatisfação com a demora para a resolução do problema e também destacam o sofrimento com a continuidade da poluição no bairro, mesmo após recomendações da Federação Internacional de Direitos Humanos. Contudo, conquistas importantes foram alcançadas dentro do dispositivo através desses atos, tais como, a aquisição do terreno escolhido pelos moradores, garantia de recursos por parte do SIFEMA e, finalmente, a liberação dos recursos para o início das obras pela Caixa Econômica Federal. De acordo com o padre Dário, a mobilização em Piquiá possui uma dupla dimensão: “sempre a luta compôs o lado da manifestação popular com o lado da negociação”. Essa afirmação se alinha ao que Boltanski e Thevenot (1999) chamam de “princípio de equivalência” nos processos de disputa. Portanto, diz respeito ao modo em que, “para tornar possível um acordo, pessoas particulares necessitam despir-se de sua singularidade e convergir na direção de uma forma de generalidade que transcenda as pessoas e as situações nas quais elas se relacionam” (idem, p.5-6). Esse princípio que torna a acusação ou crítica consistentes é o que conduz a um “regime de justiça”.

⁶⁷ Informações obtidas em: <<http://justicanostrilhos.org/2017/11/22/moradores-de-piquia-de-baixo-protestam/>>. Acesso em: 20/05/20.

Por outro lado, os protestos também viabilizaram o engajamento de pessoas mais jovens do bairro em outras atividades, como é o caso da Flávia, que mora na comunidade desde que nasceu, mas evitou por muitos anos participar das discussões em torno do reassentamento. Quando a questionei sobre suas experiências nestas ocasiões, ela respondeu:

Na última manifestação que teve... a gente fica assim, porque tinha criança debaixo de chuva. Ali não é lugar pra criança. Foram praticamente dois dias e meio. Na portaria da Gusa montaram um refeitório pras pessoas que estavam ali. Aí a gente viu... a gente precisa, a gente tem que sair daqui (Flávia, moradora de Piquiá de Baixo. Roda de Conversa realizada no CDVDH, em Açailândia, 2019).

Atualmente, ela faz parte da equipe que representa a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP). Afirma que se engajou na mobilização pelo processo de reassentamento apenas quando começou a participar das manifestações. Flávia tem 25 anos de idade e, por isso, diz que não tem memórias do Piquiá antes das siderúrgicas, pois era muito jovem quando foram instaladas no bairro. As informações que possui hoje foram repassadas por moradores mais antigos do bairro. Durante algum tempo, ela trabalhou em uma das siderúrgicas, e diz que até então, não tinha noção da gravidade da situação, mesmo morando na comunidade, e que não fazia ideia do que acontecia com as pessoas que trabalhavam na boca do forno. Nesse sentido, a forma como experienciou os momentos de protesto é um elemento imprescindível para a compreensão de sua participação mais ativa junto à Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP).

Os lugares escolhidos para as sucessivas manifestações constituem arenas públicas onde o grupo demonstra seu desagrado com o descumprimento dos acordos ou morosidade no processo que, segundo eles, deveria ser tratado com urgência. Ao exigir direitos, reconhecimento e pressionar pelo andamento dos acordos, a ação coletiva se posiciona em relação ao dispositivo de reparação, ao mesmo tempo em que os indivíduos que a compõem são modificados por este, a partir da participação política. A população afetada passa de uma situação onde naturalizam os seus sofrimentos para uma visibilização no espaço público, onde potencializam seus argumentos a partir de críticas consistentes. Não apenas a poluição sentida rotineiramente se configura como um motor para a consciência crítica, mas também os “choques das experiências” (CEFAI, 2011) nos lugares de protesto.

O processo de aprendizado dos moradores envolve a interação com advogados, ONGs, movimentos sociais e etc., onde o indivíduo percebe que não está sozinho, se reconhece como um portador da experiência e, com isso, passa a transmiti-la em outros

espaços. Com efeito na observação analítica das relações que as pessoas afetadas mantêm face ao reassentamento, identificamos expectativas que se relacionam com as dificuldades evocadas pelos próprios moradores quanto à necessidade de falar para o público sobre suas experiências. Diz respeito às aflições que sentiam quando eram orientados a testemunhar diante de advogados, juízes e outras autoridades, por medo e vergonha de não conseguir se expressar ao oporem-se às pessoas e instituições vistos como parte de uma elite, ou, como pessoas “poderosas” diante de pessoas “comuns”, conforme descreve D. Francisca:

(...) quando a gente entrou na luta foi com Deus no coração e com coragem. E esses padres combonianos... eles deram muita coisa pra gente junto com o Dr. Danilo e Antônio Filho. Eles deram uma força pra gente que a gente não têm mais medo de falar não. No início, eu não vou mentir pra ti... no início, quando dizia assim “tem que conversar com advogado”, Deus me livre, eu tenho vergonha, eu tenho medo. Eu tinha era medo. Agora eu não tenho mais medo não (Entrevista realizada com D. Tida no dia 22 de janeiro de 2019).

O sentimento de vergonha expressado pela moradora faz parte do quadro de exclusão social mencionado por Renault (2010), que se torna um obstáculo à crítica social e ação política. Nesse sentido, a aproximação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) com os missionários, o CDVDH e JnT se configura como um vetor de mobilização baseado nas possibilidades de compartilhamento coletivo do sofrimento e a elaboração cognitiva dos acontecimentos a partir do fluxo de informações.

Em decorrência disso, consideramos pertinente analisarmos a seguir as formas de publicização utilizadas pela ACMP e demais grupos mobilizados em torno do reassentamento

5.1.3 Formas de publicização dos atores mobilizados em busca de reparação

As disputas em análise não remetem meramente a uma questão de linguagem. Elas envolvem não apenas seres humanos, mas também um grande número de objetos (RESENDE, 2006). Nesse sentido, consideramos os recursos comunicacionais, a promoção de intercâmbios, os testemunhos em audiências e fóruns como suportes especialmente interessantes para a justificação das críticas na construção do dispositivo de reparação. Além disso, se tornam vetores para a ampliação do alcance do problema público em questão. A

utilização da Análise do Discurso Crítica (ADC) centrada nesse *corpus* da pesquisa nos permitiu investigar as transformações pelas quais a sociedade tem passado levando em consideração um olhar para o texto e outro para a realidade social. Sendo uma teoria e um método que investiga o discurso na relação entre a linguagem e a sociedade, há o entendimento, segundo este método, de que a linguagem é uma das dimensões que contribuem para fomentar ou sustentar a prática. As pessoas que executam a prática ou delas participam, ocupam posições que são possíveis pela internacionalização de formas de compreensão (crenças, valores, desejos). Pessoas, grupos, instituições ou países podem, por meio da divulgação dos mecanismos de comunicação de massa fazer com que essas formas de compreensão sejam compartilhados de forma a favorecê-los/as.

A ADC analisa a linguagem para compreender como a hegemonia está constituída e quais os mecanismos linguísticos e discursivos que favorecem essa constituição para desvelá-los. A mudança é fomentada quando algum dos participantes, por meio da reflexividade, não concorda mais com essa hegemonia. Nesse sentido, o propósito metodológico é oferecer instrumentos para que uma vez compreendida, os grupos e a sociedade possam buscar mudanças na estrutura e se transformar em algo mais harmônico. Dito isso, é preciso ressaltar que, de acordo com os dados que utilizamos nesta pesquisa e com a devida redução sociológica do que propomos analisar, nossa intenção foi identificar nos discursos qual o seu alcance, se está voltado somente às mudanças no problema público vivido localmente ou existe uma referência a um quadro nacional no que se refere ao contexto de impactos sociais e ambientais das práticas de mineração.

a) Dos recursos comunicacionais à promoção de intercâmbio

Enfatizamos neste trabalho pelo menos duas ferramentas comunicacionais mobilizadas pelos moradores de Piquiá em conjunto com a Justiça nos Trilhos para o alcance da reparação: a página eletrônica da rede Justiça nos Trilhos e o boletim informativo da ACMP. Ressaltamos também a promoção de intercâmbios entre moradores afetados pela mineração não somente no Maranhão, mas em outras localidades com problemas semelhantes. Como estamos falando da análise de textos em diferentes práticas discursivas, utilizaremos a categoria de análise do gênero da ADC com o objetivo de verificar características que o configuram como um texto de resistência e sua função social na prática.

Em primeiro lugar, destacamos o site da Justiça nos Trilhos. Não pretendemos analisar cada material que compõe seu acervo, mas extrair brevemente de suas principais informações o que se propõe a dizer e apresentar da realidade em questão. O site possui um número significativo de informações sobre conflitos decorrentes do impacto da mineração ao longo da EFC, dentre estas, encontramos mais de 800 notícias, 14 relatórios técnicos e estudos científicos sobre experiências de moradores no Brasil e no mundo, formas de atuação de movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil e a relação entre empresas de mineração e direitos humanos, todos relacionados à temática da mineração. Também conta com diversos vídeos: desde aqueles que foram elaborados pelos próprios moradores a documentários premiados sobre os mais variados casos de impactos provocados pela mineração e projetos realizados no trecho que perpassa a Estrada de Ferro Carajás. Além disso, consta no acervo da JnT uma galeria de fotos, publicações referentes ao andamento de processos jurídicos e uma seção especial sobre artigos e notícias internacionais sobre casos que são acompanhados pela entidade.

Dentre as publicações com maiores visualizações na página supracitada, encontramos principalmente informações orientadas aos dados técnicos referentes à Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação, instrumentos de litígio e defesa de comunidades afetadas pela mineração, estratégias corporativas, projeto desenvolvimentista da EFC, marco legal da mineração, cartilhas e manual para pequenas produções midiáticas – este, com orientações práticas de como produzir materiais midiáticos, tais como, vídeo, foto, matéria escrita e em áudio, com base nas indicações feitas por comunicadores populares que vivem no Corredor Carajás, para ser usado como suporte na produção de denúncias.

O site foi criado com o intuito de manter vivo o apoio nacional e internacional e buscar novas parcerias e se constitui como um instrumento de apoio na visibilização do reassentamento em Piquiá na medida em que, além de denunciar, destacar, descrever e explicar as conquistas e desafios desse processo ao longo dos anos, também divulga notas oficiais contrapondo discursos oficiais tanto das empresas quanto do governo local em momentos de maiores tensões no caso em questão. Esse contra-discurso, além de visibilizar a “luta pelo reassentamento”, também evoca a necessidade de questionar a atuação de grandes projetos de desenvolvimento no Brasil e no mundo, de modo a expor e denunciar conflitos locais de populações vulneráveis com a atividade de mineração numa perspectiva

voltada aos direitos humanos⁶⁸. Para ilustrar as informações obtidas neste site, elencamos algumas notícias e selecionamos trechos:

Quadro 6. Seleção de notícias retiradas do site Rede Justiça nos Trilhos

Título da notícia	Trechos
<i>Brasil: Campanha destaca o impacto prejudicial da atividade mineradora sobre a saúde e o meio ambiente (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2020)</i>	A Federação Internacional de Direitos Humanos, juntamente com o grupo brasileiro de direitos humanos e da natureza, Justiça Nos Trilhos, lançam hoje uma campanha para alertar os cidadãos e cidadãs do mundo que inconscientemente consomem os produtos das empresas mineradoras e siderúrgicas que há mais de três décadas vêm deteriorando a saúde e poluindo o meio ambiente da comunidade de Piquiá de Baixo, na Amazônia brasileira.
<i>Impactos em saúde pelo Programa Grande Carajás (JUSTIÇA NOS TRILHOS 2019)</i>	“O caso de Açailândia é um símbolo a respeito daquilo que são os grandes investimentos em nosso país e os impactos com as pessoas, comunidades e meio ambiente”, afirma padre Dario
<i>Brasília: Piquiá de Baixo assina contrato do projeto de reassentamento no Palácio do Planalto (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2016)</i>	Joselma Alves de Oliveira avalia esse momento de vitória como um êxito da sociedade civil organizada. “Ela [sociedade civil organizada] pode chegar muito longe, chegar a realizar o que consideravam só um sonho. A assinatura desse contrato vem para reforçar que se a gente acredita e luta, a gente conquista”.

Fonte: Elaboração da autora.

Em segundo lugar, temos o Boletim Informativo Institucional da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá que teve sua primeira edição impressa em 2015, com saídas bimestrais, sendo a primeira publicada no período em que o projeto de reassentamento foi selecionado pelo Ministério das Cidades. Desde então, tornou-se uma ferramenta de divulgação sobre todo o processo referente ao dispositivo de reparação. Além disso, informa em tom crítico sobre a responsabilização jurídica das siderúrgicas e publicização do caso através de estudos e/ou notícias em outros meios de comunicação locais e fora do país. Algumas informações registradas constam de detalhes técnicos que orientam as famílias cadastradas em relação a documentações necessárias no processo, por exemplo. Ou mesmo,

⁶⁸ A ideia de unir a ampla difusão de informações com a atuação jurídica e formativa em uma Rede de Articulação nacional e internacional resultou na premiação internacional concedida pela Fundação Direitos Humanos e Empresas (Human Rights and Business Award Foundation), realizada em 2018, durante o Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, em Genebra.

são publicadas com o intuito de manter a comunidade atenta aos passos dados de forma que os moradores participem das decisões.

Finalmente, abordamos a promoção de intercâmbios acionados a partir da aliança entre a comunidade de Piquiá de Baixo com outras comunidades atingidas pelo ciclo da mineração e siderurgia como, por exemplo, Santa Cruz-RJ no Brasil, Taranto na Itália e El Hatillo na Colômbia. Segundo os atores mobilizados, essa é uma das estratégias mais eficazes em torno do objetivo de visibilizar e mobilizar novas pessoas para a causa, justamente por oferecer um apoio consistente às denúncias e reivindicações de populações afetadas por contaminações.⁶⁹ A ideia, segundo os missionários, é inspirada na pedagogia de Paulo Freire ao estimular a “auto-compreensão da realidade a partir do ponto de vista de diversas comunidades oprimidas que se encontram, reconhecem o que têm em comum e se empoderam a partir da reflexão conjunta”, atrelada, sobretudo, a uma “missão” em defesa da vida e dos direitos humanos que dialoga de maneira constante com as diversas esferas local, nacional e internacional. Sobre a percepção que tem desses encontros, uma das participantes diz:

E então quando a gente tá em encontros, quando as pessoas começam a falar... a gente pensa: ‘meu Deus, é do mesmo jeito do meu lugar’. Aí quando é nossa vez de falar, a gente já não sabe mais o que dizer porque é a mesma coisa. Só muda o nome das empresas (...) (Flávia, moradora de Piquiá de Baixo - Roda de conversa realizada no dia 13 de agosto de 2019, no CDVDH de Açailândia).

A ideia de compartilhar experiências afetivas e cognitivas sobre casos problemáticos semelhantes intensifica tanto as ações de publicização em espaços públicos quanto impulsiona a ação política. Saber que a situação de Piquiá não é um caso isolado, se torna um elemento fundamental para argumentar sobre a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento baseadas nas perspectivas das lutas pela saúde e ambiente⁷⁰.

⁶⁹ Os intercâmbios entre as comunidades são promovidos por uma rede de Organizações nacionais e internacionais que reivindicam, contestam e debatem os impactos da questão mineral em diversas partes do mundo. No Brasil, esses movimentos de contestação à atividade das empresas mineradoras vêm se intensificando nos últimos anos a partir da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AIAV) e Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CNDTM).

⁷⁰ Histórias e perspectivas das lutas pela saúde e ambiente a partir das experiências de movimentos sociais foram compartilhadas no Fórum de Diálogos de Saberes, primeiro eixo do Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que aconteceu de 19 a 22 de outubro em Belo Horizonte. Os casos de Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram mencionados para ajudar a entender o sentido do desenvolvimento e sua materialização na vida da população. Disponível em:

Nesse ponto, ainda de acordo com o que afirmam os Combonianos, a “igreja se posiciona com coragem na denúncia do atual modelo de desenvolvimento predatório e ‘insuportável’⁷¹. Dessa forma, mais que um trabalho de visibilidade, os intercâmbios possibilitou aos moradores uma reflexão mais ampla do contexto e, conseqüentemente, provocou reação dos moradores em relação ao dispositivo de reparação, como a exigência de que o projeto do novo bairro fosse construído por eles, e não por uma empresa de arquitetura que não conheciam. A integrante da comissão diretora da ACMP, Joselma, destaca a relevância dos intercâmbios para o conhecimento de outros lugares em situação semelhantes à de Piquiá na qual a experiência com projetos de reassentamentos teve resultados desastrosos e se tornou, portanto, um dos motivos que orientaram a decisão pela forma de construir o bairro por autogestão. Conhecer as falhas de outro processo de reassentamento semelhante ao deles possibilitou a elaboração de alternativas que consideravam mais eficazes para o dispositivo, e também, mais confiáveis em relação ao que esperavam da construção do novo bairro.

Além dos intercâmbios, surgiu no Seminário Internacional Carajás 30 anos, mencionado anteriormente, uma demanda dos próprios grupos impactados, a necessidade de informar e capacitar populações atingidas pela mineração, um curso voltado a jovens lideranças e movimentos. Dessa forma, se origina o projeto “Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental” articulado pelo GEDMMA e Justiça nos Trilhos, considerado como uma ferramenta de fortalecimento político para grupos e/ou representantes de diferentes movimentos sociais em torno dos conflitos socioambientais no Maranhão a partir do estímulo ao engajamento político de jovens no que diz respeito à busca por seus direitos e acesso a políticas públicas, entendendo-se que esses direitos são violados constantemente por grupos econômicos e pelo Estado que não assegura a garantia dos mesmos. Santos (2006), ao pontuar sobre os cursos de formação política, afirma que a troca de experiências promovidas nos encontros propiciaram uma melhora na qualidade de intervenção do conflito, pois o diálogo com os participantes que enfrentam os mesmos impactos em suas comunidades expõem estratégias de ordem prática, como protestos e participação em audiências públicas. Esses espaços se configuram como um lugar de elaboração e tradução do processo interpretativo por parte dos afetados, no qual se dá voz à

<<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mineracao-o-rastro-do-desenvolvimento-e-conflitos-territoriais-no-brasil>>. Acesso em: 04/09/2020.

⁷¹ Sobre a atuação comboniana em Piquiá de Baixo, ver: <<https://www.combonianos.org.br/noticias-e-artigos/artigos/95-prioridade-amazonia-a-presenca-comboniana-em-piquia-de-baixo>>. Acesso em: 12/07/20.

população invisibilizada.

Os discursos expressos na esfera pública são veiculados em diferentes canais de comunicação e publicização, portanto, transita pelas seguintes estruturas textuais: notícias, fotos, vídeos e entrevistas. Primeiramente, no maior portal de divulgação sobre o caso de Piquiá de Baixo (Justiça nos Trilhos) que, justamente por ser produzido e distribuído via internet, atinge os mais variados públicos em diferentes partes do mundo. A divulgação do conteúdo é sistematizada por jornalistas e moradores que atuam diretamente no setor administrativo da Rede Justiça nos Trilhos, sobretudo, a partir do levantamento e registros de ações de mobilização e capacitação feitas na comunidade.

O Boletim Informativo da ACMP, por sua vez, tem uma função social mais específica, que é de manter as pessoas concernidas informadas sobre o andamento do processo de reassentamento, divulgando detalhes técnicos e decisões relevantes para o caso, chamadas de editais para a participação na construção do bairro e etc. Em relação aos intercâmbios, levamos em consideração as entrevistas realizadas, na qual os atores destacam a importância dos mesmos nesse processo. Diante disso, notamos que há nos discursos dos atores mobilizados a presença de elementos que apontam para a necessidade de uma mudança estrutural no que se refere à relação entre empreendimentos de “grande escala” e o meio social em seu entorno. Porém, embora existam questionamentos em relação a possíveis mudanças de uma realidade social mais ampla no contexto dos impactos gerados pela atividade de mineração dentro da produção capitalista, a mobilização em si consiste, de fato, em alterar a microestrutura de uma realidade social local que se impõe com urgência, visto que pessoas estão morrendo, adoecendo e tendo que abandonar suas casas. O que os atores demandam nesse caso em específico é o cumprimento dos acordos e promessas construídas em conjunto com aqueles que são responsabilizados pelos danos causados, ou seja, a construção do bairro dentro dos moldes em que foi planejado.

b) Visibilidade internacional e protestos locais em torno do dispositivo de reparação

Torna-se evidente durante a observação das diferentes etapas do processo de reassentamento que o fortalecimento da mobilização em Piquiá é entrelaçado por três fatores principais: o engajamento dos missionários combonianos nos problemas decorrentes da degradação ambiental, a assessoria dos *experts* que formam a Rede Justiça nos Trilhos e a

confiança dos moradores nestes dois últimos. Os missionários combonianos ao mobilizar grupos da igreja católica como aliados e vozes nos espaços públicos em que possuem notoriedade, se tornam também responsáveis por estender as redes de relações que dão suporte à visibilidade internacional ao problema da comunidade.

Para citarmos como exemplo, o envolvimento da igreja católica no contexto de conflitos ambientais, existe desde 2016 o Grupo de Trabalho sobre Mineração, criado pela Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil, formado por leigos(as) e religiosos especializados no setor. Eles atuam em diversas iniciativas de formação, denúncia das violações, busca de alternativas à mineração e mitigação dos impactos socioambientais provocados pelos grandes projetos extrativos. A atuação da Associação Comunitária de Piquiá em cooperação com a ordem dos Missionários Combonianos no esforço de formar um movimento internacional de denúncia da violação de direitos para pressionar o governo brasileiro a cumprir normativas relacionadas tanto à legislação vigente quanto na perspectiva de direitos humanos, faz parte do trabalho normativo dos atores sociais no dispositivo de reparação (DODIER; BARBOT, 2018). Ao considerar que a visibilização na esfera pública amplifica as denúncias e pressionam pela solução, o padre Dário argumenta: “Víamos que era importante manter, obviamente, essa pressão local, mas que isso não teria nenhum tipo de resultado se não houvesse, paralelamente, uma ação de pressão de fora pra dentro”, ou seja, de instituições maiores e com mais notoriedade com poder de questionar e ser ouvida por instâncias locais do governo brasileiro.

Nesse sentido, destacamos dois momentos importantes. A ACMP celebrou, em 2015, o fato histórico de suas denúncias terem chegado até uma audiência na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH – Washington, EUA, 20 de outubro), onde o governo do Brasil reconheceu formalmente frente à CIDH os impactos ocasionados no bairro provenientes da poluição causada pelas siderúrgicas. O presidente da ACMP, Edvard Dantas junto com Danilo Chammas (JnT) entrevistaram durante a audiência e fizeram uma síntese dos problemas da comunidade. Citarei abaixo um trecho da fala do Sr. Edvar neste evento:

(...) A comunidade decidiu morar em outro lugar longe da poluição – não queremos sair de lá – mas não temos escolha. Quando nos organizamos, conseguimos muitos avanços para que o reassentamento viesse ser realidade. Depois de muita luta, hoje temos um terreno, um projeto popular pronto e a promessa de recursos por parte das empresas, mas até agora continuamos no mesmo local sofrendo as consequências da poluição. Já fizemos a nossa parte, agora estou aqui com a esperança de que essa Comissão possa obrigar o Estado

brasileiro a cumprir com suas obrigações e o nosso direito de viver em paz com saúde e com nossos filhos e netos. Piquiá de Baixo, reassentamento já! Obrigado! (DANTAS, Edvar. Audiência na Comissão Intramericana de Direitos Humanos, Washington, 2015).

O testemunho no referido evento teve por objetivo o acionamento do poder daquela Comissão pressionar o andamento de um processo de reparação que já havia iniciado, mas que, aparentemente, era insuficiente para ser concretizado apenas com a pressão de forças locais. No entanto, evidenciamos que não se trata exclusivamente do processo de reprodução das estruturas de poder no sentido Foucaultiano, mas do somatório das forças necessárias para a implementação do dispositivo, quais sejam, mobilização local e pressão de instituições internacionais. Ao final da audiência supracitada, o Embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos comprometeu-se em dialogar imediatamente com o Ministério das Cidades do Brasil, o que garantiria uma significativa contribuição estatal ao reassentamento da comunidade. Neste mesmo ano, repercutiu no jornal **O Estado do Maranhão**, uma das maiores mídias tradicionais do estado, a seguinte notícia: “Papa Francisco é solidário à luta dos moradores de Piquiá”. Refere-se ao encontro no Vaticano, onde o Papa Francisco recebeu em audiência dois missionários combonianos, dentre eles o Padre Dário. Na ocasião, estes entregaram ao Papa materiais da campanha “Piquiá de Baixo, Reassentamento Já!”, junto com uma fotografia do terreno onde a comunidade será reassentada e logo após, posou para fotos com a camisa em um gesto de apoio à causa, conforme imagem abaixo:

Figura 15. Missionários Combonianos em encontro com o Papa Francisco



Fonte: imagem de divulgação do jornal O Estado do Maranhão (2015).

Em consonância com as ações em nível internacional, ocorriam mobilizações locais. Vimos que os protestos realizados por moradores de Piquiá fazem parte de repertórios normativos no sentido de pressionarem os atores responsabilizados a cumprirem os acordos estabelecidos nos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Analisamos aqui o trabalho normativo dos moradores a partir do modo como eles agem dentro do próprio dispositivo de reparação, com o objetivo de evidenciar os investimentos realizados por estes para torná-lo concreto. Na ordem cronológica do dispositivo de reparação, percebemos o movimento em que os afetados se esforçam para expressar o valor de suas perdas, evidenciando a interface entre as políticas de reparação e gestão das afetações. Segundo Zhou et al., (2018), isso envolve a entrada dos atores em um contexto de gestão burocrática no qual exige o aprendizado de uma prática política e os expõe às determinações e disciplinamentos dessa mesma prática que integra a busca do reconhecimento por direitos. Em outras palavras, além do conjunto de danos materiais mensuráveis, há em curso um processo repleto de violências que se desdobra em crises sociais duradouras intensificadas pela percepção de injustiças socioambientais em espaços e tempos alheios àqueles que se sujeitam ao poder deliberativo das instâncias jurídicas e corporativas.

5.2 No final: qual reparação?

Abordamos aqui a maneira como os atores se posicionam diante um dispositivo do qual são alvos. No caso em questão, estamos falando de uma solução para reparar danos que não é prevista em termos legais. Para a implementação do dispositivo compensatório, foi necessário a conjugação com outras ferramentas extra-judiciais (TAC), econômicas e assistenciais. Porém, até chegar no seu formato atual, com a finalidade específica de reassentar um grupo afetado pela contaminação do minério de ferro, houveram variadas reações à sua criação e execução.

As conquistas da comunidade em direção à reparação, partem de um trabalho normativo no qual a orientação reflexiva tanto refere-se ao dispositivo, quanto se relacionam às condutas dos indivíduos dentro do seu quadro de referência. Nessas circunstâncias, a avaliação dos moradores do que seria mais justo e confiável na montagem do dispositivo, leva ao “estudo do modo como os atores atribuem finalidades aos dispositivos, sem decidir

de antemão aquelas mais essenciais a que os dispositivos supostamente deveriam preencher” (ibdem, p. 495). Vejamos no quadro abaixo:

Quadro 7. Expectativas normativas em relação ao dispositivo de reparação

Expectativas	Avaliações
Expectativa de justiça	Responsabilização daqueles que são considerados culpados pelos moradores através do suporte financeiro para o reassentamento.
Expectativa de compensação ajustada	A construção de um bairro em um formato onde seja possível ter acesso a serviços básicos de saúde, educação, lazer e, principalmente, um ambiente tranquilo e arborizado para a sociabilidade entre os seus moradores e as comunidades vizinhas. Longe da fumaça, do barulho e dos gases tóxicos emitidos pelas siderúrgicas.

Fonte: Autoria própria.

As expectativas de justiça e de compensação ajustada se vinculam à espera por uma vida mais digna, sem preocupações com o aparecimento de doenças ou mesmo o agravamento das que já existem. Portanto, nossa intenção neste tópico é avaliar os julgamentos das vítimas em relação ao envolvimento das empresas e do Estado nos acordos e programas que contemplam o dispositivo de reparação.

Primeiramente, a expectativa de justiça é entendida como a manifestação de responsabilidades morais e materiais no desenvolvimento do drama. Qual o sentido revelado na atribuição de culpados? Segundo o Sr. Joaquim:

A grande empresa que tem aqui é a Vale do Rio Doce. Essa é a que mais prejudica a gente aqui porque é ela que traz todo o minério e fornece a todas as empresas. As empresas recebem deles, aí produz aquele ferro, aí joga aquela poluição lá e vai tudo parar em cima das casas. Se você chegar na casa de uma pessoa ali, ele pode ter acabado de limpar uma mesa dessa aqui e você pode passar a mão que sai preto (Sr. Joaquim, em entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2019).

Sabemos que as empresas instaladas no bairro que emitem a fumaça, o gás e o barulho reclamado pelos moradores são as siderúrgicas, responsáveis pelo tratamento do minério de ferro. No entanto, a ideia de responsabilizar a Vale pelos danos decorre de toda

a logística de produção, onde este empreendimento é considerado o motor para que as empresas poluidoras funcionem. Criou-se com isso a concepção de que toda a logística de exportação do minério explicaria o problema, ou seja, que há um agente poluidor mais responsável do que outros e que poderia mudar a situação. Isso decorre da percepção de alguns moradores de que ao se omitir dos riscos de saúde causados pelas suas clientes (as siderúrgicas), a Vale também se nega a reconhecer que eles existem e, com isso, perpetuam o legado de degradação ambiental. É justamente em uma arena pública, onde se apontam culpados e responsáveis que as controvérsias emergem a partir das justificativas argumentativas de cada ator envolvido. Esse impasse com a Vale é resultado de algumas tentativas de diálogo sem sucesso, no que se refere ao pedido de socorro feito pelos moradores. Conforme a empresa se defende, ela mesma se ofereceu para contratar a assessoria técnica e fazer o projeto urbanístico e habitacional do novo bairro, porém, segundo seus critérios, interesses e exigências, o que não agradou os moradores. Segundo Leonardo Tupinambá, promotor de justiça em Açailândia, que acompanha a situação das famílias desde o final da década de 1990, as relações começaram a recrudescer quando:

Nos foi enviada uma proposta de que a Vale iria contribuir com um certo orçamento, mas que o povoado achou por bem não aceitar por conta de condições consideradas abusivas (...) os moradores não poderiam entrar contra a Vale nunca mais ou questionar os impactos na saúde. Você não pode renunciar a direitos indisponíveis, como saúde do ser humano e dignidade de vida (ORTIZ, 2014).

Para o Sr. Edvar, os recursos para a obra financiados pela Vale, só foram concretizados depois de “muita briga”. Diz ele que: “nós é que queríamos executar as obras, contratar o engenheiro, o funcionário (...) e deu muito trabalho isso aí. Porque eles queriam fazer pra sair do jeito deles, entendeu?”. Esse tipo de conflito, porém, não se restringiu às relações conturbadas com a Vale.

Em matéria jornalística veiculada pelo *Jornal Pequeno*, edição de 18 de janeiro de 2018, página 6, caderno “Estado”, intitulada “Açailândia: Processo de Realocação das Famílias do Pequiá de Baixo continua se arrastando”, provocou reações pela forma como os fatos foram apresentados, atribuindo culpa e responsabilidade à comunidade pelas demandas que as empresas de ferro gusa têm que responder junto aos órgãos ambientais e à sociedade. A matéria citada foi assinada pela Coordenadoria de Comunicação e Eventos da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA). Em nota publicada na página da JnT, a

ACMP contesta primeiramente o discurso da FIEMA chamando de “desrespeitosa e inverídica” a informação de que a população ocupou de forma irregular o espaço industrial de Piquiá. Em segundo lugar, reforçam que os investimentos destinados ao reassentamento aos quais o presidente do SIFEMA se refere, só ocorreram após manifestações e cobrança por parte dos moradores, Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos nos âmbitos da ONU e da OEA. Em terceiro lugar, mostram incômodo quanto à descrição de “supostos” (entre aspas) danos ambientais e poluição causados pelas atividades econômicas veiculados pelo jornal, pois estes já teriam sido comprovados a partir de diversos estudos técnicos realizados por profissionais independentes. Por fim, os moradores se defendem da acusação de serem considerados obstáculos às negociações que se arrastaram por mais de 10 anos e destacam a resistência das empresas em reconhecer sua responsabilidade e em efetivar sua participação na composição dos recursos para o projeto. Também reforçam que, apesar dos insistentes pedidos da ACMP, não há comprovação de cumprimento pelas empresas das normas ambientais vigentes, em especial, da Portaria que impôs às empresas siderúrgicas a implantação de tecnologias e equipamentos para controle de emissões atmosféricas⁷². Em contrapartida, o presidente do SIFEMA se defende ao dizer que “as empresas não cessaram investimentos em medidas de impactos ambientais” e ressalta a “doação” realizada de acordo com o TAC como um “investimento social” dos empreendimentos. Segundo ele, “as empresas fizeram até o momento o papel do poder público. Se o processo está em fase bem avançada junto à Caixa Econômica Federal, deve-se exclusivamente às empresas siderúrgicas, que nunca mediram esforços para a realocação urgente das 314 famílias”⁷³.

A conquista da ACMP em contratar a própria assessoria técnica, evidencia a “expectativa de compensação ajustada”. O direito obtido pela ACMP de realizar os estudos necessários no terreno do reassentamento para subsidiar o início do projeto e contratar equipe multidisciplinar para elaboração dos critérios de definição das famílias contempladas, é uma forma de garantir que a nova moradia seja capaz de compensar com uma boa infraestrutura, o sofrimento vivido durante esses anos.

⁷² Portaria 111/2008 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o Decreto Estadual 29.669/2013.

⁷³ A matéria também foi destaque no jornal o Estado do Maranhão, que junto ao Jornal Pequeno, se constituem como as duas maiores mídias tradicionais de circulação no Maranhão. Pode ser acessada em: <<https://imirante.com/oestadoma/online/20012018/pdf/C04.PDF>>. Acesso em: 21/05/20.

Com isso, o Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado (Usina CTAH), ao apresentar menor orçamento, começou a fazer parte da equipe técnica de assessoria. A ACMP, Justiça nos Trilhos e Paróquia Santa Luzia do Piquiá já mantinham contato com a Usina desde o ano de 2009, intervalo em que ocorreram as negociações⁷⁴. A equipe técnica é formada por assistente social e advogados, que compõem a equipe sociojurídica. Também foram formadas uma Comissão de obra e Comissão financeira, compostas por moradores escolhidos pela Assembleia. Cada uma destas tem a presença de um membro da diretoria da ACMP que, por sua vez, passou por um processo de reformulação durante esse tempo, com a entrada de novos integrantes e a saída do Sr. Edvar da presidência por motivos de saúde. Essa equipe é responsável por pressionar principalmente o governo do Estado para que atue mais efetivamente com os recursos da infraestrutura e nos equipamentos sociais que ainda faltam para complementar a construção do bairro. Atuam no sentido de prestar esclarecimentos à comunidade do serviço prestado e registrar todo o processo.

O projeto técnico social é obrigatório pelo MCMV e vem sendo desenvolvido desde o cadastro das famílias, mobilização e formações a partir da formação em associativismo e cooperativismo, oficinas de áudio e vídeo, formações com comissões, rodas de conversa, assembleias e o trabalho da equipe sociojurídica que, dentre estas atividades, organiza as visitas programadas das famílias à obra. A visita institucional mencionada acima é feita para relembrar do processo do projeto e andamento da obra, bem como para que se reconheçam como parte do projeto. Até setembro de 2019, foram realizadas sete assembleias através da convocação das famílias via carro de som, whatsapp, contato pessoal, edital anterior ao dia da reunião.

A respeito de como funcionaria a obra no formato de autogestão, houve um cadastramento para saber quais serviços seriam prestados pelas famílias. Dentre as formações ofertadas estão as de instalador hidráulico e pedreiro de alvenaria, onde foram fechadas turmas com vinte, dezoito e quinze alunos por causa das desistências de algumas famílias cujos entes estavam desempregados. Do contingente da mão-de-obra empregada na obra, 99% é remunerada e 1% é voluntária.

A diretoria da ACMP, atualmente, é composta por uma presidente, vice-presidente, primeira tesoureira, segunda tesoureira e conselheiros fiscais. É esta entidade a grande

⁷⁴ Os principais interlocutores nessa fase foram o Sr. Edvar Dantas, representando a ACMP; Missionários Combonianos, nas figuras do Padre Dário e Irmão Antônio; Danilo Chammas, advogado da JnT e Antônio Filho, advogado do CDVDH.

responsável pela gestão da obra e que criou a diretriz onde declara que ao menos uma parte dos trabalhadores contratados deveria ser morador de Piquiá. Na época da minha visita, o terreno estava em fase de terraplanagem e haviam construído um “barracão” que sediava as assembleias e demais reuniões até o final da construção. Diante disso, um grupo de nove mulheres, também moradoras de Piquiá, sentiram-se motivadas através de uma palestra de cooperativismo a criarem um restaurante no local para servir os trabalhadores, o qual chamaram de “Sabor da Conquista”.

O dispositivo, na etapa de construção do projeto, foi elaborado com base no que o coletivo esperava como forma de reparação. Esse processo participativo junto aos moradores possibilitou um diálogo estreito entre a assessoria e as famílias, permitindo que elas se identificassem com o novo bairro desde o momento do esboço inicial do projeto arquitetônico. Um detalhe importante é que pelo programa MCMV, geralmente, as casas têm um tamanho de 32m² de área útil, mas neste, o projeto prevê habitações com 58m², sem exceder exageradamente nos custos e garantindo qualidade de vida dessa população. Mesmo as pessoas que possuíam terreno e casa equivalentes ao dobro deste tamanho, deverão receber casas com a medida padrão, o que nos faz questionar sobre medidas reparatórias justas nestes termos. É o caso de Joselita Alves, moradora do bairro há 44 anos: “(...) minha casa tem cento e tantos metros de comprimento... e agora pra receber uma casa bem menor é diferente, né? Mas é o jeito ir porque eu não aguento mais de tanta poeira”. A figura abaixo mostra a etapa do projeto participativo com os moradores.

Figura 16. Reunião do Projeto Participativo do Reassentamento



Fonte: Usina CTAH, 2012.

Segundo o projeto final apresentado pela Usina, o terreno se configura como um calçadão arborizado e ininterrupto para pedestres e ciclistas, a partir do qual será possível acessar todos os equipamentos e espaços coletivos que serão implantados, assim como duas áreas verdes existentes que serão preservadas. Além disso, uma preocupação demonstrada desde o início pelos moradores era que o bairro fosse integrado aos bairros vizinhos para que eles também pudessem compartilhar da infraestrutura, dos equipamentos públicos, tal como centro esportivo, creche, escola, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), mercado, associação de moradores⁷⁵. Todos esses elementos contemplam, segundo o sentido atribuído pelos moradores, uma forma de compensação pelo tempo em que seus direitos foram usurpados em nome de um desenvolvimento que não prosperou nesta comunidade.

5.2.1 Os trâmites da reparação atualmente (uma agenda de pesquisa)

A fase atual do reassentamento implica em novos desafios e problemas, ressaltando o cansaço pela espera demonstrado na fala dos entrevistados e retoma o sentido da declaração

⁷⁵ No dia 9 de abril de 2014, o projeto urbanístico-habitacional preparado em vista do reassentamento recebeu menção honrosa no 7º Fórum Urbano Mundial, organizado pelas Nações Unidas e o fórum urbano alternativo e popular organizado, dentre outras entidades, pela International Alliance of Inhabitants. O evento foi realizado na cidade colombiana de Medellín para discutir sobre o que significa hoje garantir o direito à moradia para todos, sobre o que significa pensar, projetar e desenvolver cidades que garantam qualidade de vida em um ambiente saudável.

do Sr. Edvar quando diz: “nós conseguimos isso tudo aí foi através de briga, não foi na paz não”. Nesta afirmação, ele se refere ao longo processo em que a comunidade se dispôs a investigar, buscar uma solução, conseguir aliados, consolidar ação coletiva, conquistar novos moradores engajados, protestar e seus membros se reconhecerem nesse caminho como sujeitos de direitos⁷⁶.

Atualmente, as obras no bairro estão em andamento. Acompanhamos de perto alguns desdobramentos na pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 2019. Ao chegarmos em Açailândia, fomos informados por nossos interlocutores que a equipe responsável pelo projeto de reassentamento – ACMP, JnT e Usina – estava em busca de recursos complementares para a estrutura urbanística. Mesmo tendo que aprender a lidar com incertezas ao longo desses anos e, ainda assim, continuar agindo com a previsão de uma reparação, havia desânimo e angústia com o cenário que se formava. Na ocasião de uma das programações previstas no quadro de eventos da Justiça nos Trilhos, na primeira semana que coincidiu com a nossa chegada, tivemos a oportunidade de “seguir os atores” em ação e analisar *in loco* as dramatizações colocadas na arena pública. A visita institucional no novo bairro que tomava forma, tinha como objetivo apresentar aos representantes do poder público juntamente com a presença de alguns moradores, o andamento das obras e contar um pouco do histórico de mobilização e atores envolvidos. Na apresentação do projeto de construção do Piquiá da Conquista, nome do novo destino da população, escolhido em votação pela comunidade, foram destacados o processo de autogestão, as dificuldades, os novos desafios e a necessidade de participação do poder público para estabelecer o compromisso de investir no novo bairro com os serviços públicos necessários. Como convidados, estavam presentes representantes do Ministério Público, OAB, Sindicato dos Comércio e alguns donos de micro-empresas relacionadas às siderúrgicas. Vereadores e prefeito não compareceram.

⁷⁶ No dia 28 de dezembro de 2020, foi exibida no Jornal Nacional uma reportagem sobre as violações de direitos humanos em Piquiá de Baixo. A matéria jornalística reforça os danos causados pelos rejeitos de ferro gusa e minério de ferro nas casas e na saúde dos moradores. Destaca também o posicionamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ao pontuar a história dessa comunidade como um exemplo paradigmático das violações sofridas pelas comunidades amazônicas e informam o sério risco de que o projeto de reassentamento coletivo seja interrompido, visto que, pelo cronograma do projeto, as famílias já deveriam estar morando no novo bairro, mas a obra está atrasada e sem previsão de conclusão. Um das razões seria o programa de contingência adotado pelo governo federal no início do ano de 2020. O coordenador da obra afirma que 70% dos serviços ainda estão por fazer. A matéria está disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/28/comunidade-do-interior-do-maranhao-sofre-com-problema-ambiental-ha-mais-de-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 01/01/2021.

A reunião prosseguiu com explicações técnicas dadas pela arquiteta da Usina que esclareceu aos presentes o funcionamento da obra através da autogestão. Afinal, como funcionaria esse modelo de construção? A autogestão envolve os beneficiários que estão diretamente concernidos no problema da contaminação através de um mutirão, ou seja, os moradores participam da elaboração do projeto e no momento de construção da obra. São estes que fazem as compras, se responsabilizam pelo financeiro, fazem a distribuição de ferramentas, assessorados por especialistas. Alguns esclarecimentos foram prestados nesta visita. Pontuamos alguns deles a seguir.

a) Reassentamento: Qual o problema hoje?

Com a demora para a aprovação do projeto em todas as etapas, por questões judiciais e burocráticas, o orçamento, que havia sido finalizado em abril de 2017, já não contempla os valores dos dias atuais, ou seja, o problema tem a ver com essa atualização dos valores que a Caixa não permite realizar. O problema é que há uma defasagem entre os preços constantes do orçamento aprovado com database da data de apresentação do projeto pela ACMP à CEF e os preços que estão sendo aplicados pelos prestadores de serviço e fornecedores de materiais no momento da execução da obra. Isso se deve à diferença significativa entre o valor constante da tabela de referência (SINAPI) e o valor de mercado de um item que será utilizado em grande quantidade, além da inflação do período em que decorreu a apresentação do projeto e início das obras.

A defasagem atual no arranjo financeiro para o custeio das obras está avaliada em aproximadamente R\$ 10 milhões de reais. Nesse caso, o desafio é fazer combinar o orçamento disponível com as necessidades para a construção das moradias no momento atual. O contingenciamento de recursos do orçamento da União gera impacto no projeto à medida que afeta o Ministério do Desenvolvimento Regional, o antigo Ministério das Cidades e, conseqüentemente, acarreta atrasos nos repasses para a obra, causando insegurança, preocupação em firmar contratos e a incerteza se estes serão honrados dentro do prazo combinado. Por isso, é relevante o trabalho de incidência política que busca principalmente envolver a participação do setor público para a aquisição dos equipamentos públicos dentro do bairro, como mencionado anteriormente, pois estes não estão contidos no orçamento da obra.

Outro problema que perpassa alguns conflitos atualmente diz respeito a famílias que moram mais longe do terreno e não podem acompanhar todas as Assembleias. Diante disso, começam a questionar e duvidar da gestão financeira da obra porque vêem na placa do terreno um orçamento de R\$ 29 milhões de reais do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e concluem que todo esse dinheiro está disponibilizado em sua totalidade para a ACMP, quando na verdade, esse valor é depositado em parcelas a cada etapa finalizada. A obra estava prevista para vinte e quatro meses. No entanto, com todos esses impasses, é provável que dure mais tempo.

Além do déficit do orçamento há também um outro elemento que reflete nesse cenário: o contexto sociopolítico atual. O reassentamento de Piquiá, nos moldes em que foi construído, é um processo que envolve ação popular e movimentos sociais, ONG's, conflitos socioambientais com uma das atividades de produção mais lucrativas do país e destacamos aqui o fato de 70% dos custos do reassentamento da comunidade ser arcado pelo Estado, apesar das violações de direitos ser de empresas privadas. Temos, portanto, um quadro analítico que se agrava, segundo a visão dos interlocutores desta pesquisa e na própria análise discursiva das ações do governo federal em exercício, que podemos observar em situações pontuais desde o ano de 2018, período que marca o início das obras, até os dias atuais. Segundo Padre Dário, as eleições recentes trouxeram à tona ameaças constantes para a conclusão do processo de reassentamento, pois:

Se antes estávamos no cenário de um governo que tinha, de certa forma, criado o Minha Casa Minha Vida e, compreendido, aprovado e assinado o contrato com a Associação, agora está no poder um governo que critica os programas populares do governo anterior. Critica a iniciativa, parceria e participação dos movimentos sociais nas políticas públicas (Entrevista com Padre Dário, Missionário Comboniano. Realizada em 05/08/2019).

O padre refere-se à conduta do governo federal na figura do principal representante do poder executivo em relação à participação social em políticas públicas. Além do contingenciamento de recursos para programas sociais como o Minha Casa Minha Vida citados anteriormente, o presidente eleito em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro, emitiu o Decreto 9.759, de abril de 2019, que extingue conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) criada pelo governo Dilma Rousseff, em 2014, segundo o qual obrigava órgãos da administração direta e indireta a criarem estruturas de participação social. De acordo com Onyx Lorenzoni, atual ministro da Cidadania do Brasil, os conselhos integrados à sociedade “vinham de uma visão completamente distorcida do que

é representação e participação da população” e estaria impregnado pela “visão ideológica das gestões anteriores”⁷⁷.

Além disso, aliado à perspectiva de que nos últimos anos a preocupação com o meio ambiente se trata de uma “psicose ambiental”, Jair Bolsonaro subscreve medidas que tenham o objetivo de flexibilizar leis ambientais vigentes, principalmente nos casos de licenciamento ambiental e avanço em terras indígenas na Amazônia para o avanço do garimpo. Alinhado a esta visão, nomeou como Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que havia sido condenado em primeira instância por improbidade administrativa quando era secretário estadual de São Paulo, dois dias antes de assumir o cargo, conforme processo judicial no Ministério Público de São Paulo. De acordo com esta instituição, Salles e a Fiesp eram acusados de irregularidades no procedimento de elaboração e aprovação do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Várzea do Rio Tietê ao tentar modificar mapas elaborados pela Universidade de São Paulo, alterar minuta do decreto do plano de manejo e promover perseguição a funcionários da Fundação Florestal, com o propósito de beneficiar setores empresariais, em especial empresas de mineração e filiadas à Fiesp⁷⁸.

Diante do que foi colocado, inferimos que uma das dificuldades do “exercício da razão pública” (SEN, 2016) consiste justamente na supressão da discussão pública e a liberdade de informação em processos decisórios que envolvem a forma de vida de uma população concernida no caso de uma dupla injustiça: social e ambiental. Para Sen, a compreensão de igualdade política e social está intimamente ligada à concepção de democracia como estando intimamente ligada à análise de justiça. O acionamento de mecanismos de participação pública (social) como conselhos, como no caso de desastres e crimes ambientais, é fundamental para garantia dos direitos fundamentais de populações afetadas no sentido de uma “justiça cognitiva”. Esse termo é utilizado por Visvanathan (2009) ao abordar a questão ambiental e reconhecer o direito de coexistência de diferentes formas de conhecimento em um tipo de ecologia de saberes capaz de resolver alguns problemas. Em outras palavras, o envolvimento de uma episteme popular cívica ligada à tomada de decisões em processos onde as pessoas são testemunhas e viventes no problema e, portanto, possuindo capacidade para participar desses momentos decisórios. O diagnóstico

⁷⁷ Falas do ministro proferidas no jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-do-governo-bolsonaro-mantem-apenas-32-conselhos-consultivos-23773337>>. Acesso em: 27/05/20.

⁷⁸ Mais informações sobre o caso estão disponíveis em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/19/justica-de-sp-condena-futuro-ministro-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa.ghtml>> Acesso em: 28/05/20.

de injustiças ambientais e sociais elaboradas nos experimentos de resistência engendrados por moradores de Piquiá recorrem tanto ao sofrimento social, à indignação como à experiência negativa compartilhada, o que leva à sustentação consistente das justificações dos protestos e das soluções apontadas pela população de mitigação do problema público via reassentamento como forma de reparação.

Diante do exposto neste capítulo, podemos inferir que a busca por reconhecimento e justiça no caso Piquiá implica, igualmente, na abertura e construção de canais de comunicação entre sociedade civil organizada e Estado. Para Leal (2008), essa é uma forma do cidadão dialogar diretamente com o poder público para alcançar as instâncias da política oficial e as diferentes instâncias civis que empreendem uma diversidade de lutas sociais. As formas de publicização e comunicação operadas pelos moradores afetados pela contaminação em cooperação com os seus aliados tomaram parte numa disputa pelo enquadramento midiático da narrativa sobre os fatos ocorridos em Piquiá de Baixo, na perspectiva de organizar a percepção pública tanto do sofrimento social experimentado por aquela população como de sua verdade. Esse quadro perceptivo compartilhado e forjado no seio do público concernido, além de consolidar a mobilização e os protestos através de uma articulação em rede, fornece a tônica de mecanismos de publicização do problema público que foram adotados com a finalidade de enfatizá-lo e torná-lo centro de discussões na esfera pública, tais como sites institucionais, rádios locais, boletins informativos, panfletos, campanhas online. Essas ferramentas têm o potencial de pautar temas de conversações que fazem parte do cotidiano dos indivíduos e aproximá-los de uma realidade que pode ser distante para os demais habitantes de Açailândia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos destacar algumas chaves de leitura fundamentais para refletirmos sobre a organização da mobilização social da comunidade de Piquiá de Baixo em função do problema público de contaminação pelo ferro gusa, levando em consideração a sua formulação, a cooperação reflexiva e o trabalho normativo dos atores sociais em torno do dispositivo de reparação. Evocamos o modo como o projeto de desenvolvimento do governo federal na região implica diretamente em violação dos direitos humanos e com o atropelamento de normas ambientais como forma de justificação para o crescimento econômico. Consequentemente, identificamos como as pessoas afetadas reagem diante desse cenário e evocam um discurso de resistência relacionado à necessidade de mudança na microestrutura da realidade local, no *modus operandi* das siderúrgicas e mineradora e, principalmente, problematizando e criando condições para a necessidade de elaboração de um aparato normativo legal: o reassentamento de populações afetadas por grandes empreendimentos de mineração.

Constatamos lutas sociais de habitantes de um bairro precário, localizado na rota de projetos desenvolvimentistas de grande porte, no interior do Maranhão, contaminado por ferro gusa produzido por atividades extrativistas, que não necessariamente se deram exclusivamente em torno da proteção à Natureza, mas foram, principalmente, motivadas pela defesa de qualidade sanitária dessa localidade. As demandas dessa população postulam o bem-estar ambiental e social de uma comunidade já exposta a riscos sociais, como a pobreza e/ou outras desvantagens. Na pedagogia do embate com o setor privado e com o poder público, esses cidadãos e cidadãs aprenderam a se tornar atores de seu desenvolvimento local, não se resumindo a alvos de assistência, mas experimentaram o reforço às capacidades locais, atuando na adaptação de um dispositivo de compensação às suas necessidades objetivas e subjetivas, a partir do apoio e da aliança com outros atores sociais (nacionais e internacionais).

A abordagem de levar a sério as capacidades críticas dos atores em ação e o acesso aos dispositivos comunicacionais criados por estes viabilizou a problematização acerca das experimentações democráticas que articulam a expressividade de sentimentos de injustiça social e ambiental, elaboração de protestos e organização das ações coletivas. Tal procedimento de investigação nos permitiu ainda tratar sobre a participação do público

“leigo” nos processos de tomadas de decisão em situações que afetam diretamente suas vidas. Postulamos, então, três inferências principais decorrentes da nossa pesquisa.

A primeira constatação deriva dos conflitos latentes no âmbito da questão do desenvolvimento em consonância com a preservação ambiental. No que diz respeito aos riscos sociais e ambientais decorrentes da atividade de mineração, observamos com o estudo que o problema público de saúde e moradia em Piquiá de Baixo está ligado, sobretudo, ao planejamento de políticas públicas dissociadas da realidade local. Na medida em que os governos federal e estadual investiram em uma atividade de alto impacto social e ambiental como a do setor de produção e exportação do minério de ferro, os investimentos para a manutenção dos órgãos e Conselhos de fiscalização ambiental criados nos últimos anos foram negligenciados. Também notamos nesse cenário que a prevenção dos impactos sociais e ambientais são colocadas em segundo plano diante da alternativa de compensação ou ressarcimento de possíveis danos causados às populações no seu entorno. Porém, o acesso dos afetados a essas possibilidades de reparação é dificultado pela negação de responsabilidades das empresas poluentes, do governo local e também decorre da falta de estrutura dos órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização.

A segunda observação decorre da passagem da experiência individual, atrelada a choques emocionais dos moradores ao verem seus cotidianos perturbados pelos efeitos da contaminação, a uma ação coletiva de forma reflexiva. Esse processo corrobora para a busca de aliados e parceiros que cooperam na construção de uma solução para o problema de saúde e moradia ao publicizar as denúncias e mobilizar estratégias comunicacionais que ampliam o alcance do conflito para os mais variados públicos. O dispositivo de reparação, conjugado com outros dispositivos sociotécnicos está conectado a uma ideia de justiça num estado democrático de direito. Todos estes elementos perpassam a experiência que os moradores têm com uma negação de direitos, que produziu reação e críticas, ao invés de conformismo.

A terceira averiguação consiste na revelação de práticas sociais dos atores mobilizados inspiradas em ideais cívicos de participação social e valorização do conhecimento científico que apontam para a importância da investigação leiga nas disputas que envolvem controvérsias socioambientais. Nesse caso, essa dinâmica repercute quando os próprios moradores passam por uma formação para identificar o nível de poluição local do bairro e utilizam os dados para tornar consistentes os argumentos e críticas nos espaços públicos. Esses aspectos evidenciam ainda a possibilidade de resultados efetivos em

contextos de ambientalização dos conflitos sociais pautados no desenvolvimento da cidadania científica.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR, 2010.

_____. 2010. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. Estud. av. [online]. vol.24, n.68, pp.103-119. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>>. Acesso em: 15/07/2018.

_____. **Meio ambiente e justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%B3rico/RT01b_ACSELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf>. Acesso em: 15/07/2018.

ACSELRAD, Henri; MELLO, CC do A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía**, p. 293-317, 2002.

BARTHE, Yannick; AKRICH, Madeleine; RÉMY, Catherine. As investigações "leigas" e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. **Sociologias**. Porto Alegre, 2011.

BAUER, GASKELL. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis – RJ, Editora: Vozes, 2002

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Editora 34, 2011.

BELFORT, Gilson dos Santos. **A dinâmica socioespacial recente do município de Açailândia**. São Luís: PPGDS/UFMA, 2016. Dissertação de mestrado. Mimeo.

BÓGEA DOS SANTOS, André. Decisão emitida pelo juiz da 2ª Vara de Açailândia, 2015. Disponível em: <Siderúrgica é condenada a indenizar famílias do Pequiá em Açailândia>. Acesso em: 22/04/20.

BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

_____. "A Sociologia da capacidade crítica", **Antropolítica**, 23, 2, pp. 121-144, 2007.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica, pp. 129-154 In Vandenberghe, Frédéric e Véran, Jean-François [eds.], **Além do habitus**. Teoria social pós- bourdieusiana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

BOLTANSKI, Luc. A presença das pessoas ausentes. **Parágrafo**, v. 3, n. 2, p. 147-156, 2015.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira Amazônica. **Desenvolvimento e Cidadania**, São Luís, ano 2, nº 6, dez/jan., 1992.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Estado e empreendimentos guseiros no programa grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização. In: CASTRO, Edna M. R. (org). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA. 1989.

CASTILHOS, Washington; ALMEIDA, Carla. A expertise leiga vale para todos? O lugar das mulheres afetadas no debate sobre zika-microcefalia-aborto na imprensa brasileira. **Journal of Science Communication**, América Latina, v. 1, n. 1, p. Y02, 2018.

CEFAI, Daniel; MELLO, Marcos Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. RJ: Editora da UFF, 2011.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilema**, 2009.

_____. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. In: **Arenas Públicas**. Por uma etnografia da vida associativa, Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, 2011, p. 67-102.

_____. Grande exclusão e urgência social – Cuidar dos moradores de rua em Paris. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 265-286.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estud. CEBRAP** [online]. 2017, vol.36, n.2, pp.129-142. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700020007>>. Acesso em: 16/08/2020.

CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cédric. L'expérience des problèmes publics. **Perspectives pragmatistes**. EHESS, 2012.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In BOURDIEU, Pierre (Coord.) **A miséria do mundo**. Vozes: Rio de Janeiro, 1997, p. 63-85.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A prova do tangível: Experiências de investigação e o surgimento da prova. **SocioPhilo**, Iesp/Uerj, 2012.

_____. Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. **Ciências em Debate**, v.2, p. 14-40, Florianópolis, Jan./Dez. 2017.

CHATEAURAYNAUD, Francis; TORNAY, Didier. **Les sombres précurseurs: une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque**. 1999.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate - Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015 160 p.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A empresa, o Estado e as comunidades. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**, v. 2, p. 183-227, 2016.

CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. **A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa**. Mana, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

CORRÊA, Diogo Silva; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara. **Crítica e pragmatismo na sociologia**. São Paulo: Annablume, 2018.

CURTO, María Cecilia Ferraudi. La inseguridad como problema público desde un barrio del conurbano bonaerense. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 03, p. 803-827, 2018.

DEWEY, John. Democracia criativa: a tarefa diante de nós. **Democracia cooperativa: escritos políticos de John Dewey:(1927-1939)**, p. 135-152, 1939.

_____. **Experiência e educação**. Tradução Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.

_____. **Experiência e natureza: Lógica: a teoria da investigação: A arte como experiência: Vida e educação: Teoria da vida moral**. Abril Cultural, 1980.

DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. La force des dispositifs. In: **Annales. Histoire, sciences sociales**. Éditions de l'EHESS, 2016. p. 421-450.

_____. Testemunhar como vítima no tribunal: estrutura normativa do uso da palavra no seio de um dispositivo. In: SILVA CORRÊA, Diogo etc. al. **Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França**. 1. ed. São Paulo. Annablume, 2018.

DOMENICI, Thiago. **Processados pela Vale**. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/>>. Acesso em: 12/07/2020. Apublica.org.

DOS REIS CRUZ, Gisele; FREIRE, Jussara. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. **Cadernos Metrópole.**, n. 10, p. 75-102, 2003.

EMIRBAYER, Mustafa; GOLDBERG, Chad Alan. Pragmatism, Bourdieu, and collective emotions in contentious politics. **Theory and society**, v. 34, n. 5-6, p. 469-518, 2005.

EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, Technology, & Human Values**, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia-MA**. São Luis: PPGCS/UFMA, 2008. Dissertação de mestrado. Mimeo.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violações de direitos: o Projeto de Ferro Carajás S11D, da Vale SA Açailândia: DHESCA**. 2013.

FLICK, Uwe. **Pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. Editora Garamond, 2019.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00052519, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: um perspectiva de análise**. Vozes, 2012.

GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order**. University of Chicago Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. O espaço público, 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, ano VII, n. 12, p. 57, 1999.

HONNETH, Axel. A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2009, Parte II.

HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Produto interno bruto municipal 2016**. São Luís, v-11, p. 1-70. 2018.

IRWIN, Alan. Constructing the scientific citizen: science and democracy in the biosciences. **Public understanding of science**, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2001.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LANÇA, Isabel Babo. **A construção dos problemas públicos: elementos para uma análise do caso Timor**. 2000.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Edufba, 2012.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. **Rádios comunitárias no Brasil e na França: democracia e esfera pública**. Aracaju, editora: UFS, 2008, 436p.

LOPES, José Sérgio Leite. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. In: **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. 2004.

_____. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

LOSEKANN, Cristiana. Não foi acidente!" o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana, p. 65-108, 2018.

LUHMANN, Niklas. Confiance et familiarité. **Réseaux**, n. 4, p. 15-35, 2001.

LUNA FREIRE. "Em nome da comunidade": o papel das associações de moradores no processo de implantação de uma política urbana em Acari - Rio de Janeiro. In: CEFAI et. al. **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 103-133.

MAIA NETO, Heribaldo Lopes. **A luta por reconhecimento e a centralidade do sofrimento em Axel Honneth: potencial emancipatório e constituição de vínculos políticos**. Lavra palavra, 2019.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cotinuum colonial**. Paco e Littera, 2019.

_____ . Em tempo de resistência: movimentos sociais entre as lutas e os signos hegemônicos. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2007.

MENEZES, Marco Antônio; CARVALHO, B.; STRAUTMAN, Gabriel; BOSSI, Dário. **Relatório de Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas de complexos siderúrgicos**. Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. Rio de Janeiro, 2017.

MCADAM, D.; TARROW, S. & TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MILANEZ, Bruno et al. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Editorial iGuana, Marabá, Brazil, 2016.

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A ferro e fogo: impactos da siderurgia para o ambiente e a sociedade após a reestruturação dos anos 1990. **IV Encontro Nacional da Anppas**, Brasília (DF) 4 - 6 jun. 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-61-8-20080509163054.pdf>

MONTAÑO, Marcelo. Planejamento às avessas: os descompassos da avaliação de impactos sociais no Brasil. **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA Publicações, p. 33-49, 2014.

MUNIZ, L. M.; SANT'ANA, JÚNIOR. **Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global**. Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, p. 255-276, 2009.

NOBRE, Ana Kely de Lima. **Estudo sobre a cobertura jornalística em relação aos conflitos socioambientais no Maranhão**. São Luis: DESOC/UFMA, 2016. Monografia de graduação. Mimeo.

NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa. Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 65, p. 129-150, 2003.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. *Development in Practice*, v. 18, n. 6, 2007.

PARSONS, Talcott. **Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais**. *Sociologia. Para ler os Clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p. 85-120, 1977.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

QUÉRÉ, Louis. Le travail des émotions dans l'expérience publique: marées vertes en Bretagne. **Raisons pratiques**, p. 135-162, 2012.

REICH, Evania Elizete. O sofrimento social no Brasil nos limites dos direitos humanos.

- Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 475 - 493, maio/ago. 2019. Ensaio.
- RENAULT, Emmanuel. A critical theory of social suffering. **Critical Horizons**, v. 11, n. 2, p. 221-241, 2010.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 73-82, 2004.
- RIGOTTO, Raquel Maria. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2009, vol.14, n.6, pp.2049-2059. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600012>.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- SANTOS, Larissa. **Justiça nos Trilhos: redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia**. Belém - PA: PPGCOM/UFPA, 2018. Dissertação de mestrado. Mimeo.
- SILVA, Marta Zorzal; CAYRES, Domitila Costa; SOUZA, Luciana Andressa Martins de. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: o caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 2, p. 464-488, 2019.
- SBRANA, Darlan Rodrigo. **Levantamento de conflitos socioambientais no Maranhão no Ministério Público Federal**. São Luis: GEDMMA/UFMA, 2012. Relatório de Iniciação Científica. Mimeo.
- SUCUPIRA, Newton. **John Dewey: uma filosofia da experiência**. Centro regional de pesquisas educacionais do Recife. Prefácio de Gilberto Freyre, p. 8-39, 1960.
- THEVENOT, Laurent. "L'action qui convient". **Raisons Pratiques**, 1:39-69, 1990.
- TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata?. **Revista USP**, n. 37, p. 34-45, 1998.
- VALENTI, C., Pozzi, P., Busia, A. *et al.* Respiratory illness and air pollution from the steel industry: the case of Piquiá de Baixo, Brazil (Preliminary report). **Multidiscip Respir Med** 11, 41 (2016). <https://doi.org/10.1186/s40248-016-0077-9>.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Nova. **Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VISVANATHAN, Shiv. The search for cognitive justice. 2009. Disponível em: <www.india-seminar.com/2009/597/597_shiv_visvanathan.Htm>. Acesso em: 12/12/2020

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001

ZHOURI, Andréa (Ed.). **Mineração, violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Editorial iGuana., 2018.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Gravações:

Visita institucional em Piquiá da Conquista, em 07 de agosto de 2019.

Roda de conversa: impactos da mineração (de Piquiá à Brumadinho), em 19 de agosto de 2019.

Entrevistas

Edvar Dantas, em 22 de janeiro de 2019

Francisca Sousa, em 22 de janeiro de 2019

Joaquim e Osmarina, em 01 de agosto de 2019

Joselma de Oliveira, em 02 de agosto de 2019

Dário Bossi, em 05 de agosto de 2019

William Melo, em 08 de agosto de 2019

Joselita de Oliveira, em 18 de agosto de 2019

Antônio Filho, em 20 de agosto de 2019